

ISSN 1518-0689

crônos

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRN

Natal-RN
v. 12 n. 2
jul./dez. 2011



DOSSIÊ

PESQUISAS NO PONTOCOM: DESAFIOS METODOLÓGICOS, QUESTÕES
ÉTICAS E NOVAS CATEGORIAS PARA A INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitora: Ângela Maria Paiva Cruz

Vice-Reitora: Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Herculano Ricardo Campos

Vice-Diretora: Maria das Graças Soares Rodrigues

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: João Bosco Araújo da Costa

Vice-coordenador: Berenice Bento

CRONOS – REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Editores: Berenice Bento e Orivaldo Pimentel Lopes Jr

COMISSÃO EDITORIAL

Prof. Dr. Aleksandro Galeno Araújo Dantas

Profa. Dra. Berenice Bento

Profa. Dra. Cimone Rozendo

Prof. Dr. José Willington Germano

Prof. Dr. José Antonio Spinelli Lindoso

Prof. Dr. Luiz Assunção

Profa. Dra. Norma Missae Takeuti

Prof. Dr. Orivaldo Pimentel Lopes Júnior

Organização do Dossiê: Larissa Pelúcio e Lara Beleli

Diretora da EDUFRN: Margarida Maria Dias de Oliveira

Gravuras da Capa: Francis Bacon – Studies of human body (1970).

Editor de texto: Liana Maria Nobre Teixeira

Projeto Gráfico e Editor de imagens: José Antonio Bezerra Junior

Auxiliar de Editoria: Mona Lisa Silva

A Revista **CRONOS**, do **Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFRN**, é publicada em Natal – Rio Grande do Norte, com periodicidade semestral. Sua proposta é difundir a pesquisa e a reflexão acadêmicas, relevantes em Ciências Sociais, oriundas de centros de investigação qualificados do Brasil e do exterior, procurando contribuir para o processo de reflexão e debate teórico sobre as transformações fundamentais e os desafios que se processam nas sociedades contemporâneas, na ordem, tanto internacional quanto nacional, regional ou local. A cada número da revista, um dossiê temático anunciará a problemática em discussão, seguido de seções de artigos inéditos de autores inscritos num movimento pluridisciplinar e de entrevista realizada com um pensador social da atualidade.

CATALOGAÇÃO NA FONTE **Maria Lúcia Lagreca de S. Cabral**

Cronos: Revista do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UFRN, v.1, n. 1 (jan./jun. 2000) – Natal (RN); EDUFRN – Editora da UFRN, 2000 - .

Semestral

Descrição baseada em: v. 12, n. 2 (jul./dez. 2011).

ISSN 1518-0689

1. Ciências Sociais – Periódico. 2. Redes sociais virtuais – Periódico. 3. Mídias digitais – Periódico. 4. Internet – Periódico.

CDU 301 (05)
CDD 300.05

CRONOS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA

Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – CEP 59078-970

http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/login – **e-mail:** cronos@cchla.ufrn.br

NATAL (RN) – BRASIL/2011

SUMÁRIO / SUMMARY

	APRESENTAÇÃO	5
DOSSIÊ PESQUISAS NO PONTOCOM: DESAFIOS METODOLÓGICOS, QUESTÕES ÉTICAS E NOVAS CATEGORIAS PARA A INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS		
<i>DOSSIER RESEARCH ON DOT-COM: METHODOLOGICAL CHALLENGES, ETHICAL ISSUES AND NEW CATEGORIES FOR RESEARCH IN SOCIAL SCIENCES</i>		
	<i>Richard Miskolci (UFSCar)</i>	9
Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais		
<i>New connections: theoretical and methodological notes for researches about the use of digital media</i>		
	<i>Débora Krischke Leitão (UFSM), Laura Graziela Gomes (UFF)</i>	23
Estar e não estar lá, eis a questão: pesquisa etnográfica no Second Life		
<i>Being and not being there, that is the question: ethnographic research in second life</i>		
	<i>Luiz Felipe Zago (UFRS), Luís Henrique Sacchi dos Santos (UFRS)</i>	39
Corpo, Gênero e Sexualidades Gays na Corda Bamba Ético-Metodológica: um percurso possível de pesquisa na internet		
<i>Body, gender and gay sexualities on the ethic-methodological thightrope: one possible path in the research on the internet</i>		
	<i>Paula Christofoletti Togni (Instituto Universitário de Lisboa)</i>	57
O K-100 compartilhado: jovens, tecnologias e gestão da experiência migratória		
<i>Sharing K-100: youth, technology and migratory experience management</i>		
	<i>Bruna Lousada Bumachar (UNICAMP)</i>	75
Migração e novas mídias: um diálogo sobre a experiência familiar transnacional de estrangeiras presas em São Paulo e de trabalhadoras filipinas residentes em Londres		
<i>Migration and the new media: a dialogue on the transnational experience of the family among female foreign prisoners in Sao Paulo and female Filipino workers in London</i>		
	<i>Vergas Vitória Andrade da Silva (UFRN), Norma Missae Takeuti (UFRN)</i>	96
Quão romance é minha vida amorosa: namoro virtual e narrativas		
<i>How romantic is my love life: virtual dating and narrative</i>		
	ARTIGOS / ARTICLES	115
	<i>William Antonio Borges (UEM)</i>	
Arranjos institucionais e gestão metropolitana no Brasil: o caso de Maringá		116
<i>Institutional arrangements in the metropolitan management setting in Brazil: the case of Maringá</i>		
	<i>Mikelly Gomes da Silva (UFRN), Kenia Almeida Nunes (UFRN), Berenice Bento (UFRN)</i>	128
Corpos marcados: a intersexualidade como (des) encaixes de gênero		
<i>Reserved body: the intersexuality like (dis) connect of gender</i>		
	POEMAS / POEMS	143
	<i>Poemas de Ana Santana</i>	
	Orfandade	144
	Atlas antigo	
	Contrição	

Estrambólico	145
Crisálida	
Cobiça	
RESENHA / REVIEW	146
<i>Dannyl Brunno Herculano Rezende (UFRN)</i>	
Desafios da Democracia Representativa no Brasil	147
<i>Challenges of the Representative Democracy in Brazil</i>	
DOSSIÊ DOS AUTORES / DOSSIER OF AUTHORS	149
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS / STANDARDS FOR PUBLISHING ARTICLES	155
SUMÁRIOS ANTERIORES / PREVIOUS SUMMARIES	162
TEMAS DOS PRÓXIMOS DOSSIÊS / THEMES OF UPCOMING DOSSIERS	174

APRESENTAÇÃO

Larissa Pelúcio – UNESP
Iara Beleli – PAGU/UNICAMP

Em seu livro *O amor nos tempos do capitalismo* recentemente traduzido para o português, a socióloga marroquina Eva Illouz (2011) mostra como no presente esferas que tratamos classicamente como apartadas, quase antagônicas ou mesmo alheias ao terreno das Ciências Sociais estiveram sempre imbricadas, constituindo mesmo este campo. Tecnologias e afetos, amor e mercado, emoção e ciências, alguns opostos incompatíveis, são desafiados nos textos que compõem este dossiê, em discussões que desenham um cenário complexo e instigante para pensarmos como este encontro tensiona nossos referentes teóricos, metodológicos e éticos. Soma-se a essa reflexão a imersão em campos até então impensados, que passaram a conformar nossa paisagem acadêmica, exigindo o enfrentamento de antigos desafios investigativos e nos colocando frente a outros bastante atuais, e mesmo inusitados, próprios das pesquisas com mídias digitais.

Esses deslocamentos, que chamamos aqui de inusitados, têm nos convocado a pensar novas metodologias e técnicas em pesquisa. Provocadas por este cenário de mudanças sensíveis, e persistentes permanências, organizamos este dossiê, intulado *Pesquisa no pontocom: desafios metodológicos, questões éticas e novas categorias para investigação em Ciências Sociais*. Reunimos textos inéditos e arejados, perpassados por um conjunto de reflexões teóricas, questões metodológicas, estratégias de campo e inovações éticas.

Uma das interrogações candentes em pesquisas nos meios digitais remete à diluição da dimensão do corpo. Da mesma forma, esses meios permitem também questionar a internet como um “lugar” que cria, e “compartilha”, “mundos possíveis” (APPADURAI, 1996). Se as novas mídias permitem uma conexão permanente (CASTELLS, 2011), tempos e espaços são ressignificados, tensionando as antigas “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 1983), como aponta Richard Miskolci (neste dossiê), “com novas aspirações, menos centradas na coletividade e mais em referentes grupais e até mesmo individuais”. Este é um ponto fundante no texto “*Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais*”, pois eleva o/a usuário/a anônimo/a à “condição de protagonista”, questão antes esmiuçada por Sibilia (2008). Esse protagonismo também é apropriado pelo mercado, na medida em que, cada vez mais, estimula e cria mesmo a segmentação de sites a partir das “diferenças”, entre outras, religiosas, etárias, de práticas sexuais e até mesmo de formas corporais.

Débora Krischke Leitão e Laura Graziela Gomes contribuem com instigante reflexão sobre um dos temas clássicos e “míticos” do trabalho etnográfico: “o estar lá”, problematizando não apenas o

deslocamento até o campo, quando o meio é o computador e um *software*, mas também a corporificação de quem pesquisa. “Avatarizar-se” torna-se, assim, central na pesquisa de campo. Um “campo” que coloca em questão o próprio lugar do corpo, agora digital, mas nem por isso menos simbólico, exigindo de quem pesquisa esforços metodológicos para os quais ainda não temos muitos referentes.

O corpo do/da pesquisador/a e sua inscrição no campo têm sido discutidos de maneira tangenciada há algum tempo. Néstor Perlongher (1993), por exemplo, interroga-nos em um delicioso texto publicado em 1993, sobre como estava vestida Margareth Mead quando esteve em Samoa. Trata-se de uma pergunta metodológica, uma provocação epistêmica que evidencia a hierarquia silenciada que atravessa alguns clássicos das ciências sociais.

Em “*Corpo, Gênero e Sexualidades Gays na Corda Bamba Ético-Metodológica: um percurso possível de pesquisa na internet*”, Luiz Felipe Zago e Luís Henrique Sacchi Santos, fazem do corpo e da sexualidade de quem pesquisa ferramenta metodológica, mas também reflexão ética. Saem do “armário” para entrar no campo, desenhando novas possibilidades de pesquisa. Ao “habitarem” um *site* voltado para homens que procuram relação com outros homens, Zago e Santos negociaram consentimentos, experimentaram técnicas de abordagens e negociaram com os sujeitos em campo, propondo caminhos possíveis de enfrentamento a modelos de ética em pesquisa menos colonizado por referentes biomédicos.

Em “*O K-100 compartilhado: jovens, tecnologias e gestão da experiência migratória*” Paula Togni, mostra que as mídias digitais podem proporcionar processos de imersão etnográfica bastante densos, nos quais a própria pesquisadora passou a ser “analisada”, “seguida”, “comentada” por seus/suas interlocutores/as. As mídias digitais permitiram o acompanhamento do dia a dia dos/as migrantes em Lisboa mesmo quando em trabalho de campo no Brasil, facilitando a pesquisa multissituada. De fato, essa ressignificação espaço-tempo (ver THOMPSON, 1998) possibilita a esses jovens migrantes reconfigurar suas vias e status de migrantes exibindo nas redes sociais seus “sucessos”, ocultando seus “fracassos”, mas também com uma forma de manterem vínculos com seus familiares e lugares de origem.

A manutenção desses vínculos familiares através das mídias são também centrais no artigo de Bruna Buchamar – “*Migração e novas mídias: um diálogo sobre a experiência familiar transnacional de estrangeiras presas em São Paulo e de trabalhadoras filipinas residentes em Londres*”. Nele a autora reflete sobre a importância do celular, da internet e de cartas escritas à mão ou digitalizadas nas experiências de maternidade de migrantes transnacionais. Encarceradas em um país estrangeiro, as mulheres com as quais Buchamar convive, anseiam por notícias de casa, sobretudo desejam saber sobre seus filhos, mantendo, a partir dessa comunicação fragmentada, o senso de pertencimento, de um lugar para onde voltar. Nesse sentido, a escolha das mídias, como a própria autora conclui, leva à “criação de registros e repertórios emocionais variados”.

Em “*Quão romance é minha vida amorosa: namoro virtual e narrativas*”, texto que fecha este dossiê, as emoções expressam uma cuidada “tessitura da intriga”, que organiza os post de membros que compõem as comunidades do Orkut voltadas para namoros virtuais. Valendo-se dos aportes

teóricos de Paul Ricoeur, Vergas Vitória Andrade da Silva e Norma Missae Takeuti constroem um refinado campo argumentativo por meio do qual desmontam a ideia de senso comum de que a mentira ou no “falseamento” seriam elementos organizadores das experiências amorosas online. Neste exercício de narrar para o outro as experiências amorosas, defendem as autoras, aquelas pessoas, mais do que “falsear”, ficcionalizam suas vidas, dando sentido às suas experiências no exercício textual de exposição pública da intimidade. .

Enfim, menos do que respostas a como a tecnologia possibilita uma rearticulação entre corporeidade e afetos, os artigos aqui reunidos convidam à refletir sobre novos campos, antigos desafios e constantes questões ético-metodológicas que atravessam diferentes horizontes de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.
- APPADURAI, A. **Modernity at large**: cultural dimensions of globalization. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996. (Public World Series, v. 1).
- CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- PERLONGHER, Néstor. Antropologia das sociedades complexas: identidade e territorialidade, ou como estava vestida Margareth Mead. **RCBS**, ano 8, n. 22, jun. 1993.
- SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. 8. ed. São Paulo: Vozes, 1998.

DOSSIÊ

PESQUISAS NO PONTOCOM: DESAFIOS METODOLÓGICOS,
QUESTÕES ÉTICAS E NOVAS CATEGORIAS PARA A
INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais¹

New connections: theoretical and methodological notes for researches about the use of digital media

Richard Miskolci – UFSCar

RESUMO

Este artigo busca oferecer elementos históricos, teóricos, mas, sobretudo metodológicos, para interessados em pesquisar os usos das mídias digitais contemporâneas. Parte de uma recapitulação histórica e uma análise sociológica do impacto das novas mídias na vida social, sua abrangência e limites, para adentrar em reflexões metodológicas, teóricas e éticas envolvendo essa área de investigação.

Palavras-chave: Mídias digitais. Tecnologia e sociedade. Público e privado. Metodologia de pesquisa.

ABSTRACT

This paper intends to offer historical, theoretical, moreover methodological elements to people interested in researching the contemporary use of digital media. It starts with a historical recapitulation and a sociological analysis of the social impact of these new media, its scope and limits to, later, explore methodological, theoretical and ethic reflections dealing with this field of investigation.

Keywords: Digital media. Technology and society. Public and private. Research methodology.

O uso de mídias digitais se disseminou de tal forma na sociedade contemporânea que corremos o risco de naturalizá-lo partindo da experiência atual sem refletir sobre como ela rearticula meios de comunicação anteriores assim como formas relacionais pré-existentes. Neste artigo, fornecerei alguns elementos históricos, teóricos, mas, sobretudo metodológicos, que podem auxiliar interessados nessa área de pesquisa a explorá-la sem se deixar levar irrefletidamente pelo entusiasmo atual pelas mídias digitais.

¹ Este artigo apresenta reflexões metodológicas preliminares que desenvolvi a partir de minha pesquisa “Desejos em Rede”, São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia-UFSCar, 2013. Projeto de Pesquisa associado à Bolsa Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Alguém interessado em explorar o estudo de mídias digitais precisa estar atento para o fato de que elas potencializam e transformam meios anteriores de comunicação, os quais, por sua vez, já foram inovadores e causaram grandes mudanças sociais e subjetivas. Um bom exemplo é o de como as mensagens instantâneas atuais foram precedidas pelo serviço postal, em especial, o telegrama, o qual já foi a forma avançada e rápida da troca de correspondência.

Antes mesmo do telegrama, há registros de como a troca de cartas em um prazo de semanas já foi considerado revolucionário. Além da celeridade na transmissão de notícias, as cartas criaram uma forma particular de subjetivação, pois induziam à reflexividade e à expressão de sentimentos. Todo um campo de experiência das classes letradas, formas de refletir e sentir, foi marcado e, até certo ponto, moldado pela troca de missivas.

De qualquer forma, a troca de correspondência jamais foi universal, pois a maior parte da população não era letrada e/ou não tinha acesso a serviços postais. Tema explorado pelo cinema brasileiro em *Central do Brasil* (1998), filme que conta a história de uma ex-professora aposentada que ganha a vida escrevendo cartas para pessoas pobres e analfabetas no final da década de 1990, bem na época em que as classes altas brasileiras começaram a trocar a correspondência tradicional pela de e-mails.

Percebe-se que a invenção de uma nova forma de comunicação nem sempre equivale à data de seu impacto social e histórico, daí considerar que devemos priorizar a data de sua disseminação. Se o telefone é uma invenção de fins do XIX, é inegável que seu impacto em termos sociais só foi sentido a partir da popularização do acesso às linhas telefônicas muitas décadas depois. Isso se passou em meados do século XX nos Estados Unidos e na Europa, mas no Brasil, apenas na década de 1990. Trata-se de um *gap* histórico nada desprezível e que criou experiências sociais distintas.

A realidade brasileira convergiu para algo similar ao que se passou nos países centrais apenas no uso da internet². Nos EUA, a comercialização da internet começou em 1995 e, no Brasil, em 1997. Ainda que o acesso à rede tenha se dado de forma quase simultânea, aqui ele era privilégio das classes mais ricas devido ao preço elevado do serviço telefônico assim como dos – então necessários e obrigatórios – provedores de acesso. A internet, em nosso país, começou como um meio que conectava pessoas com alto nível de renda e escolaridade, jovem e, predominantemente, do Centro-Sul.

Muita coisa mudou desde aquele final de milênio e a maior parte dos brasileiros de classe-média ou alta já incorporaram as novas mídias digitais em seu cotidiano. De qualquer forma, os usuários de mídias digitais ainda são minoria, pois segundo fontes como o Comitê Gestor da Internet e o Ibope, em 2012 cerca de 80 milhões de brasileiros tinham acesso à rede. Os cidadãos digitais, portanto, eram apenas 40% da população total do país. Dados que nos obrigam a relativizar a impressão de que essas mídias perpassam e conectam a todos sem distinções. O já mencionado recorte de classe e escolaridade é fundamental para definir quem usa as novas mídias, mas a ele se juntam outros nada desprezíveis como geração, local de moradia, gênero e provavelmente o menos explorado até hoje: raça e etnia.

² Diferentemente do que afirma Manuel Castells (2011), o advento histórico da internet não é compreensível a partir de sua criação em 1969, mas apenas a partir de sua comercialização e expansão geométrica em meados da década de 1990.

Em outras palavras, o uso das mídias digitais é um fenômeno ainda em processo de disseminação no mundo e no Brasil. Ele já tem caráter massivo e marca profundamente a vida de um contingente nada desprezível de pessoas, mas não pode ser tomado como algo universal. A despeito de todas as expectativas e anseios, boa parte da humanidade hoje vivente dificilmente terá acesso a elas devido à baixa renda, pouca escolaridade e até impedimentos de caráter técnico e conhecimento necessário para o uso dos equipamentos³. Assim, hoje, quando falamos sobre o uso de mídias digitais referimo-nos a algo ainda mais acessível a pessoas predominantemente de classe-média baixa para cima, letradas, jovens e residentes em regiões urbanas.

No Brasil, onde as classes médias (incluindo a classe C)⁴ chegam a mais de 100 milhões de pessoas, apenas 80 milhões têm acesso à internet. A diferença de cerca de vinte milhões, possivelmente, se deve a questões geracionais, nível educacional e local de moradia. O uso da rede é muito maior entre aqueles que nasceram ou chegaram à adolescência em meio à sua expansão comercial no final da década de 1990, portanto tendo mais chance e interesse de acionar seu uso para manter e/ou expandir suas relações sociais. Pessoas nascidas antes da década de 1970 já eram adultos com mais de 25 anos em 1997, portanto já haviam sido educados, socializados e constituído boa parte de seus vínculos sociais por outros meios. Não é de se estranhar que, para elas, a internet surgiu apenas como uma possibilidade extra de comunicação e foi incorporada de forma mais lenta e menos central em suas vidas⁵.

Após levar em consideração o recorte de classe, renda, escolaridade e local de moradia, a diferença geracional se impõe como determinante quando se pretende estudar o uso das mídias digitais. A maior parte das gerações nascidas a partir da década de 1990 experienciam o mundo por meio das mídias digitais, as quais, inclusive, para essas pessoas, nem são mais novas. Já é comum ver crianças recém-alfabetizadas acessando computadores com a familiaridade que outras gerações tinham apenas com os cadernos e livros. Seus pais estão se desfazendo de enciclopédias ultrapassadas e caras enquanto os veem aprender e criar trabalhos escolares por meio de fontes online, digitando seus textos muito antes da idade em que – antigamente – seus pais adolescentes aprenderam a datilografar.

A despeito dessa realidade, a maior parte das pessoas ainda não nasceu a partir da década de 1990. Assim, estudar o uso de mídias digitais no presente exige lidar com a heterogeneidade da população adulta em nossos dias. Ao invés de engrossar o coro dos que criticam os estudos sobre

³ Segundo Paula Sibília (2008), dois terços da população mundial nunca terão acesso à internet.

⁴ A mídia tem chamado de Classe C ou Nova Classe Média um estrato social emergente desde o início do milênio, o qual se caracteriza por ser formado por pessoas que até recentemente eram pobres, com baixa escolaridade e parte do trabalho informal. Atualmente, por meio de políticas sociais como o aumento do salário mínimo e programas de distribuição de renda como o Bolsa Família, fatos associados e impulsionadores do crescimento econômico continuado, esse estrato social tornou-se predominante na pirâmide de renda brasileira. Já há importantes críticas à noção de que esse contingente de pessoas sejam uma classe-média, dentre as quais destaco a de Jessé de Souza (2012).

⁵ Constatei isso em minha pesquisa “Desejos em Rede” assim como na orientação de investigações derivadas dela e conduzida por orientandos no interior de São Paulo. Entre usuários de cidades médias, nos sites de busca de parceiros do mesmo sexo, há uma clara predominância numérica de perfis de até 30 e poucos anos. Considero que a drástica redução no número de perfis na faixa acima de 35 anos deriva principalmente do fato de que pessoas nascidas até meados da década de 1970 chegaram à vida adulta socializando-se sem o uso dessas mídias e as incorporaram de forma menos central do que aquelas nascidas a partir do início da década de 1980. Ao menos nesse público com práticas homoeróticas masculinas, quanto mais jovens maior o uso de mídias digitais para busca de parceiros amorosos e/ou sexuais.

mídias digitais como focado na realidade dos mais privilegiados socialmente, busquei apresentar as reflexões acima para evidenciar o contraste entre os que têm acesso e os que não têm assim como entre os diversos modos de incorporação e uso dessas tecnologias.

Qualquer estudo sociológico feito no presente que não levar em consideração a discrepância entre vidas moldadas pelo acesso e uso das mídias digitais e as distante delas deixará de reconhecer uma das mais recentes marcas de desigualdade da sociedade contemporânea, uma desigualdade que não é mensurável apenas em termos financeiros, pois define horizontes aspiracionais e de oportunidades tanto na vida pessoal, quanto no trabalho e na política. O acesso ou não às mídias digitais não cria duas experiências paralelas, mas relacionadas e interdependentes em sua própria desigualdade. Isso se constitui, em si mesmo, uma promissora agenda de investigação⁶.

Antes de voltar-me para reflexões metodológicas, é fundamental esclarecer o que compreendo como mídias digitais. Mídias digitais são uma forma de se referir aos meios de comunicação contemporâneos baseados no uso de equipamentos eletrônicos conectados em rede, portanto referem-se – ao mesmo tempo – à conexão e ao seu suporte material. Há formas muito diversas de se conectar em rede e elas se entrecruzam diversamente segundo a junção entre tipo de acesso e equipamento usado. Por exemplo, é possível conectar-se por meio do uso de rede de telefonia fixa, *wi-fi* ou rede celular assim como essas formas de conexão podem se dar por computadores de mesa, portáteis, celulares ou *tablets*. É muito diferente acessar a rede por meio de um computador fixo em uma *lan house* usando linha telefônica ou acessá-la com o uso de um *smartphone* pela rede celular. Dentre os elementos que variam destacam-se a frequência de acesso, a mobilidade, a velocidade da conexão e o tipo de redes em que o usuário se insere.

É muito provável que um usuário de *lan house* não tenha condições financeiras de comprar seu equipamento próprio. Por isso, seu uso da internet será menos frequente, o que interferirá na escolha de plataformas. Um usuário com acesso por meio de equipamentos móveis como o celular ou *tablet* tende a estar conectado quase ininterruptamente, a formar redes mais coesas e, algumas vezes, mais seletivas, pois se formarão, por exemplo, por meio de aplicativos que não estão disponíveis para a maioria dos computadores, fixos ou portáteis.

A seguir, exploro alguns aspectos metodológicos relevantes para pesquisadores/as dos usos das mídias digitais na sociedade contemporânea e, por fim, busco desenvolver uma análise introdutória daquela que parece a dicotomia mais abalada por esse uso, a entre público e privado.

Pesquisando o uso de mídias digitais

O uso das mídias digitais pode, mas dificilmente é, o objeto de investigação que atrai cientistas sociais. Em geral, partimos de outros objetos de pesquisa, como a organização política por essas mídias, o estudo da busca de parceiros amorosos ou sexuais *online*, a análise de um site de relacionamentos como o *Facebook* e, até mesmo, podemos estar investigando algo no cotidiano e

⁶Dentre a bibliografia já produzida sobre o tema da desigualdade digital há artigos como o de Fernando Mattos e Gleison Chagas (2008) “Desafios para a inclusão digital no Brasil” e o de Alonso, Ferneda e Santana (2010) “Inclusão digital e inclusão social: contribuições teóricas e metodológicas”.

descobrimos que nossos sujeitos de pesquisa se comunicam ou se conheceram por meio de mídias digitais. Qualquer que seja o ponto de contato de nossas pesquisas com essas mídias, como ponto de partida ou algo que surgiu de forma inesperada, ocupando o centro da análise ou sendo apenas parte dela, algo é certo: a existência delas não pode mais ser ignorada.

Nas ciências sociais, nossos olhares costumam se voltar para as relações entre as pessoas e delas com a sociedade. Se agora essas relações se iniciam, são expandidas ou mantidas pelo uso de mídias digitais precisamos começar a reconhecer seu papel na experiência de nossos sujeitos tanto em termos sociais quanto subjetivos. Nesse sentido, conhecer a história dessas mídias é um passo esclarecedor e necessário.

De forma muito simplificada e esquemática, o século XX foi marcado pela mídia de massa, uma forma de comunicação vertical baseada na difusão de conteúdo (*broadcasting*) para receptores enquanto as novas mídias surgiram a partir da criação da internet em 1969, mas apenas mais de 25 anos depois tornaram-se acessíveis a grande parte da população. As novas mídias digitais se disseminaram a partir da virada do milênio trazendo uma nova forma de comunicação que pode ser compreendida como horizontal, interativa e em rede.

As mídias anteriores criaram uma nova experiência do tempo e do espaço, pois ofereceram simultaneidade na difusão e acesso a informação assim como permitiram um senso de pertencimento coletivo. Autores como Benedict Anderson (1983) mostram que a própria circulação de jornais e a difusão de livros no século XIX criaram as condições para a emergência das nações, as quais dependiam da formação de um sentimento – mesmo que imaginário – de unidade entre indivíduos dispersos territorialmente e, por isso mesmo, distantes entre si.

No século XX, o rádio, o cinema e a televisão permitiram ampliar e aprofundar os feitos da imprensa escrita, pois não exigiam que seus receptores fossem alfabetizados. Som e imagem estenderam os poderes da comunicação difundida e o chamado *broadcasting* foi a principal forma massiva de conectar pessoas. Vale ressaltar que essas mídias dependiam do protagonismo de poucas pessoas e tendiam a priorizar conexões a partir de características comuns. Daí terem engendrado, por exemplo, um *star system* e se basearem na difusão de valores unificadores, políticos ou sociais.

As mídias mais recentes, por sua vez, permitem a conectividade perpétua (CASTELLS, 2011, p. XV), um regime temporal diverso e a possibilidade de criação redes relacionais seletivas e segmentadas que tensionam as antigas comunidades imaginadas com novas aspirações, menos centradas na coletividade e mais em referentes grupais e até mesmo individuais. Percebe-se o amplo espectro de impactos causados pelas novas mídias nas subjetividades, nas relações interpessoais e, por meio delas, na vida coletiva. A começar como – em contraste com o passado – as novas mídias alçam qualquer um à condição de protagonista assim como características pessoais, diferenças, passam a ser possíveis motivos articuladores de contato e socialização.

O que chamo de protagonismo individual nas novas mídias é a experiência de se colocar e viver nelas, portanto sem mais depender da sua projeção em astros e estrelas, os únicos que – até recentemente – tinham suas imagens e personalidades difundidas midiaticamente e nas quais as pessoas “normais” encontravam modelos de comportamento e/ou projetavam a si mesmas. Trata-se

de um feito nada desprezível, o qual não apenas democratiza a experiência como também a modifica profundamente em um misto de transformação técnica, social e também subjetiva⁷.

Essa nova realidade, ainda em andamento, nos impõe novos desafios analíticos. Como cientistas sociais, somos menos treinados para compreender aspectos técnicos ou mesmo para discutir as relações entre tecnologia e relações sociais do que nossos colegas de áreas como a comunicação. Precisamos nos aproximar de reflexões próprias da comunicação e do estudo das relações entre tecnologia e sociedade caso queiramos adentrar com propriedade nessa esfera investigativa.

Percebi isso no acompanhamento das transformações na forma de acesso à rede e nas plataformas. Comecei a pesquisar o uso da internet quando esse era sinônimo da utilização de computadores de mesa ligados à linha telefônica, depois vi a passagem para o uso de notebooks com conexão sem fio até chegarmos à mais recente utilização de *tablets* e celulares. Também vi plataformas aparecerem, tornarem-se populares e depois serem substituídas por outras.

Atualmente, tenho acompanhado meus colaboradores na substituição do uso do *Messenger* (e, em alguns casos até do bate-papo) pelo do *Facebook* e seu chat assim como até mesmo a substituição do uso dos computadores – portáteis ou não – como principal suporte físico da conexão pelos *tablets* e celulares que permitem mobilidade e acesso contínuo. De certa maneira, as duas transformações sinteticamente descritas fizeram com que o uso de sites na internet por meio de um computador conectado à linha telefônica tenha sido substituído parcialmente (e talvez, no futuro, de forma definitiva) pelo uso de aplicativos em dispositivos móveis conectados à internet por meio de wireless e/ou rede celular.

O estudo dos usos sociais das mídias digitais exige um esforço interdisciplinar na busca de fontes históricas e teóricas assim como na reflexão metodológica. Trata-se de um campo multifacetado cuja aproximação envolve diversas áreas de pesquisa assim como uma metodologia que acione técnicas distintas e complementares de investigação.

Como sociólogo inserido na área de estudos de gênero e sexualidade, o que tenho acompanhado nesse campo investigativo me mostra que boa parte dos estudos tende a focar nas plataformas ou em seu público alvo replicando os interesses de seus criadores ou comercializadores em detrimento das maneiras divergentes e criativas com que os usuários as utilizam. A vertente que parte de um site como objeto de pesquisa, por exemplo, tende a circunscrever a investigação à plataforma ao invés de reconhecer seu campo nos interesses que regem o uso do site, o qual nunca é único e tende a se articular ao uso de outros assim como a formas *off-line* de interação.

Até podemos reconhecer como relevante o estudo de um site em particular e começar a pesquisa nele, mas é fundamental reconhecer que o campo é maior do que o site. Se os usuários dificilmente se restringem ao uso de um só, assim como tendem a articulá-los com formas *off-line* de interação, então o que leva ao uso das mídias digitais é o mais importante e para o que devemos dirigir nossas análises. Daí minha ênfase, desde o subtítulo deste artigo, na pesquisa dos usos das mídias digitais e não nelas mesmas. Ênfase fundada, inegavelmente, em uma perspectiva das ciências sociais que leva em consideração seu repertório teórico-metodológico e interesses.

⁷ Sibilía (2008) explora em detalhe essa experiência no seu já mencionado O Show do Eu.

O que leva ao uso da rede? A que demandas individuais, mas também coletivas, seu uso vem atender? São questões como essas que podem nos auxiliar a transformar um tema de pesquisa iniciado em um site específico em um objeto melhor delineado em termos sociológicos. Já se tornou quase senso comum, no Brasil, o fato de que nossos internautas usam a rede principalmente com fins de socialização. Desde o já superado fenômeno do *Orkut* passando pelo uso recorde de *Messengers/Skype* e a atual explosão de usuários no *Facebook* são muitas as evidências de que, comparativamente com outros países, o uso nacional das novas mídias é moldado por demandas de mais contato interpessoal. As razões ainda são desconhecidas, mas devem ser tão diversas quanto as plataformas de socialização.

Em outros termos, a novidade tecnológica não funciona autonomamente, pois se insere em uma realidade cultural previamente existente, na qual passa a interferir, mas que também passa a transformá-la. Fenômenos de popularidade como sites de relacionamento dependem do interesse e do grau de envolvimento de seus usuários em utilizá-los. Segundo Paula Sibilia (2008), a imensa maioria dos *blogs* são “abandonados” depois de poucas semanas de sua criação e o tempo médio de atualização dos que se mantêm vivos é de quinze dias. A plataforma, portanto, não cria seu público do nada tampouco consegue manter todos os usuários. As mais bem-sucedidas atendem a uma demanda pré-existente e lhe oferece ferramentas adequadas.

Algo curioso e frequentemente ignorado são as formas alternativas e até transgressivas com que muitos usuários fazem usos delas. Um exemplo pode ser o de minha pesquisa em desenvolvimento há muitos anos, a qual partiu da observação e análise das interações em bate-papos voltados para um público de homens que, em segredo, buscavam relações amorosas e sexuais com outros homens, na cidade de São Paulo. Iniciei a investigação em 2007, no bate-papo, e logo percebi que os usuários o usavam de formas distintas e até transgressoras em relação aos interesses da plataforma. Ao invés de entrarem apenas em salas voltadas para a própria forma como se compreendem socialmente, heterossexuais, eles transitavam também pelas salas de bissexuais, gays e até de categorias trans.

Também tive que lidar com o fato de que seu uso dos bate-papos se articulava ao de outras plataformas, como sites de busca de parceiros, *Messengers* e redes sociais, como o *Facebook*. O estudo do bate-papo em si se revelou duplamente infrutífero: primeiro porque os mesmos usuários entravam em diversas salas e se engajavam em diferentes tipos de erotismo e, também, porque o uso das salas me direcionou para a forma articulada, criativa e até contextual com que articulavam o uso de várias plataformas. Aos poucos, devo confessar que mais lentamente do que gostaria, comecei a constatar o principal: o fato de que a busca de parceiros online se inseria em uma história anterior, *off-line*, à qual só tive melhor acesso por meio de fontes históricas e sócio-antropológicas. Portanto, minha entrada etnográfica em campo só alcançou algum êxito quando associou-se a outras ferramentas e fontes de pesquisa.

Minha experiência de pesquisa nesses últimos 5 anos me provou que o campo não tem suas fronteiras delimitadas por um site assim como precisa compreender a articulação entre online e *off-line*, um contínuo no qual nos inserimos assim como nossos sujeitos de pesquisa. Ao contrário das primeiras investigações que trabalhavam com a oposição real-virtual, atualmente se tornou

quase consenso o fato de que as novas mídias não criam um universo social à parte – o qual alguns chamaram de ciberespaço (LÉVY, 2005) – antes mediam e modificam a forma como vivemos nossa vida *off-line* dentro de um contínuo articulado e interdependente.

Nancy Baym (2010, p. 152) considera o ciberespaço um mito daí afirmar:

a comunicação mediada não é um espaço, ela é uma ferramenta adicional que as pessoas usam para se conectar, uma que apenas pode ser compreendida como profundamente embebida e influenciada pelas realidades diárias da vida corporificada.

De qualquer forma, é compreensível que os usuários – e mesmo os pesquisadores/as – ainda tendam a transferir a forma como compreendemos o mundo sem mediação digital para ele. Algo perceptível até mesmo no fato de que chamamos de sites, portanto lugares, as plataformas, pois aprendemos a nos localizar espacialmente antes de adentrar na esfera on.

A associação entre o contexto midiático com lugares gerou, inclusive, paralelos questionáveis como o criado por Ray Oldenberg (cf. TURKLE, 2011) entre as comunidades online com as *off-line*. A hipótese dele de que as comunidades online seriam equivalentes atuais das antigas praças, centros comunitários e salões de cabelereiro não condiz com a forma como elas são criadas e operam, já que em contextos *off-line* somos obrigados a nos relacionar com vizinhos ou colegas de trabalho enquanto online criamos redes sociais a partir de interesses mais individuais assim como bloqueamos ou deletamos aqueles e aquelas com os quais não queremos mais contato. Devido a fatos como esse, tendo a concordar com Baym sobre o mito do ciberespaço e a análise de Sherry Turkle de que as redes que criamos *online* são marcadas por laços fracos (*weak ties*), mais fáceis de romper ou rearranjar.

A discussão sobre o ciberespaço é historicamente localizável no período de disseminação da internet, portanto em um período em que dependíamos mais de conceitos pretéritos para compreender uma nova realidade que, na visão da socióloga Christine Heine (2009), dentre outros, se insere e corrobora uma tendência histórica de descolamento entre cultura e território. Hoje em dia, isso é uma realidade, pois boa parte dos contatos já se dá de forma mediada. Assim, ao invés de denominar a internet ou um site de “lugar”, talvez seja mais profícuo compreendê-los como contextos culturais (HEINE, 2009). Como sublinha Danah Boyd (2009, p. 27): “A geografia não pode mais ser o enquadramento definidor da cultura; pessoas são parte de muitas culturas incluindo aquelas definidas pelos gostos, visão de mundo, linguagem, religião, redes sociais, práticas, etc”.

A discussão sobre a relação entre espaço e cultura teve precursores em estudos que buscaram romper com o territorial-cartográfico em busca de uma melhor compreensão das conexões entre pessoas que viviam em confronto com limites mapeáveis, mesmo porque, muitas vezes, negados ou restringidos por forças repressoras e/ou códigos morais. Refiro-me ao estudo clássico de Néstor Perlongher (2008) sobre a prostituição virial em São Paulo: *O Negócio do Michê*. Nele, o pioneiro dos estudos queer no Brasil desenvolveu seu conceito-chave de “código-território”, o qual lhe permitiu compreender o fluxo de conexões na esfera do desejo, pois é na afinidade-conectiva do código que

muitos encontram seu “território”⁸. Assim, a cultura toma o lugar do território como espaço ou, nos termos de Heine, se transmuta em “contexto cultural”, algo mais afeito à compreensão das relações sem território fixo ou, hoje em dia, mediadas digitalmente.

A despeito das reflexões que contestam a ideia de ciberespaço ou que a vida online possa ser compreendida apenas em seus próprios termos, estudos sobre o uso das mídias para criar substitutos para a vida *off-line* são viáveis. Sherry Turkle (2011) mostra que é expressivo o uso das mídias para criar vidas secundárias, muitas vezes na tentativa de compensar insatisfações e/ou frustrações com a que levamos no cotidiano. Trata-se de uma das formas possíveis de se fazer uso das novas mídias, ou seja, em busca de uma zona de conforto em relação à vivência cotidiana. O que gostaria de chamar à atenção é que esse uso das mídias não é único tampouco o principal. Na perspectiva de alguns pesquisadores, como Turkle (2011), chega a ser analisado como problemático por estimular e acolher subjetivações socialmente intransigentes.

Se boa parte dos estudos na esfera anglo-saxã prioriza análises a partir de marcos coletivos ou delimitados pelas plataformas, no Brasil, há uma maior quantidade de pesquisas com caráter predominantemente etnográfico⁹. Nenhuma das duas se revelou capaz de dar conta do caráter multifacetado das maneiras como as pessoas usam as mídias digitais. As primeiras tendem a privilegiar os intentos dos sites/criadores/comercializadores e as últimas a darem um peso excessivo aos usuários, daí considerar que a entrada etnográfica não pode prescindir de fontes teóricas, metodológicas e bibliográficas diversas. Entrevistas, observação participante, histórias de vida fornecem dados ricos e esclarecedores, mas apenas fontes sobre as relações antes do advento das mídias digitais permitem que nos aproximemos da compreensão do que rege seus usos no presente. Em suma, é fundamental associar a uma entrada etnográfica estudos históricos, sociológicos assim como etnografias sobre o mesmo tema feitas antes do advento das novas mídias.

Minha pesquisa se iniciou nos bate-papos, logo se tornou sobre o uso articulado de plataformas em busca de parceiros sexuais e amorosos do mesmo sexo, mas foi quando reconheci que, historicamente, homens que desejam outros homens têm sido constrangidos e ameaçados comecei a entender que um anseio de segurança marcava o uso que meus colaboradores fazem das mídias, assim, portanto, que encontrei o vínculo entre o presente e o passado. Ao retomar estudos anteriores sobre a busca de parceiros encontrei os elementos mais esclarecedores para compreender o uso contemporâneo que meus colaboradores fazem das mídias digitais. Assim, as mídias deixaram de parecer uma “revolução” em sua sociabilidade ganhando um papel melhor dimensionado, o de centro rearticulador de algo pré-existente, conferindo a elas um papel importante, mas menos determinante do que eu imaginava no início.

Em linguagem puramente metodológica, o deslocamento da pesquisa das mídias para seus usos vinculou essas tecnologias comunicacionais aos interesses sociais e subjetivos conferindo ao objeto de pesquisa contornos mais precisos e, portanto, mais promissores para a investigação

⁸ Os estudos queer derivam de uma vertente do feminismo que deu maior atenção ao papel da sexualidade e do desejo nas relações sociais. Para uma análise mais detida consulte Miskolci (2009). A maioria dos relatos históricos sobre Teoria Queer reconhece apenas sua origem nos Estados Unidos, mas é possível reconhecer trabalhos pioneiros nesta linha em outros países. No Brasil, destaca-se a forma como Néstor Perlongher (1987) passa a articular homo e heterossexualidade como interdependentes na definição de uma ordem política e social em sua obra *O que é aids*.

⁹ Para uma discussão metodológica introdutória ao estudo etnográfico da internet consulte Parreiras (2008).

alcançar resultados substantivos. Empiricamente, passei do interesse inicial pela internet como foco da pesquisa para a forma como as pessoas a usam, ou melhor, para o desejo que rege seu uso. Um desejo que precisa ser reconstituído em termos históricos, sociais e subjetivos, afinal ele expressa uma relação entre o que se quer com os valores e as condições tecnológicas atualmente existentes.

No caso de minha investigação, a busca – em segredo – de parceiros amorosos e/ou sexuais do mesmo sexo. Uma busca que já existia antes da internet e cuja origem reside na moral sexual brasileira ou, mais especificamente, na forma como nossa sociedade regula as relações entre pessoas do mesmo sexo como “toleráveis” desde que relegadas ao segredo, ao reino da invisibilidade e do silêncio. O regime de visibilidade na esfera sexual e amorosa ganhou o foco de minha investigação, pois nele reside a origem social e histórica da demanda de meus colaboradores por constituir relações secretas, possibilidade aparentemente potencializada pelas mídias digitais¹⁰.

De qualquer forma, nem tudo o que existe por meio das mídias digitais já existia. Ainda que a busca de parceiros amorosos de forma anônima seja anterior a essa tecnologia ela se dava dentro de um horizonte aspiracional muito diverso e restrito. O impulso para usar as mídias digitais se origina de necessidades e interesses *off-line*, mas elas modificam a busca e o horizonte de possibilidades dos agentes. Se, no passado, alguém podia buscar um amante por meio de anúncios em jornais ou revistas, na rede seu universo de parceiros em potencial é drasticamente ampliado assim como os termos em que se desenvolvem as buscas atuais (cf. ILLOUZ, 2006)¹¹.

Reconhecer as continuidades entre o passado e o presente também auxilia a evidenciar as verdadeiras rupturas, as quais, mesmo sendo novidades podem ser melhor analisadas em contraste com o que se dava antes do acesso às mídias digitais.

Novas formas de socialização e pesquisa

Recordo-me até hoje o dia em que vi um executivo falando sozinho na Avenida Paulista. Minha reação foi a de identificá-lo como alguém com problemas mentais, mas paramos lado a lado na hora de atravessar a rua e percebi que ele falava sobre trabalho com outra pessoa. Os fones de ouvido com um pequeno dispositivo no fio me levaram a desconfiar – o que depois confirmei – que haviam inventado um microfone para falar sem segurar o telefone móvel. Naquele momento, reconheci sorrindo como novas tecnologias podem gerar reações antigas nas pessoas, no caso, em mim mesmo.

Ainda tendo a reagir com surpresa ao ver alguém falando, sem o telefone no ouvido, enquanto anda pelas ruas. Trata-se de uma reação automática e antiquada que me ajuda a entender a estranheza com que minha mãe ainda tem ao ver pessoas discutindo questões pessoais e íntimas por meio do celular, no espaço público. Ela se sente incomodada e sem jeito enquanto percebo que os jovens agem assim como a coisa mais natural do mundo.

¹⁰ Sobre esse regime de visibilidade consulte meus artigos “A Gramática do Armário: notas sobre segredos e mentiras em relações homoeróticas masculinas mediadas digitalmente” (MISKOLCI, 2012) e “Machos e Brothers” (MISKOLCI, 2013).

¹¹ Illouz explora detidamente como a busca de parceiros online é regida por uma lógica que classifica como mercadológica, já que marcada pela crença liberal no indivíduo capaz de fazer a melhor escolha entre as opções, no caso parceiros/as, disponíveis. Sua análise, no entanto, exige ser contextualizada na esfera heterossexual norte-americana. Ela não dá conta de realidades como as que exploro em minha pesquisa já citada, na qual o que rege a busca de parceiros é um desejo de adequação e reconhecimento social. Sobre o tema, consulte Miskolci (2013).

Os exemplos acima ajudam a evidenciar um fenômeno corrente, até mencionado, mas que poderia ser investigado em maior detalhe. Refiro-me à forma como a disseminação do uso dos telefones fixos começou a borrar as fronteiras entre público e privado na segunda metade do século XX até que o uso dos celulares, por sua vez, aprofundou esse borramento permitindo que as pessoas se inserissem no espaço público carregando consigo sua vida pessoal, seu trabalho e até sua intimidade.

Desde o final do século XX, vivemos uma reconfiguração entre público e privado, os quais são rearticulados transformando nossa experiência cotidiana profundamente. Pensemos no já citado uso de celulares em público, o qual se dá de forma que as pessoas – ao dialogarem com alguém em voz alta – pressupõem que serão tratadas como anônimas e até mesmo ausentes (cf. TURKLE, 2011). Algo impensável até pouco tempo insinua que estamos começando a viver em uma era em que o pessoal e o íntimo não apenas adentram na esfera pública, mas passam a transformá-la de forma que demandas individuais forcem as coletivas, como a já antiga demanda de privacidade e o protocolo de reservar o íntimo à privacidade de espaços como a casa.

A rearticulação entre público e privado tem consequências éticas para as pesquisas com o uso de mídias digitais. Em contextos *off-line*, entrevistas definem mais claramente que as falas colhidas serão utilizadas em um trabalho científico e, em uma etnografia, a aproximação com os sujeitos de pesquisa costuma ser paulatina, a partir da esfera pública e adentrando aos poucos na intimidade. Nas mídias digitais, diferentemente, costuma-se criar contato no privado de forma que a relação investigador/a-colaborador/a de pesquisa permite mais rapidamente acesso à intimidade, uma aparente vantagem que não deixa de criar embaraços e, sobretudo, dilemas éticos.

O que desses diálogos íntimos por mídias digitais pode ser trazido ao discurso científico, público mesmo que dirigido a uma audiência seleta e pequena? Uma resposta provisória seria a de apenas o que os/as colaboradores/as na pesquisa permitirem expressamente, ainda assim com o cuidado indispensável de jamais usar os nomes verdadeiros de entrevistados e/ou fornecer dados pessoais que possam identificá-los. Mesmo quando eles/as sugerirem ou pedirem para serem mencionados devemos manter esse procedimento ético consolidado.

O uso de fotos também precisa ser autorizado e usado com parcimônia e cuidado para tornar as pessoas não-identificáveis. Luiz Felipe Zago (2009), em sua pesquisa sobre um site de busca de parceiros refletiu sobre o caráter impreciso até mesmo da legislação vigente para definir se as imagens online, mesmo quando “abertas”, podem ou não serem reproduzidas. Sua opção pela descrição cuidadosa e analítica das imagens ao invés da reprodução prova que é possível fazer bom uso desses dados de pesquisa sem expor ninguém a constrangimentos.

É importante ressaltar que esses cuidados com imagens pessoais não precisa ser expandido para todo conteúdo disponibilizado livremente online. Um quadro, gráfico ou mapa de site pode ser reproduzido para a melhor compreensão de quem lê a pesquisa desde que devidamente referenciado, ou seja, conferindo a autoria, o endereço e a data de acesso. Casos particulares precisam ser analisados com cuidado, análise guiada pelo compromisso ético e também legal de não romper com normas. Daí ser fundamental informar-se sobre a legislação vigente na época da pesquisa e/ou consultar um profissional especializado para não incorrer em infração por ignorância.

Mesmo seguindo as premissas de jamais identificar colaboradores/as ou cometer infrações relativas a direitos autorais surgirão dúvidas sobre o que expor e o que omitir. Não há regras para questões dessa ordem, nas quais deve vigorar o bom-senso e a manutenção do selo do “contrato etnográfico”, ou seja, a manutenção da confiança mútua. Sempre é possível fazer uso sábio de dados de campo, ou seja, sem associá-los diretamente à fala ou ação de um ou mais colaboradores/as na investigação. Fato imprescindível quando adentramos na descrição e análise da zona cinza do rompimento de normas sociais ou legais com os quais podemos nos deparar em campo. Em outras palavras, ao nos referirmos a certos atos ou analisarmos um comportamento recorrente podemos fazê-lo sem nos referirmos, mesmo que indiretamente, a um/a dos/as colaboradores/as. Assim, trazemos ao discurso dados relevantes encontrados em campo sem constranger nossos/as colaboradores/as.

Espero ter tornado mais visível como um fenômeno social contemporâneo, o uso crescente de mídias digitais, está – ao mesmo tempo – transformando nossa vida social e pessoal e a forma como pesquisamos. Além dos desafios metodológicos, esse fato mostra que antigas divisões esquemáticas e já insuficientes para compreender o social e o íntimo como a divisão público-privado agora estão em franca dissolução tensionando positivamente nossas fontes teóricas. Ana Maria Nicolaci-da-Costa (2002) afirma que o que compreendemos como subjetividade está passando por uma inflexão histórica, uma verdadeira revolução só comparável à que o Ocidente viveu durante a primeira Revolução Industrial.

Nesse contexto de transformação profunda e de consequências ainda incertas, as antigas teorias sobre o social precisam ser reavaliadas e atualizadas. Em especial, destaco o tema clássico da relação indivíduo-sociedade, já que agora as novas mídias permitem a criação – em rede – de comunidades de interesses, afinidades ou identidades que contrastam e até tensionam as historicamente constituídas de forma vertical pelas antigas mídias em acordo com interesses estatais e/ou mercadológicos.

Não é de se estranhar que as mídias digitais ganhem força justamente em meio à decadência dos Estados nacionais e outras formas de construção de identidades coletivas pretéritas. Elas potencializam a formação de laços de afinidade distintos em que o comercial, o político e o íntimo se entrelaçam de maneiras novas. Refiro-me a essas três dimensões porque as mídias são, principalmente (se não primordialmente), um espaço comercial, parte do mercado, mas nelas é possível se socializar a partir da vida pessoal, o que não equivale a uma necessária despolitização, ao contrário, há muitas evidências de politização da intimidade e constituição de laços a partir de características individuais anteriormente invisibilizadas, ignoradas ou, pura e simplesmente, recusadas coletivamente.

O contexto mercadológico e comercial das mídias digitais facilita e até incentiva a segmentação, seu grande atrativo e potencial na transformação de como nos inserimos na coletividade. Destaco como as novas mídias digitais permitem a inserção de pessoas que antes eram relegadas a um limbo social como pessoas com deficiências, sexualidades dissidentes e muitas outras expressões individuais de diferenças que a sociedade construída verticalmente tendia a recusar ou relegar à invisibilidade, mas que a atual, em rede, permite um acolhimento mínimo, mas promissor.

Pessoas que antes se sentiam únicas eram relegadas a contextos discriminatórios e a um isolamento que reforçava nelas um sentimento de solidão que as enfraquecia, agora podem fazer contato com outras como elas, ou que as respeitam, rompendo o ciclo da discriminação, isolamento e solidão que, mais frequentemente do que gostaríamos de constatar, as levava até mesmo a perecer.

As teorias sociais desenvolvidas em meio à consolidação da era industrial e da vida urbana compreensivelmente enfatizavam fenômenos econômicos e políticos como as tensões envolvendo mercado, Estado e um nascente movimento trabalhador enquanto as psi detinham-se nas experiências íntimas envolvendo a nova configuração da família urbana. Na verdade, tratavam-se de fenômenos relacionados e interdependentes, mas que tenderam a ser vistos como distintos e/ou separados devido a um enquadramento histórico que separava público e privado.

Hoje, temos elementos históricos e teóricos suficientes para perceber que aquele enquadramento era questionável e, no presente, restritivo demais para o que compreendemos como subjetividade e sociedade. Tanto as teorias sociais como as psicanalíticas passam por uma reavaliação, a qual, sugiro, deveria também incluir um maior intercâmbio e influência mútua do que se passou na maior parte do século XX. Necessidade que se revela com mais força para aqueles/as que pesquisam com mídias digitais ou tentam compreender seus usos, quer se voltando para o desejo que os guia ou para as suas consequências.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Luiza Beth Nunes; FERNEDA, Edilson; SANTANA, Gislane Pereira. Inclusão digital e inclusão social: contribuições teóricas e metodológicas. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 32, p. 154-177, jun. 2010.
- ANDERSON, Benedict. **Imagined communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. London: Verso, 1983.
- BAYM, Nancy K. **Personal connections in the digital age**. Cambridge: Polity Press, 2010.
- CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- CENTRAL do Brasil. Direção: Walter Salles Júnior. Produção: Martire de Clermont-Tonnerre e Arthur Cohn. Intérpretes: Fernanda Montenegro; Marília Pera; Vinicius de Oliveira; Sônia Lira; Othon Bastos; Matheus Nachtergaele e outros. Roteiro: Marcos Bernstein, João Emanuel Carneiro e Walter Salles Júnior. [S. l.]: Le Studio Canal; Riofilme; MACT Productions, 1998. 1 bobina cinematográfica (106 min), son., color., 35 mm.
- ILLOUZ, Eva. Romance and Rationality on the Internet. American Sociological Association, 2006.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2005.
- MATTOS, Fernando Augusto Mansor de; CHAGAS, Gleison José do Nascimento. Desafios para a inclusão digital no Brasil. **Perspect. ciênc. inf.** [online], v.13, n.1, p. 67-94, 2000.
- MISKOLCI, Richard. O armário ampliado: notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet. **Gênero**, Niterói: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG, v. 9, n. 2, p. 171-190, 2009.

MISKOLCI, Richard. A gramática do armário: notas sobre segredos e mentiras em relações homoeróticas masculinas mediadas digitalmente. In: PELÚCIO, Larissa *et al.* **Olhares plurais para o cotidiano**: gênero, sexualidade e mídia. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. p. 35-55.

_____. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 1, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

_____. Machos e brothers: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas online. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: IEG-UFSC, 2013. (No prelo).

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Revoluções tecnológicas e transformações subjetivas. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília: Instituto de Psicologia-UnB, v. 18, n. 2, p. 193-202, maio/ago. 2002.

PARREIRAS, Carolina. Sexualidades no ponto.com: espaços e homossexualidades a partir de uma comunidade online. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UNICAMP, Campinas, 2008.

PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê**: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

_____. **O que é aids?** São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos, n. 197).

SIBILIA, Paula. **O show do eu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SOUZA, Jessé de. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TURKLE, Sherry. **Alone together**: why we expect more from technology and less from each other. New York: Basic Books, 2011.

ZAGO, Luiz Felipe. **Masculinidades disponível.com**: sobre como dizer-se homem gay na internet. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRGS, Porto Alegre, 2009.

Estar e não estar lá, eis a questão: pesquisa etnográfica no Second Life

Being and not being there, that is the question:
ethnographic research in second life

Débora Krischke Leitão – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Laura Graziela Gomes – Universidade Federal Fluminense – UFF

RESUMO

Partindo de nossas experiências de pesquisa no Second Life, discutimos nesse artigo algumas particularidades da etnografia em ambientes digitais imersivos online. Nossas reflexões versam sobre a noção de ambiente e sua importância no trabalho de campo, sobre os desafios gerados pelo processo de dividualização característico dos mundos virtuais 3D e sobre os engajamentos recíprocos entre o pesquisador e seu avatar.

Palavras-chave: Etnografia. Mundos virtuais. Second Life. Internet.

ABSTRACT

Departing from our research experience in Second Life, we discuss in this article a few particularities of ethnography in digital immersive online environments. Our reflections concern the notion of environment and its importance to fieldwork, the challenges generated by the process of dividualization characteristic of 3D virtual worlds and the reciprocal engagements between the researcher and his avatar.

Keywords: Ethnography. Virtual worlds. Second Life. Internet.

No primeiro número da *Journal of Virtual Worlds Research*, Mark Bell (2008) define um mundo virtual como uma rede mediada por computadores, sincrônica e persistente de pessoas representadas por meio de avatares. Dentre os mundos virtuais existentes atualmente, o Second Life certamente é o mais conhecido e mais populoso. A plataforma foi aberta ao público em 2003 pela empresa norte-americana *Linden Labs* e possui cerca de um milhão de usuários ativos.

Muitos outros mundos virtuais, como os jogos conhecidos como MMORPG¹, também são dotados das características mencionadas por Bell (2008). Ao contrário de tais jogos, entretanto,

¹ Jogo de interpretação de personagens online e em massa para múltiplos jogadores (Massively multiplayer online role-playing game), sendo o *World of Warcraft* (WoW) o mais popular deles, com cerca de 10 milhões de contas ativas até 2011.

no Second Life não há objetivos específicos a serem alcançados ou missões a serem cumpridas. Podemos dizer que no SL² os usuários determinam suas próprias atividades no mundo, sem que haja uma linha narrativa prévia ou um plano de jogo compartilhado, anterior às vivências no mundo.

Outra característica importante dos mundos virtuais, especialmente para os propósitos desse artigo, é o fato de serem uma rede sociotécnica de avatares, conforme Mário Guimarães Jr. (2004). O corpo do avatar é parte ativa do processo de existir e interagir com e no ambiente. Assim, realizar pesquisa num mundo virtual, como abordaremos de modo mais detalhado a seguir, pressupõe a criação de um avatar e isso implica a construção de sua aparência, sem dúvida, mas também sua socialização na plataforma a partir de uma identidade própria.

Unindo todas essas características, acreditamos ser a imersão o principal diferencial dos mundos virtuais, demarcando inclusive suas fronteiras com relação a outras plataformas digitais *online*. A imersão poderia ser relacionada com a produção de presença e, no caso dos mundos virtuais, teríamos um tipo de presença no qual não apenas temos a sensação de que o outro está presente, mas no qual sentimos que estamos lá, noutro ambiente, nesse caso um ambiente digital e virtual.

Especialmente por seu caráter imersivo, os mundos virtuais 3D impõem desafios metodológicos e epistemológicos bastante específicos. Antes de iniciarmos nossas pesquisas de campo no SL tivemos outras experiências de pesquisa de campo na Internet³, sem que todavia os problemas metodológicos que se colocavam fossem os mesmos.

Nosso objetivo nesse artigo é discutir algumas dessas problematizações geradas a partir de nossa experiência enquanto antropólogas realizando etnografia em mundos virtuais tridimensionais. Não se trata de um roteiro ou manual descrevendo nossas rotinas de pesquisa e sim de uma reflexão sobre os desafios metodológicos – e existenciais – que enfrentamos durante nossas pesquisas de campo no mundo virtual *Second Life*⁴.

Para tanto, iniciamos com uma discussão sobre a importância do ambiente na pesquisa de campo, especialmente quando estamos falando num ambiente digital, e sobre os fluxos de pessoas e informações entre diferentes plataformas. Trazemos a seguir reflexões sobre o processo de dividualização que se instaura com o ingresso e participação em mundos virtuais, processo esse também vivido pelos que se dedicam a pesquisá-los. Por fim, abordamos a “avatarização”⁵ e os engajamentos recíprocos entre usuários e seus avatares, sugerindo que nas etnografias produzidas a partir de contextos online essa dimensão mais existencial da pesquisa não pode ser negligenciada.

² Os residentes do *Second Life* costumam se referir a esse mundo virtual como SL, em oposição ao uso que fazem do termo RL, *Real Life*. Quando aqui utilizados tais termos conservam seu sentido coloquial, “nativo”, não sendo por nós aqui utilizados enquanto categorias analíticas ou conceitos.

³ Para um detalhamento dessas experiências anteriores de pesquisa, cf. Laura Gomes (2007) e Débora Leitão (2011).

⁴ Laura Graziela Gomes iniciou sua pesquisa no *Second Life* em julho de 2007, data de criação de sua avatar Colete Jacobus. Débora Krischke Leitão, por sua vez, criou a avatar Ruth Latour e iniciou sua etnografia em julho de 2010.

⁵ Utilizamos o termo “avatarização” e/ou “ser avatarizado” no sentido equivalente ao termo “humanização” e “humanizar” quando atribuímos qualidades humanas a animais, fenômenos naturais, objetos, coisas, etc.

MAS AFINAL, ONDE É O “ESTAR LÁ” DO TRABALHO DE CAMPO EM MUNDOS VIRTUAIS?

A partir do ingresso no *Second Life* vários desafios de ordem prática, técnica, corporal e psicológica se colocam. De repente nos vemos diante da impossibilidade de garantir um “estar lá” nos mesmos termos do trabalho de campo analógico, aquele que é narrado em prosa e verso e que se inicia tão somente quando o/a antropólogo/a empreende um tipo de deslocamento no tempo e/ou no espaço.

Na maioria das vezes esse deslocamento, na antropologia tradicional, segundo Akhil Gupta e James Ferguson (1997) pressupõe uma separação física entre o local onde será realizada a pesquisa e o local onde se vive, o campo e a casa, lá e aqui, marcando essencialmente a diferença entre o local onde dados são coletados e o local onde esses mesmos dados serão analisados e interpretados. A partir dessa polarização espacial produz-se uma hierarquia de lugares passíveis de ser entendidos enquanto campo. Como sugere James Clifford (1997, p. 54),

[...] a própria palavra campo conjura imagens mentais de espaço aberto, cultivo, trabalho, solo. Quando alguém fala de trabalho de campo ou ir a campo, desenhamos imagens mentais de um lugar distinto, com um lado de dentro e um lado de fora, atingido por práticas de movimento físico. Essas imagens mentais focam e constroem definições. Por exemplo, elas tornam estranho dizer que um antropólogo/a falando ao telefone em seu escritório esteja fazendo trabalho de campo – mesmo se o que tiver acontecendo for uma interativa e disciplinada coleta de dados etnográficos.

Em um ensaio intitulado *Estar lá*, Clifford Geertz (2005) discutiu como as relações presenciais entre antropólogo/a e nativos/as inevitavelmente influenciam não apenas o trabalho de campo, mas muito particularmente a escrita antropológica, tornando-se um critério decisivo para a validação do trabalho como um todo, tanto de sua qualidade teórica quanto literária. Para o autor, o/a antropólogo/a encarnaria paradigmaticamente uma forma de encontro com o desconhecido e com os “outros”. Menos importância, no entanto, é dada ao lugar, ao ambiente físico no qual acontece o encontro.

No final das contas, é como se a experiência de “estar lá” se realizasse única e exclusivamente através das relações recíprocas unicamente entre pessoas, sejam elas habitantes de cidades, florestas tropicais ou ilhas. Como podemos depreender do ensaio de Geertz (2005), essa abordagem eminentemente cultural não confere ao meio-ambiente *per se* muito poder de agenciamento. Topografia, materialidade, as relações com a física ou ainda com essa categoria igualmente abrangente chamada de meio-ambiente, é relativamente pouco explorada.

Para o autor o ambiente parece ser muito mais o resultado das ações de um grupo humano *sui generis* que se instala nele e acaba imprimindo-lhe suas características, estas por sua vez entendidas como parte de uma singularidade humana pré-existente e que passa a ser transferida para o ambiente, e não o contrário. Em boa medida a antropologia analógica é tributária do preconceito ocidental e cristão de que apenas os grupos humanos possuem o poder de afetarem o meio-ambiente, para o bem ou para o mal, ao moldá-lo às suas vontades e necessidades e nunca o contrário, ou seja, nunca se parte do pressuposto de que a singularidade desses grupos deve-se também ao fato

de viverem em um determinado território, lugar e terem sido profundamente afetados por todas as suas características físico-espaciais ao longo do tempo. Diante do exposto, se concordamos que a segunda condição é tão real e possível quanto a primeira, somos levados a perguntar: de que maneira um determinado espaço, sua física e materialidade, independentemente das concepções nativas de natureza, interferem ou não, impõem-se à observação e ao trabalho de campo?

É possível que esta questão pareça menos pertinente quando se trata de trabalho de campo presencial ou analógico, mas ela passa a ser fundamental no momento em que a investigação antropológica deixa de ser praticada nessas condições, e no qual as relações com os grupos humanos estudados não são mais estabelecidas diretamente, face a face, mas via avatares, em ambientes artificiais, promovidas (e não somente mediadas) pela interferência direta de máquinas, sistemas e outros objetos técnicos.

Numa antropologia analógica, na qual a centralidade humana se exerce ainda pela presencialidade baseada na unidade ou integridade corpo/mente, reflexões sobre o “estar lá” podem não considerar o ambiente, o lugar, podendo até tomá-lo como um “efeito” secundário dessa mesma presencialidade. Mas isso não ocorre numa antropologia digital onde a centralidade dos humanos se encontra profundamente desestabilizada, ou seja, a presença humana não é mais direta, mas materializada ou visível apenas por outras formas, e completamente fundida a outras formas de presença igualmente postas em evidência: máquinas, objetos técnicos e tecnologia que, para pesquisar, precisaremos aprender a manipular.

Para começar, é fundamental dizer que para chegarmos àquele mundo, primeiramente teremos de acreditar na sua existência, concordando com o fato de que um computador e alguns softwares possuem o poder de nos levar até ele, e que este lugar para onde iremos se encontra em parte dentro do computador e em parte em nossa imaginação.

Clifford (1997) sugere que na maioria dos textos etnográficos os meios de transporte que executam a viagem do aqui ao lá, da casa ao campo, tenham desaparecido. Tecnologias ou artefatos como o barco, o jipe, o avião seriam pouco enfatizadas nas narrativas etnográficas porque remetem a trânsitos contínuos entre dois horizontes de alteridade, trânsitos que não se acabam com o trajeto inicial de deslocamento rumo ao campo. O discurso etnográfico separa o estar lá da viagem em si, do chegar lá. E, em se tratado de uma antropologia da e na Internet, a tecnologia digital é tanto o meio de transporte que executa a viagem quanto o ambiente no qual o campo acontece.

Mas onde começa e onde termina o campo? Uma ampliação dos limites da plataforma que percebemos ser frequente é a participação de alguns usuários do *Second Life* em outros mundos virtuais 3D. Em muitos casos, seus avatares em mundos distintos têm o mesmo nome, e inclusive aparência semelhante. É como se o sujeito-avatar, embora mantido no mundo virtual, ultrapassasse os limites do programa.

Temos identificado outras plataformas onde avatares se apresentam e interagem, muitas vezes referidas nos próprios perfis dos avatares *inworld*⁶. Muitos avatares tem perfil no *Facebook* ou *Orkut*, utilizados tanto para contatos com seus amigos do *Second Life* quanto para fazer novos contatos.

⁶No *Second Life* a expressão *inworld* é utilizada para indicar tudo aquilo que acontece dentro do mundo. É utilizada como uma única palavra, não hifenizada, e geralmente empregada em oposição a outros “lugares”/plataformas: listas de discussão, sites de fóruns, redes de blogs, etc.

Muitos avatares também possuem *Twitter*, *blog*, conta no *Youtube* para divulgar seus vídeos, conta no *Flickr* para divulgar suas imagens e MSN próprio para conversar com amigos-avatares do *Second Life*. Não estamos nos referindo aqui a contas e perfis da pessoa que criou o avatar *Second Life*, e sim a contas e perfis criadas para o próprio avatar e sua rede de relações.

Assim, ao perceber essa interação estendida para além da plataforma, resolvemos também ampliar nossa presença para além do mundo virtual 3D. O deslizamento da imersão etnográfica para além de fronteiras bem delimitadas e a pluralização de localidades de observação e interação não são, entretanto, uma exclusividade das pesquisas antropológicas do e no ciberespaço.

A distinção entre plataformas e ambientes, tal qual proposta por Guimarães Jr. (1999), parece-nos apropriada para discutir a importância, em termos metodológicos, de uma flexibilização dos limites do campo quando estamos realizando pesquisas na Internet. O autor apresenta o conceito de ambiente

[...] a partir de sua distinção com o de plataforma, consistindo estas nas configurações técnicas que dão suporte à sociabilidade online, os programas e suas conexões. Os 'ambientes', por sua vez, correspondem aos espaços simbólicos engendrados pelos grupos, dentro dos quais transcorrem as práticas societárias, podendo ser constituídos por mais de uma plataforma (GUIMARÃES JR., 1999, p.11).

No caso do *Second Life*, nossa participação noutras plataformas de sociabilidade, acompanhando o ambiente da rede sociotécnica de avatares, tem garantido não só a manutenção e intensificação de relações de pesquisa estabelecidas *inworld*, mas igualmente a criação de novas relações, que são, em muitos casos, posteriormente estendidas para a plataforma SL. Ao mesmo tempo, essa participação na rede de avatares para além do SL possibilita que consigamos manter as interações com o campo mesmo quando estamos impossibilitadas, por razões técnicas, por exemplo, de conectar e participar com nossos corpos digitais de avatares no mundo virtual.

Ainda quanto aos limites e fronteiras do campo, a questão da pesquisa se dar apenas no *online* ou englobar o *off-line* é merecedora de debate. Daniel Miller e Don Slater (2004; 2000) criticam a oposição entre *on* e *off-line* e argumentam que esta não deve ser tomada como um ponto de partida metodológico. Segundo os autores, é preciso balizar os fenômenos estudados *online* com seus contextos mais amplos, frequentemente fazendo uso de pesquisas *on* e *off-line* de maneira simultânea.

Tom Boellstorff (2008), por sua vez, concorda apenas parcialmente com os argumentos de Miller e Slater, discordando do pressuposto de que a pesquisa etnográfica na Internet precise incorporar necessariamente o encontro entre o pesquisador e os sujeitos estudados fora da web. Segundo o autor, o argumento de que é preciso estudar também o *off-line* para fornecer à pesquisa um contexto, presume que os ambientes *online* não sejam eles mesmo um contexto. Assim, o autor acredita que seja possível realizar etnografias apenas *online*, já que este universo teria sua própria autonomia.

Em nossas experiências prévias de pesquisa do e no ciberespaço temos procurado primeiramente analisar a relevância da distinção *on* / *off* para os próprios sujeitos, nossos interlocutores de pesquisa. Se as interações sociais *online* são por eles estendidas para o *off-line*, através de encontros fora do ambiente digital, seria relevante que o pesquisador seguisse esses fluxos e deslocamentos,

incluindo o *off-line* em sua pesquisa. No caso do *Second Life* temos observado a regra assumida por muitos residentes de manter separado o mundo de lá e o mundo de cá. Esse desejo tem sido respeitado e encontros *off-line* entre pesquisador e pesquisados tem acontecido apenas quando são propostos por nossos interlocutores de pesquisa, e não enquanto obrigação ou necessidade de verificação ou realização de nossas interações no mundo virtual.

Os limites e as relações entre o *on* e o *off* não podem ser apriorísticos, mas definidos pelo próprio campo. Estudar um mundo virtual como o *Second Life* em seus próprios termos, assim, não implica de antemão optar por realizar uma pesquisa no online, excluindo a interação presencial, analógica. Estudar um mundo virtual em seus próprios termos implica reconhecer que as definições e teorias nativas sobre a distinção *on* e *off* são muito mais relevantes do que nossas definições teóricas prévias à entrada em campo.

No *Second Life*, aliás, os limites entre *on* e *off* encontram-se particularmente bem demarcados. Uma máxima frequente entre os residentes, proferida tanto por novatos quanto por experientes, é “SL é SL, RL é RL”, remetendo a um desejo de anonimato e de independência da segunda vida com relação à primeira. Um fenômeno que pode ser lido e explicado a partir de separação entre *on* e *off* como um valor é a resistência, por parte de um grande número de residentes, em utilizar a ferramenta de conversa por voz, através de microfone.

Em 2007, quando da introdução dessa inovação técnica no *Second Life* houve, inclusive, uma série de protestos e passeatas de avatares contrários ao uso da voz no ambiente. Ao que parece, a introdução da voz humana na interação entre avatares desrealiza a ficção, a fantasia, ao mesmo tempo em que pode trair a própria imagem ou a reputação de seu avatar naquele contexto. A voz é problemática, porque introduz o dado realista, ele é uma infiltração brusca da *real life* na segunda vida. Assim, o uso da voz pode ser percebido pelos residentes como uma quebra da imersão.

A tensão entre RL e SL, por certo, varia de acordo com o tipo de experiência vivida pelo residente. A separação entre as duas dimensões não é absoluta e tampouco pode ser generalizada enquanto regra. Embora muito frequente, em alguns casos ela é atenuada. Percebemos, por exemplo, que entre alguns grupos de residentes brasileiros é mais comum esse deslizamento da RL para dentro da segunda vida, tanto pelo uso de *voice* quanto de *webcam*. Essa prática acontece inclusive em interações de cunho sexual, sendo chamadas pelos residentes de *hot voice*. Mas tais casos, como dissemos, são uma exceção, sobretudo no que diz respeito a interações sexuais entre os residentes.

Em nossas experiências de pesquisa algumas trocas de informações sobre a RL aconteceram, assim como encontros *offline*. Acreditamos que uma certa abertura nas conversas sobre a *real life* sejam mais frequentes conosco porque nossa própria identidade enquanto pesquisadoras foi construída deixando explícita nossa identidade fora do *Second Life*. Em nosso perfil do SL a informação de que somos pesquisadoras é visível, contando inclusive com links para nossos sites e currículos.

OS DOIS (OU MAIS) CORPOS DAS PESQUISADORAS

Em seu deslocamento do trabalho de campo analógico o/a pesquisador(a) segue carregando consigo todo seu equipamento corporal e mental/psíquico para realizar *in locu* suas observações

e usando diretamente seus sentidos. Sua visão, audição, tato, olfato, paladar serão instrumentos de pesquisa relevantes, mesmo que se faça acompanhar de outros equipamentos técnicos.

Como dissemos, no *Second Life* o rompimento com a presença humana, tal como a concebemos na antropologia presencial e analógica, torna-se o ponto de partida da experiência de estar lá. No ato inaugural de entrada em campo temos uma situação completamente diferente do cânone malinowskiano e realista da antropologia. Metáforas ou analogias à parte, ficamos cientes da impossibilidade de contarmos com o nosso equipamento corporal biológico e analógico desde o começo da viagem.

Não sabemos *a priori* quais as implicações disso em relação aos nossos sentidos, fato que, de saída, impõe muitos questionamentos: e o primeiro deles é perguntar se diante da impossibilidade radical de garantirmos nossa presença em termos de corpo e mente unidos, este lugar possuirá algum estatuto de realidade etnográfica ou mesmo de realidade. Dito de outro modo, como saber se do ponto de vista antropológico é crível afirmar que fez pesquisa de campo sem a participação de seu corpo biológico/analógico, ou sem a participação direta de seus sentidos, mas ainda usando outro corpo, no caso um corpo digital e tendo seus sentidos inteiramente mediados pelos equipamentos e sistemas técnicos?

Ao se tomar a premissa largamente disseminada na cultura ocidental de que a condição humana compreende um corpo e mente unidos de forma indissolúvel, até que a morte os separe, como fazer para assegurar e afirmar que se “esteve lá”, em um lugar feito de pixels e para o qual o seu acesso implicou a utilização de máquinas, softwares e avatares. Enfim, se pode parecer lógico para todos quando se afirma que esteve lá ao transportar-se com seu equipamento biológico, corpo/mente unidos, para pesquisar um grupo indígena amazônico, como afirmar o mesmo no caso da pesquisa em ambientes digitais imersivos?

Disso decorre outra questão importante, qual seja, quem é de fato o nativo a ser encontrado ou investigado nesses ambientes. Tal qual a própria antropóloga que estará ali imbricada à tecnologia, este nativo não pode ser entendido como um outro humano apenas, sendo tão híbrido quanto o/a pesquisador(a). Como o/a pesquisador(a), os demais usuários humanos só estarão presentes se conectados a avatares, misturados às máquinas e programas, portanto expostos às mesmas circunstâncias de dividualização e de desestabilização em relação à unidade de seus corpos/mentes.

Dito isso, pode parecer que o problema está solucionado, mas não é bem assim: sabemos que também continuamos do lado de cá da tela, como testemunha ocular do que se passa do lado de lá, pois sabemos que se chegamos a ir a algum lugar, não nos deslocamos por completo e algo nosso permaneceu do lado de cá unido ao nosso corpo biológico/mente e que, portanto, continuamos a participar da pesquisa como observadoras ativas.

A maioria dos trabalhos acadêmicos a respeito de tecnologias imersivas discorre sobre os aparelhos de realidade virtual (RV), e não sobre mundos virtuais como o *Second Life*. De acordo com Frank Biocca (1997), o tipo de imersão obtido pelos aparelhos de realidade virtual necessitaria em primeiro lugar de um bloqueio do mundo físico, externo, dos sentidos do corpo fisiológico. Nos aparelhos de realidade virtual faz-se uso de visores e luvas especiais, e controles de movimento que literalmente enclausuram o usuário na experiência de realidade virtual a ser vivenciada. De certo

modo, deixa-se de existir em um ambiente, o físico, para poder ingressar no outro. No caso dos mundos virtuais, no entanto, esses dispositivos não são utilizados, faz-se uso apenas de computadores convencionais, domésticos, seus monitores e periféricos.

Assim, mais do que um deslocamento do corpo físico para o corpo digital, nos mundos virtuais parece ser possível estar nos dois lugares ao mesmo tempo, embora em corpos distintos, isto é, sob a forma humana e sob a forma de um avatar. Como sugere Lucia Santaella (2003, p. 313), “em ambientes virtuais, o corpo está realmente dividido em duas mídias distintas”. É preciso, assim, ter e saber usar um corpo digital não apenas no lugar de, mas acrescido ao corpo biológico/analógico para poder passar a frequentar aquele novo ambiente.

Os mundos virtuais apresentam um paradoxo no que concerne a imersão e sua relação com o corpo físico/fisiológico. Suspeitamos que também neles seja necessário um bloqueio de certos sentidos e acionamento de outros para que os efeitos imersivos sejam alcançados, assim como nos aparelhos de realidade virtual. Todavia, tanto o bloqueio quanto o acionamento dos sentidos parecem ser provisórios e bastante frágeis, prontos a serem quebrados a qualquer minuto caso a conexão com a Internet falhe ou o telefone, no mundo físico, toque. Ao contrário dos aparelhos de realidade virtual, no uso de mundos virtuais a visão não está direcionada apenas para o que acontece “dentro”, e em certa medida estamos cientes do contato entre os dois mundos a cada deslizar dos dedos no teclado ou ato de manipular o mouse.

Uma forma de sair do impasse cognitivo que este fato pode promover seria considerar uma segunda premissa igualmente presente no pensamento ocidental, aquela de que humanos não são seres cujos corpos e mentes constituam uma unidade indissolúvel, mas que ambos podem ser separáveis, desde que se acredite tratar-se o corpo biológico como algo transitório e, assim sendo, apenas uma das moradas temporárias do humano. Uma vez liberada do fardo orgânico, seja através da morte, do transe místico ou religioso, ou através da imaginação ou fantasia e, por último através da associação destas com a técnica, a mente e/ou espírito estariam livres para se deslocarem de um corpo a outro e, dessa forma, estariam lá onde quer que fosse.

Não é preciso dizer que algumas heterotopias contemporâneas partem dessa premissa mística e transcendente em relação à tecnologia. Porém, mesmo tomando-se seriamente esta possibilidade, é preciso pensar sobre ela teoricamente e não naturalizá-la enquanto verdade, porque se trata de uma crença. Se a tecnologia e a física dos mundos virtuais acabam por fazer com que seus usuários abracem essas crenças, tal fato merece ser estudado como um problema sócio-antropológico.

Mas neste caso isso implica pensar que o estar lá dependerá em boa medida de suas próprias crenças a respeito dessa matéria e da forma como sua consciência será ou já se encontra afetada pelos usos da tecnologia para perceber a realidade em questão, como representa as relações corpo biológico/mente, ao mesmo tempo em que suas relações com o avatar. Enfim, dependerá de como lida com esse processo de dividação e de percepção de si, seja de modo mais ou menos realista (racionalista) ou não. Quanto menos racionalista e quanto mais se afastar das visões realistas do senso-comum acerca da realidade e adotar posições flexíveis sobre concepções de pessoa, *self*, relações corpo/mente, poderá afirmar que, a despeito do uso de avatares, esteve lá junto a um corpo digital.

De todo modo, temos aí uma situação inusitada se tomarmos como parâmetro a pesquisa de campo antropológica realista ou analógica como paradigma. Como dissemos, esta supõe que o/a antropólogo/a se perceba como uma unidade corpo/mente indissolúvel separada e independente do próprio ambiente no qual se encontra e que não esteja pensando o tempo todo em suas próprias relações corpo/mente, ou ainda sobre onde ele e outras partes de si estarão exatamente enquanto realiza suas observações. Sem dúvida, em alguns casos, isso poderá acontecer e vir a ser um tópico importante de sua etnografia, mas não é uma premissa que se imponha como uma condição de seu trabalho de campo, do seu modo de fazer trabalho de campo.

Já em uma antropologia na web, em especial em ambientes imersivos que supõem o uso de avatares, parece que a dúvida acerca da unidade da pessoa do se impõe como ponto de partida por conta de um processo de desestabilização e de dividualização que ocorre tecnicamente, o que o obriga a fazer considerações sistemáticas sobre sua situação ou perspectivas acerca de sua própria integridade física e enquanto pessoa, isto é, do estatuto de suas relações consigo mesmo e que estarão informando e orientando suas observações naquele ambiente virtual.

Na pesquisa de campo no *Second Life*, é bem verdade que esses questionamentos não são anteriores ao trabalho de campo. Eles só ocorrem quando percebemos, de fato, os impedimentos e restrições físicas à participação de um corpo biológico/mente no ambiente de pesquisa propriamente dito, no mundo virtual, sendo intensificadas diante das imposições que obrigam a ter – e saber usar – um corpo digital para poder passar a frequentar aquele novo ambiente. Eles ficam ainda mais evidentes quando percebemos que para estar lá é preciso continuar a realizar imersões e, ao chegar lá, além de permanecer em conexão com aquele corpo digital, é preciso construir uma forma de pertencimento naquele mundo, não como visitante apenas, mas como residente.

As implicações disso são completamente distintas do que costuma ocorrer na pesquisa antropológica analógica, já que na antropologia realizada em mundos virtuais, antes de estarmos lá com nossos nativos, precisamos primeiro se entender-nos com uma série de situações que colocam em questão nossa própria condição e identidade como pessoa dentro de uma perspectiva realista ou racionalista. Mais ainda, a partir dessas questões nos deparamos com uma cadeia sócio-técnica, pela ordem: 1) com a máquina e os programas que promovem e exigem esta dividualização; 2) com um avatar, construindo uma “relação de afinidade” com aquela criatura estranha com a qual passaremos a ter uma convivência obrigatória, já que não há forma de se “estar lá” em mundos virtuais sem possuir/ser um avatar.

Quando ingressamos no *Second Life* para pesquisar, como parte desse processo de avatarização, tivemos de fazer algumas escolhas quanto a nossa aparência e nosso corpo digital. Na pesquisa de campo analógica, por certo, a aparência do/a pesquisador(a) em campo também é uma questão a ser considerada. Essa não é uma reflexão pouco frequente na Antropologia. No caso de uma etnografia digital, no entanto, essas escolhas são deliberadas e abrangem um leque muito mais vasto de opções. Para fazer pesquisa no *Second Life* poderíamos, por exemplo, apresentarmo-nos com a aparência de Marilyn Monroe, ou de Marylin Manson, ou de um rinoceronte.

Nossas avatares passaram por mudanças importantes em suas aparências no ano de 2011, e essas mudanças geraram interessantes reações nos residentes, gerando novos dados de

pesquisa. Laura Graziela Gomes há algum tempo vinha procurando uma pele envelhecida, com rugas e marcas de expressão para Colete, sua avatar, atendendo em parte uma cobrança oriunda de seus interlocutores de pesquisa que desejavam vê-la com mais “cara de antropóloga” o que, nesse caso, significava “menos jovem”.

Débora Leitão, por sua vez, participando de uma rede de avatares no site de compartilhamento de fotos flickr, teve contato com a experiência de uma residente cuja avatar é gorda e transexual. De acordo com seu depoimento, teria sido muito mais radical no SL utilizar uma avatar gorda do que uma avatar trans. Provocada pelo depoimento, buscou aproximar a aparência de sua avatar, Ruth Latour, de sua aparência RL, fazendo-a engordar significativamente.

Conforme mostramos em outros trabalhos⁷, mais dedicados ao tema da construção do avatar, a aparência hegemônica dos avatares que povoam o SL é jovem e magra. Ambas, portanto, adotamos aparências pouco frequentes no SL. Stephane Malysse (2004) discorre sobre sua situação enquanto observador-observado, a representação de seu corpo e de sua identidade de estrangeiro durante sua pesquisa no Brasil. À semelhança do que diz Malysse, também percebemos que a aparência de nossas avatares funciona como estratégia de desestabilização do campo.

É preciso por fim dizer que essas escolhas quanto a aparência do avatar não são imperiosas ou definitivas. Não existe no *Second Life* nenhum tipo de obrigatoriedade moral de sermos sempre as mesmas ou apresentarmos-nos da mesma maneira. Avatares, tantos nossos/as quanto os de outros/as residentes, são metamorfoses ambulantes, transformam-se ao longo do tempo e ao longo da experiência de vida acumulada na plataforma, de modo que numa mesma segunda vida pode-se experimentar ter aparências diversas.

SOBRE AVATARES E AFETOS

Para pesquisar em mundos virtuais 3D é preciso, primeiramente, existir nesses ambientes: ter/ser um avatar com uma determinada aparência, mesmo que em constante transformação, e uma biografia própria. A criação de uma identidade digital de pesquisador(a) é essencial para realização de pesquisas etnográficas na/da Internet, gerando aquilo que Christine Hine (2001) chama de autoapresentação do/a pesquisador(a) numa etnografia online. Abertas à experiência de existir plenamente no mundo virtual, tornamo-nos também residentes, ou não conseguiríamos compreender esses ambientes e estabelecer laços com seus habitantes.

Seria equivocados, no entanto, pensar no avatar como simples ferramenta utilitária, objeto de pouco investimento, um simples meio para se “estar lá”. Um uso estritamente instrumental do avatar dificilmente permitiria o conhecimento mais aprofundado da realidade pesquisada, pois ele não chegaria a efetivar sua existência naquele lugar. A própria relação com os demais residentes seria comprometida caso não houvesse tal esforço de construção do avatar enquanto pessoa. Em nossa experiência de pesquisa no *Second Life* nos vimos diante de residentes muito envolvidos com o mundo virtual, interessados não apenas em nele viver, mas igualmente a refletir sobre ele, ávidos leitores,

⁷ Cf., por exemplo, Leitão (2012) e Gomes (2012).

inclusive, de artigos e pesquisas sobre mundos virtuais e sobre tecnologia, de modo geral. Um de nossos interlocutores de pesquisa, por exemplo, elenca e disponibiliza em seu blog, numa seção intitulada *They Write*, artigos e capítulos de livro que falam sobre ele e sobre suas atividades no SL.

Não apenas em se tratando do *Second Life*, o que na maioria das vezes nossos interlocutores de pesquisa esperam, com razão até mesmo por questões de reciprocidade, é que tenhamos também a oferecer de nós tanto quanto demandamos. Como já indicava Edward Evans-Pritchard (2005, p. 244),

[...] Pode-se dizer que, desde que nosso objeto de estudo são os seres humanos, tal estudo envolve toda a nossa personalidade – cabeça e coração; e que, assim, tudo aquilo que moldou essa personalidade está envolvido, não só a formação acadêmica: sexo, idade, classe social, nacionalidade, família, escola, igreja, amigos, e assim por diante. Sublinho com isso que o que se traz de um estudo de campo depende muito daquilo que se levou para ele. Essa, pelo menos, foi a minha experiência, tanto no que diz respeito às minhas próprias pesquisas, quanto no que pude concluir das de meus colegas.

Se no mundo analógico somos *também* antropólogas, além de uma série de outros pertencimentos, identidades, preferências, gostos e características pessoais, nos mundos virtuais é esperado que tenhamos a oferecer mais do que uma identidade achatada, não aberta a multiplicidades e idiosincrasias. Carolina Parreiras, realizando pesquisa sobre pornografia alternativa na plataforma *Twitter*, relata ter obtido muito menos sucesso em termos de entrada em campo quando fazia uso de um perfil específico, criado com o propósito de pesquisar, separado de seu perfil pessoal:

Minha impressão foi de que eles queriam seguir não apenas a pesquisadora, a pessoa que posta sobre pornografia, mas a que escreve o que está acontecendo em sua vida em um âmbito mais geral. Isto não difere muito do que eles mesmos fazem: grande parte posta fatos que não tem qualquer relação com pornografia, talvez para criar um maior senso de realidade ou mesmo de intimidade com os seguidores (PARREIRAS; CASTRO, 2011, p. 10).

Já que, como dissemos anteriormente, a separação entre SL e RL costuma ser preservada nesse mundo virtual, o equivalente a um perfil pessoal seria menos uma grande quantidade de informações sobre nossa vida fora do *Second Life*, e mais sobre nossas avatares. A construção da identidade de nossas avatares teve início com nossa socialização inicial nesse mundo virtual. Ela é um processo coletivo, na medida em que reflete as relações sociais e encontros que fomos travando com outros residentes em nossa trajetória no mundo. Trazemos igualmente conosco experiências anteriores em outros mundos virtuais e/ou jogos digitais, assim como nossos gostos e interesses de nossa *Real Life*.

Assim, nossas preferências musicais, nosso apreço por determinado diretor de cinema, nosso interesse por certo período histórico ou movimento artístico, ou ainda nossas posições políticas, não são elementos colocados em suspenso. Em nossa experiência de campo muitos desses elementos considerados “pessoais” surgiram como, por exemplo, quando em meados de 2012 levamos para o *Second Life* um pouco de nossa mobilização a favor do veto presidencial ao novo código florestal

brasileiro, gerando a participação de outros avatares e instaurando discussões entre residentes de diferentes nacionalidades.

Até aqui estamos tratando principalmente de trânsitos na direção da *Real Life* para o *Second Life*, mas a via é de mão dupla. A observação desse mundo requer primeiramente a construção de uma participação nele, o que supõe o estabelecimento de uma relação prévia com algo que fica no meio do caminho entre o antropólogo, o ambiente e os nativos, neste caso, os demais avatares e seus donos, incluindo as relações com a própria máquina, programas, conexão, cujas presenças e interferências se impõem de forma bastante contundente.

Nas interfaces 2D é possível afirmar que não existe um rompimento com a presença humana tal como a concebemos analogicamente. Esta presença, embora seja mediada pela máquina e softwares, não supõe “outra criatura” com um corpo digital próprio que irá representar o usuário ou que agirá e falará em seu nome naquele ambiente.

Se até um determinado momento avatares parecem estar sob controle, realizando tarefas ou fantasias de seus usuários, é importante enfatizar que nesse primeiro estágio essas fantasias correspondem às vidas analógicas dos usuários. Até aqui teríamos, por parte dos usuários, aquilo que chamamos há pouco de usos instrumentais dos avatares. O fato é que, com o passar do tempo, esses usuários sem perceber pouco a pouco deixam a perspectiva analógica de lado, quanto mais passam a ser afetados pela relação com seus avatares.

É nesse momento que muitos usuários podem dar-se conta de alguns riscos que estão envolvidos nesse processo, e decidem assumi-los ou não, dependendo de seus projetos e sua consciência sobre tais fatos. Alguns acabam por desistir de continuar a fazer as imersões, voltando a priorizar sua RL. Outros decidem continuar a frequentar e engajar-se cada vez mais com o ambiente, passando a habitar aquele mundo junto com seu avatar, o que pode significar, de fato, sua conversão subjetiva definitiva e radical a outro modo de vida. Nesse sentido, deixa-se avatarizar, isto é, passa a adotar novos regimes de convivência a partir de seus avatares.

Alguns residentes possuem mais de um avatar, sendo um o principal, oficial, e os outros avatares alternativos, também conhecidos como *alts*. O fato de estarem logados em um ou noutro de seus avatares faz com que estabeleçam relações diferentes com o mundo e com os demais residentes. Não se trata aqui de sugerir que apenas um avatar seria o “verdadeiro”, ou mais próximo da *Real Life*. Ao que parece, cada um desses *alts* pode ser vivido como um arranjo específico de gostos, interesses, sensibilidades que, embora seja informado pela vida offline do usuário, não é nunca uma transposição simples dela. Cada avatar, cada alt, cada corpo digital, modela uma experiência diversa no mundo virtual, mesmo que o usuário do outro lado da tela seja o mesmo.

O deslocamento em direção ao *Second Life* provoca também uma alteração profunda de seu regime de convivência com seu próprio *self*, seu próprio corpo biológico/mente, para dar lugar a uma espécie de processo de dividualização. As imersões no mundo virtual são suficientemente desestabilizadoras com relação às suas concepções anteriores de sujeito e de realidade. Esta é uma condição *sine qua non* da pesquisa de campo nesses ambientes. Em nossas experiências de pesquisa, as perguntas mais iniciais, até mesmo anteriores à entrada em campo propriamente dita, já desestabilizam e

afetam: como ou quem eu devo/quero ser/parecer para pesquisar? É tipo de questionamento nem sempre nos fazemos de modo tão consciente e objetivo, ao menos não assim de antemão. Ao longo da experiência de campo as vivências reforçam essa tensão, esse tênue equilíbrio entre o avatar digital e o avatar analógico.

Em outras palavras, o/a pesquisador(a) ficará bastante afetado/a, no sentido dado por Jeanne Favret-Saada (1990), antropóloga francesa que estudou a feitiçaria no meio rural francês e que para poder realizar sua pesquisa aceitou ser afetada pela feitiçaria. Gilles Deleuze (1978), em um de seus cursos sobre Spinoza define a afecção como o estado de um corpo que sofre ação de um outro corpo e é modificado por ela. Essa afecção no SL ocorre já durante o início das experiências de imersão e essa alteração não só se estende ao ambiente em questão, como se impõe, impregna e é constituinte das relações com toda a cadeia sócio-técnica que o conduz até seu avatar.

Mas não se trata de um estar afetado *a posteriori*, como resultado da relação com seus nativos. Tomadas pelas mesmas afecções que experimentam os outros residentes, é na condição de estarmos afetadas que construímos toda a nossa observação. Como sugere Márcio Goldman, as afecções de que fala Favret-Saada dizem respeito a experiências dificilmente reduzidas à representação

[...] basta que os etnógrafos se deixem afetar pelas mesmas forças que afetam os demais para que um certo tipo de relação possa se estabelecer, relação que envolve uma comunicação muito mais complexa que a simples troca verbal a que alguns imaginam poder reduzir a prática etnográfica (GOLDMAN, 2005, p. 50).

A verdade é que as teorias sobre avatares são todas analógicas, isto é, construídas a partir da perspectiva da vida analógica, ainda tomada como um paradigma de realidade. E, assim sendo, as teorias dizem muito pouco sobre os afetos provocados pelos avatares nos usuários humanos. Observamos, no entanto, esse processo de engajamento complexo entre o usuário e seu avatar, criador e criatura, acontecendo cotidianamente nas segundas vidas dos residentes. Estamos nós mesmas submetidas a ele e, algumas vezes até brincamos com ele, como no caso do vídeo *La Double Vie de Ruth Latour* (2010), no qual a pesquisadora aparece como duplo de sua avatar, e não o contrário.

O tema da disjunção entre o avatar e seu criador é frequente na produção de conteúdo ficcional imagético – vídeos e fotografias – por parte dos residentes do *Second Life*. Uma das primeiras produções desse tipo foi *My Second Life: The Video Diaries of Molotov Alva* (2007), que conta a história de um residente, Molotov Alva, que deixa sua forma de vida analógica e passa a viver exclusivamente dentro do *Second Life*. Em *A Journey Into The Metaverse* (2011), uma produção mais recente e mais amadora do que as aventuras de Molotov, temos um avatar abandonado por seu criador, questionando-se inclusive sobre a existência do mundo fora do *Second Life*.

Essa produção artística e amadora, empreendida pelos próprios residentes, parece ser dotada de uma perspectiva bastante rica e provocadora do que aquela que comumente encontramos nas produções mais acadêmicas e teóricas sobre os mundos virtuais. Se a produção imagética dos próprios residentes a respeito do tema da avatarização ou outros aspectos do *Second Life* é, a nosso ver, mais fascinante do que a produção acadêmica, é porque mobiliza dimensões da experiência que ultrapassam o racionalmente compreensível.

De certo modo, retornamos a questão da representação e da afecção: em parte afastada do tipo de racionalidade mobilizada no texto, focado na transmissão de informações e sempre tão caro às produções na área de Ciências Sociais, a imagem, como sugere Sylvia Caiuby Novaes (2008), é capaz de produzir efeitos, afetar, por tanto, assim como a magia. A imagem é menos fechada, mais sugestiva e menos impositiva, nela os significados não estão tão controlados quanto no texto, estando mais aberta à imaginação. Por isso nós mesmas, inspiradas no que fazem nossos interlocutores de pesquisa em seus canais dos sites de compartilhamento de vídeo www.youtube.com ou www.vimeo.com, temos tentado produzir imagens que deem conta de nossas experiências de pesquisa no *Second Life*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na última década o número de pesquisas realizadas na Internet e/ou sobre a Internet cresceu enormemente nas Ciências Sociais. Nosso contato com a produção brasileira nessa área, sobretudo na Antropologia Social, tem mostrado a diversidade de temáticas e abordagens e, conseqüentemente, a variedade de novas questões teórico-metodológicas que surgem conforme o número de pesquisas nesse campo vai crescendo.

Aquilo que poderíamos chamar, seguindo a sugestão de Daniel Miller (2012), de uma antropologia do digital, abarca, assim, uma miríade de trabalhos muito diferentes. Algumas questões parecem ser de fundo comum a essa antropologia do digital, mas cada um desses “campos” articula-as de modo diverso: as tensões entre *on* e *offline*, as formas de participação, o lugar ocupado pela imagem, os diferentes graus de imersão e envolvimento demandados do usuário, os tipos de laços estabelecidos, etc.

A dimensão da alteridade também se apresenta diferentemente em cada um desses campos. Por nossa proximidade cotidiana com a tecnologia, podemos dizer que essa antropologia do digital é, em alguma medida, uma antropologia do familiar. No caso do *Second Life*, o nível de alteridade parece se ampliar, se compararmos com outras plataformas que, além de serem objeto de estudo, também são utilizadas por nós, em nossa vida pessoal, enquanto nativos, e que tem um público consumidor/usuário maior e mais diversificado.

Algumas discussões tem sido empreendidas a respeito das adaptações do método etnográfico às realidades digitais contemporâneas. Em sua crítica à chamada netnografia, por exemplo, Maria Elisa Máximo *et al.* (2012) indicam que estaríamos diante de um perigo de simplificação do método, utilizado instrumentalmente, quase enquanto técnica de pesquisa. Depurada de sua dimensão mais existencial/pessoal, aquela do encontro etnográfico, a etnografia seria objetivada enquanto técnica de coleta de dados já prontos. Procuramos aqui igualmente mostrar que essa dimensão existencial/pessoal não está afastada da pesquisa de campo simplesmente por tratar-se de um ambiente digital online.

Procuramos nesse artigo compartilhar algumas reflexões que surgiram a partir de nossa pesquisa de campo nesse mundo virtual. Embora tenhamos apontado uma série de continuidades entre a etnografia tradicional e aquela empreendida em realidades digitais, é importante destacar

esta diferença radical existente em relação à antropologia analógica: nela antropólogo e “nativo” se apresentam um diante do outro a partir de seus equipamentos corporais e mentais indissolivelmente unidos, podendo ambos se contraporem (ou não) também, através de modos de vida e visões de mundo, a partir de discursos próprios, construídos mediante categorias de pensamento igualmente particulares e específicas. Mas o que dizer de mundos virtuais no quais a integridade corpo/mente, seja das próprias antropólogas, seja de seus nativos por definição, se encontra irremediavelmente desestabilizada? Como, enfim, restabelecer nessa “nova ordem” de convivência entre humanos e não humanos, a clássica distinção entre nós e eles, se não conseguimos mesmo estabelecer distinções nítidas entre os diferentes “comigos de mim”, para usarmos uma expressão de Fernando Pessoa e que se encontram presentes e imbricados em novos arranjos e alianças com os sistemas e objetos técnicos utilizados?

As linhas iniciais da obra fundadora de Bronislaw Malinowski (1978) convidavam o leitor a imaginar-se naquele outro mundo, onde estivera outrora o antropólogo e seus nativos. Nos mundos digitais virtuais tridimensionais, por sua vez, são as próprias pesquisadoras que, para poder estar lá são convidadas – ou impelidas – a imaginarem-se a si mesmas.

REFERÊNCIAS

- BELL, Mark. Toward a Definition of Virtual Worlds. **Journal of Virtual Worlds Research**, v.1, n. 1, 2008. Disponível em: <http://journals.tdl.org/jvwr/article/view/283>. Acesso em: jul. 2010.
- BIOCCA, Frank. The Cyborg's Dilemma: Progressive Embodiment in Virtual Environments. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 3, n. 2, 1997. Disponível em: <http://jcmc.indiana.edu/vol3/issue2/biocca2.html>. Acesso em: nov. 2012.
- BOELLSTORFF, Tom. **Coming of age in second life**. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- NOVAES, Sylvia Caiuby. Imagem, magia e imaginação. **Mana**, v. 2, n. 14, p. 455-475, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132008000200007. Acesso em: jan. 2013.
- CLIFFORD, James. **Routes: travel and translation in the late twentieth century**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- DELEUZE, Gilles. **Spinoza – Cours Vincennes**, 24 de janeiro de 1978. Disponível em: <http://www.webdeleuze.com/php/texte.php?cle=194&groupe=Spinoza&langue=5>. Acesso em: jan. 2013.
- LA DOUBLE vie de Ruth Latour. 2010. Vídeo. Disponível em: <http://www.youtube.com/user/ruthlatour?feature=watch>. Acesso em: nov. 2012.
- EVANS-PRITCHARD, Edward. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Être affecté. **Gradhiva**, v. 8, p. 3-9, 1990.
- GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- GOLDMAN, Márcio. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. **Revista Cadernos de Campo**, n. 13, p.149-153, 2005.
- GOMES, Laura Graziela. Fansites ou o consumo da experiência na mídia contemporânea. **Revista Horizontes Antropológicos**, ano 13, n. 28, p. 313-344, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832007000200013-&script=sci_arttext. Acesso em: nov. 2012.

GOMES, Laura Graziela. Pequenos mundos gigantes: neotenia e transdução no Second Life. In: BARBOSA, Livia (Org.). **Juventude e gerações no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012. p. 121-155.

GUIMARÃES JR., Mário. De pés descalços no ciberespaço: tecnologia e cultura no cotidiano de um grupo social on-line. **Horizontes Antropológicos**, ano 10, n. 21, p.123-154, 2004.

_____. Sociabilidade no ciberespaço: distinção entre plataformas e ambientes. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 51., 1999, Porto Alegre. **Anais...** Porto alegre, SBPC, 1999. Disponível em: http://www.cfh.ufsc.br/~guima/papers/plat_amb.html. Acesso em: jan. 2012.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Discipline and practice: "the field" as site, method, and location in anthropology. In: GUPTA, Akhil; FERGUSON, James (Ed.). **Anthropological locations: Boundaries and Grounds of a Field science**. Berkley: University of California Press, 1997. p. 1-46.

HINE, Christine. **Virtual ethnography**. Londres: Sage Publications, 2001.

A JOURNEY into the metaverse. Vídeo. 2011. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=iw5md8RpfWs. Acesso em: nov. 2012

LEITÃO, Débora Krischke. Mercado, coleções e interconexões: algumas pistas para compreender trocas comerciais via Internet. **Revista Século XXI**, v. 1, n. 1, p. 82-96, 2011. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/seculoxxi/article/view/3138>. Acesso em: nov. 2012.

_____. Entre primitivos e malhas poligonais: modos de fazer, saber e aprender no mundo virtual Second Life. **Revista Horizontes Antropológicos**, ano 18, n. 38, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832012000200011&script=sci_arttext. Acesso em: nov. 2012.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALYSSE, Stephane. Le gringo et l'anthropologue: apparence physique, subjectivités et sensualités dans la recherche de terrain. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília: UNB, v. 17, n. 2, p. 487-506, 2004.

MÁXIMO, M. Elisa *et al.* A etnografia como método: vigilância semântica e metodológica nas pesquisas no ciberespaço. In: MALDONADO, A. E. *et al* (Org.). **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio do Sul: Editora UNIDAVI; Natal: EDUFRN, 2012. p. 293-319.

MILLER, Daniel. The digital and the human: a prospectus for digital anthropology. In: HORS, Heather A.; MILLER, Daniel (Ed.). **Digital Anthropology**. Berg: London, 2012.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. Etnografia on e off line: cybercafés em Trinidad. **Revista Horizontes Antropológicos**, n. 21, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832004000100003&script=sci_arttext. Acesso em: nov. 2012.

MY SECOND Life: the video diaries of Molotov Alva. Escrito e dirigido por Douglas Gayeton. Produzido por Submarine Channel, c2008. Minimovies. Disponível em: <http://molotovalva.submarine.nl/>. Acesso em: nov. 2012.

PARREIRAS, Carolina; CASTRO, Bárbara. Tecnologia da informação e pornografia: um diálogo possível no mundo das @s. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 9., 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba, UFPR, 2011.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Ed. Paulus, 2003.

Agradecimentos:

Agradecemos ao CNPq pelo financiamento dos projetos de pesquisa "Patrimônio, história e cultura no Second Life: o caráter mnemônico da internet 3D como uma ferramenta a serviço da Economia Cultural" (2007-2009) e "Processos sociotécnicos propiciadores de imersão em mundos digitais virtuais tridimensionais" (2012-2014).

Corpo, gênero e sexualidades gays na corda bamba ético-metodológica: um percurso possível de pesquisa na internet¹

Body, gender and gay sexualities on the ethic-methodological thightrope:
one possible path in the research on the internet

Luiz Felipe Zago – UFRS

Luís Henrique S. dos Santos – UFRS

RESUMO

O artigo parte da retomada dos métodos empregados pesquisas desenvolvidas através da internet, tendo por objeto as construções de gênero e sexualidade presentes em *sites* de relacionamento e salas de bate-papo *online* para homens gays, problematizando noções de ética em pesquisa. Abordamos o lugar dos pesquisadores no processo de pesquisa, assinalando que o corpo do/a pesquisador/a pode ser o ‘passaporte’ de entrada para o campo de produção de dados e interrogando as implicações éticas do corpo do/a pesquisador/a como um elemento que possibilite o desenvolvimento da pesquisa. Indicamos que o ‘método consensual’ de participação nas pesquisas através da internet é aquele que exige que a ética seja convertida em um instrumento de pesquisa, bem como aquele que coloque o corpo dos/as pesquisadores/as como objetos de análise.

Palavras-chave: Ética. Internet. Gênero. Sexualidade. Corpo.

ABSTRACT

The article starts with a methodological description of past researches undertaken on the internet, which sought to analyze constructions of gender and sexuality on online social networks and chats for gay men, problematizing notions on research ethics. We approach the researcher’s place in the research process, underlying that the researcher’s body may be the ‘passport’ to entry in the fieldwork, and questioning the ethical implications concerning the conversion of the researcher’s body in an element that enables the research. We indicate that the ‘consensual method’ for participation in research on the internet is that one which demands that ethics may be converted into a research tool, as well as poses the researcher’s body as on object for analysis.

Keywords: Ethics. Internet. Gender. Sexuality. Body.

¹ Este artigo é produto parcial da tese de Doutorado intitulada “Os meninos – corpo, gênero e sexualidade em e através de um site de relacionamentos na internet”, defendida em fevereiro de 2013. A pesquisa foi financiada pela CAPES. Agradecemos as contribuições do Professor Dave Holmes, da University of Ottawa (Canadá) e da Professora Larissa Pelúcio, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

INTRODUÇÃO – NÚMEROS E CONCEITOS POSSÍVEIS

Baseando-nos nas pesquisas já realizadas por um dos autores, Luiz Felipe Zago (2006; 2009), desenvolvidas na internet, propomos uma análise dos métodos de produção de dados lá empregados, como a observação participante e a aplicação de entrevistas adaptados ao ambiente virtual, para investigar as condições contemporâneas de produção dos corpos, gêneros e sexualidades nos chamados *sites* de relacionamento. Nas palavras de Paula Sibilia (2008, p. 11) “esses novos recursos abrem uma infinidade de possibilidades que eram impensáveis até pouco tempo, e que agora são extremamente promissoras, tanto para a invenção quanto para os contatos e trocas”.

Nessa direção, o presente artigo busca retomar de maneira crítica as utilizações de diferentes métodos de produção de dados nos estudos na e da internet que foram feitas nas pesquisas anteriormente citadas sobre corpo, gênero e sexualidade em sites de relacionamento online. Para isso, descreveremos a construção do nosso percurso teórico-metodológico e, simultaneamente, tensionaremos esse mesmo percurso com o intuito de examinar as condições de possibilidade da pesquisa na internet – especificamente em sites de relacionamento voltados para homens gays –, e é daí que vem a ideia de corda bamba metodológica que dá título a este texto.

É notório que a produção de conhecimento através da internet vem assumindo relevância cada vez maior no campo das Ciências Humanas e Sociais desde a metade da década de 1990, tornando-se ao mesmo tempo objeto, campo e instrumento de pesquisa (ver Paula Sibilia, 2008; André Lemos, 2004; Mário Guimarães Jr., 2004; Pierre Lévy, 2005; Sherry Turkle, 1995). Simultaneamente, podemos dizer que a internet se infiltrou e se consolidou – ao menos em algumas camadas da população – nas nossas vidas cotidianas como uma parte importante, senão central, para nossas interações e comunicações com o(s) outro(s), seja através de e-mails, de redes sociais como *Orkut* e *Facebook*, *sites* de relacionamento para encontros amorosos e sexuais, busca de informações e de lazer.

A mais recente pesquisa publicada sobre os usos das tecnologias de informação e comunicação no Brasil, referente ao ano de 2011, realizou vinte e cinco mil entrevistas em trezentos e dezessete mil domicílios. A pesquisa mostrou que “[o] crescimento de domicílios com acesso à internet foi o maior de toda a série histórica, monitorada desde 2005” segundo Alexandre Barbosa (2012, p. 151): 45% dos domicílios da amostra dispõem de computador, e 38% desses contam com acesso à rede mundial de computador (BARBOSA, 2012). Ainda, a “parcela de usuários [da internet] cresce com a escolaridade, com a renda familiar e com a classe social, e decresce quanto maior for a idade do indivíduo” (p. 160). Sessenta e seis por cento dos/as usuários/as da internet acessam a rede mundial de computadores diariamente; entre esses/as que acessam a internet todos os dias, 88% têm renda familiar superior a dez salários mínimos, 87% têm nível superior e 94% pertencem àquilo que a pesquisa convencionou chamar de “classe A” (p. 162). Sessenta e sete por cento dos/as entrevistados/as acessam a internet desde seus domicílios e 29% acessam dos seus locais de trabalho. Cinquenta por cento dos/as usuários urbanos que não dispõem de internet em suas casas mencionaram o custo elevado do serviço de acesso como o principal motivo (BARBOSA, 2012).

Dessa forma, pesquisar a internet, na internet ou através da internet nos dias de hoje significa converter em objeto, campo e instrumento de pesquisa isso que já faz parte das nossas vidas

cotidianas e de políticas estatais (BRASIL. Ministério das Comunicações, 2012). Pesquisar na e através da internet significa estranhar este conjunto de atividades que foi por ela possibilitado, e que foi rapidamente naturalizado como se desde sempre tivesse feito parte das nossas rotinas: o acesso à rede mundial de computadores e os usos que fazemos de suas possibilidades para a comunicação, para experimentação corpórea, para realização amorosa, para transações financeiras, para o lazer.

No que se segue, dividimos o texto em três partes: a primeira, mais descritiva, está preocupada em narrar as formas com que diferentes métodos foram empregados nas pesquisas que vimos realizando na internet. A segunda dedica-se a mostrar o lugar ocupado pelos pesquisadores em relação aos participantes de pesquisa como uma posição sob rasura, sobretudo graças às interpelações da ordem do gênero e da sexualidade por parte dos pesquisados, situação que se mostra produtiva para pensarmos os próprios corpos dos pesquisadores como fazendo parte da própria pesquisa. Daí, na terceira parte, conduziremos a discussão para o patamar ético-metodológico: ao empregarmos isso a que demos o nome de ‘método consensual’ de participação na pesquisa, interrogamos os paradigmas éticos correntes que engessam e constroem a produção de dados no campo das Ciências Humanas e Sociais representados na colonização dessas áreas pelo modelo biomédico de ética em pesquisa². Assim, procuraremos delinear um percurso possível de desenvolvimento de pesquisa na, da e através da internet, descrevendo os métodos empregados e mencionando suas implicações para a produção de conhecimento que envolva o acesso e o uso da rede mundial de computadores.

MÉTODOS POSSÍVEIS

Na pesquisa *Codinome Beija-Flor* (ZAGO, 2006), acessamos salas de bate-papo sobre sexo do Portal Terra (TERRA CHAT, 2012) voltadas para homens gays. Parte da pesquisa estava interessada em avaliar as diferentes possibilidades de comunicação entre os usuários das salas dependendo do modo com que esses usuários se apresentavam através da criação de apelidos – os *nicknames*, nomes fictícios criados pelos indivíduos para entrarem nas salas de bate-papo *online* e para aí serem reconhecidos. Os acessos aconteceram em diferentes horários do dia entre manhã, tarde, noite e madrugada. Baseados em observações prévias da dinâmica das salas de bate-papo, construímos quatro diferentes apelidos para ingressarmos nas salas, e para sermos reconhecidos dentro delas, que eram os seguintes: GuriAtvMalh18aPOA, SARADOMACHO-POA, SARADOPass30a-POA e gordofêmea-poa. Os dados dessa parte da pesquisa consistiam em contabilizar o número e o conteúdo das mensagens recebidas por cada apelido, sem haver nenhum tipo de interação com os demais usuários da sala de bate-papo.

Esses apelidos trazem uma série de elementos importantes, sobretudo da ordem da constituição corpórea, pois contêm palavras como “gordo”, “SARADO” e a partícula “Malh” que, nesse contexto, sugere “malhado”. Também contêm elementos geracionais como as partículas “18a” e “30a”, que indicam, respectivamente, dezoito anos e trinta anos graças à presença da letra “a”. A palavra “Guri” também se refere a um jovem rapaz no linguajar gaúcho. As partículas “Atv” e “pass”

² Assentados na Resolução 196/96 (ver Edward Macrae e Sérgio Vidal, 2006) e concretizados, hoje, na Plataforma Brasil (http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html).

significam, respectivamente, “ativo” e “passivo”, aludindo às práticas sexuais penetrativas (“ativo”) e práticas sexuais receptivas (“passivo”). A partícula “POA”, presente em todos os apelidos, menciona a cidade de onde se fala: Porto Alegre.

O título da pesquisa remete à canção de Cazuza, em que o compositor escreve: “Eu protegi o teu nome por amor / Em um codinome Beija-flor / Não responda, nunca, meu amor / Pra qualquer um na rua, Beija-flor”, sugerindo que o codinome é criado para proteger a identidade de alguém, para manter alguém no anonimato. É essa uma parte da estratégia que subjaz à criação de um apelido, ou de um codinome, que um indivíduo constrói para ser reconhecido dentro de uma sala de bate-papo na internet: esse indivíduo quer ter sua identidade protegida, quer ter seu anonimato assegurado – algo similar à compreensão ética que as pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais tinham em relação aos seus pesquisados.

Porém, o apelido acaba se tornando um instrumento para dar informações sobre indivíduos que acessam as salas de bate-papo. Através de um jogo de palavras (à época, os apelidos poderiam conter, no máximo, vinte caracteres alfanuméricos), os apelidos se convertem em nomes informativos a respeito de corpos, de gerações, de localizações geográficas e de práticas sexuais, conforme mostram os apelidos criados por nós, que são inspirados em apelidos de outros indivíduos que vimos aparecer nas salas *online*. O apelido torna-se uma etiqueta com informações relevantes sobre cada usuário das salas de bate-papo. Na tentativa de assegurar o anonimato, os indivíduos dissimulam seus nomes ‘reais’ criando nomes fictícios para si; assim, nesses apelidos há informações supostamente tão ‘verdadeiras’ sobre si quanto seus nomes ‘reais’, pois nos apelidos há menções sobre seus corpos, suas idades e, inclusive, sobre suas práticas sexuais. É assim que o apelido, dentro das salas de bate-papo da internet, pode não ser fictício: ele pode ser bastante ‘real’.

Já na pesquisa *Masculinidades Disponíveis.com* (ZAGO, 2009), construímos um perfil em um *site* de relacionamento voltado também para homens gays, o Disponível.com (2012) Aí, um de nós descreveu-se como pesquisador e utilizou o perfil para poder visualizar os perfis de outros usuários do *site*. Na época, o Disponível contabilizava o número de acessos a cada perfil existente, o que permitia a produção de uma lista contendo os vinte perfis mais acessados dentre todos aqueles do *site*.

Assim, foi pelo emprego de uma observação não-participante que aquela pesquisa buscou problematizar os elementos que compunham precisamente os vinte perfis mais visitados do *site*: procedemos à análise dos textos escritos de cada um dos perfis em que os indivíduos apresentavam-se e descreviam-se, mencionando as razões de ter um perfil no Disponível e elencando aquilo e aqueles que buscavam ali – sem, contudo, mantermos qualquer tipo de interação direta com esses indivíduos. Havia a possibilidade de publicação de vídeos amadores nos perfis *online*, gravados com câmeras digitais. Também realizamos a análise visual das fotografias publicadas em cada um dos vinte perfis mais acessados.

Mais recentemente, na pesquisa intitulada *Os Meninos – corpo, gênero e sexualidade em e através de um site de relacionamentos na internet*, construímos um perfil em outro *site* de relacionamento voltado para homens gays, o *Manhunt* (2012). Nesse perfil, em que adotamos o apelido de PesquisadorDeHomens, descrevemos brevemente a temática de pesquisa que desenvolvemos e convidamos a participar dela os demais usuários do *site* interessados em manter um diálogo conosco,

baseado em um roteiro semi-estruturado de perguntas sobre corpo, gênero, sexualidade e internet. Nesse perfil também publicamos fotografias de um dos pesquisadores. Dessa forma, inserimo-nos dentro do *Manhunt* construindo um perfil *online* da mesma maneira com que os demais usuários construíam os seus próprios: descrevendo-nos, mencionando aquilo e aqueles que buscávamos estando ali, mostrando-nos através de fotografias. Esse procedimento “camaleônico” foi semelhante àquele utilizado por Shirlei Sales (2012) e por Mário Guimarães Jr. (2004). Sales afirma ter-se tornado “netnógrafa” no momento em que, para pesquisar comunidades juvenis no *site* de relacionamentos Orkut, ela própria precisou ser “orkuteira” (SALES, 2012, p. 122); Guimarães Jr. permaneceu ‘imerso’, por assim dizer, nos ambientes de jogos *online* e, a partir dessa experiência como pesquisador-camaleão, tensionou a separação entre tecnologia-cultura (GUIMARÃES JR., 2004). Apesar de termos construído um perfil *online* valendo-se das mesmas estratégias que os demais usuários do *Manhunt*, nossos objetivos em estar no *site* não eram os mesmos que aqueles dos pesquisados, situação que colocou em tensão nossos lugares (e nossos corpos) como pesquisadores nesse contexto. Esse aspecto será mostrado e analisado na próxima seção.

Aqueles usuários que aceitaram consensualmente o convite para participar da pesquisa foram redirecionados para o programa de conversa instantânea *online MSN Messenger*, no qual se estabelece o diálogo entre pesquisador e pesquisados sobre os temas já citados. Tal estratégia de produção de dados foi também desenvolvida por Jeane Félix (2012) ao entrevistar jovens vivendo com HIV/Aids através do *MSN Messenger*. Sobre esse método autora menciona o seguinte: “[e]ra preciso convidar *jovens+* [jovens que vivem com HIV], criar vínculos e estabelecer relações de confiança com cada um/a deles/as, era preciso aprender a entrevistar pela internet” (FÉLIX, 2012, p. 136), o que, de certa forma, também resume parte do esforço metodológico que investimos na inserção de entrevistas através do *MSN Messenger* com usuários do *site Manhunt*. Nosso objetivo foi o de inserir a entrevista como método de produção de dados acerca das estratégias das quais os indivíduos lançam mão para a construção de seus perfis *online* no *site Manhunt* (modos de descrição sobre si, modos de fotografar o corpo), além de continuar sondando as condições que possibilitam a adesão crescente dos indivíduos às oportunidades de comunicação que a internet possibilita, especialmente através de *sites* de relacionamento como o Disponível e o *Manhunt*. Passamos, portanto, do emprego estrito de métodos ‘contemplativos’, por assim dizer, das duas pesquisas anteriores para, junto deles, empregar também o método de entrevista com os indivíduos que aceitaram participar da pesquisa – um método de produção ‘conjunta’ de dados.

Foi precisamente a partir da inserção de entrevistas que se tornaram proeminentes dois pontos desse percurso metodológico (que serão discutidos nas seções a seguir), que já tinham sido observados, de modo distinto, nas pesquisas anteriores (ZAGO, 2006; 2009). Primeiro ponto: a posição e os corpos dos pesquisadores, isto é, o lugar da investigação da ‘verdade’ (sobre corpo, gênero e sexualidade) que os pesquisadores supostamente ocupam e os próprios corpos dos pesquisadores como categorias de análise na pesquisa (um pesquisador com corpo, com gênero e com sexualidade). Segundo: uma vez que a pesquisa se propunha a interagir com outros indivíduos, nos deparamos com exigências de uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e de submissão do projeto a um Conselho de Ética em Pesquisa. Estrategicamente, decidimos investir em um ‘método

consensual' de participação dos informantes na pesquisa, o que acreditamos ser uma brecha para podermos promover, no âmago dos estudos que vimos realizando na e através da internet, uma discussão crítica sobre a importação acrítica do modelo biomédico da ética em pesquisa para o contexto das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais (ver Soraya Fleischer e Patrícia Schuch, 2010; Luís Oliveira, 2010; Cláudia Fonseca, 2010).

PESQUISADORES/PESQUISADOS POSSÍVEIS

Conforme Michel Foucault (2012), a sexualidade emerge como objeto de conhecimento no final do século XIX no bojo da complexa taxonomia do “desvio sexual”. Há dois elementos importantes no argumento de Foucault: o primeiro é sua recusa à “hipótese repressiva” dos tabus que cercam as experiências e práticas sexuais. O autor argumenta que as sociedades Ocidentais são aquelas em que a produção discursiva dos sexos e das sexualidades é incitada e estimulada. O segundo é que os próprios sexos (macho ou fêmea), assim como os prazeres associados aos usos dos corpos através de práticas sexuais, são efeitos de um poder essencialmente produtivo posto em ação por aquilo que ele chamou de “dispositivo de sexualidade” (FOUCAULT, 2012, p. 117).

Por sua vez, Judith Butler (1993; 2008a; 2008b) radicaliza esse argumento. Para ela, não apenas os dois sexos, macho e fêmea, e os dois gêneros, feminino e masculino, são efeitos do dispositivo de sexualidade, sendo a produção mais material da heterossexualidade compulsória que regula as relações entre corpos de homens e corpos de mulheres (BUTLER, 2008a, p. 10-11), mas a própria exigência ontológica de corpos apropriadamente sexuados, de macho ou de fêmea, é ela mesma uma condição de existência do sujeito inteligível – aquele que só existe como um ser humano viável depois de ter sido investido com seu ‘verdadeiro’ e ‘apropriado’ sexo (BUTLER, 1993; 2008b).

As ideias de Foucault e Butler, com suas posturas teóricas radicais em relação às sexualidades e à materialidade do corpo, são inseparáveis do processo de pesquisa sobre corpo, gênero e sexualidades que levamos a cabo. Assim, baseando-nos na argumentação de Foucault, toda pesquisa sobre sexualidades é ela própria uma produção discursiva sobre sexualidade; portanto, o conhecimento produzido por ela deve estar em constante revisão crítica, e ética, já que é parte de um complexo de relações de saber-poder que produzem o objeto do qual fala. Ainda, Foucault (2000) também argumentou que tais relações de saber-poder são vetores de subjetivação, o que significa que qualquer inferência ou conclusão feita a partir de dados produzidos dentro do processo de pesquisa de sexualidades não são apenas descrições passivas ou neutras, mas são criações políticas que têm o poder de instituir como realidade o que está sendo dito e escrito sobre sexualidade.

Também derivada dessas formulações está a ideia de que, quando se trata de corpo, gênero e sexualidade, nós poderíamos também dizer que todos/as os/as participantes de pesquisa se encontram, eles/as próprios/as, capturados/as pelo dispositivo de sexualidade. Em outras palavras, quando ‘ele’ ou ‘ela’ realizam pesquisas para investigar tópicos sobre gênero e sexualidade junto de outros ‘homens’ e ‘mulheres’, todos/as os/as participantes de pesquisa já foram previamente identificados/as como ‘homens’ ou ‘mulheres’ – são, portanto, sujeitos viáveis com uma existência

inteligível que possibilita a eles/as (ou que impõe a eles/as) serem chamados/as de ‘ele’ ou ‘ela’. Já que os/as participantes são, eles/as próprios/as, ontologicamente inteligíveis em corpos apropriadamente sexuados, sendo seus sexos, gêneros e sexualidades produzidos pelo mesmo dispositivo de sexualidade que está sendo analisado, a coexistência dos/as participantes no processo de pesquisa produz implicações que “merecem ser parte das análises das pesquisas” conforme Jamie Heckert (2010, p. 51).

Invariavelmente, em algum ponto do percurso da nossa última pesquisa, todos os homens que aceitaram dela fazer parte quiseram saber se os pesquisadores também eram homens gays. Em grande medida, percebemos essa curiosidade quando os pesquisados perguntavam se o pesquisador que conduziria a entrevista era o mesmo que aparecia nas fotografias publicadas no perfil PesquisadorDeHomens. Além disso, durante as entrevistas no *MSN Messenger*, alguns entrevistados questionavam o pesquisador sobre o que ‘realmente’ aconteceria depois de terminada a entrevista, sugerindo que a pesquisa era um subterfúgio para conseguirmos parceiros sexuais dentro do *site Manhunt*. Um dos usuários do *site*, ao responder ao convite feito por nós em nosso perfil para participar da pesquisa, nos mandou a seguinte mensagem *online*: “quero ser todinho pesquisado por você”, enquanto que outro escreveu: “vem me anal-isar, rrsrs [risos]” – sugerindo que a prática da pesquisa dentro do *site* poderia ser uma metáfora para a busca de parceiros sexuais. Isso demonstra que nossas presenças no *site Manhunt* foram efetivamente ‘participantes’, além de atestar que, embora deixemos claro que aquele perfil existia para realizar uma pesquisa nesse contexto, isso era ressignificado por alguns usuários. Nossos corpos – mesmo que de maneira virtual – entraram no jogo da dinâmica social do *site Manhunt*, pois era precisamente esse jogo da dinâmica social do *site* o objeto da nossa pesquisa. Ao publicarmos fotografias de um dos pesquisadores no perfil PesquisadorDeHomens, inserimos o corpo de um de nós como peça no jogo da dinâmica social do *Manhunt*. Daí, entendemos que os limites entre nós, os pesquisadores, e os participantes da pesquisa precisaram ser constantemente negociados. A escolha das fotografias publicadas no perfil PesquisadorDeHomens seguiu dois critérios: a face de um dos pesquisadores precisaria estar à mostra de forma clara e seu corpo precisaria estar o mais vestido possível. Tais critérios surgiram para se contrapor às fotografias dos corpos nus e às fotografias de corpos sem cabeça, que são as mais comuns dentro daquele *site* de relacionamento – conforme já havíamos discutido anteriormente (ZAGO, 2009).

A fixação das nossas identidades sexuais se tornou algo preponderante para a criação de vínculos com os pesquisados e foi fulcral para o estabelecimento de relações entre nós e eles, sobretudo no momento em que decidimos publicar fotografias de um dos pesquisadores através do perfil *online*. ‘Assumirmo-nos’ como pesquisadores gays, nessa pesquisa, se tornou um modo possível de nos colocarmos no lugar de dizer ‘verdades’: tanto para nós, os pesquisadores – que supostamente dirão ‘verdades científicas’ sobre isso que pesquisamos –, quanto para os pesquisados – que supostamente nos disseram ‘informações verídicas’ como dados de pesquisa. Foi como se, no contexto dessa pesquisa, todos os participantes precisassem ‘sair do armário’ para fazer parte dela de alguma maneira.

Mais do que isso, nos parece que o anonimato dos pesquisados não é, efetivamente, o ‘problema que realmente importa’ aqui. O que nos parece importante é assinalar que fomos ‘obrigados’ a

sair do armário junto com os nossos pesquisados para ter acesso às informações. Assim, em primeiro lugar, não é precisamente o anonimato dos pesquisados, nem a veracidade das informações que interessam, mas o consenso, a relação consensual recíproca entre todos os participantes de pesquisa estreitamente ligada à sexualidade. Em segundo lugar, interessa entender o corpo sexuado, generificado e sexualizado de um dos pesquisadores como ‘passaporte’, como ‘visto de entrada’ para a pesquisa – passaporte esse que não seria concedido a uma mulher, por exemplo, ou a um homem cujas características físicas não estivessem dentro dos ‘pressupostos’ corporais em cena no *site*. No limite, podemos dizer que o corpo à mostra de um dos pesquisadores funcionou como ‘isca’ para os pesquisados. Nesta direção, a pergunta ética ‘que importa’ é: podemos nos valer do corpo (de um de nós) para ‘entrar’ no jogo da dinâmica social do *Manhunt*?

A partir dessas suposições, há pelo menos dois pontos importantes a serem sublinhados: o primeiro é entender que o corpo sexuado, generificado e sexualizado do/a pesquisador/a importa e é, muitas vezes, o ‘passaporte’ para sua entrada no campo de pesquisa. O sexo, o gênero, a sexualidade e os desejos sexuais do/a pesquisador/a podem ser solicitados pelos/as pesquisados/as como condição de possibilidade para o desenvolvimento da pesquisa. A pergunta ética que deriva desse primeiro ponto é a que interroga se é possível que o/a pesquisador/a se valha de seu corpo, em que medida e com quais implicações, para implementar a pesquisa a que se propôs. A saída ética para esse ponto é colocar o corpo do/a pesquisador/a como categoria de análise metodológica no processo de pesquisa.

O segundo ponto a ser sublinhado é que a relação entre pesquisador/a e pesquisado/a pode ser balizada por isso a que demos o nome de ‘método do consenso’, isto é, que o/a pesquisado/a possa ‘consentir livre e esclarecidamente’ a participar da pesquisa ou a deixá-la em qualquer momento; que negocie com o/a pesquisador/a as perguntas feitas e as respostas dadas; que o pesquisado/a possa também fazer perguntas ao pesquisador/a e, talvez, pedir informações sobre a perspectiva teórica adotada na análise dos dados. Sobretudo, o método do consenso, no âmbito das pesquisas que vimos realizando, é um método em que a relação entre pesquisador/a e pesquisado/a é construída principalmente em referência ao contexto no qual se desenvolve a pesquisa (seu objeto, os dados produzidos, a abordagem teórica das análises), e não somente em relação estrita a um conjunto de normas e regras prévia, externa e burocraticamente imposto, que enrijece e cristaliza os lugares, direitos e deveres tanto do/a pesquisado/a quanto do/a pesquisador/a. É precisamente este ponto que vimos narrando desde o início do texto: os lugares dos pesquisados e dos pesquisadores, no conjunto de pesquisas sobre corpo, gênero e sexualidade na internet que ambos de nós desenvolvemos, são tensionados e questionados a todo momento. Por essa razão, a ética metodológica nesse tipo de pesquisa precisa ser uma que privilegie a flexibilidade e a construção consensual de limites entre pesquisador/a e pesquisado/a. No método consensual de pesquisa, o/a pesquisador/a faz da própria ética um instrumento de pesquisa a ser construído em conjunto com o/a pesquisado/a. Assim, procuramos driblar, segundo Matias Detamore (2010, p.176) “[a] ideia de que existe uma individualidade autônoma e discreta [...] independente das estruturas que delineiam quem tem a habilidade de consentir [em ser pesquisado] e quem não anima esta concepção”.

Dizer que eu consinto apenas significa que eu aceitei o meu lugar dentro de uma estrutura social dominante que vai me levar nas direções que eu tenho que seguir. Se eu caio fora da categoria daquele/a que ‘tem a capacidade de consentir’, ou se meu consentimento é de alguma forma desabilitado por causa da minha posição na sociedade [...], meu consentimento não mais importa porque meu consentimento não é meu para ser dado a alguém, ou é invariavelmente descapacitado como tal (DETAMORE, 2010, p. 176).

Nesta direção, isso que estamos denominando de ‘método consensual’ de pesquisa ancora-se na ideia de que a relação entre pesquisador/a(es/as) e pesquisado/a(s) é algo que se estabelece em uma relação de poder. Nesta relação, se, por um lado, o/a pesquisador/a é visto/a com estando num polo de maior exercício de poder (por ser aquele/a que tem objetivos específicos em relação à conversação estabelecida), por outro, ele/a está ‘nas mãos’ do/a pesquisado/a, na medida em que, a cada pergunta, esse/a último/a pode simplesmente ‘desconectar-se’ da pesquisa sem dar qualquer explicação para isso. Em outras palavras, fazer uso desse ‘método consensual’ de obtenção de consentimento dos/as pesquisados/as é algo que não se dá apenas no momento em que eles/as dizem ‘sim’ ao convite explícito para participar da pesquisa, mas é uma negociação, possibilitada por um jogo de poder, que se dá todo o tempo no jogo de pergunta e resposta – e de como se pergunta, com quais palavras, sobre qual temática.

Assim, embora já existam experiências de pesquisa na internet em que o/a pesquisador/a cria estratégias similares àquela de assinatura de um termo de consentimento informado, como Félix (2012), optamos por entender que esse ‘jogo de pergunta e resposta’ constitui-se como uma alternativa – que se dá ao longo de toda a pesquisa, que é negociada e consensualmente acordada entre os/as participantes – às atuais formalidades concretizadas na figura de um termo de consentimento, frequentemente aplicado no início da pesquisa e como um tipo de ‘garantia’ ou aval que serve muito mais para o/a pesquisador/a do que para o/a pesquisado/a conforme Nikolas Rose (2007). Assim,

parece não ser necessário dizer que métodos inerentemente se conectam com questões éticas. [...] Mas se nós invertermos o paradigma [...] e dissermos que *a ética é inerentemente metodológica*, nós acabamos com um conjunto de perguntas sobre metodologia em que a ética pode ser entendida como uma estratégia empregável. [...] Toda vez em que juntamos sujeitos humanos na pesquisa nós nos deparamos com valores, normas e formações éticas dos/as nossos/as participantes. [...] Isto significa que a habilidade de formar linhas de comunicação, fóruns de negociação, conexões de entendimentos, perspectivas sobre diferenças, reivindicações por justiça, a possibilidade de criar novos tipos de alianças comuns, e assim por diante, exigem que o/a pesquisador/a possa estabelecer confiança e relações em comum através de um conjunto amplo de termos, tanto seus próprios quanto de seus/suas participantes (DETAMORE, 2010, p. 169, grifo nosso).

Ao fazer tais colocações estamos nos unido ao conjunto de pesquisadores/as (FLEISCHER; SCHUCH, 2010; OLIVEIRA, 2010; FONSECA, 2010) que têm tensionado, nos últimos anos, os modelos de pesquisa universais, que creem que há apenas ‘uma verdade’ na ciência. Cremos no

necessário enfrentamento dos modelos pretensamente universais de se fazer pesquisa, não apenas porque cada um dos métodos, e cada um dos campos disciplinares nos quais tais métodos tiveram sua origem, foram aqui adaptados para a pesquisa na internet e fizeram surgir mais dúvidas do que certezas acerca dos lugares dos pesquisadores. Mais que isso: cada método, estando ligado a seu campo disciplinar específico, desenvolve – ele próprio – ‘ferrolhos metodológicos’ (em termos de técnicas, do como perguntar, dos limites do que se pode fazer), por assim dizer, na própria prática presencial (corpo a corpo) de pesquisa.

Assim, graças às investidas, por parte dos pesquisados no sentido de interrogar o lugar e os corpos dos pesquisadores no conjunto de nossas pesquisas, fomos levados a alçar esse lugar, e também nossos corpos, à categoria de análise dentro do percurso metodológico de produção de dados sobre corpo, gênero e sexualidade no *site* de relacionamento. Em outras palavras, o principal eixo de análise se desenvolveu em torno da própria experiência dos pesquisadores, de seus lugares, corpos e sexualidades no âmbito da pesquisa. É a partir dessa compreensão que a noção de reflexividade, usada para problematizar a inserção do/a pesquisador/a no campo de pesquisa, emerge aqui como um “conceito frutífero”, conforme Catherine Nash (2010, p. 141). Nesse sentido, de acordo com Janet McCabe e Dave Holmes (2009, p. 1522),

[...] reflexividade é a prática de ser consciente de suas perspectivas e sua posição social, e dos efeitos que estes podem ter no processo de pesquisa sobre aqueles/as que são pesquisados/as. *Isto dá às/aos pesquisadores/as a oportunidade de refletir sobre suas histórias pessoais e posturas teóricas, e sobre a forma com que essas influenciam a pesquisa.* Assim, reflexividade desenvolve-se para açambarcar mais do que uma simples prática reflexiva preocupada com a influência em potencial da “presença” do/a pesquisador/a no campo de pesquisa (grifo nosso).

A chamada “auto-análise” do/a pesquisador/a é possibilitada pelo emprego de métodos qualitativos na pesquisa de gênero e sexualidade, e isso adquire diferentes significados. A reflexividade é um deles. A ideia de posicionalidade [*positionality*] é outro conceito propício para revisar criticamente a posição do/a pesquisador/a em relação àqueles indivíduos pesquisados, colocando-a como objeto de análise: reflexividade e posicionalidade “são termos que aludem a um lugar estável, pelo menos momentâneo, a partir do qual se é reflexivo e considera-se sua própria posição” (NASH, 2010, p. 141).

As análises que contemplam a implicação do/a pesquisador/a nos métodos de suas pesquisas nas redes sociais da internet ganham várias dimensões: é possível falar em uma etnografia virtual (segundo Cristhine Hine, 2000), assim como também é possível falar em netnografia (conforme Robert Kozinets, 2002), em que ambas supõem a transposição da etnografia tradicional da vida ‘real’ para a vida ‘virtual’. Derivada destas perspectivas há quem use o conceito de autonetnografia (segundo Sarah Wall, 2006) para pensar o “pesquisador-*insider*”, de acordo com Adriana Amaral (2008, p. 2): da “autonetnografia enquanto uma forma de observação participante que leva em conta a subjetividade e a própria narrativa biográfica do pesquisador”.

A auto-etnografia, e seu correlato, a autonetnografia, são métodos vizinhos aos de reflexividade e posicionalidade, sendo usados para inserir o/a pesquisador/a no processo de pesquisa, no

qual o foco do/a pesquisador/a é, segundo Patrick O’Byrne (2007, p. 1383), “no porquê, como, onde e em que contexto, assim por diante, ele ou ela experimentou uma sensação particular”, além de usar “esses *insights* em relação às suas próprias reações como uma base para o entendimento da cultura estudada”. Nós não podemos entender reflexividade e posicionalidade como tarefas meramente individuais: elas se colocam “além da autoconsciência narcísica como um viés conduzido durante o processo de pesquisa” (McCABE; HOLMES, 2009, p. 1519). São ferramentas que, quando empregadas na pesquisa que usa métodos qualitativos na produção de dados, podem fazer surgir perguntas sobre as condições a partir das quais a pesquisa, ela própria, emergiu, como foi planejada e conduzida (ver Denise Gastaldo e Pat Mckeever, 2002).

Por quê/como nós escolhemos pesquisar os sujeitos que escolhemos? Que perguntas nós lhes fazemos? Que tipos de interações nós temos com nossos participantes enquanto coletamos os dados? Como nós nos tornamos parte da coleta de dados? Como nós organizamos, analisamos e disseminamos nossos achados? (DETAMORE, 2010, p. 169).

Essas perguntas implicam no tensionamento das posições dos pesquisadores dentro das pesquisas que nós conduzimos e nas nossas relações com os pesquisados. Como se a escolha do objeto da pesquisa aqui em questão só pudesse ter sido feita e conduzida por homens gays. Como se a reflexividade da pesquisa fosse mais do que um pensar sobre si próprio no contexto da pesquisa: é como se a reflexividade fosse, sobretudo, o reflexo do objeto nos autores da pesquisa, e os autores da pesquisa se vissem refletidos no objeto ponto a ponto. Assumir-se em uma identidade (homem gay) supostamente seria também assumir o objeto de pesquisa em nós, ao mesmo tempo legitimando-nos como pesquisadores aptos a dizer ‘verdades’ sobre os pesquisados – e essa pode ser uma das armadilhas de estratégias metodológicas como a do método consensual, uma armadilha que liga identidade à produção de ‘verdades’ sobre os indivíduos.

Afirmar-se em ‘Uma Identidade’, assumi-la, tomá-la para si e dela dizer publicamente, parecem ser processos indissociáveis não somente da nossa constituição enquanto sujeitos viáveis e inteligíveis em um contexto cultural, mas, sobretudo, da nossa legitimidade em dizer e fazer algumas coisas no processo de pesquisa. Aqui aparecem claramente as circunstâncias de fixação da identidade dos pesquisadores: o que está em jogo é a definição da sexualidade daquele que pesquisa como um lugar de ‘verdade’, ou um lugar de veridicção. Mas há mais jogos aí além do interesse sexual ou desejo por parte dos pesquisados pelos corpos dos pesquisadores. Por que um ‘pesquisador gay’ é diferente de um – mero – ‘pesquisador’, como sugeriu um dos entrevistados ao perguntar: “você é só um pesquisador ou é um pesquisador gay”? É a fixação sobre qual é a identidade sexual dos pesquisadores que parece ser a fonte de confiança por parte dos demais participantes, a ponto de um deles sugerir que se fôssemos pesquisadores heterossexuais seria difícil de levar adiante a entrevista³.

Nossas sexualidades foram, assim, solicitadas a aparecer a todo o momento não apenas porque “a mais inexaurível e impaciente das sociedades talvez seja a nossa” (FOUCAULT, 2012, p. 39) no

³É possível sugerir, junto com Gordon Ingram (1997), Andrew Gorman-Murray, Lynda Johnston e Gordon Waitt (2012), que a experiência das sexualidades não heterossexuais é requisito para uma abertura ou compartilhamento de histórias e de memórias no ato de pesquisa. Nesse sentido, explicitar que o pesquisador também é um homem gay, no nosso caso, pode ser uma atitude que ‘horizontaliza’ a relação com os pesquisados.

que diz respeito aos prazeres dos corpos, mas também porque hoje está constituída uma formação discursiva em torno das identidades sexuais que sustenta e possibilita certos caminhos, certos modos de vida, certos prazeres e certas políticas – inclusive de produção de conhecimento. Por outro lado, a tentativa de definição sobre qual é a sexualidade do pesquisador também supõe localizá-lo dentro de uma “ordem do discurso” (FOUCAULT, 2009), mas não só isso, de acordo com Denilson Lopes (2002, p. 38):

Muitas são as opções. Ser um escritor [ou pesquisador] gay é afirmar uma afetividade que, longe de acentuar o isolamento e alienação do homem contemporâneo, é uma forma de redefinir práticas políticas marcadas pelo cotidiano, uma ética de um sujeito plural e uma estética da existência (acréscimo nosso).

Talvez seja interessante de pensar que não importa somente saber qual a diferença entre um ‘pesquisador’ e um ‘pesquisador gay’, nem apenas defender que é preciso ‘assumir-se’ gay para ser um participante da pesquisa que desenvolvemos. No contexto dessa pesquisa, podemos entender que a pergunta implícita a todos aqueles homens que interrogaram nossas sexualidades, a saber, “quem está conduzindo esta pesquisa e investigando minha sexualidade?”, é uma maneira de interrogar as condições de fala do lugar dos pesquisadores, uma forma de questionar as possibilidades que fazem com que alguém fale o que fala e pergunte o que pergunte – no limite, que pesquise o que pesquise. Assim, a pergunta interessante é aquela que questiona os modos pelos quais a sexualidade dos pesquisadores torna-se algo relevante para legitimar o dizer ‘verdadeiro’ da pesquisa, a veracidade do conhecimento produzido por eles. E ela torna-se relevante porque, de certo modo, no jogo político das identidades, parece que, por sermos gays, vamos falar ‘desde dentro’, entendendo e dando voz, como parte de uma política de representação e de identidade, àqueles que querem falar através de nós.

ÉTICA POSSÍVEL

Autores como Camilo Braz (2010), Michel Jackman (2010) e Patrick O’Byrne (2007) mostram o quanto o emprego da etnografia, por exemplo, nas pesquisas sobre gênero e sexualidade pode possibilitar a produção de importantes reflexões éticas acerca da inserção dos pesquisadores em seus respectivos campos de pesquisa. Tal inserção pode fazer emergir questões importantes sobre as relações entre os pesquisadores e os pesquisados.

Braz (2010) conduziu uma pesquisa etnográfica em clubes de sexo entre homens na cidade de São Paulo. Para poder entrar em um dos clubes de sexo que faziam parte do campo de sua pesquisa, o autor precisou ficar nu. Ele escreve: “No início era estranho ficar nu – só usando tênis e uma máscara que me deram na entrada” (p. 148). E sua presença não era invisível para os demais homens que também estavam no clube e cujas práticas eram o objeto de seu estudo. “Eu percebi que muitos homens me olhavam. Eles roçavam em mim cada vez que eu passava de um espaço a outro. [...] Eles tentavam me agarrar, eu me esquivava” (BRAZ, 2010). Jackman (2010, p. 123-125) menciona essa

separação entre pesquisador e pesquisados nas pesquisas sobre sexualidade:

O que talvez seja menos aceitável é o reconhecimento de que antropólogos/as [ou qualquer pesquisador/a] são seres sexuais – que eles/as não são objetos passivos do afeto de seus/as informantes, mas que são sujeitos de desejo também. [...] Será um ‘não’ murcho a única resposta apropriada para a expressão de interesse extra-pesquisa de um/a informante? [...] A verdade sobre as relações entre pesquisador/a e informantes que geralmente permanece abafada nas pesquisas etnográficas não é que uma subjetividade erotizada existe e constitui tais relações, mas que o campo, tal como ele é conceitualizado nas ciências sociais, requer a censura do desejo na etnografia e a negação do erotismo nos encontros do campo. [...] A maneira como o desejo integra o alcance do/a pesquisador/a é correlata a como ele ou ela imagina os objetivos e limites da pesquisa (acréscimo nosso).

Portanto, ao ingressarmos no *site Manhunt* e convidarmos seus usuários a participar de um diálogo *online*, precisamos assumir, de certa forma, esse espaço como sendo saturado de relações que disputavam corpos, gêneros e sexualidades entre os homens usuários do *site* e que nós faríamos, enquanto pesquisadores, parte desse registro. As disputas em torno dos corpos, dos gêneros e das sexualidades são constituintes das relações que emergem entre os usuários do *site*, e se delas queríamos fazer parte para estudá-las, nós precisaríamos constituir uma relação ética com os participantes de pesquisa que pudesse exceder a relação normatizada pesquisador/pesquisados, já que escolhemos estrategicamente prescindir da submissão do projeto a um Comitê de Ética em Pesquisa. Isso porque, a partir do modo como negociamos, a cada momento, a relação de pesquisa com os pesquisados, queríamos promover um debate sobre ética e regulação nas pesquisas na internet sobre corpo, gênero e sexualidade. Essa relação ética com os pesquisados teria de ser uma dentro da qual nós ainda pudéssemos levar a cabo a pesquisa de um modo eticamente viável e que nos permitisse implementar as entrevistas *online* com a segurança de que os participantes estivessem confortáveis e de acordo em responder às perguntas que lhes dirigíamos.

Além disso, tal relação ética também teria de ser uma em que nós e os homens que aceitaram fazer parte da pesquisa pudéssemos assumir nossos limites e impossibilidades: que eventualmente alguma pergunta não fosse respondida pelos entrevistados, ou que eventualmente os próprios entrevistados pudessem fazer perguntas para nós, por exemplo. Essa relação ética com os participantes de pesquisa teria de levar em conta o campo saturado de sexo (virtual) no qual ela aconteceu, tal como o campo da pesquisa de Braz anteriormente citada, e ela teria de servir de suporte para os métodos que empregamos, viabilizando-os. Essa teria de ser uma relação que não se baseasse em noções prévias e institucionalmente outorgadas de ‘permitido’ e de ‘proibido’, mas que pudesse oferecer espaços onde nós e os participantes ‘respirássemos’: essa relação ética que construímos com os pesquisados diz respeito ao ‘método consensual’ de participação em pesquisa.

“Talvez não seja necessário pontuar acriticamente a suposta erotização exacerbada dos homens gays para criticar a necessidade de ‘celibato’ em campo” (BRAZ, 2010, p. 145), já que essas são duas suposições moralistas – a erotização integral dos homens gays, que corresponde à total apreensão de suas vidas e de seus corpos em uma identidade fabricada pelo dispositivo de sexuali-

dade, tal como Foucault (2012) já nos mostrou; e a condição celibatária do pesquisador em campo, que corresponde às necessidades positivistas de neutralidade e distanciamento do objeto. Por mais moralistas e reducionistas que essas suposições sejam, elas efetivamente funcionam como ‘verdades’ em determinados contextos: o celibato dos/as pesquisadores/as no campo de pesquisa raramente é desafiado ou questionado, por exemplo – está mais ou menos implícito e mais ou menos óbvio, dado de antemão, que o/a pesquisador/a não fará sexo com os/as participantes de pesquisa. Igualmente, seria fácil argumentar que, dado o volume de sedução dos corpos no espaço do *site Manhunt*, nós não teríamos como escapar das investidas dos entrevistados, que duvidavam da ‘seriedade’ da nossa pesquisa e dos ‘reais’ motivos que nos faziam estar ali.

Tanto a imposição de uma diferenciação asséptica entre pesquisador/pesquisado, purificando o desejo no campo de pesquisa, quanto o exercício de ‘sedução’ dos entrevistados sobre os pesquisadores podem ambas ser consideradas relações de poder que emergem no processo de pesquisa. É compreensível que se escolha uma dessas modalidades de relações entre os participantes para conduzir o processo de produção de dados, desde que tal escolha figure como decisão ético-metodológica do/a pesquisador/a e que ela própria integre a análise dos dados. Contudo, frequentemente o corpo e a sexualidade do/a pesquisador/a são entendidos como algo que não importa por parte dos próprios métodos da Ciência, ou como algo que não pode importar frente às dimensões acadêmico-científicas das quais estão revestidas a pesquisa. Queremos destacar, como no caso desse estudo, que os corpos importam (dos pesquisadores/as e dos pesquisados/as) e têm efeitos no modo como se pesquisa e que é preciso colocá-lo em tensionamento como parte das estratégias ético-metodológicas.

É preciso que a relação pesquisador/a-pesquisados/as seja guiada por uma reflexão ética que engloba transformar em categoria de análise os corpos, os gêneros e as sexualidades de ambos os/as pesquisadores/as e pesquisados/as, sempre levando em consideração que os/as pesquisadores/as ocupam um lugar diferenciado e ‘interessado’ na pesquisa. Também é importante considerar que os corpos, os gêneros e as sexualidades de ambos, os/as pesquisadores/as e pesquisados/as, podem estar em jogo, na cena, “desde que o/a pesquisador/a não se utilize do sexo para a aquisição de informações” (BOLTON *apud* BRAZ, 2010, p. 149), Em outras palavras, para nossos estudos, isso significa colocar o próprio desejo dos pesquisadores e dos pesquisados como categoria analítica no caso deles virem a existir durante a produção de dados. Trata-se de compreender e buscar experimentar conceitualmente “as maneiras como meu próprio corpo estava sendo materializado” (BRAZ, 2010, p. 145), sem que haja o ‘dever’ de fazer sexo com os pesquisados, por um lado, da mesma forma com que não é desejável que nós nos mantivéssemos ‘neutros e imparciais’ em relação ao campo.

Disso se supõe que, de acordo com Simone Paulon (2005, p. 24), “o intelectual implicado procura não se retirar dos efeitos analisadores do dispositivo de intervenção”, uma vez que nossa presença no *site* de relacionamento não é uma ‘mera’ presença; no limite, é uma interpelação, uma intervenção nesses espaços: efetivamente, essa é uma observação que participa junto com os participantes. Assim, nós usamos o corpo de um dos pesquisadores, mostrado através de imagens publicadas no perfil, como ‘passaporte’ para a nossa entrada na dinâmica social do *Manhunt* e para convidar os usuários do *site* a fazerem parte da pesquisa.

Nesse sentido, a experiência corporal [...] dos sujeitos estudados e também do/a antropólogo/a [ou do/a pesquisador/a] pode ser alçada à categoria de método de pesquisa. Não se trata aqui de jogar fora a possibilidade de distanciamento [...], mas de levar em conta o quanto a realidade estudada pode ser incorporada aos sujeitos da pesquisa e a/ao próprio/a pesquisador/a (BRAZ, 2010, p. 145-146, acréscimo nosso).

Para as entrevistas *online*, a consensualidade e a participação voluntária foram o que definiu a participação dos usuários do *site* de relacionamentos na pesquisa. O ‘método de consenso’ é produtivo para analisar a implicação dos pesquisados porque ele permite a construção de uma ética de pesquisa baseada em uma noção de limite que não é a da interdição ou da proibição, mas sim uma concepção de limite que supõe o esgotamento das possibilidades dos indivíduos envolvidos. É uma ética entendida como “prática refletida de liberdade” (FOUCAULT, 2006, p. 267) entre os participantes de pesquisa que foi produzida na própria relação entre pesquisadores e pesquisados, cujo limite não é imposto como exterioridade à relação, mas que é produzido e negociado como experiência por aqueles que dela fazem parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – RUMOS POSSÍVEIS

Todas as nossas considerações implicam necessariamente repensar o modelo ético que vem sendo utilizado como medida ‘aceitável’ para o desenvolvimento de pesquisas no campo das Ciências Humanas e Sociais. Conforme referem MacRae e Vidal (2006), a partir da Resolução 196/96, instituída pela Comissão de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde, os padrões éticos de acordo com os quais as metodologias de pesquisas com seres humanos passaram a ser regidos por um modelo importado da área biomédica. Daí que, na sua aplicação em pesquisas que desenvolvem métodos qualitativos de produção de dados, esses padrões éticos importados acriticamente da área biomédica acabam por dificultar e inviabilizar o desenvolvimento de pesquisas que empregam métodos como os da observação participante e etnografia, por exemplo. Seria bastante difícil, quicé impossível, que nós pudéssemos constituir o percurso de pesquisa aqui brevemente apresentado se seguissemos do modo estrito as normativas contidas na referida Resolução.

Uma primeira consideração, portanto, refere-se precisamente à utilização do ‘método de consenso’ como alternativa ao padrão normativo e burocrático instituído através da importação do modelo de ética biomédica. Essa alternativa transforma a própria relação entre pesquisador/a e pesquisados/as em campo fértil de produção de dados, e procura não sacralizar o lugar do/a pesquisador/a no processo de desenvolvimento da pesquisa. O ‘método de consenso’ reconhece a relação entre pesquisador/a e pesquisado/a como uma relação de poder; contudo, vale-se dessa própria relação de poder para alçá-la a objeto de análise para a pesquisa, sem querer purificar o lugar (e o corpo) do/a pesquisador/a nem cristalizar o lugar (e o corpo) dos/as pesquisados/as.

Ainda, é preciso mencionar que todo o debate acerca do equilíbrio ético na corda-bamba metodológica das pesquisas que vimos desenvolvendo desde o ano de 2006 nos mostra que, por

mais que se cunhem novos nomes e novas terminologias para métodos de pesquisa na e através da internet – com supostos aportes metodológicos inovadores a seu reboque –, a interrogação ‘que importa’ continua sendo esta: o que pode um/a pesquisador/a em relação aos/às seus/suas pesquisados/as? E tal interrogação aparece também em outros contextos de pesquisa que não somente esse nosso, de pesquisa *online*. Esta é a corda-bamba metodológica das pesquisas na internet, pelo menos para as pesquisas que implementamos sobre corpo, gênero e sexualidade na rede mundial de computadores: que tipo de relação nós, enquanto pesquisadores com corpos sexuados, generificados e sexualizados poderíamos constituir com nossos pesquisados sem precisarmos recorrer às normativas burocráticas do modelo biomédico?

A internet, por si só, não traz nada de absolutamente novo e inaugural, como refere Lévy (2005). O arcabouço tecnológico que a internet oferece requer, sim, novas considerações sobre o que nos permite utilizar tais recursos de tecnologia para pesquisar outros seres humanos. As inovações técnicas da internet, que nos oferecem hoje salas de bate-papo e *sites* de relacionamento como objetos e campos de pesquisas como as que nós realizamos, nos colocam aquela mesma interrogação ética desde outros lugares, ao utilizarmos outros artefatos para pesquisar os nossos sujeitos de pesquisa. Aquilo que importa para a pesquisa com outros seres humanos, para o bem e para o mal, permanece: na produção de conhecimento, que ética podemos criar, com quem e com quais implicações?

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Adriana. Autonetnografia e inserção online. O papel do pesquisador-insider nas subculturas da web. In: ENCONTRO ANUAL DO GT COMUNICAÇÃO E SOCIABILIDADE DA COMPÓS, 17., 2008, São Paulo. **Anais**. São Paulo: 2008. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_315.pdf.
- BARBOSA, Alexandre F. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil**: TIC Domicílios e TIC Empresas 2011. São Paulo: Comitê Gestor da Internet, 2012. Disponível em: <http://op.ceptro.br/cgi-bin/cetic/tic-domicilios-e-empresas-2011.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2012.
- BRASIL. Ministério das Comunicações. **Programa Nacional de Banda Larga**. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/programa-nacional-de-banda-larga-pnbl>. Acesso em: 23 nov. 2012.
- BRAZ, Camilo Albuquerque de. Mas agora confessa: notas sobre clubes de sexo masculino. **Sexualidad, Salud e Sociedad – Revista Latinoamericana**, n. 4, p. 127-156, 2010.
- BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of sex. New York: Routledge, 1993.
- _____. **Gender trouble**. New York: Routledge, 2008.
- _____. Inversões sexuais. In: PASSOS, Izabel C. Friche (Org.). **Poder, normalização e violência**: incursões foucaultianas na atualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 90-108.
- DETAMORE, Mathias. Queer(y)ing the ethics of research methods: toward a politics of intimacy in researcher/researched relations. In: BROWNE, K.; NASH, C. J. (Org.). **Queer methods and queer methodologies**: intersecting queer theories and social science research. Burlington: Ashgate. 2010. p. 167-182.
- DISPONÍVEL.com. **Site de relacionamento gay**. Disponível em: <http://disponivel.uol.com.br/web>. Acesso em: 25 out. 2012.

FÉLIX, Jeane. Entrevistas on-line ou algumas pistas de como utilizar bate-papos virtuais em pesquisas na educação e na saúde. In: MEYER, D.; PARAÍSO, M. (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições. 2012. p. 133-152.

FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice. Apresentação: ética e regulamentação na antropologia. In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (Org.). **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica**. Brasília: Letras Livres/Editora Universidade de Brasília, 2010. p. 9-21.

FONSECA, Cláudia. Que ética? Que ciência? Que sociedade? In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (Org.). **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica**. Brasília: Letras Livres/Editora Universidade de Brasília, 2010. p. 39-70.

FOUCAULT, Michel. The essential works of Foucault: 1954-1984. In: RABINOW, P. (Ed.). **Ethics: subjectivity and truth**. London: Penguin Books, 2000.

_____. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: _____. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 264-287.

_____. **A História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

GASTALDO, Denise; MCKEEVER, Patricia. Investigación cualitativa, ¿intrínsecamente ética? In: MERCADO, Francisco; GASTALDO, Denise; CALDERÓN, Carlos (Comp.). **Investigación cualitativa en salud en Iberoamérica: métodos, análisis y ética**. México: Universidad de Guadalajara, Universidad Autónoma de San Luis Potosí, Universidad Autónoma de Nuevo León, Servicio Vasco de Salud Osakidetza, 2002. p. 475-480.

GORMAN-MURRAY, Andrew; JOHNSTON, Lynda; WAITT, Gordon. Queer(ing) Communication In Research Relationships: A conversation about subjectivities, methodologies and ethics. In: BROWNE, K.; NASH, C. J. (Org.). **Queer methods and queer methodologies: intersecting queer theories and social science research**. Burlington: Ashgate, 2010. p. 97-112.

GUIMARÃES JR., Mário J. L. De pés descalços no ciberespaço: tecnologia e cultura no cotidiano de um grupo social on-line. **Antropologia@web**: Horizontes Antropológicos, ano 10, n. 21, p. 123-154, 2004.

HECKERT, Jamie. Intimacy with Strangers/Intimacy with Self: Queer Experience of Social Research. In: BROWNE, K.; NASH, C. J. (Org.). **Queer methods and queer methodologies: intersecting queer theories and social science research**. Burlington: Ashgate, 2010. p. 41-54.

HINE, Cristhine. **Virtual ethnography**. London: Sage, 2000.

INGRAM, Gordon Brent. Marginality and the landscapes of erotic alie(n)ations. In: INGRAM, Gordon Brent; BOUTHILLETTE, Anne-Marie; RETTER, Yolanda (Org.). **Queers in space: communities, public places, sites of resistance**. Seattle: Bay Press, 1997. p. 27-53.

JACKMAN, Michel C. The trouble with fieldwork: queering methodologies. In: BROWNE, K.; NASH, C. J. (Org.). **Queer methods and queer methodologies: intersecting queer theories and social science research**. Burlington: Ashgate, 2010. p. 113-128.

KOZINETS, Robert. The field behind the screen: using netnography for marketing research in Online Communities. **Journal of Marketing Research**, v. 39, n. 1, p. 61-72, Feb. 2002. Disponível em: <http://www.marketingpower.com/content18255.php>.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2005.

LOPES, Denílson. **O homem que amava rapazes – e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Aeroplano. 2002.

MACRAE, Edward; VIDAL, Sérgio. A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social: Dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas. **Revista de Antropologia**, v. 49, n. 2, p. 645-666, 2006.

MCCABE, Janet L.; HOLMES, Dave. Reflexivity, critical qualitative research and emancipation: a Foucauldian Perspective. **Journal of Advanced Nursing**, v. 65, n. 7, p. 1518-1526, 2009.

MANHUNT. Disponível em: <http://www.manhunt.net>. Acesso em: 25 out. 2012.

NASH, Catherine J. Queer Conversations: Old-time Lesbians, Transmen and the Politics of Queer Research. In: BROWNE, K.; NASH C. J. (Org.). **Queer methods and queer methodologies: intersecting queer theories and social science research**. Burlington: Ashgate, 2010. p. 129-142.

O'BYRNE, Patrick. The advantages and disadvantages of mixing methods: an analysis of combining traditional and autoethnographic approaches. **Qualitative Health Research**, v. 17, n. 10, p. 1381-1391, 2007.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas. In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (Org.). **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica**. Brasília: Letras Livres/Editora Universidade de Brasília, 2010. p. 25-38.

PAULON, Simone. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 3, n. 17, p. 18-25, 2005.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. Apresentação. **Antropologia@web: Horizontes Antropológicos**, ano 10, n. 21, jan./jun. 2004.

ROSE, Nikolas. **The politics of life itself: biomedicine, power, subjectivity in the twenty-first century**. Princeton: Princeton University Press, 2007.

SALES, Shirlei R. Etnografia+netnografia+análise de discurso: articulações metodológicas para pensar em Educação. In: MEYER, D.; PARAÍSO, M. (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 111-132.

SIBILIA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008.

TERRA CHAT. **Salas e amigos**. Disponível em: <http://novochat.terra.com.br/categorias/sexo#5>. Acesso em: 25 out. 2012.

TURKLE, Sherry. **Life on the screen: identity in the age of the internet**. New York: Simon & Schuster, 1995.

WALL, Sarah. An autoethnography on learning about autoethnography. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 2, n. 5, 2006.

ZAGO, Luiz Felipe. **Codínomo Beija-Flor: um estudo sobre a comunicação interpessoal nas salas de bate-papo sobre sexo entre homens homoeroticamente inclinados no portal Terra Networks Brasil**. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Social, UFRGS, Porto Alegre, 2006. 147 p.

_____. **Masculinidades Disponíveis.com: sobre como dizer-se homem gay na internet**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2009. 227 p.

O K-100¹ compartilhado: jovens, tecnologias e gestão da experiência migratória

Sharing K-100: youth, technology and migratory experience management

Paula Christofolletti Togni – Instituto Universitário de Lisboa

RESUMO

O uso da internet e das redes sociais virtuais como campo e/ou ferramenta de pesquisa é cada vez mais recorrente nas ciências sociais. No campo de estudos sobre as migrações internacionais, recentemente, alguns pesquisadores têm assinalado a importância destas ferramentas/campos que passam a ser encarados como parte dos fluxos contínuos entre as sociedades de origem e destino (Schrooten, 2010). O presente artigo, ainda que de forma exploratória, inicia uma discussão sobre a importância metodológica da internet e das redes sociais virtuais na realização de uma etnografia multisituada (Marcus, 1995) que percorreu os trajetos transnacionais de 26 jovens oriundos de uma cidade de pequeno porte do estado de Minas Gerais – Mantena – que vivem ou já viveram anteriormente em Portugal - Lisboa, em um bairro periférico nomeado como Cacém. Foi através da internet e das redes sociais virtuais que foi possível compreender o significado simbólico e material dessa imigração, a maneira como os projetos migratórios dos jovens são geridos, bem como, apreender a forma como os lugares e os “mundos possíveis” (Appadurai, 2004) são criados e compartilhados.

Palavras-chave: Etnografia. Redes sociais virtuais. Migrações internacionais. Juventude.

ABSTRACT

The use of the Internet and virtual social networks as fieldwork and/or a research tool is becoming recurrent in Social Sciences. In international migration field studies recently some researchers have pointed out the importance of these tools/fields as part of a continuous flow between societies' origin and destination (Schrooten, 2010). This article intend, although in an exploratory way, to discuss the methodological importance of the Internet and social networking in conducting a multi situated virtual ethnography (Marcus, 1995). This paper will drawn on the transnational path of 26 young people from a small town in the state of Minas Gerais - Mantena - who live or have lived previously in Lisbon, Portugal - in a suburb named Cacém. It was through the Internet and virtual social networks it was possible to understand the symbolic and material meaning of the immigration, how this youth migration project was managed, as well as learn how the places and “possible worlds” (Appadurai, 2004) are created and shared.

Keywords: Ethnography, Social networks, International migration, Youth

¹ Forma utilizada pelos jovens nas redes sociais para fazer referência ao bairro de residência em Portugal, o Cacém.

Em janeiro de 2010, conheci Sheila, 23 anos, natural de Mantena² (Minas Gerais) que vive em Portugal há quatro anos, e o Cacém³, bairro periférico da Grande Lisboa. Por intermédio de Sheila e sua família identifiquei um grupo de aproximadamente 26 jovens oriundos do interior de Minas Gerais que atualmente vivem em Portugal ou já viveram anteriormente – um fluxo migratório marcado por redes migratórias bastante consolidadas, sendo visível a alteração nos espaços de origem com a verticalização das moradias, as chamadas “casas modernas”, pelo número crescente de agências de viagem na cidade, como também pelo fato de que a grande maioria das pessoas possui um parente, amigo ou conhecido que reside ou já residiu em Portugal ou nos EUA.

A possibilidade de trabalhar com jovens oriundos de um mesmo contexto – uma cidade de pequeno porte – e que vivem num mesmo espaço na sociedade de destino proporcionou a realização de uma etnografia multisituada que pode trazer contribuições analíticas distintas da literatura produzida sobre a imigração brasileira em Portugal, centrada em análises exclusivas na sociedade de destino, através da observação das experiências e trajetórias dos imigrantes. Estas abordagens têm desconsiderado os contextos de origem dos sujeitos, a heterogeneidade e interseção de marcadores de diferença – classe, raça/cor da pele, origem regional; etc. – apesar dos argumentos sobre a indispensabilidade de produzir etnografias multisituadas presentes em estudos realizados em diversos fluxos migratórios, de acordo com Gláucia Assis (2007) e José Mapril (2008).

Por meio de uma etnografia multisituada, realizada entre janeiro de 2010 e junho de 2012, percorri os trajetos transnacionais deste grupo de jovens entre a Grande Lisboa – o Cacém (Portugal) e Mantena (Minas Gerais). A particularidade do grupo prende-se ao fato de terem experienciado uma migração internacional autônoma entre os 18 e 20 anos, que não fazem parte de reagrupamentos familiares, mas que não são necessariamente um projeto exclusivamente individualizado, mas parte também de uma estratégia familiar de reprodução social. Duas categorias êmicas que emergem na etnografia e são utilizadas contextualmente “*aproveitar a vida*” e “*melhorar de vida*” acabaram por ganhar destaque nas narrativas tanto dos jovens migrantes; como entre seus familiares e outros jovens que não tiveram a experiência da migração internacional, demonstrando a própria ambiguidade e dinâmica de seus projetos migratórios, que ao longo da experiência da migração vão sendo reconstruídos através de novas expectativas e motivações. No presente artigo pretendo analisar o papel da internet e, principalmente, das redes sociais virtuais como o *Orkut* (e mais recentemente o *Facebook*) na gestão das experiências de deslocamento dos jovens. Dessa forma, refletirei sobre o lugar ocupado pela internet como campo e/ou ferramenta de pesquisa na etnografia multisituada, considerando-a um meio de comunicação “contínuo e incorporado em outros espaços sociais”, segundo Daniel Miller e Don Slater (2000, p. 5). Esta perspectiva permite ultrapassar a oposição

² Mantena está localizada no leste do Estado de Minas Gerais, a 460 km de Belo Horizonte, numa zona de fronteira entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. É uma cidade de pequeno porte e tem aproximadamente 27.000 habitantes. Dados do Censo de 2010 apontam para uma população rural de aproximadamente 6.000 habitantes cujas principais atividades econômicas são a cafeicultura e a pecuária. Possui um IDH considerado como médio-alto (0,724), ainda que a renda per capita seja baixa (238,70) e se verifique também uma grande desigualdade de distribuição da renda. A cidade faz parte da mesorregião mineira do Vale do Rio Doce, na qual fazem parte a cidade de Governador Valadares, que desde a década de 1960, é associada a um fluxo populacional direcionado para os Estados Unidos. Para análises socioantropológicas sobre esse fluxo, ver Gláucia Assis (2004, 2007) e Sueli Siqueira (2009).

³ O Cacém é considerado uma região periférica da Grande Lisboa. A reputação de periferia do bairro está associada à distância das áreas mais centrais e igualmente por uma segregação espacial étnica. A maioria das pessoas que habitam o Cacém é oriunda da África portuguesa – Angola, Guiné Bissau e Cabo Verde – e, mais recentemente, do Brasil.

real/virtual presente nos primeiros estudos sobre as relações mediadas digitalmente. Como explica Richard Miskolci (2012), o espaço *cyber* não é uma esfera virtual distinta do real (circunscrito ao mundo concreto das relações pessoais tradicionais), mas parte de dinâmicas articuladas e interdependentes de comunicação e interação.

Num primeiro momento, revelarei como a internet e as redes sociais virtuais foram importantes nos contatos iniciais com o universo a ser pesquisado, na ampliação das redes com os jovens e na negociação para a realização da etnografia no Brasil. Sucessivamente, através da identificação e da análise da forma como os jovens têm selecionado as informações para o local de origem sobre suas experiências migratórias, procurarei demonstrar que as redes sociais virtuais desempenham um papel fundamental na negociação do *status* e “sucesso” migratório, construindo simbolicamente lugares como “Brasil”, “Portugal” e “Europa”.

ETNOGRAFIAS, REDES SOCIAIS, TRANSNACIONALISMO E MIGRAÇÕES

As ciências sociais têm tentado responder à dinâmica cultural do que chamamos de desterritorialização. Nos estudos migratórios, a teoria transnacional (o transnacionalismo) pode ser citada como um esforço teórico importante nesse sentido⁴. Considerada uma perspectiva inovadora para análise das migrações internacionais, ainda que o transnacionalismo não seja compreendido teoricamente como um fenômeno novo, uma vez existam na história das migrações exemplos de transnacionalismo⁵, torna-se importante reconhecer que este fenômeno recebeu um forte impulso com o advento das novas tecnologias na área dos transportes e das telecomunicações que vieram facilitar enormemente a comunicação através das fronteiras nacionais e o deslocamento entre grandes distâncias.

Nina Glick Schiller citado por Caroline Brettell (2003), argumenta que o transnacionalismo na antropologia é parte de um esforço para reconfigurar o pensamento antropológico diante das transformações em curso e da maneira como tempo e espaço são experienciados e representados. Subjacente a este modelo teórico – a teoria transnacional – a introdução do conceito de etnografia multisituada proposta por George Marcus (1995), que aponta para a necessidade de pensar formas inovadoras de etnografia multilocal para fazer justiça às forças culturais, econômicas e políticas transnacionais que atravessam e constituem mundos regionais ou locais ganha forte impulso. Longe de ser um mero estudo comparativo entre localidades, o autor sustenta que a essência deste conceito é a de uma etnografia “móvel”, que segue as pessoas, suas conexões e relações através do espaço. Além da pesquisa em mais de um espaço físico, a pesquisa multisituada também incorpora o uso de novos tipos de materiais, tais como meios eletrônicos, reconhecendo sua importância crescente nos mundos sociais contemporâneos.

⁴O transnacionalismo se refere aos processos por meio do qual os migrantes operam estruturalmente em campos sociais que transcendem as fronteiras nacionais. Ver Linda Basch, Nina Schiller e Cristina Blanc (1994) e Valentina Mazzucato (2004).

⁵Maria Izilda Matos (2012), por exemplo, por meio do estudo das cartas e correspondências entre Portugal e o Brasil (1890-1950) demonstra a forma como as cartas servem para compreender o processo de deslocamento dos imigrantes, se configurando como um testemunho precioso entre os dois espaços, ainda que pouco explorados nos estudos sobre os deslocamentos.

Desta forma, a ideia de que ser migrante é uma relação dialógica, uma vez que implica refletir sobre sujeitos que vivem dentro de campos sociais transnacionais, expostos a um conjunto de expectativas sociais, valores culturais e padrões de interação humana que são compartilhados em mais de um sistema social, económico e político segundo Laura Velasco, (1998), emerge como um pressuposto não somente teórico, mas também metodológico.

No campo de estudos sobre migrações internacionais, as etnografias multissituadas têm sido realizadas desde o início da década de 1990, como o notável trabalho de Sherri Gramusck e Patrícia Pessar (1991) – “*Between Two Islands: Dominican International Migration*”. No que se refere à imigração brasileira, as investigações de Gláucia Assis (2004; 2011) e os trabalhos de Adriana Piscitelli (2002; 2003; 2008; 2009) que através da ideia central de trânsito têm produzido importantes análises que intersectam gênero, sexualidade e migrações, baseada em etnografias nos locais de origem e de destino (Itália e Espanha) de mulheres migrantes se configuram como modelos referenciais.

Como ponto de partida na etnografia, estabeleci contatos com jovens oriundos de Minas Gerais que vivem na Grande Lisboa através de redes consolidadas previamente na Associação Casa do Brasil de Lisboa⁶; mas, sobretudo, através de contatos em redes sociais virtuais – o *Orkut*. Para Sonia Aguiar (2007) a expressão “redes sociais na internet” vem sendo utilizada para designar plataformas que oferecem ferramentas e serviços de comunicação e interação centrados em um padrão egocentrado de relacionamentos. Os usuários constroem um perfil público (ou semipúblico) a partir de dados estruturados em um formulário e o associam aos perfis de amigos, amigos de amigos e conhecidos com os quais possuem algum tipo de proximidade e de identidade.

Para a autora, algumas ferramentas potencializam redes interpessoais preexistentes e outras proporcionam a ampliação das redes que incluem “estranhos”, ou seja, perfis sem vínculos obrigatórios *offline* ou anteriores. A “amizade” com celebridades, “mulheres bonitas” e “homens sarados”, por exemplo, parece proporcionar um aumento no *status* dos indivíduos.

O funcionamento do *Orkut* como rede social foi analisado por Rachel Recuero (2004, p. 7) que descreve a forma como esta rede se operacionaliza.

[...] o software é uma espécie de **conjunto de perfis de pessoas** e suas **comunidades**. Nele é possível cadastrar-se e **colocar fotos e preferências pessoais**, listar amigos e formar comunidades. Os indivíduos são mostrados como perfis, é possível perceber suas conexões diretas (amigos) e indiretas (amigos dos amigos), bem como as organizações sob a forma de comunidades. Além disso, existem ferramentas de interação variadas, tais como **sistemas de fóruns** para comunidades, envio de mensagens para cada perfil, envio de mensagens para comunidades, amigos e amigos de amigos.

⁶ Frequentei desde 2005, como associada, a Casa do Brasil de Lisboa (associação de apoio a imigrantes brasileiros). Em 2007 fui convidada para conduzir o projeto de inserção laboral de imigrantes brasileiros, denominado UNIVA – Imigrante. O atendimento a imigrantes brasileiros e a convivência na associação me possibilitou observar de perto a realidade desta imigração em várias dimensões, seja ela jurídica (relativamente a legalização, a inserção no mercado de trabalho, reagrupamento familiar), como conjuntamente casos de retorno voluntário, violência doméstica e o crescimento das relações afetivas-sexuais entre cidadãos brasileiros e portugueses. Ademais, a associação possibilitou-me expandir os contatos com jovens migrantes.

As comunidades virtuais do *Orkut* são um exemplo de redes ampliadas em função de subjetividades comum. Foi na “comunidade virtual” *Brasileiros em Portugal*⁷ que realizei uma pesquisa exploratória com o intuito de identificar os principais cenários de origem de migrantes oriundos do Estado de Minas Gerais, fundamentalmente jovens, e acabei por identificar Sheila⁸, dentre outros jovens participantes da comunidade. Apesar de não ter problemas em ser adicionada à sua lista de “amigos”, durante quase um mês fiz inúmeras tentativas para um encontro *offline* com Sheila, sem nenhum resultado.

Participava da mesma “comunidade”, expliquei a natureza da conversa, mas foi somente quando percebi que tínhamos um “amigo” em comum, MC Dinho, cantor de *funk* que coincidentemente trabalhou comigo numa pizzaria em Lisboa é que obtive respostas de Sheila. Pedi a Dinho, que conhecia o meu trabalho de pesquisa que desse referências sobre mim para Sheila. É importante ressaltar a posição que MC Dinho ocupa dentro do contexto da pesquisa: o jovem é um dos principais cantores de *funk* que atua em Portugal e possui grande visibilidade nas festas brasileiras, que Sheila e os outros jovens frequenta. É importante salientar que atualmente, na região metropolitana de Lisboa, existe um circuito cultural de discotecas e bares que produzem eventos destinados à “comunidade brasileira”. Neste cenário, membros de bandas, dançarinos (as) e MC’s de *funk* são produzidos como “novas celebridades” dentro do grupo e são reconhecidos como tendo um *status* elevado. Conjuntamente, nestes espaços de sociabilidade são definidos estilos, corporalidades e estéticas que são relevantes à medida que articula interesses e expectativas de auto-imagem e imagem coletiva a determinados objetos, corpos e práticas, que nesse contexto específico tem definindoos significados do que é “ser brasileiro (a) em Portugal”, nomeadamente no Cacém como discutido por mim em Paula Togni (2011, 2012).

Os cartazes das discotecas (Imagem 1) e eventos realizados na Grande Lisboa ilustram as estéticas e estilos considerados “brasileiros”, publicizados constantemente nas redes sociais da internet.

Imagem 1 - Cartazes das discotecas



No início da etnografia, MC Dinho era uma das figuras “públicas” da noite brasileira da Grande Lisboa. Foi através da mediação dele que Sheila “decidiu” me encontrar no Cacém. Segundo as

⁷ A comunidade virtual possui aproximadamente 27.450 membros. Realizei uma pesquisa exploratória com o intuito de identificar os principais contextos de origem dos brasileiros residentes em Portugal e oriundos do Estado de Minas Gerais (BRASILEIROS em Portugal, 2012).

⁸ Os nomes utilizados neste artigo são fictícios.

palavras da jovem, “*resolvi te conhecer pela sua insistência... e veja se troca a sua foto de perfil porque você parece bem mais velha lá*”.

Paulatinamente, percebi que a foto do meu perfil do *Orkut*, como as fotos pessoais, os *scraps* recebidos e a forma como utilizava o hipertexto poderia ser decisiva no meu acesso ao campo, na medida em que corporificava a diferença de *status* entre eu e o grupo. A negociação da minha presença e atuação nas redes sociais virtuais perpassaria pela diferença etária (explicitada por Sheila), pelo círculo de sociabilidade por mim frequentado e pela estética e corporalidade apresentada no perfil. Desta forma, o primeiro passo foi a alteração da foto do perfil. Parecia importante parecer “menos velha” ou “mais nova” para o grupo. Entretanto, ao longo da etnografia a diferença de *status* entre eu e o grupo, para além do estilo e estética foi marcada pela ininterseção de categorias de diferenciação social como geração, classe, escolaridade e cor da pele, que naquele contexto simbólico significa ser “portuguesa”.

A distinção social foi igualmente demarcada no que se refere às próprias plataformas de comunicação mediadas pelo computador. No início da etnografia eu criara um perfil no *Facebook*, consequência do fato da maioria dos meus contatos pessoais e profissionais terem se “deslocado” para esta outra ferramenta com o argumento recorrente sobre a “popularização” do *Orkut*. Portanto, o prolongamento da minha presença no *Orkut* se deu pela própria etnografia. É importante salientar que o *Facebook* passa a ser utilizado pelos jovens somente no final de 2011. Em um churrasco na casa de Sheila, Érica acessa seu perfil no *Facebook* e fala: “*O Orkut já era, agora o que está a dar é o Face*”. De qualquer forma, somente a partir de 2012 comecei a receber solicitações de amizade dos jovens no *Facebook*, apesar de que os mesmos mantiveram seus perfis no *Orkut*.

Por conseguinte, durante todo o período de realização da etnografia negocieei meu *status* e a minha presença nas redes sociais virtuais com o grupo por meio do perfil do *Orkut* que incluía poucas fotos pessoais e era utilizado, sobretudo, para a troca de *scraps*, para o acompanhamento dos perfis dos jovens e conjuntamente para observar os acessos dos jovens ao meu perfil⁹.

Alguns dias após encontrar fisicamente Sheila no Cacém, fui convidada a ir em sua casa para uma feijoada. Lá me deparei com esse grupo de jovens entre 18 e 25 anos oriundos da mesma região. O relato abaixo do diário de campo, 28 de fevereiro de 2010, Cacém, mostra que a internet e as redes sociais virtuais ocupavam um lugar importante na sociabilidade do grupo.

Ela (Sheila) me apresentou para todos como ‘a escritora’ que iria fazer um livro sobre a história dela. Lá só havia brasileiros, a música era brasileira, a comida era brasileira... de português havia o espaço, o tempo e algumas bebidas alcoólicas: moscatel, vinho e cerveja. Sheila me diz: ‘*você viu, não tem portugueses aqui, eles ficam lá fora*’. Para mim, isso já estava claro. Não tive problema em me enturmar, percebia alguma curiosidade em relação a mim, principalmente dos meninos Diziam-me que eu parecia ser portuguesa pelos meus traços e o corte de cabelo... **Alguns jovens estavam na Internet, no Orkut, postando fotos da noite passada no Go Times ‘O Inferninho’, uma discoteca brasileira em Barcarena, próxima ao Cacém.**

⁹ O *Orkut* torna possível acessar as últimas “visitas” recebidas no perfil.

Haviam pessoas *online*, conversando e compartilhando fotos da noite anterior nos perfis do *Orkut*. Constantemente, durante festas, encontros e almoços o computador permanecia ligado e ia sendo utilizado alternadamente pelos jovens, ainda que a maioria tivesse seu próprio computador. Dias depois, recebi vários convites do *Orkut* de jovens que estavam na casa de Sheila para ser incluída nas suas redes de amizade. Durante os cinco meses seguintes realizei trabalho de campo no Cacém, acompanhando os trajetos e as trajetórias destes jovens brasileiros através de observações e entrevistas nos seus espaços de moradia e de sociabilidade – festas e almoços, *bailes funks*, cafés e discotecas brasileiras - como também segui os seus perfis do *Orkut*, mantendo contato através dos *scraps*¹⁰ e mensagens de celular. A construção das relações com outros jovens ao longo da etnografia também foi possibilitada através de três interlocutoras privilegiadas: Sheila, Camila e Dora. A pesquisa foi delineada metodologicamente ao contrário da maioria das etnografias multilocalizadas que iniciaram suas investigações nas sociedades de origem (ASSIS, 2007; GRAMUCK; PESSAR, 1991). A etnografia teve como estratégia metodológica a reconstrução das trajetórias dos migrantes primeiramente na sociedade de destino, acreditando que a consolidação de uma relação de confiança com os jovens poderia facilitar o acesso a suas famílias e seus círculos de amizades no Brasil, na tentativa de entender como viviam anteriormente ao deslocamento e, ao mesmo tempo, contrastar as percepções das famílias e amigos sobre a migração com suas próprias experiências e narrativas.

De forma não pronunciada, a *Internet* – sobretudo as redes sociais virtuais como o *Messenger* e *Orkut* (e mais recentemente o *Facebook*) – e tecnologias como a telefonia móvel ocuparam um lugar metodológico fundamental em todas as etapas da etnografia. Se inicialmente essas tecnologias facilitavam os contatos com jovens migrantes, ampliando a rede da pesquisa, elas foram fundamentais para permitir um *continuum* entre os trabalhos de campo no Brasil e em Portugal, possibilitando diálogos com os jovens tanto na origem como no destino. Já nos primeiros meses da realização da etnografia, ainda em Portugal, percebi que as tecnologias de informação e comunicação desempenhariam um papel importante na pesquisa, como pode ser observado no excerto do meu diário de campo, Lisboa, 12 de abril de 2010.

De fato, a Internet e o telemóvel (celular) tem se configurado como ferramentas fundamentais na realização do trabalho de campo. É evidente que terei que incorporar as novas tecnologias de comunicação na minha tese. Somente hoje, através das TIC, conversei com a Cleide, Canila, Junia, a Lili e a Helena. A Cleide conversamos em relação a elaboração de seu currículo, o qual me disponibilizei a fazer... é interessante também a forma como elas se referem a mim 'amiga', 'fia', 'gatíssima'. O telefone (principalmente através das SMS), o MSN, o Orkut têm sido a maneira mais fácil de agendar encontros, saber notícias, trocar informações.

Curiosamente, a noção de **redes sociais**, amplamente difundida teoricamente nos estudos migratórios, afigura-se como um eficaz símbolo de retórica para abordar o que no presente artigo nomeio como **redes sociais virtuais**. Ao pronunciar ao longo do texto as “redes sociais”, estarei articulando dois conceitos semânticos: as redes sociais, enquanto abordagem teórica alternativa de

¹⁰No perfil de cada indivíduo no *Orkut* há um espaço destinado ao envio de mensagens públicas, denominados pela plataforma como *scraps*.

análise das migrações internacionais que surge em contraposição aos extremos da teoria neoclássica estrutural (ver Patricia Pessar, 1999 e Monica Boyd, 1989) e as redes sociais virtuais, importantes tecnologias que possibilitam observar e interpretar situações de comunicação e conexão e a produção de sociabilidades.

Para Charles Tilly (1990), as unidades efetivas de migração não são indivíduos nem famílias, mas conjuntos de pessoas ligadas por relações de parentesco, amizade, de conhecimento e de trabalho. De acordo com o autor, para além dos atributos e motivações individuais, a migração funciona como uma “estrutura comunitária que translada”. Ao reconhecer que as redes sociais baseadas em laços de parentesco e amizade são componentes centrais nas análises de sistemas migratórios, Monica Boyd (1989, p. 641) afirma:

[...] **conectam migrantes e não-migrantes no tempo e no espaço.** Uma vez iniciados, os fluxos migratórios, frequentemente, tornam-se auto-sustentados, refletindo o estabelecimento de redes de informação, assistência e obrigações que se desenvolvem entre migrantes, na sociedade de destino, e amigos e parentes, nas áreas de origem. **Essas redes ligam as populações dos países de origem e de destino** e asseguram que os movimentos não sejam, necessariamente, limitados no tempo ou sem direção (grifo meu).

A conexão entre migrantes e não-migrantes no tempo e no espaço através de redes, sugerida na citação de Monica Boyd (1989), se refere às redes sociais baseadas em laços de parentesco e amizade, mas pode incluir, pensando em suas funcionalidades, as redes sociais virtuais. Cabe destacar que aqui o virtual não é considerado oposto do real. Como apontam Shirley Sales e Marlucy Paraíso (2010, p. 27), o virtual é “uma faceta do real”, aquilo que não está presente na sua materialidade, mas que tem uma existência concreta.

Portanto, longe de criar relações fixas, transplantadas para os contextos de destino, as redes sociais (virtuais ou não) e suas relações sofrem mudanças, são constantemente recriadas e envolvem negociações entre os seus membros. Por outro lado, é possível observar que através das redes sociais (também no seu duplo sentido semântico) se constrói simbolicamente lugares como “Brasil” e “Europa”.

O início da realização do trabalho de campo no Brasil, em Mantena, foi negociado ao longo da etnografia no Cacém, mas, especialmente através de *chats* no *Messenger* e de *scrap*s no *Orkut*. Ao perguntar para Sheila se sua mãe, D. Creuza, tinha conhecimento sobre minha ida e permanência na casa da família, a jovem respondeu: “...*um vai ficar lá só no meio dos bichos... já falei com ela (a mãe)... a casa é mesmo humilde, não repara não*”¹¹.

Há poucas horas da minha chegada na casa da família Felix, o telefone tocou e era a Sheila de Portugal¹². D. Creuza comenta que Sheila já havia ligado para saber se eu havia chegado. Ela pede para conversar comigo no telefone... e diz “*não é que você foi mesmo*” e eu disse “*eu te falei que viria*”. Conversamos um pouco, ela me contou que tinha “*tomado todas*” no jogo do Brasil, e que a Sônia

¹¹ Os *scrap*s não sofreram correções, sendo inseridos da maneira literal em que os jovens escrevem.

¹² Na zona rural, em Cachoeirinha de Itaúnas, a única rede de telefonia móvel é a Vivo, funcionando somente com uma antena. Sendo assim, durante minhas permanências estive sem comunicação – telefonia móvel e *internet*.

(amiga com quem dividia a casa na época) havia arranjado um trabalho em Ericeira¹³ e se mudado para casa de seu irmão, e que Juliana havia chegado do Brasil e estava agora morando com ela. O *continuum* da etnografia pode ser observado na fala de Sheila que para além de obter informações sobre a minha chegada em seu lugar de origem, atualiza as informações e os principais acontecimentos no Cacém, durante a minha ausência.

Através dos *scraps* alguns jovens, como Camila, comentam a minha estadia na casa de suas famílias “*oi...vou ligar amanhã quinta feira (para a casa de sua família, onde eu estava residindo). Que bom que você esta gostando minha velha é nota 10 num é.bjus amiga tou mto feliz de saber*”. Em outro momento, Sheila e Camila estavam em uma *lan house* no Cacém (a internet havia sido cortada na residência) e me chamaram em uma ligação de vídeo. Sheila relatou que um amigo seu de Mantena havia chamado-a no *Messenger* para perguntar “*quem era a loira bonita que estava na casa dela*”. Ela respondeu que eu não era mulher desse tipo que “*dá confiança para qualquer um*” e conta que todos na zona rural gostaram muito de mim.

É importante ressaltar que a maioria dos jovens não haviam regressado ao Brasil até a minha ida para a casa das suas famílias, estando em Portugal de forma ininterrupta entre 3 a 7 anos. Minha ausência no Cacém significava a presença nos seus lugares de origem. Numa destas ausências/presenças Sheila me chamou no *chat* para relatar que havia levado uma carta de expulsão¹⁴ quando frequentava uma discoteca brasileira.

S: olha, ontem levei uma carta de expulsão

P: Não acredito! Quando?

S: Sábado em Ericeira. Mas eles [os policiais] dizem que não há problema. Mas vê se tem problema!

P: Terei que ver com a advogada da Casa do Brasil.

S: Vê e me fala...vergonha, né...eles foram atrás de mim...não estava a fazer nada, vieram e me pediram os documentos

P: Não precisa ter vergonha, você não está fazendo nada de errado, você trabalha e vive aí em Portugal.

S: Acho que não vou poder esperar 3 meses para me inscrever [no SEF- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras]. Se eles me pegam outra vez me mandam para o Brasil. Vê lá e me diz!

P: Pode deixar!

A transcrição de uma parte desta conversa “virtual” mostra novamente a relação contínua entre os campos (Brasil e Portugal), mas, sobretudo, revela que em vários momentos fui acionada para a ajudar na resolução de problemas e encontrar soluções, mesmo estando fisicamente em outros espaços.

¹³ Ericeira emerge na etnografia como um outro destino prioritário de residência para as pessoas oriundas de Mantena, sobretudo da zona rural de Cachoeirinha de Itaúnas. No entanto, as pessoas que vivem nesse espaço são na sua maioria “mais velhas” (do ponto de vista dos jovens) e desempenham um papel fundamental na rede de solidariedade entre o grupo. Em períodos de desemprego, por exemplo, muitos jovens procuram refúgio nas casas dos “adultos”. As comemorações do Natal, durante os anos da pesquisa (2010-2012) foram realizadas na casa de Maurício, localizada em um prédio no centro de Ericeira. A familiaridade encontrada em Ericeira é expressa na narrativa de Sheila: “*Eu vivo indo lá em Ericeira... é como se eu estivesse em Cachoeirinha*”. No entanto, a escolha de residir no Cacém é justificada exatamente pelo excesso de familiaridade. De acordo com os jovens, morar em Ericeira significa ter menos “*liberdade*” e mais pessoas “*tomando conta da sua vida*”.

¹⁴ Carta de expulsão é uma carta de abandono voluntária emitida pela Polícia de Imigração portuguesa, para imigrantes em situação irregular.

A partir desta conversa tive conhecimento da situação de Sheila¹⁵, entrei em contato com a Casa do Brasil de Lisboa e decidimos (Sheila e eu) entrar com o pedido de regularização extraordinária¹⁶.

Num segundo momento, identifiquei que a internet e sobretudo as redes sociais – *Orkut* e no final da etnografia o *Facebook* – operavam na forma como os jovens selecionam informações para compartilhar no local de origem que remetem sobre suas experiências migratórias e servem para negociar seus *status* e o “sucesso” migratório. Tal constatação só foi possível pela minha permanência em seus locais de origem. Familiares, amigos e conhecidos dos jovens migrantes faziam referência ao *Orkut* como principal mecanismo de obter “notícias” dos que estão fora. Shirley, prima de Camila, relata: “*Eu sempre entro no Orkut dela, vejo as fotos. Ela mudou o rosto, o jeito, está até mais bonita*”.

O uso de *sites* de redes sociais pelos migrantes já têm sido analisado por pesquisadores que procuram estudar as redes transnacionais formadas pelos mesmos. Mieke Schrooten (2010) explorou o exemplo do *Orkut*, considerando sua enorme popularidade no Brasil tanto no caso dos migrantes, quanto das pessoas que continuaram residindo nos locais de origem. Segundo a autora, o *Orkut* se configura como um importante recurso para imigrantes de diferentes classes sociais e possui um papel significativo nos acessos às informações sobre os locais de destino, especialmente como um “lugar” onde o *status* são constantemente negociados.

A discussão sobre se a internet se constitui como um lugar é bastante controversa. Seguirei a abordagem de alguns autores como Christine Hine (2009) e Richard Miskolci (2012) que a considera como um espaço de “sociabilidades moldadas”, na medida em que é possível escolher e controlar com quem e quando estabelecemos contatos através de diversos critérios de seleção. De acordo com esta perspectiva teórica, ao invés de pensarmos a internet Christine como um “lugar”, os autores sugerem pensá-la em termos analíticos como “contextos culturais, devido a sua existência mais autônoma em relação ao território” (HINE, 2009 *apud* MISKOLCI, 2012, p. 37). Desta forma, as imagens e narrativas são selecionadas pelos jovens. Como afirma Miskolci (2012, p. 40), o perfil “é um mecanismo de identificação e autopromoção, portanto, uma forma de comodificação de si”, ou seja, são construídos sob a perspectiva do usuário, funcionando como auto-representação.

Os jovens tornam público o aumento do padrão de consumo: roupas, sapatos, viagens e bens como carros e computadores e o acesso ao lazer e sociabilidades como shows de bandas brasileiras, e idas às discotecas, em contraposição, à fixidez e falta de mobilidade na zona rural e a escassez de recursos econômicos que vivenciavam nos seus locais de origem.

É importante salientar que a maioria dos familiares adultos dos jovens não utiliza ferramentas informáticas. A comunicação virtual é feita entre os jovens em Mantena e no Cacém (Portugal). É no *Orkut* que as narrativas sobre a migração dos jovens são construídas por fotos, textos e “*scraps*”.

No caso dos jovens migrantes, a maioria das redes de amizade do *Orkut* são formadas por outros jovens de Mantena e região que permaneceram no local de origem e por jovens que vivem/

¹⁵ Desde a sua chegada em Portugal, em 2007, Sheila esteve em situação irregular. Sua Autorização de Residência foi emitida em outubro de 2012, após a entrada do pedido de regularização feito por mim em abril de 2012. Para além da morosidade do processo, ela precisou adiar sua regularização, porque no ato da entrevista era necessário pagar uma multa por ter residido “ilegalmente” em território português, na época, aproximadamente 550 euros.

¹⁶ Atualmente Portugal é um dos poucos países europeus onde é possível ainda solicitar a Autorização de Residência para trabalho sem retornar ao país de origem. Através do art 88º da lei de estrangeiros e fronteiras (Lei nº 23/2007) de 4 de Julho, o imigrante, tendo um contrato de trabalho e seis meses de descontos na Segurança Social portuguesa, podem solicitar a regularização (PORTUGAL. Lei 23/2007).

viveram em Portugal, fundamentalmente na região habitada por eles – a linha de Sintra, onde o Cacém se localiza. Dessa forma, a comunicação mediada pelo computador tem ajudado os migrantes do mesmo local de origem nos seus novos locais de residência (HULLER; FRANZ, 2004 *apud* SCHROOTEN, 2010) e transforma a localização geográfica – de origem e destino – como base para interesses comuns.

GERINDO PERFIS E PROJETOS MIGRATÓRIOS

Para além da importância das redes transnacionais formadas pelos migrantes e da construção e negociação de suas experiências migratórias, mediadas pela *Internet*, a dimensão performativa da identidade pessoal através da gestão dos “perfis” nas redes sociais deve ser problematizada.

De acordo com Eva Illouz (2006 *apud* MISKOLCI, 2012, p. 40) a construção e gestão de um perfil é um processo que converte “o eu privado em performance pública”. No caso dos jovens de Mantena, é a sociabilidade dos jovens que ganha centralidade nas suas narrativas, seja nos títulos dos álbuns de fotos compartilhados ou nas fotos *per si*. “*Festinhas*”, “*churrasco na casa do Marcelo*”, “*eu fui ao show do Calypso*”, “*solzinho, praia e gelada em Sesimbra*” são alguns exemplos de situações compartilhadas, nomeadas pelos jovens que permaneceram em Mantena como “aproveitar a vida”.

O “aproveitar a vida” associa-se a uma agitada vida social e acesso a alguns bens de consumo. A conjugação entre os estilos de roupa e acessórios e determinadas corporalidades – depilação, corte de cabelo cuidado, tatuagens, etc. – ainda que possam estar relacionadas com a “brasilidade” no Cacém e em Portugal, parece *a priori* um estilo associado aos jovens de grupos populares no Brasil. Aliás, os consumos (MILLER, 1987; 1997 e os estilos (ver Dick Hebdige, 1979) têm sido imaginados e desejados de acordo com os modelos do Brasil: músicas, roupas, corte de cabelo, danças, idas a discotecas e *shows*, etc.

Um dado importante é que nos locais de origem a vida social dos jovens é bastante limitada. Em Mantena, a praça central é um ponto de encontro dos jovens da cidade, principalmente nos fins de semana, onde formam pequenos grupos, conversam, bebem e “paqueram”. Não existem discotecas e os eventos promovidos na cidade são escassos. Curiosamente, Mantena possui 52 Igrejas, a maioria evangélicas, que se converteram em espaços importantes de sociabilidade. Na zona rural, Cachoeirinha de Itaúnas, os jovens estão praticamente isolados. Desde nosso primeiro encontro, Sheila relatava “*que não queria morar na roça, onde não tinha nada para fazer*”. A casa de sua família está localizada a 3 km de estrada de terra do vilarejo de Cachoeirinha de Itaúnas, onde os bares e a quadra de futebol são os únicos espaços de sociabilidade. O número de homens parece ser superior ao de mulheres. Uma das principais reclamações dos jovens é “*a falta de mulher*”, o que pode ser explicado pelo maior número de meninas que deixam a zona rural, principalmente através do casamento com homens de outras localidades e de migrações internas para trabalho doméstico em regiões próximas. A maioria dos jovens em Mantena e na zona rural já possui filhos e é casada. D. Creuza observa que, depois da partida de Sheila, todas as suas amigas que vivem em Cachoeirinha tiveram filhos, estão casadas e não trabalham – “*Sheila é a única que está aproveitando a vida*”. No Morro do Margoso (Mantena),

conhecido também como bairro dos Operários, os jovens normalmente ficam nas ruas, ouvindo *funk*, ou nas casas, onde realizam algumas festas. O bairro é estigmatizado pelo tráfico de drogas, por ser uma zona de ocupação ilegal e pela violência, sendo constante a presença da polícia.

Portanto, a possibilidade de ir a *shows* de bandas brasileiras que se apresentam em Portugal já representa um ganho simbólico. Todas as idas aos shows e festas são compartilhadas no *Orkut* através de fotos que geram comentários dos jovens que ficaram no local de origem. Muitos dos jovens usaram computadores pela primeira vez em Portugal e, atualmente, todos têm o seu próprio “*notebook*”, utilizado fundamentalmente para acederem às redes sociais, como *Messenger* e *Orkut*, e para ouvir música brasileira.

Os conceitos êmicos “melhorar de vida” e “aproveitar a vida” não são antagônicos, mas sim categorias fluidas que são usadas contextualmente. Ainda que o “melhorar de vida” esteja associado às narrativas dos adultos para justificar a migração dos jovens, a expressão é utilizada igualmente por irmãos e amigos da mesma faixa etária. O baixo nível salarial e a escassez de trabalho em Mantena e na zona rural, relatados tanto pelos jovens migrantes, como pelos seus familiares e amigos, são considerados os principais fatores da emigração dos jovens, para “melhorar de vida”.

As expectativas familiares em relação ao deslocamento dos jovens e a importância das remessas na renda familiar podem ser observadas na fala de alguns parentes.

“.. eu acho que ela foi porque ela quer ter um futuro melhor e ela está em busca dele. É para ela ajudar mais a família... e mudar de vida” (irmão de Camila, 30 anos).

“O Calixto [pai] não queria que ela fosse, mas olha quem ajuda a gente agora?” (mãe de Sheila).

Um hábito recorrente entre os jovens é a constante atualização das fotografias pessoais nos perfis das redes sociais que são continuamente comentadas pelos outros jovens. A centralidade do corpo pode ser observada através da seleção de imagens para os perfis que geralmente procuram realçar determinadas corporalidades e estilos por meio de posições e roupas bastante sensualizadas. Iara Beleli (2012) ao reatualizar as ideias de Fausto-Sterling (2001, *apud* Beleli, 2002), nota que apesar da internet ser apontada por alguns autores como um espaço virtual descorporificado, a natureza física do corpo está presente na construção e gestão dos perfis, na mediação das relações e na produção de subjetividades, ou seja, no continuum *on/offline*, o social é corporificado.

No caso dos rapazes, as fotos são normalmente sem camisa ou de sunga, ao passo que nas fotos de perfil das meninas podemos notar o uso de roupas justas que mostram as formas do corpo e o uso de maquiagem e salto alto. Os cabelos alisados ou com extensões para mantê-los longos é bastante recorrente. A maioria das jovens tem cabelos crespos (que, no Brasil, é um dos marcadores de ascendência afro-brasileira), e fazem referência ao custo dispendioso de “cuidar” do cabelo “ruim” no Brasil, ao passo que em Portugal, a existência de um maior número de salões “afro” e com custos acessíveis, – geralmente de cabeleleiros africanos (Cabo Verde, Angola, etc) – é mencionada de forma habitual.

O consumo, entendido como uma forma de ação simbólica (ver Alfred Gell, 2010), serve como ferramenta de análise importante para entender como se dá a negociação do *status* dos jovens migrantes através das redes sociais virtuais. O acesso a determinados bens de consumo – carros, motos,

computadores, celulares de última geração e determinados estilos de roupas – são quantificados tanto no destino quanto na origem como “melhorar de vida”. Numa das imagens abaixo (à esquerda), “montada”¹⁷ para ser compartilhada no perfil de um dos jovens no *Orkut*, é possível perceber que determinados bens – dinheiro (euro), bebidas alcoólicas e computadores – são linguagens simbólicas que demonstram o “sucesso” e o “aproveitar a vida” dos jovens migrantes. A narrativa de Yan mostra a eficácia das redes sociais na construção do imaginário de um possível “sucesso” migratório, normalmente associado à melhoria das condições econômicas.

“Eles [amigos e familiares] pensam que eu estou nadando em dinheiro... uma vez eu falei com um amigo meu que achou que eu estava aqui na boa vida, vê as fotos, têm notícias, aí fica achando que a gente está com muito dinheiro”.

Imagem 2 – Exemplos de fotos compartilhadas no *Orkut*¹⁸



Há visíveis alterações nas relações de poder marcadas no contexto de origem por uma moradia periférica – no morro e na zona rural –, um estatuto econômico baixo e um acesso reduzido ao consumo e à vida social. Ainda que na “Europa” os jovens vivam em regiões consideradas relativamente periféricas e sua sociabilidade seja muitas vezes restrita a esses espaços, eles experimentam certa mobilidade econômica ascendente, maior acesso aos bens de consumo e melhorias nas condições de moradia. “Aqui eu consigo ter mais coisas do que no Brasil, tipo computador, carro essas coisas. No Brasil eu só tive moto. A grande diferença é essa”, afirma Maicon. O acesso ao mundo do consumo está presente nas motivações da migração brasileira para outros fluxos. Ao utilizar o termo “cidadania do consumo”, Assis (2004) faz referência à forma de inserção no mundo globalizado que as migrações permitem através do consumo. Essa nova forma de cidadania por meio do consumo é compartilhada com os outros jovens na origem através das redes sociais virtuais.

A gestão dos perfis passa também pela constante alteração do estado civil no *Orkut* e *Facebook* (solteiro, numa relação, novamente solteiro, etc). Outra regularidade encontrada se refere aos *nicknames*, continuamente modificados, normalmente em três especiais situações: para evocar a

¹⁷ No texto, recorro à noção de “montagem” para enfatizar a ideia de construção de cenários e objetos específicos. No entanto, o termo utilizado de antemão por Beleli (2012), “maquiar”, faz alusão às imagens postadas nos perfis com ângulos e cenários específicos. Para a autora, estes recursos são tentativas de “mostrar em imagem suas auto-descrições” (p. 65).

¹⁸ A legenda da foto compartilhada por Nivaldo faz referência ao carro, ao som potente e ao evento *Brazilian Day*, realizado em Lisboa em 2011. “com meu brinquedinho vams bomba no braziliandays no utimo volume sabado galera em Lisboa”. O evento, realizado desde 1984, já se tornou um festival de referência nas cidades de Nova York, Miami, Toronto, Tóquio, Luanda e Londres. Estes festivais fazem parte da estratégia da TV Globo Internacional para promover eventos gratuitos que reúnem a comunidade de brasileiros no exterior. Em Portugal, a primeira edição (2011) teve como atração principal o cantor sertanejo Daniel.

saudade e a importância dos vínculos familiares como por exemplo “*saudades família... me faz falta*” ou ainda “*Rê. Mãe tô com saudades*”; quando começam um namoro, que significa para os jovens uma relação que envolve compromisso e “respeito”, o que na maioria das vezes é sinônimo de fidelidade. A união é explicitada na alteração do *nickname* que passa assumir formas como “*maicon@luana*”, “*Dora, Nuno e Bruno*”¹⁹, “*Vivi&Fred*”.

Na definição dos perfis, em alguns momentos as frases iniciais são modificadas para fazer menção à nova relação afetiva. Soraia, namorada de Elivélton é conhecida por todos no Cacém por ser muito ciumenta. Nos últimos meses, o perfil de “Negão” foi alterado para “*estou muito feliz com a mulher que amo*”. As alterações são realizadas também em função da perspectiva de retorno ao Brasil, ainda que não planejada. Camila, por exemplo, possui como *nickname* “*Araujo Brevemente Brasil*”, e Sheila “*Sheila Brasil Lainer*”. Nos dois exemplos, “brevemente” pode significar de 1 a 2 anos, ou não se consumir. Camila alterou o perfil logo que retornou do Brasil de férias, anunciando seu retorno que já perdura dois anos. Sheila, nunca regressou ao Brasil desde 2004, e se organiza pagando uma passagem aérea em prestações que se prolongará até maio de 2013.

As linguagens de hipertexto utilizadas nas redes sociais pelos jovens misturam-se entre o português do Brasil, a adoção de gírias locais como – “*íá*”, “*pá*”, “*gajo*” – e a utilização de expressões em português de Portugal. Em algumas situações alguns jovens empregam frases em *crioulo*²⁰, para além de palavras cortadas ao meio ou escritas de forma incorreta. Os trechos abaixo retirados do *Orkut* ilustram as formas como o hipertexto tem sido utilizado pelos jovens: “*dai me paciencia prq se me der cooragem eu fujo*” (Camila) “*entao cola ai ze o maike basou mais nois ta i ya*” (Leo). O controle sobre o percurso dos migrantes pelas comunidades de origem e de destino (por meio dos jovens da mesma região que residem na Grande Lisboa) foi observado em várias circunstâncias. É através do recurso da “fofoca”, que surge na etnografia como uma categoria nativa e possui um caráter negativo dentro do grupo, que são estabelecidas muitas das conexões entre o Cacém e Mantena.

No entanto, a noção de fofoca desenvolvida neste artigo segue a poposta sugerida por Cláudia Fonseca (2004) que a compreende como uma prática social que envolve relatos de fatos reais ou imaginários sobre o comportamento de outrém. Em *Estabelecidos e Outsiders*, Norbert Elias e Hohn Scotson (2000), propõem duas tipologias de fofocas: a depreciativa e a elogiosa. Para os autores, a fofoca depreciativa geralmente faz referência às pessoas de fora do grupo ou local, enquanto as fofocas elogiosas que se restringe às pessoas do próprio grupo, tendem à idealização. Em Mantena e no Cacém as fofocas não seguem esta tipologia. Em primeiro lugar porque as fofocas são normalmente sobre fatos relacionados a determinadas pessoas e não grupos e emergem normalmente de dentro do próprio círculo de parentes e amigos. Por outro lado, as fofocas estão sujeitas a

¹⁹ Os nomes de filhos(as) também podem ser incorporados no *nickname*. Dora, por exemplo, teve um filho de seu namoro com um dos jovens brasileiros que não assumiu a paternidade da criança. O *nickname* “Dora, Nuno e Bruno” faz referência ao seu filho e o namorado atual, Nuno (português). A incorporação de Nuno em seu *nickname*, a mudança do estado civil no *Orkut* e as fotos postadas com a legenda “*família*” servem como resposta ao “abandono” do jovem que faz parte do mesmo grupo de brasileiros no Cacém - Portugal, e à gravidez de Dora para os familiares e conhecidos na origem.

²⁰ Língua falada em Cabo Verde.

serem alternadas, ou seja, podem ser tanto elogiosas como depreciativas. A fofoca pode ser uma expressão de solidariedade entre o grupo. Quando algum dos jovens sai sem namorado/a ou quando há uma infidelidade no namoro, o “desvio” é quase que imediatamente delatado. Numa das noites que regressamos de uma discoteca, Livia imediatamente ligou o *Messenger* para relatar à Juliana – que estava no Brasil de férias – que seu namorado, Maicon, estava na discoteca cercado de “*piriquetes*”.

O fluxo de informações funciona também no sentido inverso Mantena-Cacém. Gilcilene relata que “*arranjou*” um namorado português, um policial que, era “*muito bom para ela, não a deixava trabalhar, nem nada...*” Gilcilene foi morar com ele durante 6 meses. Entretanto, resolveu vir para o Brasil para ver seus filhos e “*arrumar os papéis para casar*”. “*Depois de alguns dias o Rui viria...*”, afirmara. Mas segundo a jovem, **alguém** fez uma “fofoca” para o Rui (no Cacém), dizendo que ela tinha ido a um *show* e “ficado” com outro homem. Ele acreditou e ligou para ela dizendo que não viria mais, terminando tudo. Não foi o primeiro relato no qual a fofoca torna-se presente nesse espaço transnacional. D. Lena (mãe de um dos jovens) já havia relatado que às vezes os fatos que acontecem na cidade são primeiramente conhecidos pelas pessoas que estão em Portugal: “*A vida das pessoas lá são comentadas pelas pessoas daqui*”.

As fofocas podem conjuntamente exprimir sentimentos de solidariedade ou compaixão. Durante a etnografia, um dos principais jovens da pesquisa, Maicon (25 anos) faleceu, vítima de afogamento na zona rural de Mantena. Sua morte foi noticiada pelo *facebook*, através do perfil de Juliana: “*Luto pelo Maicon. Que Deus conforte toda a família e a mim tb*”. Em menos de trinta minutos, os jovens do Cacém, inconformados com a fatalidade, já comentavam o acidente. Manifestações de solidariedade e detalhes do acidente foram compartilhados na página de sua “namorada”, Juliana, e no próprio perfil de Maicon: “*meu irmão e o melhor amigo que eu ja tive... jeje saudades parcerero*” (Yan) “*verdade vai ta sempre no meu coracao dificil de acredita*” (Sheila)²¹.

Diana diz “*saber o que amiga está sentindo*”, pois perdeu o marido (de Mantena) em março de 2012, vítima de uma explosão de gás no Cacém, regressando com seu filho de 4 anos para o Paraná. Alexandre estava em Portugal há 7 anos e não havia regressado ao Brasil. “*nossa amiga eu sinto muito o quer aconteceu fiquer tao triste queria falar com vc eu sei o quer vc dar sentino um dor muito rui DEUS saber o quer fazer tb amiga deppis vou entrado na net para nos ser falar tb beijo*” (Daiane).

O custo do traslado do corpo, de aproximadamente cinco mil euros, foi possibilitado pela organização das redes de amizade e familiares no Cacém e Mantena, na ausência de recursos financeiros da Embaixada e do Consulado brasileiro para este fim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que de forma exploratória, neste artigo revelei a importância da *Internet* como campo/ferramenta de pesquisa – sobretudo as redes sociais virtuais – na realização de uma etnografia multisituada com jovens brasileiros migrantes (TOGNI, 2012). Pensar as migrações internacionais contemporâneas na antropologia têm sido possível por meio de novas abordagens teóricas e meto-

²¹ Extraídas do perfil do Facebook de Maicon, logo depois de sua morte em 25/06/2012.

dológicas que focalizam os fluxos (ver Ulf Hannerz, 2003), as redes e os trânsitos (PISCITELLI, 2003; 2008; 2009), como por exemplo a teoria transnacional, a teoria das redes sociais (BOYD, 2003; VELASCO, 1998) e as novas propostas de etnografias multisituadas (ver George Marcus, 1995; Akhil Gupta e James Ferguson, 1997). Não obstante, a possibilidade de realizar etnografias num *continuum on/offline*, – na medida em que entendemos as redes sociais virtuais como parte integrante e definidora das sociabilidades dos sujeitos na contemporaneidade –, poderá assumir uma nova perspectiva para pesquisadores, cujas análises, têm como objetivo apreender as interconexões transnacionais.

Num segundo momento, procurei demonstrar o modo como as redes sociais - *Orkut* e *Facebook* – têm operado na forma como os jovens selecionam informações para compartilhar no local de origem sobre suas experiências migratórias, que remetem à negociação de seus *status* e do “sucesso” migratório. O caráter performativo da identidade pessoal pode ser examinado nos hipertextos – escrita, fotos e vídeos – que possuem como narrativas centrais a sociabilidade dos jovens – idas a festas, shows brasileiros, churrascos, etc – e, conjuntamente, os bens de consumo adquiridos ao longo do projeto migratório. Nos contextos pesquisados, o incessante fluxo de informações entre Mantena e o Cacém – seja através das fofocas ou do acompanhamento dos perfis nas redes sociais virtuais – têm, na *Internet*, um importante recurso na manutenção dos vínculos, na produção de imaginários sobre a imigração, bem como na circulação de informações. A produção de imaginários ou de “mundos possíveis” (ver Arjun Appadurai, 2004) é mediada também pelas redes sociais virtuais. Conceitos êmicos como “melhorar de vida” e “aproveitar a vida” utilizados nos locais de origem dos jovens torna inteligível a maneira como as narrativas e imagens virtuais (selecionadas pelos jovens no destino) constroem realidades e formam ideias sobre as experiências migratórias para os outros jovens em Mantena.

Por fim, a escolha e uso de determinadas plataformas em detrimento de outras, revelam distinções sociais importantes. O argumento sobre uma possível “popularização” do *Orkut*, a valorização do *Facebook* e a posterior “migração” dos jovens membros de classes populares no final da etnografia para o *Facebook* tornou-se um exemplo que merece ser analisado com mais profundidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Sonia. **Redes sociais na internet: desafios à pesquisa**. Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Tecnologias da Informação e da Comunicação, Santos, São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.sitedaescola.com/downloads/portal_aluno/Maio/Redes%20sociais%20na%20internet-%20desafios%20%E0%20pesquisa.pdf. Acesso em: 15 fev. 2013.

APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização**. Lisboa: Teorema, 2004.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. **De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Unicamp Campinas, SP, 2004.

_____. De Governador Valadares e Criciúma para Boston. **Nuevo Mundo-Mundos Nuevos**, v. 7, p. 3754, 2007.

_____. Entre dois lugares: as experiências afetivas de mulheres imigrantes brasileiras nos Estados Unidos. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia de Oliveira; OLIVAR, José Miguel Nieto (Org.). **Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil**. UNICAMP, 2011. (Coleção Encontros Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero).

BASCH, Linda; SCHILLER, Nina Glick; BLANC, Cristina Szanton. **Nations Unbound**: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized Nation-States. Amsterdam: Gordon and Breach Science Publishers, 1994.

BELELI, Iara. Amores *on line*. In: PELÚCIO, Larissa *et al.* (Org.). **Olhares plurais para o cotidiano**: gênero, sexualidade e mídia. Marília: Editora Cultura Acadêmica, 2012. p. 56-73.

BOYD, Monica. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agendas. **International Migration Review**, v. 23, n. 3, p. 638-670, 1989.

_____. **Women and migration: incorporating gender into international migration theory**. University of Toronto, 2003.

BRASILEIROS em Portugal, 2012. Disponível em <http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=204940>, acesso em 27/10/2012.

BRETELL, Caroline. **Anthropology and migration**: essays on transnationalism, ethnicity and identity. Walnut Creek: Altamira Press, 2003.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, Hohn L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GELL, Alfred. Recém-chegados ao mundo dos bens: o consumo entre os Gonde Muria In: APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias de uma perspectiva cultural. Niterói: EDUFF, 2010.

GRAMUCK, Sherri; PESSAR, Patricia R. **Between two islands**: dominican international migration. Berkeley: University of California Press, 1991.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James (Ed.). **Anthropological locations**: boundaries and grounds of a field science. Berkeley: University of California Press, 1997.

HANNERZ, Ulf. Being there ... and there... and there! Reflections on multi-site ethnography. **Ethnography**, v. 4, n. 2, p. 201-216, June 2003.

HEBDIGE, Dick. **Subculture**: the meaning of style. Londres: Methuen and Co., 1979.

HINE, Christine. How can qualitative internet researches define the boundaries of their projects? In: MARKHAM, A.N.; BAYM, N.K. **Internet inquire**: conversations about method. Los Angeles: SAGE, 2009. p.1-20.

MAPRIL, José. **A "Modernidade" do sacrifício Qurban, lugares e circuitos transnacionais entre bangladeshis em Lisboa**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de Lisboa, 2008.

MARCUS, George. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. **Annual Review of Anthropology**, v. 24, p. 95-117, 1995.

MATOS, Maria Izilda Santos. Mobilidades e escritos: mensagens trocadas (São Paulo - Portugal, 1890-1950). **Revista História: Questões & Debates**, Curitiba, UFPR, n. 56, p. 113-136, jan./jun. 2012.

MAZZUCATO, Valentina. Transcending the nation: Explorations of transnationalism as concept and phenomenon. In: KALB, Don; PANSTERS, Wil; SIEBERS, Hans (Ed.). **Globalization and development**: themes and concepts in current research. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2004. p. 131-162.

- MILLER, Daniel. **Capitalism: an ethnographic approach**. London: Berg Publishers, 1997.
- _____. **Material culture and mass consumption**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.
- MILLER, Daniel; SLATER, Don. **The Internet: an ethnographic approach**. Oxford: Berg, 2000.
- MISKOLCI, Richard. A gramática do armário: notas sobre segredos e mentiras em relações homoeróticas masculinas mediadas digitalmente. In: PELÚCIO, Larissa *et al.* (Org.). **Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia**. Marília: Editora Cultura Acadêmica, 2012. p. 35-55.
- PESSAR, Patricia R. The Role of gender, Households, and social networks in the migration process: a Review and Appraisal. In: HIRSCHIMAN, Charles; KASINITZ, Philip and DEWIND, Joshua (Ed.). **The handbook of international migration: the american experience**. New York: Russel Sage Foundation, 1999. p. 51-70.
- PISCITELLI, Adriana. **Entre a praia de Iracema e a União Europeia: turismo sexual internacional e migração feminina**. Campinas: UNICAMP, 2002.
- _____. As fronteiras da transgressão: a demanda por brasileiras na indústria do sexo na Espanha. **Revista Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 1, p. 177-201, 2009.
- _____. Looking for new worlds: brazilian women as international migrants. **Signs**, Chicago, v. 33, p. 784-793, 2008.
- _____. **Sexualidade tropical em contextos de Primeiro Mundo: migração de Brasileiras para a Itália no contexto da Transnacionalização do mercado sexual**. Campinas: UNICAMP, 2003.
- PORTUGAL. **Lei n. 23 de 04 de julho de 2007**. Aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. Disponível em: <http://www.sef.pt/documentos/56/NOVA%20LEI%20ESTRANGEIROS.pdf>. Acesso em: 23 de março de 2013.
- RECUERO, Rachel. Teoria das redes e redes sociais na Internet: considerações sobre o *Orkut*, os *weblogs* e os *photoblogs*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 27., Porto Alegre, 2004. **Anais...** Disponível em: <http://repositorio.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/17792/1/R0625-1.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2012.
- SALES, Shirlei; PARAÍSO, Marlucy. Escola, Orkut e juventude conectados: falar, exhibir, espionar e disciplinar. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 225-242, maio/ago. 2010.
- SCHROOTEN, Mieke. **Virtual migrant communities: 'orkut' and the brazilian case**. Bielefeld: COMCAD, 2010. (General Editor: Thomas Faist; Working Papers – Centre on Migration, Citizenship and Development; 80).
- SIQUEIRA, Sueli. Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno. Brasil/Estados Unidos. Belo Horizonte, Argumentum Editora, 2009.
- VELASCO, Laura. Identidad cultural y territorio: una reflexión en torno a las comunidades transnacionales entre México y Estados Unidos. **Región y Sociedad**, México: Sonora, v. 9, n. 15, p. 107, 1998.
- TILLY, Charles. Transplanted networks. In: YANS-McLAUGHLIN, Virgínia (Ed.). **Immigration reconsidered: history, sociology and politics**. Oxford: Oxford University Press, 1990. p. 79-95.
- TOGNI, Paula. “Melhorar de vida” ou “Aproveitar a vida”? Jovens brasileiros migrantes numa periferia de Lisboa (Portugal). In: PADILHA, Beatriz *et al.* **Novas e velhas configurações da imigração brasileira na Europa: Atas do 2o Seminário de Estudos sobre a Imigração Brasileira na Europa**. Lisboa: ISCTE 2012. Disponível em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/3874>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2013.
- _____. Que brasileiros(as) Portugal produz? Representações sobre gênero, amor e sexo. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia de Oliveira; OLIVAR, José Miguel Nieto (Org.). **Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil**. UNICAMP, 2011. (Coleção Encontros Pagu / Núcleo de Estudos de Gênero).

Migração e novas mídias: um diálogo sobre a experiência familiar transnacional de estrangeiras presas em São Paulo e de trabalhadoras filipinas residentes em Londres¹

Migration and the new media: a dialogue on the transnational experience of the family among female foreign prisoners in Sao Paulo and female Filipino workers in London

Bruna Louzada Bumachar – UNICAMP

RESUMO

O presente artigo constitui um exercício de reflexão sobre os usos das tecnologias de comunicação entre estrangeiras presas na Penitenciária Feminina da Capital (São Paulo) à luz da etnografia de Madianou e Miller (2012). O interesse comum deste artigo e da pesquisa apresentada em tal livro é a reflexão em torno da importância dessas tecnologias na experiência de maternidade de migrantes transnacionais. Ambos estão fundados no trabalho de campo etnográfico multi-situado e de longa duração e buscam dar conta, dentre outras coisas, de uma questão em comum: como mães e filhos mantêm seus vínculos e seus respectivos papéis quando separados ao longo de anos pela migração transnacional? A partir do diálogo ficcional entre uma filipina residente em Londres e uma estrangeira presa em São Paulo, o artigo explora a rentabilidade da teoria sobre polimídia apresentada pelos dois autores.

Palavras-chave: Estrangeiras presas. Filipinas migrantes. Maternidade transnacional. Tecnologias de comunicação. Ficção etnográfica.

ABSTRACT

This article draws on the ethnography developed by Madianou and Miller (2012), in order to reflect on the uses of communication technologies among foreign women imprisoned in the Penitenciária Feminina da Capital (women's penitentiary in the city of Sao Paulo). This research intersects with the present article in that it focuses on the importance of communication technologies for transnational motherhood. Both works are based on long-term and multi-sited ethnographic fieldwork and consider a common issue: how do mothers and children sustain their ties and respective roles when separated due to transnational migration? The article explores the theory of polymedia proposed in "Migration and New Media" through a fictional dialogue between a Filipino woman resident in London and a foreign woman imprisoned in Sao Paulo.

Keywords: Female foreign prisoners. Female Filipino migrants. Transnational motherhood. Communication Technologies. Ethnographic fictions.

¹Agradeço imensamente a Adriana Piscitelli, Fernando Henrique Oliveira, Iara Beleli, Iracema Dulley, Luísa Luz, Mauro Brigeiro e Michael Nolan pelos comentários e sugestões a este artigo.

INTRODUÇÃO

“Vamos lá, filha! Vou preparar a cama para você, venha!” – eis a frase que anuncia o fim do meu almoço. É hora de dona Francisca me conduzir ao seu quarto para a *siesta*. Não costumo dormir após as refeições, mas ali meu “corpo tão magrinho!” foi brindado com essa necessidade. Necessidade não, cuidado – que se multiplica e ganha novas formas nos corpos que passam pela casa dessa senhora baiana de meia idade. Cuidados que também edificam sua vida e sua associação/residência criada e conduzida exclusivamente por ela para abrigar e assistir, na capital paulista, estrangeiras em liberdade e em cumprimento de penas alternativas.

Instantes depois de me “colocar para dormir”, eis que retorna nas pontas dos pés na companhia de Lerato. Verifica se meus olhos estão fechados. Não, não estão. Sussurra desculpas por incomodar meu descanso e explica que Lerato marcou uma conversa no Skype com a irmã de uma filipina. Pergunto se querem que eu saia do quarto. A resposta de ambas é negativa, para minha alegria. Enquanto levanto da cama para ajudar a ligar o computador, a sul-africana me revela mais detalhes. Lerato diz que está em contato, via Facebook, com a irmã de Marites, filipina presa há pouco mais de um mês por tráfico internacional de drogas. Em seu último mês de pena na Penitenciária Feminina da Capital, conviveu com a novata na cela compartilhada com mais outras três ‘parceiras’². Agora que está ‘na rua’ vem ajudando a irmã da novata presa a se familiarizar com a vida prisional.

Computador ligado, Skype conectado. Lerato aguarda a chamada de Joy. “Mas por que você não liga ao invés de esperar?”, pergunto. Porque a família de Joy nas Filipinas não a pode ver *online*; esse *status* pode ser a primeira pista sobre o verdadeiro paradeiro da irmã recém-presa. Seus três filhos e parentes acham que ela se mudou para o Brasil com os patrões e ainda está em fase de assentamento. Ninguém sabe de sua prisão, só Joy e a mãe. Além do mais, a primogênita de Joy vive conectada. Se estiver *online* e a vir no Skype, possivelmente puxará conversa; se a mãe disser que está ocupada com outra pessoa, quererá saber quem é e qual o motivo da conversa. Por isso, ficou combinado que se manteria *offline*, mas ligaria para Lerato assim que chegasse do trabalho – por volta das 15:00 em São Paulo, 18:00 em Londres e 1:00 da manhã em Manila.

O Skype de Lerato toca, é Joy. Por frações de segundo, a expectativa toma conta do quarto. Da cama, Francisca e eu observamos os primeiros instantes do encontro, enquanto cochichamos sobre a vida das irmãs filipinas. Ela me conta que ambas têm formação em enfermagem e foram para o exterior trabalhar no cuidado doméstico de idosos e doentes. Como tantas outras filipinas de classe média, deixaram seus cargos em Manila em troca de trabalhos menos qualificados, porém com melhores remunerações – marca da “contraditória mobilidade de classe” entre as migrantes (ver Rhacel Parreñas, 2001). Joy, 42 anos, está em Londres há três. Antes de ir para lá, viveu em Hong Kong, um dos principais destinos de migração entre trabalhadoras filipinas. E, de acordo com uma tendência compartilhada entre conterrâneas, decidiu emendar uma migração na outra. Marites, 38 anos, aproveitou a rede de contatos de Joy em Hong Kong para se livrar dos abusos do marido e

² Os termos nativos estão entre aspas *simples*. Como ficará evidente, são quase sempre palavras da língua portuguesa.

garantir melhores condições de vida aos três filhos³. Estes ficaram com o pai na casa em Manila e sob os cuidados de uma antiga empregada doméstica, as tias e a avó materna⁴.

“Francisca?” – nossa conversa é interrompida pelo chamado de Ahmid, egresso da Guiné-Conacri que frequenta a associação/residência. “Já vou, filho. Deixe eu ir lá, Bruna. Preste atenção aí para me contar tudo depois, tá?” E antes de se retirar, volta-se para a sul-africana: “Lerato, filha, qualquer coisa eu estou ali na cozinha, tá bom amor? Converse à vontade e mande um abraço para Joy. Diga que se ela precisar de alguma coisa, eu estou aqui!”

O presente artigo constitui um exercício de reflexão sobre os usos das tecnologias de comunicação entre estrangeiras presas na Penitenciária Feminina da Capital (São Paulo) à luz do livro *Migration and New Media: Transnational Families and Polymedia* (ver Mirca Madianou e Daniel Miller, 2012a) e de artigos correlatos (MADIANOU; MILLER, 2011a; 2011b; 2012b). O interesse comum da pesquisa apresentada em tal livro e do presente artigo é a reflexão em torno da importância dessas tecnologias na experiência de maternidade de migrantes transnacionais. Ambas estão fundadas no trabalho de campo etnográfico multi-situado e de longa duração e buscam dar conta, dentre outras coisas, de uma questão em comum: como mães e filhos mantêm seus vínculos e seus respectivos papéis quando separados ao longo de anos pela migração transnacional?

A recém-publicada obra trás uma bela etnografia sobre as novas mídias e a natureza das relações sociais mediadas, sem que uma temática tenha prioridade sobre a outra. A partir da relação entre filipinas migrantes e seus filhos deixados para trás, os autores apresentam um novo tipo de “família transnacional conectada” resultante da convergência de dois fenômenos: a migração transnacional e a explosão das oportunidades comunicativas proporcionadas pelas novas mídias.

Em minha pesquisa, busco refletir sobre a experiência prisional de estrangeiras marcada, de um lado, pelo corte com exterior (no duplo sentido do termo, extramuros e seu país de origem), e, de outro, por uma trama de conexões que lhes garante uma determinada presença no exterior. A partir de casos de maternidade, discuto a importância das mídias na negociação de arranjos familiares e na composição da experiência prisional transnacional.

Neste artigo, aprofundo algumas de minhas reflexões em andamento sobre os usos de tais tecnologias por meio da comparação entre as experiências das duas categorias de migrantes. No diálogo entre Lerato e Joy, personagens criadas por mim, exploro a rentabilidade para minha pesquisa da teoria sobre novas mídias e relações mediadas apresentada pelos dois autores. Antes de entrarmos no diálogo, teço alguns comentários sobre minha escolha por uma narrativa ficcional.

³ Sobre motivações para a migração de trabalhadoras filipinas ver Nicole Constable, 1999; Filomeno Aguilar, 2002; Filomeno Aguilar *et al.*, 2009; Rhacel Parreñas, 2001. Há outras referências recuperadas por Mirca Madianou e Daniel Miller no capítulo 3 da obra em questão.

⁴ De acordo com Parreñas (2005), tanto nas classes trabalhadoras quanto nas médias de Manila, os pais de família raramente assumem as tarefas que antes eram feitas pelas mães migrantes. Ficam fora da cena e se recusam a assumir as responsabilidades de cuidado, seja por meio de sua mudança para outra ilha, seja se mostrando alheio e desinteressado para com a vida das crianças. Esta postura paterna, segundo a autora (2001), é um dos elementos que marcam a constituição de uma corrente de cuidado internacional, composto por três três agrupamentos de mulheres: as de classe média nos países de destino; as filipinas migrantes que realizam trabalhos na indústria dos cuidados; e, por fim, as filipinas que são muito pobres para migrarem e, por isso, realizam trabalhos domésticos nas casas das migrantes em seu próprio país. Contudo, isso não é consensual na bibliografia que trata de outras realidades que não a da urbana Manila. Há trabalhos (Fenella Cannell, 1999; Deirdre McKay, 2007; Alicia Pingol, 2007) que questionam essa abordagem da corrente de cuidados por não reconhecer suficientemente nem a agência e a auto-reflexividade das migrantes nem o potencial de empoderamento da migração para essas mulheres. As autoras apresentam outras realidades domésticas de localidades diferentes da capital, na qual pais deixados para trás respondem à migração das esposas e aos cuidados dos filhos de formas variadas, formas estas constituídas a partir de modelos de masculinidade diversos e, por vezes, contraditórios.

Tal escolha foi decorrente, em primeira instância, de minha preocupação com a privacidade e a segurança das estrangeiras. Essa foi a saída que encontrei para um dilema que me acompanha desde o início de minha pesquisa, qual seja: como tornar pública uma dinâmica intra e extramuros cujas práticas nem sempre estão em consonância com a lei, e cujos atores, em sua maioria, não querem ter sua identidade revelada. Minha preocupação tem menos a ver com a possibilidade de esta pesquisa ser considerada “apologia ao crime”, como previsto no Código Penal Brasileiro, já que tanto minha participação em organizações que atuam em prol dos direitos de presas, quanto meu esforço de produzir uma etnografia sobre uma parcela delas em nada se confunde com apologia ou louvação a suas ações ilegais⁵. Meu maior receio são as possíveis consequências da publicação de alguns dados para os sujeitos pesquisados.

Bem sabemos que os significados da etnografia podem ser apreendidos de maneiras distintas daqueles pretendidos pelo etnógrafo. Em minha pesquisa, corro o risco de o conteúdo apresentado ser lido como algo próximo a delação, denúncia ou mesmo um relatório policial. Dito de forma mais clara, os dados publicados podem, em última instância, servir como fontes ou justificativas para ações que venham afetar certas estratégias descritas e colocar em risco a vida ou trabalho dos sujeitos pesquisados – ações sobre as quais não tenho nenhum poder de intervenção e que podem ocorrer sem sequer chegar ao meu conhecimento. Para lidar com tal dilema, adotei a ficção etnográfica.

É ficção na medida em que invento uma situação ao invés de transcrever, de forma literal, cenas, falas e personagens observados em campo por mim e registrada em áudio, vídeo e em meu diário. Mas o fato de eu renunciar a uma escrita, digamos, mais empiricista ou realista não implica em *déficit de realidade* (ver Karina Biondi e Adalton Marques, 2010) nem significa abrir mão dos elementos que definem a natureza etnográfica do texto. Como todo etnógrafo, estou em busca de desvendar, interpretar e explicar certo universo social, a partir dos encontros etnográficos – empíricos e teóricos. O que fiz, neste artigo, foi produzir uma narrativa etnográfica em um estilo de escrita menos usual na Antropologia, reunindo em uma crônica uma série de experiências derivadas do trabalho de campo e mediadas pelo arsenal conceitual e metodológico de tal disciplina (ver Heloísa Pontes, 2010). Mas tenho clareza que essa escolha me requer uma reflexão metodológica e teórica mais apurada.

No caso deste artigo, a decisão pela narrativa em formato de diálogo⁶ é decorrente, dentre outros fatores, do modo como li a obra de Madianou e Miller. Logo na introdução, fiquei surpresa com a semelhança de tratamento que os autores e eu despandíamos às mídias na interação entre mães e filhos separados pela migração – eles, é claro, de uma forma muito mais acabada do que eu. Em ambas as pesquisas os usos das mídias e os sentidos atribuídos a elas sugerem a composição

⁵ Ana Cláudia Marques e Jorge Villela (2005, p. 60) foram categóricos ao distinguir apologia de pesquisa antropológica: “Para retomar Sluka, não ser neutro não implica ser partidário (1995, p. 288). E esse é um ponto fundamental: isso não redundaria em uma tomada de posição dos pesquisadores nesses processos. Por mais intensa que seja a empatia entre pesquisadores e seus interlocutores (e muitas delas tornaram-se verdadeiramente intensas e sinceras), entre estrangeiros e nativos, nossas posições condicionam apreensões distintas, ainda que não obrigatoriamente neutras [...]. A dedicação em compreender tudo o que se passa em tais processos não se pode confundir com a sua apologia”. Claudia Fonseca (2004, p. 9) segue na mesma direção quando, inspirada em Clifford Geertz (1999), tece a seguinte afirmação: “Procurar compreender certas dinâmicas não significa louvá-las, nem advogar sua preservação. Significa, antes, olhar de forma realista para as diferenças culturais que existem no seio da sociedade de classe — sejam elas de classe, gênero, etnia ou geração — significa explorar o terreno que separa um indivíduo do outro na esperança de criar vias mais eficazes de comunicação”.

⁶ Há dois trabalhos que me inspiraram quanto ao uso do diálogo ficcional: Natalie Davis (1997) e Karina Biondi e Adalton Marques (2010).

de um amplo ambiente de interação, no qual mães e filhos tecem suas relações (ver Bruna Bumachar, 2012; Mirca Madianou e Daniel Miller, 2012). Retomaremos essa discussão adiante. O importante reter aqui é o fato de que essa semelhança me levou a travar um diálogo com cada parágrafo escrito pelos autores, diálogo este que pretendo compartilhar com os leitores, ainda que de forma parcial, por meio da conversa ficcional entre uma sul-africana presa em São Paulo e uma filipina residente em Londres.

Mas por que optar por duas personagens inventadas e, mais, de contextos migratórios tão distantes e distintos, se o diálogo foi entre mim e os autores? Por que não criar uma conversa ficcional entre eles e mim? Essa decisão tem a ver com as redes de interconhecimento que observei e participei ao longo do trabalho de campo dentro e fora da prisão (ver Manuela Cunha, 2002). Explico. Muitas estrangeiras se enredam numa série de conexões que não se desfaz com o final da pena de prisão. Ao contrário, o tempo de convivência intramuros e as condições legais e políticas que definem a categoria presas estrangeiras acabam por influenciar a constituição de uma vasta rede de contatos nacionais e internacionais, na qual estrangeiras combinam laços intra, entre e extramuros. Esses laços (pós-) prisionais vêm intersectar centenas de vidas nas prisões, nas ruas de São Paulo e no espaço transnacional, quando a situação esperada poderia ser precisamente a inversa, isto é, vidas que, uma vez fora da penitenciária, sairiam da rede prisional e dissipar-se-iam novamente pelo mundo. O encontro das duas personagens via Skype nos permite ter uma ideia dessa rede de interconhecimento e do modo como pessoas se inserem nela.

Por fim, justifico também a escolha de duas personagens que se encontram, via Skype, na casa de Francisca. Essa decisão tem a intenção não apenas de revelar ao leitor meu principal local de trabalho de campo fora da prisão, como também de apresentar, neste artigo, o movimento que marca minha pesquisa realizada intra e extramuros. Ao revelar a dinâmica de um dos meus locais de trabalho de campo, pretendo deixar visível o processo de construção dos dados etnográficos, afinal, aquilo que observamos e elaboramos é inextricável à posição que ocupamos e aos trajetos que traçamos na pesquisa. Em suma, a partir da criação de um encontro via Skype, observado por mim na casa de Francisca, viso não apenas discutir um aspecto da vida intramuros à luz da etnografia de Madianou e Miller, mas também apresentar o contexto das redes de interconhecimento de estrangeiras presas e de minha pesquisa. Espero que a cena do diálogo entre Joy e Lerato revelem ao leitor alguns elementos empíricos, metodológicos, políticos e teóricos a partir dos quais venho tecendo uma etnografia, dentre tantas outras possíveis, sobre a experiência de estrangeiras presas em São Paulo.

UM DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE DUAS CATEGORIAS DE MIGRANTES

Lerato atende o Skype. O desconforto toma conta do espaço entre sul-africana e filipina, revelando-lhes a limitação de uma intimidade estabelecida recentemente no Facebook. Tentam quebrar o gelo por meio daquilo que lhes é familiar, isto é, algumas poucas informações anteriormente compartilhadas naquela rede social. Primeiro, se (re)apresentam – era a primeira vez que se viam, digamos, ao vivo. Em seguida, falam sobre o fuso-horário, o clima e qualquer opinião superficial sobre as respectivas cidades de residência. Joy informa que está falando de sua casa, Lerato da casa de dona Francisca. Esta é a porta de entrada para entrarem nos assuntos que incitaram o encontro:

Joy: *Fran...como fala o nome dela?*

Lerato: *Fran-cis-ca. Mas pode chamá-la de mãe, é mais fácil. A gente a chama assim: mãe.*

Joy: *Mãe, assim? Então, mãe foi à prisão nessa semana?*

Lerato: *Foi sim.*

Joy: *Ela viu minha irmã? Falou com ela? Conte!*

Lerato sorri complacente com a ansiedade e a ingenuidade de Joy, típicas dos primeiros meses de aprisionamento:

Lerato: *Não, as coisas não funcionam assim. Aos poucos você vai entender todas as regras, porque o que mais tem ali é regra. Mas rapidinho você pega. É assim ó: a mãe não pode entrar na prisão e ver quem quer. Ela foi lá conversar com a assistente social para tentar colocar o nome dela no 'rol do Sedex' de Marites e de outras estrangeiras. Lembra que te falei que para mandar coisas para sua irmã você tem que ter o nome registrado e autorizado na prisão? Então...*

Joy: *Mas eu preciso de notícias de minha irmã. Há quase dois meses não falo com ela, não sei como está, se está viva [Joy desaba em prantos].*

Lerato: *Calma. Ela me escreveu e disse que está bem... [silêncio].*

Joy: *Desculpe, mas eu e minha mãe estamos muito preocupadas... [silêncio enquanto Joy se esforça para conter o pranto]. Você conseguiu o número de telefone da 'cadeia' para eu ligar? [Surpreendo-me com o fato de Joy usar o termo 'cadeia', tal qual estrangeiras costumam fazer dentro da prisão. Isso me sugere algum grau de inserção da irmã na rede prisional]*

Lerato: *Você não viu minha mensagem no Facebook? Ah, tá! Eu te mandei mais cedo o número e expliquei como faz para ligar. Mas deixe eu te explicar logo. Esse telefone fica na sala da dona Vânia, chefe de reabilitação. É um telefone para ela e todas as presas. Quando você ligar, dona Vânia vai atender. Ela só fala português. Então, assim que ela disser "Alô", você fala duas ou três vezes o nome completo da sua irmã bem devagar e depois desliga. Espere uns vinte minutos e ligue novamente. Dona Vânia vai atender de novo, aí você diz o nome de sua irmã. Se ela já estiver na sala, dona Vânia passa o telefone para ela. Se não, você desliga e tenta um pouco depois. Mas, ó, a regra⁷ é a seguinte: cada estrangeira tem direito a duas ligações por ano. Não importa de quem, mas só pode receber dois telefonemas no ano. R-E-C-E-B-E-R, porque ligar é só de celular mesmo. Se depender da 'cadeia', a gente perde a família.*

Joy: *Mas como ela vai ligar se a Polícia [Federal] pegou os celulares que ela tinha? Posso mandar o dinheiro para vocês comprarem o telefone e mandarem por Sedex? É esse o nome, Sedex?*

⁷ Apesar de estrangeiras usarem o termo regra, trata-se de uma política da penitenciária. Segundo uma recente publicação no Facebook de uma sul-africana que foi a São Paulo visitar a irmã presa, tal política foi suspensa e estrangeiras perderam o direito de receber os dois telefonemas anuais. Ainda não confirmei a informação. De todo modo, cito a nota: "We visited PFC today and among other things were to determine the reason why the prisoners are not allowed to receive phone calls. Sadly, it is a new rule. As of the beginning of 2013 detainees are barred from receiving the mere two calls they were allowed before. Truly, I was not surprised as Brazil Authorities are capable of implementing policies that are unfavorable to our citizens as and when they feel!" (postado em 4 de fevereiro de 2013).

Lerato: *NÃO! Quer dizer, o nome é Sedex, mas você não pode nem pensar em mandar celular. Joy, preste bem atenção: celular é proibido na 'cadeia', não pode de jeito nenhum⁸. As presas...*

Joy: *Mas você não me disse que as presas ligam para as famílias...*

Lerato: *Deixe eu te explicar uma coisa. Calma, respire fundo. Não, não chore! Olhe, Marites está bem, está com as parceiras filipinas. Ela não está sozinha e nem você. Eu vou te ajudar, a mãe também disse que pode ajudar vocês. E... quem sabe ela não é absolvida? [Lerato se volta para mim e, em português, sussurra: “– que mentira! Flagrada com sete quilos de cocaína, ser absolvida?! Mas vamos aos poucos. Uma notícia ruim por vez”. Sorrio e me mantenho em silêncio, enquanto a sul-africana aguarda a filipina se recompor. Em seguida, retoma a fala].*

Lerato: *Está mais calma? Que bom! Então deixa eu te explicar. Você tem alguns jeitos para falar com ela. Primeiro, as cartas. Elas são muito, muito, muito importantes lá dentro. Principalmente para as estrangeiras, que nunca recebem visita. É uma ou outra que recebe, e não vai ser o caso de Marites, né? A gente costuma falar que as cartas são as nossas visitas. Capriche nos...*

Joy: *Mas carta demoram muito para chegar!*

Lerato: *Ah, eu sei, demoram mesmo. Mas são muito importantes para quem está preso.*

Joy: *Não tem e-mail?*

Lerato: *Ter tem, mas não é que nem aqui fora. Calma que eu vou te explicar. Uma coisa de cada vez. As cartas são uma coisa, os e-mails são outra.*

Joy: *Cartas... como isso me lembra o tempo da minha mãe em Hong Kong! Vou voltar ao passado. Naquela época, a gente não tinha celular nem internet e só se comunicava por cartas. Tinha fitas cassete também.*

Lerato: *Cassetes? Como assim?*

Joy: *É. Eu adorava preparar as fitas, era uma festa gravar. Gravávamos mensagens para minha mãe na fita... jantar, festa de aniversário, missa; contávamos as novidades e mandávamos recado. Reuníamos a família toda, as crianças cantavam, era ótimo! Aí depois mandávamos para minha mãe. Ela dizia que nossa voz preenchia todo o espaço onde ela escutava, que a emoção da voz preenchia o vazio da solidão. O duro é que demorava para chegar – que nem as cartas. A gente às vezes ficava semanas sem qualquer notícia uma da outra. Aí Marites e Rodora, minha outra irmã, ficavam lendo e relendo as cartas da minha mãe – eu não gostava de ler não, sentia mais saudades. E minha mãe ficava do outro lado ouvindo a última fita ou relendo algumas cartas até as próximas chegarem. Ela conta que até decorava nossas falas.*

Lerato: *Nossa! Eu ia adorar receber fitas cassetes na 'cadeia'. Os celulares são muito importantes, pela voz a gente sabe como as crianças estão. Não dá para esconder quando estão mal ou chorando,*

⁸É de conhecimento geral que o fornecimento, o porte e o uso de telefones celulares dentro das prisões foi legalmente proibido em decorrência de sua ampla utilização por parte de presos para a promoção de atividades criminais (ver Lei 11.466 de 28 de março de 2007 e Lei 12.012 de 06 de agosto de 2012). É também de conhecimento geral, amplamente divulgados pela mídia, o modo como tais aparelhos são transportados para dentro das prisões e os usos criminais e policiais (os chamados grampos) que deles são feitos. Apesar da importância desses pontos, meu foco não es neles. Privilegio fragmentos de narrativas de estrangeiras que ao longo de meu trabalho de campo fizeram referência à importância desse equipamento para a criação e manutenção de presenças, familiaridades e identidades. Ao evidenciar esse outro uso intramuros, não pretendo, em absoluto, negar sua faceta criminal e policial, nem mesmo desvelar segredos e estratégias que marcam sua utilização dentro das prisões de modo a colocar em risco os sujeitos pesquisados. Ao contrário. Quando reconheço que esse equipamento nem sempre é acionado para fins criminais e investigativos, pretendo colaborar para uma reflexão mais acurada sobre a multiplicidade de seus usos e sentidos intramuros, multiplicidade esta na qual a conotação criminal e policial são apenas duas dentre outras. Sobre alguns usos dos celulares no contexto criminal, policial e prisional, sugiro: Biondi (2009); Biondi e Marques (2010); Bumachar (2012); Camila Dias (2011); Gabriel Feltran (2010); Bruno Manso (2009).

coisa que no e-mail e nas cartas é possível esconder. O problema é que quando você desliga, pronto! Já não tem mais a voz de ninguém até a próxima vez. Depois, ou você se contenta com as duas ligações na sala da dona Vânia ou usa o celular de vez em quando e corre o risco de ser pega em alguma 'blitz'. Já pensou, ao invés de ouvir o 'radinho' no trabalho⁹, passar o dia ouvindo a voz das crianças?! Eu ia ficar escutando sem parar até gastar a fita! Que nem as cartas e os e-mails que a gente lê, relê e, quando acorda de madrugada e fica sem sono, lê mais uma vez. É uma boa companhia. Quer dizer, é e não é, né? Porque às vezes você lê e se dá conta que a pessoa amada está tão longe que até parece que você nunca mais vai ver.

Joy: *Sei muito bem como é isso. Às vezes, quando falo com meus filhos no Skype, desligo e choro tanto! Eles estão ali comigo, na minha frente, mas ao mesmo tempo não estão.*

Lerato: *Imagine, então, nós na 'cadeia' que nem Skype temos¹⁰! Mas, ó, vamos voltar para as cartas. Elas são muito importantes para nós. Por isso, capriche, Joy! Pode fazer desenhos, colar adesivos e purpurinas. Passe perfume se quiser também, beije o papel com batom! [risos]. Eu estou rindo, mas é sério! Tem carta que parece que trás a pessoa para dentro da 'cadeia', de verdade! Às vezes a gente nem relê a carta, mas só de ficar com elas no bolso já é bom, parece que a gente está com a pessoa. Se você não tiver tempo nem paciência de enfeitar muito, mande uma carta normal mesmo. O mais importante é mandar¹¹... Mas vem cá, você disse que não manda cartas? Como...?*

Joy: *Não. Quer dizer, mando sempre, claro. Mas são e-mails. Às vezes mando pelos correios cartões postais, de aniversário e de natal. Escrever mesmo, é só por e-mail. Mas aqui em Londres ainda tem filipina que escreve carta, principalmente quando a família não tem internet. Eu que tenho, mando e-mails. Eles são cartas, né?, que chegam bem mais rápido, praticamente no mesmo instante.*

Lerato: *Ah lá na 'cadeia' não é bem assim não. Quer dizer, tudo bem que e-mail é um tipo de carta, mas é diferente da carta. Entendeu? Não, né? [risos]. Vou te explicar. É porque os e-mails que a gente recebe é digitado, já as cartas são escritas com a letra da pessoa e podem vir também com outras coisas. A gente recebe umas com o pézinho ou mãozinha das crianças da família, com beijo de batom, desenho, adesivo. Nem sempre é assim, claro, né? Às vezes é só a carta escrita mesmo. Mas só de ver a letra da pessoa, uma palavra que foi escrita e depois rabiscada, a gente sente mais a pessoa. Os e-mails não. Eles são digitados, com aquele monte de letra tudo igual. Se você só olha para o papel e não lê a mensagem, são todos iguais. As cartas nunca são iguais. Às vezes tem parente que manda por e-mail desenho das crianças escaneados, aí é bom! Mas não é sempre que manda. E depois, nunca chegam colorido, só são impressos em preto mesmo. Para vocês aí não tem mesmo diferença nenhuma?*

Joy: *Eu nunca tinha parado para pensar nisso. Simplesmente eu e minha família mandamos e-mail, é mais rápido e prático. Mas pensando bem, é um pouco diferente. Nos e-mails, acho que não tenho tanto cuidado para escrever como tinha nas cartas. Não que eu não pense quando escrevo os*

⁹ Na Penitenciária Feminina da Capital, a massiva maioria das mulheres trabalham. Muitas delas passam o dia de trabalho com seus mini rádios sintonizados em estações religiosas ou musicais.

¹⁰ O diretor do Centro de Políticas Específicas da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo comentou comigo, em uma reunião em janeiro de 2011, que esse Centro tinha a intenção de garantir a estrangeiros presos a possibilidade de falar com parentes via skype ou vídeo-conferência. Entretanto, até o momento, isso não foi viabilizado.

¹¹ Vale ressaltar que a importância das cartas estão para além da produção de presenças, familiaridades e identidades nas relações transnacionais. Podem ser também, e concomitantemente, documentos de Estado, quando acionadas como provas determinantes na legitimação de vínculos, pedidos judiciais e mesmo na definição do tipo e tempo de pena a ser cumprido por elas. Para uma discussão acurada sobre o assunto, ver Natalia Padovani (no prelo).

e-mails, mas é diferente. E-mail é quase uma conversa que a gente digita o que vem na cabeça. Ah e depois tem a coisa da privaci... cartas...vo...

Lerato: Joy, não te escuto. Alô? Joy? Desligou!

[A filipina liga de novo:]

Joy: Desculpe, o Skype travou aqui. Às vezes isso acontece mesmo. Eu estava a dizer das cartas e dos e-mails... No tempo da minha mãe as cartas eram sempre lidas em voz alta. Minha avó reunia todo mundo e alguém lia. Com os e-mails isso acontece às vezes, porque o computador fica bem na sala. Mas é possível eu ter meus segredos com minha filha mais velha, por exemplo. Na época da minha mãe isso era quase impossível! Minha menina está a cuidar dos dois irmãos mais novos, né? Então, às vezes eu e ela resolvemos problemas de dinheiro e das crianças por e-mail sem que meu marido ou minha mãe saibam. E o melhor de tudo é que nos e-mails eu e meus filhos conseguimos falar melhor dos sentimentos, de coisas mais profundas, sabe? Às vezes eles escrevem que me amam. Nunca falam isso no Skype, no telefone, nem pessoalmente. Só no e-mail mesmo.

Lerato: Ai, Deus, quem me dera ter internet e poder mandar e-mail todo dia, toda hora, ter celular à vontade na 'cadeia.' É um sonho para as estrangeiras!

Joy: Eu também queria poder toda hora. Trabalho, meu marido trabalha, as crianças estudam. Aí tem o fuso-horário. Não é tão fácil assim. Depois, ligar para as Filipinas é caro...

Lerato: Mas perto da nossa situação na 'cadeia'.. nem internet a gente tem! Talvez por isso as cartas sejam mais importantes para nós do que para vocês. Deixa eu falar mais uma coisa ainda sobre elas. Por acaso, você é organizada? Assim... disciplinada?

Joy: Acho que sim, por quê?

Lerato: Porque o que vou te dizer só serve para as pessoas que são. Algumas presas trocam cartas com a família a cada dois ou três dias. A primeira demora muito tempo para chegar, mas depois da primeira as outras chegam na sequência. Aí os destinatários passam a receber notícias a cada dois ou três dias.

Joy: Olha, é quase um e-mail pelo correio! [risos]

Lerato: Nossa é mesmo! Nunca tinha pensado assim [risos]. Assim a gente consegue (a gente não, porque eu não conseguia fazer isso!) Mas, algumas estrangeiras conseguem dividir o dia-a-dia da família desse jeito. Tem só um pouquinho de atraso – um mês! [A sul-africana ri, volta-se para mim e diz em português: “até nisso a ‘cadeia’ é um atraso de vida!"]. O problema é que às vezes uma ligação pode acabar com essa ilusão. Que nem uma vez... lá vou eu começar com minhas histórias!

Joy: Ah sim, claro! Porque se você escreve uma carta e conversa pelo telefone, a notícia chega mais rápido pelo telefone. Aí quando a carta chega, a notícia já está velha...

Lerato: Exatamente. Tá vendo como você vai pegar o jeito rápido?! Teve uma vez que o marido de uma parceira morreu. Ela soube da notícia num telefonema e depois a coitada ficou recebendo aquele tanto de cartas dele por quase um mês. Foi muito triste, não gosto nem de lembrar.

Joy: Que pesadelo! Eu pensava que...

Lerato: Alô? Joy? Acho que caiu de novo. Joy? Caiu!

[Lerato efetua a chamada].

Joy: Lerato, vamos tirar o vídeo, porque às vezes melhora. Pronto! Mas, então, onde estávamos

mesmo? Ah! Eu ia dizer que a situação na prisão parece pior, né? A minha também não é das melhores. Não posso sair daqui de Londres por conta do visto, de certa forma estou presa nesse país... a não ser que eu saia para nunca mais voltar¹². Mas pelo menos posso falar mais com minha família, acompanhar a vida deles, andar nas ruas, sair para me divertir e tal. A gente usa muito o celular e o Skype. Eu troco um monte de SMS com meus filhos, mas é sempre mensagem curtinha, sabe? Também conversamos bastante pelo celular. Eu compro os cartões de ligação para as Filipinas e falo por uns... O ruim é que a conversa tem tempo contado, uns dez minutos. Acabou o crédito do cartão, acabou a conversa! Só eu que ligo, porque a ligação das Filipinas para cá é muito cara. As crianças reclamam muito de não poderem me ligar. A sorte é que a gente tem internet, eu aqui na minha casa e eles lá em casa. Então falamos à vontade no Skype. Quer dizer, nunca é à vontade, né?, como eu te falei. Mas pelo menos não é que nem o celular que a conversa tem só dez minutos. E no Skype, eles também podem me ligar. Mas por conta dos horários diferentes a gente combinou momentos certos para se encontrar no computador. Sempre tomo café da manhã com eles, antes de as crianças irem para escola. Lá são seis da manhã e aqui em Londres onze da noite. E quando a gente se encontra aqui por acaso, a gente se fala.

Lerato: *Na 'cadeia' essa coisa de falar com a família é complicada. Sem internet, com cartas que demoram uma eternidade para chegar e celular que é proibido...! Para você ter uma ideia se a polícia te pega com um celular na cela, você vai para o 'castigo'¹³, perde o emprego e todos os benefícios de remissão de pena. Você se ferra só porque quer falar com seus filhos, é possível uma coisa dessas? Então, o que fazemos...*

Joy: *Mas como vocês usam se é proibido? Como tem celular lá dentro?*

[Pausa no diálogo. A sul-africana olha para mim e sorri. Em seguida volta-se para Joy]

Lerato: *Isso já é outra conversa. Primeiro deixa eu te explicar o mais importante. É muita informação para dar ao mesmo tempo [risos]. Aonde a gente estava mesmo? Ah, na 'blitz'. Como o celular é proibido e sempre tem 'blitz' nas celas, as mulheres geralmente fazem as ligações de dentro da prisão para fora e não troca SMS. Vai que a polícia pega o telefone e lê os SMS lá. Ou, então, que o telefone toca ou vibra e a polícia flagra? É uma prova concreta contra ela, e não a palavra dela contra a ...¹⁴.*

Joy: *Entendi. Mas por que é proibido? Que mal tem falar com a família?*

Lerato: *É que o governo brasileiro acha que o celular é usado só para crime e rebeliões. É verdade que isso acontece, mas aí quem quer falar com a família paga o pato junto. A gente sempre diz que se a diretora da 'cadeia' colocasse um telefone¹⁵ lá dentro e cobrasse por cada ligação nossa, ela seria a diretora mais rica do Brasil! A maioria das presas, (pelo menos as estrangeiras eu posso garantir, mas acho que as brasileiras também), pagaria para ligar do telefone da 'cadeia'.*

¹² Para mais dados sobre migração de filipinas(os) e seus status legal, ver Madianou e Miller (2012a, p. 16-20).

¹³ 'Castigo' são as celas de isolamento na PFC, onde presas que infringiram regimentos e leis permanecem por dias sem qualquer contato com as demais.

¹⁴ O termo *polícia* é utilizado pelas estrangeiras para fazer referência aos agentes penitenciários. Sua função normativa de vigilância e controle sobre a vida prisional os colocam numa posição estratégica tanto de fiscalização quanto de entrada dos aparelhos: primeiro, são os atores que põem o sistema de segurança prisional em funcionamento e, por isso, os que o conhecem em detalhes; segundo, são atores conectores que diariamente circulam entre as partes mais íntimas da prisão, assim como os bairros periféricos de São Paulo, onde muitas de suas famílias e das de presos costumam viver. Em decorrência da posição que ocupam no sistema prisional e do estigma que carregam em função de suas baixa escolaridade, remuneração, reconhecimento profissional e dos casos de corrupção a que alguns deles estão associados, tornam-se alvos fáceis de acusações e de matérias jornalísticas sensacionalistas. Para uma descrição sensível sobre narrativas, experiências e trajetórias de agentes de segurança penitenciária femininas, ver Adriana Taets (2012).

¹⁵ A instalação de telefones públicos dentro de prisões paulistas tem sido pauta de reivindicação entre organizações civis de direitos humanos como forma de garantir o direito dos presos à comunicação com entes próximos.

Joy: *Eu mandaria dinheiro para Joy ligar. Mas é triste me ver com três telefones e saber que minha irmã não tem nenhum...*

Lerato: *Três? Que exagero! Por que tudo isso? Está parecendo umas estrangeiras aí que quando são presas pela Polícia Federal estão com três ou quatro celulares. Ai, desculpe, às vezes falo sem pensar...*

Joy: *Não, tudo bem. Eu não sei se é o caso dessas estrangeiras, mas eu tenho três porque cada um serve para uma coisa: um é para mandar SMS à vontade para as Filipinas, o outro para fazer ligações mais baratas para lá e o terceiro é para minha vida aqui em Londres mesmo. Mas...o que eu ia falar mesmo? Ah, lembrei! Tem como Marites ligar para a gente lá de dentro? Ou a gente ligar para ela? Ela não tem dinheiro...*

Lerato: *Tem uns esquemas... [Lerato pausa, olha para mim de novo com um leve sorriso e segue:] Ó, se sua irmã quiser, ela vai te explicar direitinho. Pelo que me disse, ela vai entrar em contato com vocês nessa próxima semana. Fique tranquila que ela já se ajeitou lá...*

Joy: *Mas é possível ela me ligar? Ou vai me mandar e-mail? E se ela me ligar quando eu estiver trabalhando? Não posso atender o telefone no trabalho. E as crianças, como Marites explica que elas não podem mandar SMS? Quando estava em Hong Kong, minha irmã trocava muitos SMS... ela chegava a trocar mais de 50 mensagens de texto por dia com elas¹⁶. Aí no caminho de volta para casa, ficava relendo todas elas. As crianças vão sentir muito, coitadas. Minha irmã também. E como a gente vai explicar isso...?*

Lerato: *Olha, sua irmã vai sentir muita coisa. Celular na 'cadeia' é proibido e costuma ficar escondido, não é feito para ficar agarrado com a pessoa o tempo todo. Depois que entrou lá, quanto mais escondido estiver, melhor! Agora, sobre as crianças... Isso é sempre um desafio. Tem que rebolar! Porque a gente quer cuidar, acompanhar a vida delas, mas não quer que elas sonhem que estamos presas. Tem muita estrangeira que não conta para os filhos que está na 'cadeia'. Tem umas que contam para todo mundo, aí fica mais fácil – isto é, quando a família aceita a situação e apóia a presa. Tem outras que escondem de toda a família. Essas sofrem, viu? No meu caso, por exemplo, minha família não contou nada para as crianças. Só os adultos que sabem de tudo. Combinei com meus irmãos de dizermos que estou no Brasil a trabalhar nos correios. Como o fuso-horário é diferente, explico que os horários não batem. E no meu trabalho, tenho um chefe muito bravo; se ele me vir falando no celular sou demitida na hora! As crianças detestam meu chefe [risos]. Mas elas não são bobas, né?, desconfiam que tem algo errado. Ficam me perguntando mil coisas e buscando pistas para descobrir a verdade. Uma vez me perguntaram porque eu só tirava fotos de camisa branca. Eu nunca tinha prestado atenção nisso, criança é terrível! Mas acho que eles não sonham que a mãe deles está na 'cadeia'. Marites pode dizer a mesma coisa. Pode falar também que as operadoras brasileiras cobram muito caro pelos SMS e que o telefone dela das Filipinas não funciona no Brasil.*

Joy: *Ai, acho que as crianças vão perceber. Elas conhecem a mãe e já não são tão pequenas. Isso não vai dar certo. Agora entendo porque as cartas são tão importantes. É muito complicado!*

¹⁶ De acordo com Madianou e Miller (2012a), as Filipinas ficaram conhecidas como a capital mundial do SMS, devido a milhões de mensagens enviadas por dia.

Lerato: *Calma! Não é tão complicado assim. Quer dizer, até é, mas logo você pega o jeito. E, se deu certo para mim e tantas outras estrangeiras, por que não vai dar para vocês? Agora, vocês precisam ficar atentas, porque as crianças procuram pista o tempo todo, é difícil convencê-las plenamente e tem umas que acabam descobrindo.*

Joy: *Sei bem como é, porque também procuro pistas com meus filhos. E por isso tenho medo. Qualquer palavra diferente, qualquer gaguejada, fico tentando saber se eles estão me escondendo algo. Sei que muita coisa que acontece do outro lado não é dita para a gente, assim como também não digo tudo. Hoje menos do que antigamente. Porque falando com eles todo santo dia por SMS, celular e principalmente pelo Skype a gente acaba sabendo. Participo muito mais da vida deles do que a minha mãe participava da minha quando ela viveu fora.*

Lerato: *Posso imaginar. Agora que estou fora da 'cadeia', percebo isso. Quando a gente está lá dentro, chega uma hora que a gente perde a noção disso...*

Joy: *Mas aí é um tal de eles me pedirem coisa por SMS. É um tal de ouvir reclamação no Skype, de receber desabafos por e-mail... [risos]. Mas eu gosto, não de eles me pedirem tanta coisa – às vezes me sinto um banco e não uma mãe. Mas, gosto de estar com eles toda manhã, de trocar SMS, essas coisas. Gasto muito dinheiro com isso, fora as noites dos finais de semana em claro no Skype. Mas vale à pena, consigo ter uma vida mais real com eles, sabe? Sinto que participo de verdade da vida deles. Por isso que fico com medo de como vai ser a situação de Marites agora [Silêncio]. Mas, você disse que ela vai entrar em contato comigo em breve, é isso? Como você sabe?*

Lerato: *Ela me mandou um e-mail... Mas olhe, posso te garantir que se ela quiser manter contato com as crianças, ela consegue. Sua família tem acesso a correio, internet, celular. Tem uns esquemas de você mandar dinheiro, caso ela precise. Agora só depende de vocês. Claro que não vai ser a mesma coisa que antes. Ela vai ter que se adaptar à realidade da 'cadeia', mas é possível. Ó, para você ter uma ideia, tem estrangeira que é presa grávida e tem o filho na 'cadeia'. Aí fica com ele só seis meses lá no hospital penitenciário e depois entrega a criança. Nossa, elas sofrem muito! Mas muitas estrangeiras quando voltam para casa, depois de 4 ou 5 anos, a criança sabe muito bem quem ela é. Como isso é possível? Do jeito que estou te falando. Jeito a gente sempre dá, até porque isso é muito importante lá dentro. Eu digo que se não fosse pelos meus filhos, eu não aguentaria o peso da 'cadeia'! Eles não fazem ideia, mas foram o único sentido da minha vida em muitos momentos.*

Joy: *Tem vezes que eu também sinto isso. Mas ao mesmo tempo a distância deles e da minha família é o que mais me dói.*

Lerato: *É isso mesmo! Os filhos são o maior sofrimento e o que mantém a gente em pé! Pelo menos para mim foi assim, mas tem umas presas que não estão nem aí para a família... Você vê cada coisa na 'cadeia' que só por Deus mesmo.*

Joy: *Mas espera aí, você falou que ela te mandou um e-mail, certo? Você não disse que não tem internet lá dentro? Como ela fez, então? Mandou pelo celular?*

Lerato: *Não, pelo ITTC. E-mail é só pelo ITTC mesmo e às vezes pelo pessoal das Igrejas que visita a gente aos sábados. Você não recebeu nenhum e-mail dela ainda?*

Joy: *Não.*

Lerato: *Ai, desculpa! Ela me disse que tentou te mandar um, mas voltou. Já me pediu duas vezes*

para eu confirmar o endereço com você e eu me esqueci.

Joy: *Estou digitando aqui no chat do Skype. Pronto! Veja aí [pausa enquanto Lerato anota o endereço virtual de Joy]. O que é ITTC?*

Lerato: *Eu não sei o que essa sigla significa, mas são umas moças que ajudam as estrangeiras lá dentro. Caso você precise de alguma coisa, pode entrar em contato com elas por e-mail ou telefone. Depois te mando o contato delas no Facebook. Elas vão à prisão toda segunda-feira de tarde. Aí chamam as estrangeiras que tem e-mail para receber¹⁷.*

Joy: *Espere aí. Não entendi como elas fazem para mandar e entregar os e-mails.*

Lerato: *É assim ó: a gente escreve uma carta à mão mesmo (pode ser na língua que a gente quiser, tá?), coloca o endereço do e-mail para quem a gente quer mandar no canto de cima da carta e entrega a elas. Aí elas levam aquele monte de carta embora da 'cadeia', escaneiam no escritório, eu acho, e enviam para nós. Na semana seguinte, elas imprimem as respostas que receberam, levam para a 'cadeia' e entregam para a gente. É importante que você coloque o nome completo da sua irmã no assunto do e-mail, porque senão elas ficam sem saber para quem é e acabam não entregando a mensagem. Ah, e você pode mandar foto! É, isso é outra coisa...*

Joy: *Deixa eu entender uma coisa. Eles digitam carta por carta? É isso mesmo?*

Lerato: *Não! Espera aí. [Ela olha para mim:] Bruna, você não quer explicar a ela? Você sabe melhor do que eu! Espera aí, Joy.*

Bruna: *Não, não. Siga aí, você está explicando bem. E ela está super à vontade com você.*

Lerato: *Ai, Bruna, vou te bater! [risos]. A Bruna é do ITTC, ela é quem manda os e-mails. Eu estava dizendo para ela te explicar, mas ela falou que eu expliquei bem. Se você quiser, depois ela fala com você, né, Bruna? Então, voltando... como eu te falei, elas escaneiam carta por carta, sabe? Você sabe o que é escanear, né? Então, o e-mail funciona como um correio rápido: a gente entrega a carta e em menos de uma semana a pessoa para quem a gente escreveu a recebe, só que pelo computador. A única coisa ruim é que tem um limite de duas páginas por semana para cada estrangeira. Mas o bom disso, pelo menos no meu caso, é que com essa quantidade de páginas dava sempre para minha família imprimir. Lá em casa ninguém tem computador, não somos chique que nem você! Aí era uma carta mesmo, sabe?, com minha letra e tudo. Quer dizer, bom por um lado e ruim por outro. Ruim porque quando eu queria ter uma conversa mais particular, ficava difícil. Um e-mail para meu filho, por exemplo, passava na mão de outras pessoas antes de chegar nele. Acabava que as mensagens que eu escrevia eram mais geral, que todo mundo podia ler. Mas não é seu caso, porque você tem internet em casa e ninguém vai ler os e-mails entre você e sua irmã, ou vai?*

¹⁷ O Instituto Terra Trabalho e Cidadania (ITTC) é uma organização não-governamental que atua em defesa dos direitos do cidadão. No universo prisional, o ITTC firmou compromisso com o Estado de São Paulo, através de um protocolo com a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP-SP), tendo por objetivo principal a prestação de assistência às presas estrangeiras e brasileiras. Na PFC, o Instituto realiza atendimentos semanais voltados às estrangeiras, dado o alto número de mulheres provenientes do exterior e de sua situação particular. Neste caso, o Instituto oferece auxílio jurídico, tanto no que diz respeito ao acompanhamento dos processos judiciais criminais e/ou ligados a seus filhos, quanto no que se refere a informações sobre direito nacional e internacional. Além disso, garante contato delas com pessoas *de fora* (da penitenciária e do Brasil) via e-mail e cartas, realiza telefonemas para seus parentes, e estimula e intermedeia a atuação de embaixadas e consulados e de órgãos e autoridades brasileiros na garantia de seus direitos. Minha entrada na PFC para a realização do trabalho de campo se deu, ao longo de quatro anos e meio, na dupla e simultânea condição de pesquisadora e de trabalhadora voluntária do ITTC. À sua equipe devo toda minha gratidão.

Joy: Não, ninguém. Só se alguém descobrir minha senha. Que nem eu com meu filho no Friends-ter e no Facebook [risos]: descobri a senha e sempre entro na conta deles para ver as mensagens inbox que trocam com os amigos. Mas acho que não vai ser o caso com a minha irmã. Qualquer coisa, é só eu trocar a senha de vez em quando.

Lerato: Nossa, você acompanha mesmo a vida do seu filho, hein? [risos] Mas sabe que você me deu uma boa ideia! Agora posso fazer isso também [risos]. Bom, mas com Marites você pode escrever segredos, ela pode desabafar, falar da 'cadeia' e tal. E quando quiser escrever cartas mais longas, ela vai te mandar pelo correio. Outra coisa: tanto sua família quanto Marites podem mandar fotos por e-mail, porque o ITTC escaneia e imprime. Mas não mande muitas de uma vez, se não o ITTC reclama, né Bruna? [Confirmo, em silêncio, com a cabeça e um sorriso]. Não deixe de mandar fotos. Por e-mail ou correio, não importa. Mas mande! Peça para sua mãe também. Mas diga a ela para tomar cuidado com o endereço no envelope, porque a palavra penitenciária é muito parecida em inglês e português. Se as crianças virem, podem descobrir que a mãe está presa.

Joy: Nossa, está bem. Nunca ia imaginar esse cuidado do que escrever no envelope.

Lerato: Pois é, todo cuidado é pouco. As fotos são muito importantes para quem está presa e não recebe visita, você não faz ideia. Eu fiquei sem ver meus filhos por quase 5 anos, porque minha família só me mandava foto antiga, de quando eu ainda estava lá. Quando saí e vi o meu menino com sete anos no Facebook da minha irmã, nossa! Eu quase morri! Eu não podia acreditar: meu bebê que deixei com dois anos estava daquele tamanho! Chorei de alegria. E de tristeza também. Doeu muito ver que perdi toda essa fase da vida dele. Sei que minha família não fez isso de maldade, eles só não tinham ideia da importância das fotos para mim lá dentro. Por mais que eu dissesse, eles não faziam ideia. É um tal de fazer carinho na foto, de fazer álbum de família nos cadernos de escola, de colar na parede das camas (a gente diz que é para acordar e dormir com a família). Tem gente que carrega nos bolsos das calças do uniforme, mais ou menos como a carta, que eu falei antes, sabe? Não sei bem como explicar, mas vira uma companhia. Tem gente que chega a sentir a pele, o cheiro da pessoa na foto! Não foi meu caso. Como eu só tinha foto antiga, acabava deixando as minhas guardadas. Olhava só de vez em quando, mas era ruim. Elas me davam a sensação de que o tempo na 'cadeia' não passava, como se tivesse parado. Todos os dias iguais na prisão, aí meus filhos sempre iguais nas fotos. Eu sentia também que eles tinham me abandonado e eu só ficava com aquela lembrança antiga. Era muito ruim, dá vontade de chorar só de lembrar.

Joy: Nossa que difícil. Acho que eu não ia aguentar, você foi muito for... te... ma...

Lerato: Alô, Joy? Ah, melhorou, estava falhando de novo. Que coisa mais chata! Esses computadores, viu? Então, pois é... foi muito difícil. Tem horas que você acha que não vai aguentar. E tem gente que não aguenta mesmo, a 'cadeia' fica pesada e a pessoa cai em depressão, endoia! Mas tem que ser firme, tem que ter fé que vai sair logo. É muito importante o apoio da família, mesmo que ninguém saiba da prisão. Só de mandar carta, e-mail, foto, falar no telefone ajuda a manter a gente de pé! Eles te mandam fotos das Filipinas?

Joy: Não muito. Às vezes mandam por e-mail. Mas vejo mais no Friendster e no Facebook. E tem a webcam no Skype, né? As crianças sempre postam fotos e comentários nesses dois sites. O bom disso é que consigo acompanhar bem a vida deles, saber como estão, com quem andam e o que estão

fazendo – ainda mais com a senha de um deles [risos]! Teve uma vez que peguei esse meu menino no chat do Friendster no horário da escola. Na mesma hora liguei para minha filha para saber o que estava acontecendo e ninguém sabia de nada. Descobrimos que ele tinha ido para a casa de um amigo ao invés de ir para a escola. Nossa, meu marido e minha menina ficaram tão bravos!

Lerato: Quem me dera poder ficar brava desse jeito lá na PFC, com internet e tal! Mas acaba que gente também acompanha, eu não posso reclamar não. Tem ‘cadeias’ muito piores, a dos homens estrangeiros mesmo. Nossa situação é bem melhor que a deles. Não é como aqui fora, mas a gente dá um jeito, faz o que pode. Você falou da escola aí eu me lembrei de uma vez que meu menino caçula decidiu não ir mais para a escola. Ninguém conseguia convencê-lo do contrário. Minha mãe, que estava com ele, conversou, brigou, bateu e nada! Ela não queria me contar para não me preocupar, mas acabou falando num e-mail. Aí no mesmo dia arrumei um celular, liguei e pedi para falar com ele. Pedi que ele fosse para o quarto, fechasse a porta para conversarmos em particular. Quando acabamos, pedi-lhe para chamar a avó, colocar o celular no viva-voz e conversarmos os três. Em dois minutos resolvi o problema! Não sei bem porque ele fez isso, desde pequeno é criado pela avó. Mas eu confesso que gostei, me senti mãe de verdade, sabe? E ainda bem que consegui arranjar um celular, né? Senão, eu ia perder essa oportunidade de me sentir tão importante [risos] e talvez meu menino não estivesse mais na escola. Aí minha mãe ia ficar brigando com ele... ai desculpe, estou falando muito. Vamos voltar para o que interessa...

Joy: Não, pode falar! É bom, porque vejo você falar e isso me acalma. Mas sei bem o que você está falando de se sentir mãe de verdade, também sinto...

Lerato: Alô? Alô? Caiu de novo. Ai Bruna, que chato!

Nesse momento dona Francisca entra no quarto, quer saber se está tudo bem.

Lerato: Está sim, mãe. Só esse Skype que fica falhando, mas está tudo bem. Olha Joy chamando.

Dona Francisca: Eu quero falar um pouco com ela. Bruna, filha, você pode ir lá na cozinha enquanto eu converso aqui, amor? Os dois africanos ainda estão lá, acho que querem jantar aqui, ai meu Pai! Tem um que está se engraçando todo pro lado de Lerato, né, filha?. Deixa ele comigo! [risos] Me representa, lá, filha, faça esse favor para mim.

Bruna: Claro, é pra já!

Dona Francisca: Obrigada, meu amor! Lerato vai ficar aqui para traduzir a conversa. Pede para o Busiso te contar sobre a vida dele. É muito interessante, daria um livro. Falei com ele sobre sua pesquisa. Quem sabe você não escreva um livro da vida dele?! Ah, e passei um café para você, está quentinho. Pegue também o bolo no forno, que é para ver se você fica mais fortinha, filha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: APONTAMENTOS SOBRE UM DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE DUAS PESQUISAS

O diálogo que acabamos de ler destaca a importância das tecnologias de comunicação na mediação das relações sociais e na reconfiguração da identidade materna. Tanto no caso de Joy quanto

no de Lerato, vemos migrantes investirem esforços para suspender a equivalência entre distância físico-temporal e ausência por meio de diferentes usos das tecnologias de comunicação disponíveis. Mas não são apenas as migrantes. O que vemos na contraposição dos dados etnográficos de minha pesquisa com os da obra de Madianou e Miller é uma série de mulheres – mães, filhas, irmãs, tias e, no caso de estrangeiras presas, donas Franciscas, moças do ITTC e pesquisadoras como eu – dedicarem-se à mediação dessa maternidade. As falas das duas migrantes mostram como tecnologias e pessoas são acionadas e combinadas de formas variadas e com intensidades distintas para compor suas respectivas experiências de maternidade.

De um lado, filipinas migrantes como Joy, telefonam com frequência para os filhos. A natureza sincrônica e interativa dessa comunicação lhes permite perguntar o que desejam e obter a resposta no momento em que desejam – mas não há imagem, queixam-se. Quando dispõem de condições técnicas e financeiras utilizam o Skype que, com seu potencial audio-visual e instantâneo, permite conversas prolongadas e momentos de copresença, como o café da manhã nas Filipinas – mas o fuso horário e as condições de trabalho e estudo de pais e filhos os impedem de passar o dia juntos no computador. Tecem fragmentos de presença ao longo do dia por meio dos celulares. Estes permitem, além dos telefonemas efetuados pelas mães, intensas trocas de SMS que podem ser armazenados, lidos e relidos por elas a qualquer momento – mas são conversas curtas, objetivas e superficiais se comparadas com o Skype e o e-mail. Este último, espaço privilegiado para o compartilhamento (e também armazenamento) mais privado e quase instantâneo de sentimentos e desabafos – mas e a vida social de seus filhos, como participar dela ou ao menos acompanhá-la? Friendster e Facebook. E quando algumas Joys descubrem suas senhas nestes sites, melhor ainda! O lado, digamos, mais reservado da vida dos filhos nas redes sociais pode ser espiado.

De outro lado, estrangeiras presas como Marites, podem receber duas ligações por ano no telefone fixo da penitenciária – mas não efetuar sequer uma ao longo de todo o cumprimento de pena. Podem recorrer aos celulares – mas seu uso é ilegal, cerceado e exclusivamente telefônico; o recebimento de telefonemas e a troca de SMS tornam-se desaconselháveis pelo seu potencial incriminatório. Escrevem e-mails que semanalmente saem da prisão como cartas (e fotografias) digitalizadas e entram nela em formato impresso – mas são conversas limitadas pelo número de páginas que estrangeiras podem preencher e pelas respostas que recebem em letras frias impressas em preto na folha branca de sulfite. Bem diferentes das cartas que podem ser personificadas e personificar o remetente na caligrafia e nas palavras riscadas ou apagadas, nas impressões digitais de mãos infantis e de bocas, nos desenhos cuidadosamente traçados pintados, purpurinados, nos adesivos infantis colados, no perfume borrifado, no conteúdo das mensagens e nas fotografias que as acompanham. Em suma, carregam a presença do remetente – mas geram ansiedade, porque demoram a chegar e podem se perder no caminho. Tempo de espera que pode ser subvertido quando cartas, e-mails e telefonemas são acionados sinérgica e continuamente em curtos intervalos.

São tantas Joys e Leratos que dependem uma quantidade significativa de energia, tempo e dinheiro para se fazerem presentes o mais próximas possível de seus filhos (ver Sharon Hays, 1997). Contudo, ao se pretender a máxima proximidade, elas nos revelam a natureza controlada dessa presença. Controlada pela distância física e temporal que faz Joy chorar quando retoma a solidão

em Londres após participar, às onze da noite via Skype, do café da manhã em sua casa nas Filipinas; que irrompe a vida de estrangeiras presas quando as conversas telefônicas envelhecem as notícias escritas em cartas e e-mails ainda a caminho; ou quando as fotos antigas da família de Lerato, em composição com o cotidiano exaustivamente repetitivo da 'cadeia', congelam seu tempo lá dentro e produzem uma das sensações máximas da distância, o abandono. Por fim, distância física e temporal que pode se manifestar de forma exemplar através do termo criança (e no tratamento atrelado a ele) acionado pelas mães para se referir aos filhos que muitas vezes já não mais o são.

Presença também controlada pela produção de uma economia das informações, quando mães, filhos e demais parentes administram o tipo de informação que circula, com vistas a proteger uns aos outros do sofrimento e a preservar a qualidade esperada dos vínculos. Controlada também pelas condições de trabalho que impedem Joy de receber telefonemas de sua irmã presa a qualquer momento; que impede Marites de acessar a internet, receber SMS dos filhos e conversar ao telefone dentro da legalidade intramuros. Pelas ofertas de mercado que possibilitam a troca intensa de SMS entre Joy e os filhos e que centralizam nela o poder de efetuar as ligações. E, por fim, controlada pela vontade de Lerato e Marites em manter sua vida prisional no sigilo diante das crianças; bem como pela distância que cria impeditivos a Joy de acompanhar a vida social dos filhos.

Nos contrastes entre proximidade e distância, vemos Joys e Leratos criarem novos arranjos espaço-temporais e, assim, garantirem uma experiência de maternidade transnacional “mais completa”, nos termos das filipinas, e “de verdade”, nos de estrangeiras. A comunicação via mídias integradas garante condições para uma interação, no entendimento de ambas, “mais real”. Garante também a essas mulheres as condições necessárias para reconstituírem suas identidades de mães e negociarem a ambivalência entre sua vida na migração e a vida familiar no país de origem. Nesse sentido, as mídias surgem como tecnologias do *self* (ver Michel Foucault, 1988).

Mas não é só isso. Nesses contrastes entre proximidade e distância, conseguimos também vislumbrar o que as relações transacionais tem de comum com toda e qualquer relação social e o que tem de particular. De acordo com Miller e Madianou, os casos das filipinas e, acredito, os das estrangeiras presas constituem o extremo de um dilema que pessoas em copresença enfrentam cotidianamente, a saber: a natureza mediada de qualquer relação social. Com base em trabalhos anteriores de Daniel Miller (1997 e 2007), os autores consideram as relações sociais como síntese da dialética entre o normativo e o experiencial. Elas seriam o resultado das tentativas que pessoas fazem de reter expectativas formais à luz da complexidade que a define na experiência cotidiana. Nesse sentido, toda relação social é mediada.

A particularidade da maternidade estabelecida pelas duas categorias de mães migrantes concentra-se no fato de terem que lidar com essa tensão no contexto transnacional. Com a distância físico-temporal, os ideais normativos permanecem mais distantes da pessoa que ocupa uma das posições. Nesses casos, em cada conversa entre mães migrantes e filhos, as tecnologias (e eu acrescentaria aqui, as demais pessoas) acionadas por ambas as partes carregam o esforço de tornar ciente não apenas o modo como cada uma delas quer que a outra seja, como também a expectativa que a outra queira o mesmo para si. Em suma, as tecnologias e as pessoas acionadas mediam a tensão que marca a natureza mediada de toda e qualquer relação.

Se até aqui observamos a constituição das relações de maternidade – ora mais, ora menos distintas – devemos fazer o mesmo com as tecnologias. As cartas, por exemplo, assumem contornos bem distintos em cada um dos casos de migração. Estão no passado para tantas Joys e são precursoras do e-mail. De outro lado, são como visitas na prisão para as Leratos e Marites. Permitem estrangeiras ver, tocar e sentir a presença do remetente, tamanha é sua capacidade de conexão. Tornam-se quase e-mails quando são enviadas rigorosamente em curtos intervalos de tempo. Já os e-mails se tornam uma espécie de cartas expressas quando enviados e recebidos semanalmente e, mais ainda, quando escritos à mão e digitalizados. Já para as Joys são o espaço privilegiado para falar de sentimentos mais íntimos e dispõem de outra temporalidade – chegam quase no mesmo instante em que são escritos e enviados. Ambos, cartas e e-mails, podem ser armazenados, lidos e relidos nos dois contextos migratórios. Os celulares, por sua vez, são para Joys objetos pessoais capazes de uma interação, via voz e texto, frequente, instantânea e curta. E para Leratos, objetos ilegais que proporcionam com exclusividade às presas uma interação instantânea, apesar de curta duração e somente via voz. Em ambos os casos carregam a marca da mobilidade – para serem transportados junto ao corpo e garantirem a comunicação a qualquer momento, no caso das filipinas, e para atravessarem os muros e serem bem escondidos, no caso das estrangeiras. Carregam também a marca da uniteralidade na realização dos telefonemas: no caso das filipinas, é marca de ofertas de mercado e de poder materno e, no caso das estrangeiras, juntamente com a ausência dos SMS, tornam-se possíveis pistas sobre o verdadeiro paradeiro delas. Em suma, as tecnologias constituem as relações.

Mas não é só. O contrário também ocorre, ou seja, as tecnologias são constituídas pelas relações. As falas de Lerato e Joy em torno dos usos e sentidos de cada mídia nos sugere uma noção de tecnologia mais em termos de possibilidades que ela oferece para a ação (*affordances*) do que em termos de determinante da ação. Essa noção nos coloca em acordo com a definição gibsoniana proposta por Ian Hutchby (2001, p. 444), segundo a qual

affordances são aspectos funcionais e relacionais que estruturam, embora não determinem, as possibilidades para uma ação agentiva em relação a um objeto. Nesse sentido, as tecnologias podem ser entendidas como artefatos que tanto podem engendrar quanto ser engendrados pelas práticas que os humanos utilizam em sua interação com, em torno de e através deles. (Tradução nossa)¹⁸.

O diálogo entre as duas categorias de mulheres migrantes nos mostra que a possibilidade de ação de cada uma das mídias é definida a partir da interseção de marcadores sociotécnicos, tais como, interatividade, temporalidade, capacidade de armazenamento, durabilidade do conteúdo, replicabilidade, alcance e visibilidade, mobilidade, pistas, natureza pública/privada, custo e capacidade informacional.

¹⁸Texto original: “[...] affordances are functional and relational aspects which frame, while not determining, the possibilities for agentic action in relation to an object. In this way technologies can be understood as artefacts which way be both shaped by and shaping of the practices humans use in interaction with, around and through them” (HUTCHBY, 2001, p. 444).

Entretanto, esta é uma definição parcial, traçada com base apenas nas características técnicas e possibilidades de ação. De acordo com Madianou e Miller, os dados de campo nos sugerem pensar a constituição de cada uma das mídias não apenas a partir desses dois pontos, as características técnicas e possibilidades de ação, mas também a partir da interação destes e outros elementos.

O contexto político e econômico, as condições de vidas das pessoas envolvidas, os idiomas da prática, as ideologias das mídias e, é claro, as relações sociais interagem entre si e com as capacidades técnicas, constituindo um amplo ambiente de oportunidades comunicativas onde as *affordances* ganham contornos. A este ambiente os autores dão o nome de polímídia.

A polímídia sugere uma definição das tecnologias sempre em contraste e dentro de determinado contexto pessoal e cultural. De acordo com os autores, podemos defini-la como uma forma de estruturalismo no qual o entendimento que temos de cada uma das mídias é resultado do seu contraste com outras que também poderiam ser utilizadas na comunicação. Os e-mails, por exemplo, não são apenas e-mails. Eles são definidos como tais nas suas diferenças em determinado contexto e em relação a características técnicas e usos feitos dos telefones, cartas e SMS. Em suma, os contrastes e as sinergias entre as tecnologias em uso definem o nicho de cada uma delas em certo contexto pessoal e cultural. Do outro lado, esses mesmos contrastes e sinergias tornam-se o idioma por meio do qual as pessoas expressam as diferenças de forma e propósito da própria comunicação. Nesse sentido, toda escolha por uma ou outra mídia é um ato comunicativo e moral definidor de cada uma delas. Ao mesmo tempo, é um ato a ser compreendido de acordo com formas culturais de socialidade, temporalidade, poder e emoção.

Sem dúvida, uma das maiores contribuições da polímídia para minha pesquisa diz respeito à sua capacidade de proporcionar às pessoas a criação de registros e repertórios emocionais variados. Até então eu não havia atinado para a importância das emoções nas escolhas das mídias a serem utilizadas. Eu estava mais preocupada com a forma criativa com que estrangeiras acionam as tecnologias e criam, não apenas novos canais de comunicação, mas também um meio ambiente para além dos muros e controles prisionais. Apesar de as emoções atravessarem toda minha narrativa e reflexão, eu não havia pensado nas tecnologias enquanto seu idioma *per se*. Meu entendimento era de que as mídias transmitiam e moldavam as emoções, mas não que a simples escolha por uma ou outra mídia consistia na expressão mesma das emoções. Sem dúvida, essa reflexão de Miller e Madianou me sugerem retomar o material de campo. Enfrento agora o desafio de ver como, e em que medida, a escolha das tecnologias não apenas revelam o idioma do controle, mas também expressam o das emoções.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Filomeno. Ritual passage and the reconstruction of selfhood in international labor migration. In: AGUILAR, Filomeno (Org.). **Filipinos in global migrations: at home in the world?** Quezon City: Philippine Migration Research Network and Philippine Social Science Council, 2002. p. 413-451.

AGUILAR, Filomeno *et al.* **Maalwang Buhay**: family, overseas migration, and cultures of relatedness in Barangay Paraiso. Quezon City: Philippine Social Science Council, 2009.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado**: imanência e transcendência no PCC. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de São Carlos, 2009.

BIONDI, Karina; MARQUES, Adalton. Memória e historicidade em dois “comandos” prisionais. **Lua Nova**, v. 79, p. 39-70, 2010.

BUMACHAR, Bruna. Por meus filhos: usos das tecnologias de comunicação entre estrangeiras presas em São Paulo. In: COGO, Denise; ELHAJJI, Mohammed; HUERTAS, Amparo (Org.). **Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais**. Barcelona: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, 2012. v. 1, p. 449-468.

CANNELL, Fenella. **Power and intimacy in the Christian Philippines**. Cambridge: University of Cambridge Press, 1999.

CONSTABLE, Nicole. At home but not at home: Filipina narratives of ambivalent returns. **Cultural Anthropology**, v. 14, n. 2, p. 203-28, 1999.

CUNHA, Manuela. **Entre o bairro e a prisão**: tráfico e trajectos. Lisboa: Fim de Século, 2002.

DAVIS, Natalie. **Nas margens**: três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao (quase) monopólio da violência**: expansão e consolidação da dominação do PCC no sistema carcerário paulista. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2011.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH**, UFBA, v. 23, p. 59-74, 2010.

FONSECA, Claudia. **Família, foca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FOUCAULT, Michel. Technologies of the self. In: MARTIN, L. H. *et al.* **Technologies of the self**: a seminar with Michel Foucault. London: Tavistock, 1988. p.16-49.

GEERTZ, Clifford. Os usos da diversidade. **Horizontes Antropológicos**, v. 10, p. 13-34, 1999.

HAYS, Sharon. **The cultural contradictions of motherhood**. New Haven: Yale University Press, 1997.

HUTCHBY, Ian. Technologies, texts and affordances. **Sociology**, v. 35, n. 2, p. 441-456, 2001.

MADIANOU, Mirca; MILLER, Daniel. Crafting love: letters and cassette tapes in transnational Filipino family communication. **South East Asian Research**, v. 19, n. 2, p. 249-272, June 2011.

_____. **Migration and New Media: transnational families and polymedia**. London and New York: Routledge, 2012.

_____. Migration and the accentuated ambivalence of transnational motherhood: new media in Filipino migrant families. **Global Networks**, v. 12, n. 3, p. 277-295, July 2012.

_____. Mobile phone parenting: reconfiguring relationships between Filipina migrant mothers and their left-behind children. **New Media Society**, v. 13, n. 3, p. 457-470, Mar. 2011.

MANSO, Bruno Paes. Um debate sobre o PCC: entrevista com Camila Nunes Dias, Gabriel de Santis Feltran, Adalton Marques e Karina Biondi. **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, v. 1, n. 2, p.154-175, jul./dez. 2009.

MARQUES, Ana Claudia; VILLELA, Jorge. O que se diz, o que se escreve: etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernambuco. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 37-74, jan./jun. 2005.

MCKAY, Deirdre. Sending dollars shows feeling: emotions and economies in Filipino migration, **Mobilities**, v. 2, n. 2, p. 175-94, 2007.

MILLER, Daniel. How infants grow mothers in north London. **Theory, Culture and Society**, v. 14, n. 4, p. 67-88, nov. 1997.

_____. What is a relationship? Kinship as negotiated experience. **Ethnos**, v. 72, n. 4, p. 535-554, 2007.

PADOVANI, Natalia Corazza. Enredando muros e fronteiras: Documentos, cartas de amor e histórias de liberdade entre prisões de São Paulo e Barcelona. **Vibrant**. No prelo.

PARREÑAS, Rhacel Salazar. Long Distance Intimacy: Gender and Intergenerational Relations in Transnational Families. **Global Networks**, v. 5, n. 4, p. 317-336, 2005.

_____. **Servants of globalization: women, migration and domestic work**. California: Stanford University Press, 2001.

PINGOL, Alicia. **Remaking masculinities: identity, power, and gender dynamics in families with migrant wives and househusbands**. Diliman, Quezon City: University of the Philippines Press, 2001.

PONTES, Heloísa. Antropologia e história social da cultura: etnografia e fontes. **Revista del Museo de Antropología**, v.3, p.123-134, 2010.

TAETS, Adriana Rezende Faria. **Abrindo e fechando celas: narrativas, experiências e identidades de agentes de segurança penitenciária femininas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

Quão romântico é minha vida amorosa: namoro virtual e narrativas

How romantic is my love life: virtual dating and narrative

Vergas Vitória Andrade da Silva – UFRN

Norma Missae Takeuti – UFRN

RESUMO

O artigo aborda as narrativas em torno do namoro virtual desenvolvidas por internautas em fóruns e enquetes de comunidades da rede social *Orkut*. São diálogos tecidos por pessoas que afirmam manter um namoro *on-line*. Tais diálogos aparecem sob a forma de narrativas, que se apresentam de maneira singular na medida em que são produzidas tanto a partir da experiência vivida quanto da ficção. São narrativas tecidas com empréstimo tanto do imaginário romântico quanto da própria vivência nos namoros. Neste artigo, defendemos a perspectiva de que os fóruns e enquetes que discutem namoros virtuais convertem-se em narrativas cuja intriga é formada pela associação entre amor romântico, felicidade amorosa e experiência vivida no namoro. Em resumo, o artigo busca compreender fóruns e enquetes cujo cotidiano amoroso é ficcionalizado e dramatizado por meio de jogos performativos compostos pela fabulação romântica e a concretude dos namoros virtuais.

Palavras-chave: Namoro virtual. *Orkut*. Fato e Ficção. Narrativas. Amor romântico.

ABSTRACT

The article approaches the narratives around the virtual dating developed by netizens in forums and polls of the Orkut social network. Dialogues are made by people who claim to maintain a virtual dating. Such dialogues appear in the form of narratives, which are presented in a unique way because they are both made from lived experience and fiction. Narratives made with the loan both from the romantic imaginary and the experience of the dating. In this article, we advocate the view that the polls and forums that discuss virtual dating convert it selves into narratives whose plot is formed by the association between romantic love, happiness and loving experience in dating. In summary, the article seeks to understand forums and polls which daily love living is fictionalized and dramatized through performatic games composed by romantic fabulation and the concreteness of virtual dating.

Keywords: Virtual dating. Orkut. Fact and Fiction. Narrative. Romantic Love.

INTRODUÇÃO

Diversos estudos que se prestam a refletir sobre a contemporaneidade apresentam-na como um período de profundas e irreversíveis transformações sociais. Trabalhos como os desenvolvidos pelo filósofo Pierre Lévy (1993, 1996, 1999) e pelo sociólogo Manuel Castells (1999, 2004) reforçam

que essas mudanças foram propiciadas, em grande parte, pelo ingresso cada vez mais decisivo das tecnologias da informação na vida cotidiana das pessoas, causando nelas modificações substanciais. Nesse panorama, dentre tantas mudanças em curso, uma delas nos parece basilar, a saber: aquela introduzida pelo uso das tecnologias da informação como suporte para as experiências amorosas dos indivíduos. A influência de tais tecnologias vem se entremeando cada vez mais nas relações amorosas, que passam a contar com formas específicas de mediação, como internet, celulares, entre outras. Nesse contexto, surgem as diversas formas do chamado namoro virtual.

A internet apresenta-se como uma arena especialmente propícia à emergência de reconfigurações e formas de sociabilidades inéditas. Nessa conjuntura, segundo André Lemos (2007, p. 16) as redes sociais parecem funcionar como vetores de “novas formas de agregação social”. Este artigo discute fenômenos recentes de utilização social da internet, sobretudo a respeito de fóruns e enquetes de comunidades virtuais ligadas à rede social *Orkut*. Os fóruns e enquetes são espaços caracterizados pela realização de debates públicos, em geral, sobre assuntos de caráter íntimo, campos de interesses pessoais ou dimensões diversas da vida cultural contemporânea que propiciam, deste modo, encontros que podem ser observados como lócus de construção de narrativas. Nessa perspectiva, definimos fóruns e enquetes como uma modalidade de publicação pessoal *on-line* ou, ainda, como um espaço de representação autobiográfica, no qual o indivíduo, através de narrativas, encena a si mesmo e ao seu cotidiano.

Provavelmente, muitas das situações vivenciadas no campo *on-line* – como, por exemplo, as postagens ou conversações que se estabelecem por intermédio de *chats* ou salas de bate-papo, *e-mails*, *Messenger*, *blogs* ou em discussões de fóruns e enquetes – somente adquirem sentido quando são capazes de entretecer os significados disponibilizados contextualmente com a substância viva do narrador. Nessa formulação, fica patente o *status* dado à forma narrativa: ela é condição para manifestar, comunicar e compreender a própria experiência e a dos outros. Quanto a isso, impera a máxima segundo a qual só se narra o que se compreende. Tal condição, todavia, pressupõe tanto o emprego de palavras em estruturas compreensíveis e lógicas quanto a disposição de códigos sociais e culturais que possibilitem que a narrativa seja inteligível. Nessa prerrogativa, ganha destaque o valor da experiência vivida na concretude do dia-a-dia como fonte e possibilidade narrativa.

Desse modo, partimos do pressuposto segundo o qual as experiências amorosas, ao serem contadas em fóruns e enquetes, convertem a vida afetiva *on-line* para o registro da narrativa. Tais experiências são contadas por meio de imagens (fotos, imagens capturadas que expressam o sentimento, desenhos etc.), frases e poesias de outros, letras musicais e canções, mas aqui estamos nos referindo, especificamente, às narrativas escritas pessoais. Assim, ao se registrarem experiências e impressões, imprime-se uma narrativa, que, como qualquer narrativa, é ordenada por normas de gênero e convenções sociais. O que se observa é que essas discussões de namoros virtuais estão norteadas por uma escrita retrospectiva em prosa que pessoas reais fazem de sua própria existência. Trata-se de uma escrita na qual se desvela a relação entre um si mesmo e os próprios namoros virtuais.

Nesse sentido, trabalhamos com o pressuposto de que existe nas postagens, uma identidade entre o autor, o narrador e o personagem: aquele que escreve e assina o *post*,

contando sua própria vida amorosa, é a mesma pessoa. Com base nesse primeiro pressuposto, assumimos três asserções que guiarão nossa análise: 1) A condição narrativa remete à experiência amorosa *on-line* para o campo da ficção, no sentido da permanente (re)elaboração das histórias vividas quando do momento de contá-las no *Orkut*; 2) As tramas narrativas que se tecem nos fóruns e enquetes podem prestar-se ao esclarecimento da própria experiência amorosa; 3) Tais debates, ao tornarem-se discurso narrado pela escrita do sujeito – autor e protagonista –, instauram um campo de possibilidade para (re)negociação identitária.

Assim, partindo dessas asserções, os debates sobre namoros virtuais são considerados, nesta análise, como um tipo de narrativa autobiográfica, mais precisamente, como narrativas de si, extraídas tanto da experiência vivida quanto da ficção, com a finalidade de tecer intrigas sobre relações amorosas exitosas. Nesse ponto, impõe-se a necessidade de três tipos de esclarecimentos: um referente ao termo intriga, outro a respeito do por que serem as relações amorosas exitosas as consideradas por esta pesquisa e, por fim, a quem essas narrativas se destinam.

Sobre o primeiro esclarecimento, informamos que o termo tessitura da intriga é desenvolvido pelo filósofo Paul Ricoeur (1991, 1994, 1995, 1997, 2000) como uma operação mediante a qual fazemos de nossa vida uma história. A tessitura da intriga transforma uma diversidade de acontecimentos ou de incidentes sucessivos numa história organizada e considerada como um todo. Nessa abordagem, uma história deve ser mais do que uma enumeração de acontecimentos numa ordem seriada, ela deve organizá-los numa totalidade inteligível. A tessitura da intriga é a operação que faz de uma simples sucessão uma configuração.

No que diz respeito ao segundo esclarecimento, é importante lembrar aqui que não tivemos acesso ao material trocado entre os pares amorosos (fotos, imagens, poesias, cartas etc.), mas ao que eles contam nos fóruns e enquetes. Nesse material, aparecem com maior expressão as histórias de amor bem-aventuradas. Percebemos que há por parte dos narradores uma eleição por contar histórias de namoros virtuais com resultados felizes, contudo, isso não significa dizer que não haja histórias de namoros virtuais malogradas nos fóruns e enquetes estudados, prevalecendo aquelas que apresentam bom êxito, as quais nos chamam a atenção. Finalmente, a eleição deles pelas bem-aventuradas histórias fez-nos levantar diversas questões que procuraremos responder neste artigo, apresentando, para tanto, uma hipótese mais adiante.

Quanto ao terceiro esclarecimento, afirmamos que essas são as narrativas que têm como interlocutor privilegiado, para quem o narrador(a) dirige sua produção narrativa, os demais membros que compõem a comunidade de namoros virtuais. Cada narrativa produzida visa esses potenciais interlocutores, com quem se deseja tecer relações de reciprocidade e permuta. Nesse sentido, os narradores apresentam uma intenção bastante clara no ato de narrar suas histórias: que elas sejam lidas e comentadas. Sem esse suporte em vista, eles não teriam por que produzi-las.

No que concerne a essas narrativas de si, tecidas como intrigas sobre relações amorosas exitosas, estamos trabalhando com dois conjuntos de hipóteses – as consideradas gerais e as específicas. Começamos com as primeiras: ao contar histórias de namoros virtuais nos fóruns e enquetes, os indivíduos estão submetidos, inevitavelmente, à forma narrativa e à (re)construção dos fatos. Suas narrativas surgem aí como possibilidade para uma interpretação do si, realizando empréstimos à

história bem como à ficção, ambas concernindo ao próprio indivíduo. Nas discussões de namoros virtuais, os indivíduos poderão criar uma imagem de si próprios e das relações amorosas que, em verdade, constituem uma instância da realidade relativa à sua maneira de representar a própria existência pessoal e afetiva. É desse modo que atribuímos a essas narrativas o caráter romanesco e imaginário. Porém, em que sentido? No sentido de que os autores dos fóruns e enquetes elaboram as histórias (narrativas) da vida amorosa como uma interpretação, ou seja, como construção imaginário-ficcional de um indivíduo que ao debruçar-se sobre si e seu vivido poderá reconstituí-lo, isso porque “é precisamente em razão do caráter evasivo da vida real que temos a necessidade do auxílio da ficção para organizar esta última retrospectiva extemporânea, com o risco de considerar revisível e provisória toda figura da intriga emprestada da ficção ou da história” (RICOEUR, 1991, p. 192).

Nossas hipóteses específicas giram em torno das seguintes afirmações: nos fóruns e enquetes, a reconstituição ou (re)elaboração do vivido amoroso dá-se sob a face de uma história feliz. Essa reelaboração está baseada numa intriga em que a relação virtual e o amor romântico são apresentados como fortunas prósperas. Em consequência, o si aparece revestido sob a representação de uma pessoa enormemente feliz por viver tal amor. São narrativas em que tanto os namoros virtuais quanto o amor romântico emergem como um estado durável de felicidade contínua, aparecendo associados à boa fortuna, sorte, como um presente de deus. Os narradores, nas discussões sobre namoros virtuais, procuram romancear suas relações amorosas e o próprio amor romântico e, nesse processo, entrecruzam invenção e experiência amorosa vivida como protótipo da felicidade. Quando os indivíduos se dirigem aos fóruns e enquetes com a intenção de postar trechos de sua vida amorosa, eles não apenas sofrem a influência do afastamento temporal que opera em todo processo de reminiscência, apagando determinadas experiências e intensificando outras, mas também operam uma seleção ao escolher os fatos considerados dignos de serem divulgados e ao privilegiar determinados aspectos em detrimento de outros, buscando, em certa medida, dar sentido ao relato da própria vivência. Nesses casos, selecionam histórias em que o namoro virtual e o amor romântico aparecem como eternos estados de contentamento, satisfação, alegria.

Adiante, demonstraremos tais hipóteses por meio da apresentação de narrativas correntes nos fóruns e enquetes, observando, reiteradamente, que elas reúnem os elementos que deflagram uma interconexão bastante próxima entre sentimento amoroso, relação virtual e felicidade amorosa. O amor romântico e o namoro virtual nessas elaborações narrativas surgem como o símbolo da máxima felicidade, ou seja, a representação que constroem do estar feliz passa a ser um componente indispensável nos fóruns e enquetes. Trata-se de um tema central: a expressão pública da felicidade gerada pela experiência de viver um amor virtual. Em resumo, a experiência amorosa do namoro virtual aparece nessas narrativas como um estado afetivo bem-sucedido associado a sentimentos de bem-estar e prazer que podemos traduzir pelo signo da felicidade amorosa, a qual corresponde a uma categoria valorativa. Ela é um combinado de valores, crenças, pensamentos, julgamentos e conceitos que aqueles que narram as histórias de namoros virtuais constroem como sendo sua felicidade amorosa.

Sob o ângulo teórico, temos na abordagem das narrativas a filosofia de Paul Ricoeur (1991, 1994, 1995, 1997, 2000), que é considerada uma referência para muitos estudos. Nela, interessa-nos

o mote pelo qual o autor estabelece um vínculo muito próximo entre os modos de o sujeito compreender-se a si mesmo e ao mundo que o rodeia através do processo de elaboração de narrativas. Nas formulações de Ricoeur, a ação narrativa é tomada como experiência de compreensão humana. Assim, o que constitui um discurso e torna possível uma situação de comunicação é a condição do sujeito, que leva a linguagem e compartilha com outrem uma experiência, a qual somente pode ser narrada. Observaremos a seguir que é a partir dessa perspectiva teórica que estaremos considerando as narrativas sobre namoros virtuais enquanto possibilidade de o indivíduo compreender-se, mesmo que não tenha consciência do processo enquanto tal. O que se vê nos discursos é uma expressão segundo a qual o ato de narrar ou contar faz com que se sintam melhores.

A narrativa contribui, segundo os próprios narradores, para um processo que traduzem como alívio. Como exemplo, destacamos duas declarações, a saber, a de Amanda: “*Ah, estou muito melhor agora, depois de ter escrito isso. Parei de chorar... Bom, é isso, escrevam suas histórias aqui também*”; e a de Leandro: “*Obrigado por deixarem eu ter meu espacinho aqui para me abrir, expressar e falar o que sinto. Estou melhor e mais esperançoso*”. Seja como for, o uso do termo compreensão é somente considerado válido quando colocado como um campo de possibilidade. O que importa é que a forma narrativa configura-se como um dos elementos que tornam possível a compreensão da experiência (oral, visual ou escrita). Os fóruns e enquetes sobre namoros virtuais no *Orkut* são, em verdade, espaços nos quais indivíduos dão forma às suas experiências, comunicam as situações e os eventos de suas existências amorosas afetivas, mas também inscrevem o curso de suas vidas no ambiente social e histórico.

EXPERIÊNCIA AMOROSA ON-LINE E NARRATIVA

Em *Tempo e narrativa I*, Ricoeur (1994, p. 15) nos convoca a repensar a questão da narrativa, atestando que “o desafio último da identidade estrutural da função narrativa é o caráter temporal da existência humana”. Nessa perspectiva, “o mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal”, desse modo, “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo”; em compensação, “a narrativa é significativa na medida em que esboça traços da experiência temporal”. Evidencia-se, nessa formulação, a existência de uma conexão significativa entre a função narrativa e a experiência humana do tempo. Nessa prescrição argumentativa, a trama narrativa, reiteradamente, é um meio privilegiado para esclarecer a experiência. É, pois, aprofundando mais nessa dimensão temporal da experiência humana que se acha na filosofia de Ricoeur a probabilidade de entender as narrativas como formas de constituição do sujeito e, nesse caso, espaço para interrogação e problematização do si e, respectivamente, do outro, elaborados seja em forma literária, seja em narrativas autobiográficas ou de memória, seja em narrativas de ficção.

Baseando-nos nesse aspecto da abordagem, já temos condição de apresentar argumentos teóricos para defender três assertivas referentes ao nosso campo empírico, quais sejam: 1) os fóruns e enquetes sobre namoros virtuais, convertidos em narrativas escritas, servem-se tanto da história vivida quanto da ficção. As narrativas sobre namoros virtuais apresentam-se, assim, como um conjugado entre experiência amorosa *on-line* e fabulação; 2) nesses fóruns e enquetes, a vida amorosa pode

tornar-se mais legível, pois é contada pela pessoa que a viveu ou vive. Ela (talvez, o fato amoroso) converte-se assim em uma história mais nítida para si graças à mediação da narrativa, que pode aclarar a experiência; 3) ao contarem sobre seus namoros virtuais, poderão desvelar, em consequência, quem são. Ao postarem nos fóruns e enquetes suas experiências amorosas *on-line* os indivíduos estão, concomitantemente, respondendo à pergunta: quem sou eu? Trata-se de um espaço de possibilidade de (re)construção de identidades.

Isso dito, estamos bem situados na perspectiva teórica de Ricoeur (1991, 1997, 2000), especialmente com a noção que denomina de identidade narrativa, ou seja, “o tipo de identidade à qual um ser humano acede graças à mediação da função narrativa” (RICOEUR, 2000, p. 177). O filósofo chega a essa noção no final do livro *Tempo e Narrativa III*. Em suas palavras:

Confrontei-me com este problema no fim de *Temps et récit III*, quando me interroguei, no termo de uma longa viagem através da narrativa histórica e da narrativa de ficção, se existia uma experiência fundamental capaz de integrar os dois grandes conjuntos de narrativas. Formei então a hipótese segundo a qual a constituição da identidade narrativa, seja de uma pessoa individual, seja de uma comunidade histórica, era o lugar procurado desta fusão história e ficção (RICOEUR, 2000, p. 178).

Uma conclusão previsível que daí decorre é que a identidade narrativa seria um termo atribuído a uma hipótese teórica que propunha a articulação entre as narrativas histórica e ficcional, como modo de configurar o tempo humano. A respeito da reciprocidade entre narratividade e temporalidade, assevera-nos Ricoeur (1997, p. 417): “de forma esquemática, a nossa hipótese de trabalho equivale a considerar a narrativa como guardião do tempo, na medida em que só haveria tempo pensado quando narrado”. No interior dessa mesma asserção, é importante perceber que, segundo Ricoeur (1997, p. 317), “a história se serve, de algum modo, da ficção para refigurar o tempo e, por outro lado, a ficção se vale da história com o mesmo objetivo”. Teremos chance a seguir de demonstrar que esse aspecto, referente à articulação entre ficção e história, será a base para refletirmos as narrativas sobre namoros virtuais. Por agora, notemos como Ricoeur (2000, p. 178), partindo dessa hipótese específica, apresenta uma compreensão bastante interessante:

Não se tornam as vidas humanas mais legíveis quando são interpretadas em função das histórias que as pessoas contam a seu respeito? E estas histórias da vida não se tornam elas, por sua vez, mais inteligíveis, quando lhes são aplicados modelos narrativos – *as intrigas* – extraídas da história e da ficção (drama ou romance)?

Tal formulação compreensiva induz Ricoeur (2000, p. 178) a ter como válida a seguinte cadeia de asserções:

O conhecimento de si próprio é uma interpretação, - a interpretação de si próprio, por sua vez, encontra na narrativa, entre outros signos e símbolos, uma mediação

privilegiada -, esta última serve-se tanto da história como da ficção, fazendo da história de uma vida uma história fictícia ou, se se preferir, uma ficção histórica, comparáveis às biografias dos grandes homens em que se mistura a história e a ficção.

No que concerne especificamente ao entrecruzamento da história e da ficção, observamos que Ricoeur (1997) parte dos pressupostos do historiador Hayden White (1994). Ambos os autores defendem que a história e a ficção trabalham com o mesmo material. De maneira a aclarar tal concepção, Ricoeur (1997) opta por analisar a ficcionalização da história, já que nas narrativas históricas o imaginário é vinculado às considerações do ter sido. Entretanto, isso não significa em nada invalidar a matiz realista desses estudos. O imaginário representaria, para Ricoeur, o ponto fundamental para a construção da história. A hipótese que o autor levanta é a de que “a ficção é quase histórica, tanto quanto a história é quase fictícia” (RICOEUR, 1997, p. 329). Nessa perspectiva, a narrativa histórica, como a narrativa de ficção, tem como referente comum o caráter temporal da experiência. Assim, tanto a história como a narrativa fictícia correspondem a uma única operação configurante que mune ambas de inteligibilidade e vincula entre elas uma similitude essencial.

Tal operação é a intriga, através da qual os acontecimentos particulares e distintos adquirem categoria de história ou narrativa. É esse enredo em ação, concebido como uma operação de configuração, que Ricoeur nomeia sob o termo tessitura da intriga, característica essencial, segundo o autor, de toda narrativa. Essa operação de configuração é fundamentalmente uma operação discursiva. É a narrativa, como gênero do discurso, que não é exclusivamente o meio, mas também o lugar dessa operação. O que se defende aqui é que a história de vida das pessoas se elabora na narrativa, ou seja, o que dá forma ao vivido e à experiência dos homens são as suas narrativas, como espaço no qual o indivíduo toma forma, engendra e experimenta a história de sua vida. Poderíamos dizer, tal qual Christene Delory-Momberger (2008, p. 98) em sua apropriação de Ricoeur: a “história de vida que, tal como a constrói a narrativa, é a ficção verdadeira do sujeito: é a história que o narrador, no momento em que enuncia, toma por verdadeira e na qual se constrói como sujeito (individual e social) no ato da enunciação”.

Essa perspectiva dá-nos respaldo para pensarmos que nas narrativas de si, tecidas nos fóruns e enquetes sobre namoros virtuais, pouco interessa se a pessoa diz efetivamente a verdade: é a intenção de engendrar um discurso da verdade que realmente importa. Nesse sentido, um autobiógrafo, conforme Lejeune (1998) *apud* Jean Philippe Bouilloud (2009, p. 36) “não é alguém que afirma a verdade de si mesmo, mas alguém que diz que a disse”. Assim, a narrativa autobiográfica mostra-se e consolida-se como um verdadeiro relato para o próprio autor. O que realmente vale é a configuração do relato proposto como veraz. Na elaboração da narrativa, além da história que o autor busca narrar, há outros aspectos de igual modo significativos, como “seus sentimentos, as suas emoções, as suas reflexões pessoais e, além disso, o reflexo das categorias, dos sistemas de valores ou experiências comuns nas quais o autor se inscreve” (BOUILLOUD, 2009, p. 36). Saber se tal ou qual evento de fato aconteceu, da forma como está descrito, “é de certa maneira secundário em relação à toda abertura de análise que a apreensão da autobiografia em sua inscrição social permite” (BOUILLOUD, 2009, p. 37).

Tornemos a problematizar a questão da identidade narrativa, noção cara aos desígnios deste artigo. Indubitavelmente, é dos intercâmbios íntimos entre historicização da narrativa de ficção e ficcionalização da narrativa histórica que surge esse termo. Nas palavras de Ricoeur (1997, p. 424):

O frágil rebento oriundo da união entre a história e a ficção é a *atribuição* a um indivíduo ou a uma comunidade de uma identidade específica que podemos chamar de identidade narrativa. O termo “identidade” é aqui tomado no sentido de uma categoria prática. Dizer a identidade de um indivíduo ou de uma comunidade é responder à questão: quem fez tal ação? Quem é o seu agente, o seu autor? [...] A resposta só pode ser narrativa. Responder à questão *quem?*, como o dissera energeticamente Hannah Arendt, é contar a história de uma vida. A história narrada diz o quem da ação. A identidade do *quem* é apenas, portanto, uma identidade narrativa.

Como se depreende, para Ricoeur (1997), responder a questão “quem?” é dizer “quem é o agente, o autor da ação”. Por conseguinte, dizer “quem é o autor da ação” é contar a história de uma vida. A identidade narrativa é, pois, a história de uma vida narrada, sendo também, convencionalmente, definida por Ricoeur (1991) como a identidade do personagem. Trata-se de uma identidade compreendida por meio da narrativa e que é construída no plano da intriga. Por essa apreensão, a pessoa é entendida como a personagem da narrativa, pois não é distinta de suas próprias experiências. Isso quer dizer que os acontecimentos que a pessoa vive são configurados pela narrativa, resultando em uma história relatada que teve origem na identidade dinâmica da personagem. A narrativa, assim, constrói a identidade da personagem, a qual é chamada identidade narrativa, que, por sua vez, constrói a identidade da história relatada.

É a partir daí que Ricoeur (1991) postula que a narrativa pode e dá ao sujeito não apenas a chance de pensar sobre si, mas também de contar sobre si. Partindo dessa problematização, da decifração do quem do narrador, no livro *O si mesmo como um outro*, sequência de *Tempo e Narrativa*, Ricoeur (1991) recupera, especialmente em seu quinto estudo, a discussão sobre identidade narrativa, não mais partindo da narrativa como constituinte da temporalização do humano, mas sim da narrativa como constituição do si. Esse estudo – o quinto – teve por objetivo “preencher uma grande lacuna referente à questão da identidade pessoal, que só pode se articular na dimensão temporal da existência humana”. Para tanto, Ricoeur (1991, p. 138) recomeça seu trabalho “da teoria narrativa, por meio da perspectiva da constituição do si”. Esse viés leva-nos a perceber como o tempo é um dos principais fatores que devem ser levados em conta na compreensão das identidades, pois, nessa dimensão teórica, a narrativa concentra e se constitui como um lugar de convergência temporal.

Por último, ainda sob esta perspectiva, temos que a experiência da narração é também aquela que converte o vivido no contado, isto é, consiste na configuração dos acontecimentos da vida em uma intriga que, em consequência, permite uma refiguração dessa mesma vida, dotando-a de uma identidade narrativa que pode ser interpretada e compreendida (RICOEUR, 1991, 1997). O que está em jogo, nessa abordagem, é essa capacidade de a vida contada tornar-se uma referência da identidade e dar ao autor da narrativa a satisfação de ver-se a si mesmo representado enquanto personagem de uma história que ele viveu e que pode contar. Nesses casos, autor, personagem e narrador se

confundem, sem, entretanto, serem os mesmos. Daí não se pode dizer que a vida contada e narrada seja a vida vivida, porque o próprio autor não é, em essência, aquele cuja história está sendo exposta.

Diante das formulações teóricas discutidas acima, interessam-nos, mais especificamente – para dar conta da nossa questão de pesquisa, qual seja, as discussões sobre namoros virtuais –, dois argumentos em especial, a respeito dos quais se assentará nossa análise doravante. Ambos são extraídos da compreensão de Ricoeur (1997, p. 12), segundo a qual a identidade narrativa seria um lugar privilegiado da fusão entre história e ficção e, em consequência, de aparecimento da identidade do personagem, que surge como resposta à questão: quem fez a ação? Mais uma vez, o personagem (ou sua identidade) é aquele que realiza a ação na narrativa elaborada no plano da intriga. É por isso que a narrativa constrói a identidade do personagem. Após esse esclarecimento, passemos de imediato à apresentação dos dois argumentos referidos acima.

Primeiro, estamos ancorados no seguinte argumento: a vida narrada não equivale à vida vivida, ao menos em sua totalidade. O que importa aqui é a ordem da representação que faz o personagem de sua vida, ou de aspectos dela, mais do que a ordem factual dos acontecimentos reais. Nesse sentido, queremos demonstrar como o exercício narrativo de si, que se verifica nas discussões de namoros virtuais, é marcado por uma ficcionalidade, e não por um falseamento. Uma ficcionalidade que é da própria forma narrativa. Estamos ancorados na assertiva de Ricoeur (1991, 1997), segundo a qual a narrativa autobiográfica oferece ao narrador a possibilidade de ficcionalizar sua vida, elaborando-a como intriga que se realiza em narração. No que concerne ao nosso campo empírico, contar a vida amorosa em fóruns e enquetes, evento marcado por experiências diversas, é tramar essa mesma vida, dando-a, quando possível, um sentido, uma forma e, decerto, expondo uma concepção de mundo. A partir de tais afirmativas, é possível tomar as discussões sobre namoros virtuais não como a vida vivida, mas como a vida contada por um autor (ou narrador). Esses fóruns e enquetes são tomados, portanto, não como o curso efetivo real da vida amorosa, e sim como a *representação* construída da existência através das operações da prática de narrar, de relatar, de construir enredos.

O segundo argumento no qual se encontra assentada nossa análise é aquele que versa sobre a trama narrativa como meio potencial para aclarar a experiência amorosa. Ricoeur (1991), com base em sua teoria geral da narrativa, desenha a ideia de tomar a identidade da personagem de uma intriga como configuração da identidade narrativa do si mesmo. Assim, a categoria identidade narrativa apresenta-se como sendo um tipo de intriga em que cada sujeito se encontra implicado, mas que sua origem e fim não têm controle, sendo a sua tarefa própria apenas a de lhe conferir sentido. Em nosso caso, esse sentido é conferido segundo o interlocutor em face da relação amorosa. A partir dessa abordagem, podemos inferir que cada sujeito personagem nos fóruns e enquetes narra, narra-se, como forma possível de responder à questão: quem sou eu? Mais uma vez aqui, isso ocorre mesmo que não tenham consciência do processo enquanto tal, pois não se trata de um dispositivo terapêutico ou reflexivo em que se induz o pensamento para essas indagações. Cada vez mais, nesse ato de narrar ou narrar-se, configura-se uma atitude segundo a qual o conhecimento de si pode gerar uma interpretação da vida amorosa. Somente a história narrada diz o quem da ação. As narrativas contadas acerca da vida afetiva poderão dar sentido aos acontecimentos dos quais se

tem a experiência. Aqui, a identidade do personagem não é imposta por uma história posta em ato, mas é narrando as histórias da própria vida amorosa que se torna possível sua descoberta.

A partir de Ricoeur, chamamos a atenção, em definitivo, para o caráter ficcional das histórias de vida amorosa quando fixadas por meio da forma narrativa. Nos fóruns e enquetes sobre namoros virtuais, reiteradamente, o formato ficcional que emoldura as narrativas de si pode ser lido como romanesco. Os sujeitos que participam dessas discussões mostram-se, então, constituídos ao mesmo tempo como leitores e escritores de sua própria vida, mesmo quando não é esse o objetivo, visto que narram suas histórias com objetivos diversos, tais quais: compartilhar dúvidas e angústias a respeito de seus namoros; fazer pedidos de ajuda a membros que já são experientes no quesito namoro a distância; fazer desabaços frente a sofrimentos, alegrias, medos, incertezas; pedir ajuda para reconquistar um amor; avisar sobre casamentos e encorajar outros internautas com falas de incentivo; falar sobre nascimento de filhos (de pais que se conheceram na internet); relatar suas queixas e desilusões a respeito de seus parceiros; fazer advertências àqueles ainda inexperientes no namoro via internet; relatar desapontamentos diante do primeiro encontro presencial; descrever como foram enganados(as) por seus parceiros(as); oferecer conselhos para suportar bem a saudade e a ausência; descrever fins de namoro; fazer declarações de amor etc.

Como a análise sobre autobiografia verifica, “a história de uma vida não cessa de ser refigurada por todas as histórias verídicas ou fictícias que um sujeito conta sobre si mesmo. Essa refiguração faz da própria vida um tecido de histórias narradas” (RICOEUR, 1997, p. 425), como as que surgem reinventadas nos fóruns e enquetes do *Orkut*, em que o namoro virtual emerge sob a forma de uma narrativa que entrecruza amor romântico e felicidade. Visualizaremos melhor, na seção deste artigo que discutirá a ficcionalização das histórias de amores felizes, os desdobramentos dessa proposição.

NAMOROS VIRTUAIS E IDENTIDADE NARRATIVA

Nossa linha argumentativa, até aqui, assevera que as narrativas de namoros virtuais tecidas nos fóruns e enquetes do *Orkut* são particularmente adequadas ao gênero autobiográfico, isto é, em termos processuais, narrativas similares a esse gênero. Entretanto, interessa-nos ainda delinear suas possíveis especificidades. A questão que se impõe a esse ponto é: o que há de particular nas formulações dessas narrativas às quais denominamos narrativas de si? Antes de discutirmos esse problema, será conveniente fazer algumas considerações mais gerais sobre tais narrativas, demarcando suas principais características. Destacamos quatro delas como centrais:

- As narrativas de namoros virtuais são sempre momentâneas e situacionais, dada a própria dinâmica da ferramenta *Orkut* e a natureza volátil das identidades e das relações sociais que ali se estabelecem. Longe de surgirem como textos fixos, elas aparecem como uma forma de expressão inserida no fluxo diligente da ação social *on-line*;

- São narrativas performáticas que organizam e expressam a experiência de viver um namoro virtual. É ainda importante advertir que os participantes dessas performances não necessariamente partilham da mesma experiência ou significado comuns aos demais;
- Essas narrativas formam uma unidade entre texto e ação, constituindo e ordenando a experiência bem como podendo servir para reflexão e comunicação desta. As narrativas criam uma experiência ao mesmo tempo que podem refletir sobre ela;
- São narrativas que apresentam caráter hermenêutico, pois presumem, como um possível constituinte de sua ação, a probabilidade da reflexividade. Nelas, encontra-se um ativo processo de (re)negociação e (re)elaboração no qual os participantes poderão examinar reflexivamente o discurso no momento em que ele está emergindo.

A respeito dessa última característica, é necessário explicitar melhor a natureza dessa reflexividade. Estamos partindo de um pressuposto teórico em que a ação narrativa pode ser tomada como experiência de compreensão humana, na medida em que através dela é possível ao indivíduo manifestar e comunicar a experiência. Ao colocar as experiências vividas sob a forma narrativa, tornamo-las mais inteligíveis, residindo aí a possibilidade de reflexividade a que nos referíamos. Aqui, queremos deixar claro que as narrativas de namoros virtuais não equivalem a um dispositivo com fim próprio a suscitar reflexividade, mas há possibilidades de que assim ocorra.

A partir dessas quatro características, consideramos que as discussões sobre namoros virtuais, da forma como estão escritas, isto é, em forma narrativa, podem vir a aclarar para o narrador os próprios namoros e certos traços de sua vida. Nessa perspectiva, os fóruns e enquetes podem tornar-se espaços destinados à interrogação e à problematização dos namoros, na mesma medida em que podem vir a ser convertidos em espaços para interrogação e problematização do si.

Neste artigo, é importante esclarecer a seguinte relação: o processo de problematização e interpretação de si nos fóruns e enquetes sobre namoros virtuais. Ambas as operações – problematização e interpretação de si – equivalem, em nossa pesquisa, a um campo de possibilidade, e não de certeza. Não poderemos afirmar que os narradores de namoros virtuais estejam conscientes que ao postarem em fóruns e enquetes passam, por sua vez, a compreender melhor o seu vivido. Os fóruns e enquetes, na percepção dos membros do *Orkut*, não são vistos como um dispositivo que os leva à compreensão ou à reflexividade, mesmo por que tais mecanismos de comunicação não foram criados e estabelecidos com tal fim. Defendemos aqui que tais problematizações e interrogações, tanto do si quanto dos namoros, são fenômenos possíveis de ocorrer, visto que as discussões de namoros virtuais nos fóruns e enquetes estão estabelecidas em formato narrativo e, conforme, nossa orientação teórica, as narrativas são consideradas campos de compreensão humana.

Desse modo, tendo em vista a noção ampliada de narrativa como condição de produção de sentidos e identidade de personagem, inferimos que nos depoimentos que trazem trechos de vida, presentes nos fóruns e enquetes, tecem-se intrigas que configuram os próprios namoros virtuais enquanto campo social e evento histórico durável. As discussões sobre namoros virtuais, nessa abordagem, são tomadas como constituindo uma narrativa, dentro da qual os sujeitos já estão situados quando começam a contar sua história pessoal, como aqueles que namoram virtualmente. Quando enfocamos as discussões que se estabelecem nos fóruns e enquetes e sua confluência na

constituição dos namoros virtuais, notamos aí as marcas que configuram esse espaço como um possível campo para a constituição de uma identidade narrativa que torna possível que sujeitos, desde sempre imersos na historicidade e na linguisticidade, possam diligenciar os fatos de acordo com uma perspectiva que os leve, em certa medida, a compreender e comunicar certa experiência pessoal e social.

Novamente, as narrativas de si que se veem através das discussões de namoros virtuais também podem ser consideradas como ficcionais, a partir das quais lembrar e contar é poder reorganizar e reconstruir a identidade narrativa, isto é, a personagem narrativa, conforme discutido acima. Essa autoinvenção, por sua vez, pode trazer consigo a invenção do outro, das relações de alteridade e, portanto, da identidade narrativa do campo cultural em questão (o amoroso). O que está sendo inventado no ato narrativo autobiográfico das discussões de namoros virtuais, para além da individualidade das vidas narradas, pode ser postulado nos termos de uma identidade narrativa que ao mesmo tempo demarca o campo amoroso e a ação dos sujeitos dentro dele. Essa possível construção identitária, tomada do ponto de vista dos atores, evidencia um sujeito que é levado a pensar sua vida afetiva. Essa mesma construção identitária, sempre móvel, instaura-se enquanto horizonte de uma possível atribuição de sentido para si e para os próprios namoros, de tal modo que nas narrativas de namoros virtuais verifica-se uma relação íntima entre identidade (personagem), sentimentos e relação amorosa, assentando-se aí sua particularidade. Elas são elaboradas com recursos da experiência vivida e da ficção, dessa maneira a vida amorosa narrada não é igual à vida amorosa vivida. Ao contrário, são narrativas de namoros virtuais que revelam o quem da ação no processo contínuo de construção de identidades em que os namoros virtuais aparecem associados à felicidade amorosa contínua.

A análise empírica demonstra que as histórias de vida amorosa relatadas nos fóruns e enquetes do *Orkut* se elaboram na narrativa, mais precisamente numa intriga que se desenrola sob o modo de uma história de amor feliz. É essa última que dá forma ao vivido e à experiência, fazendo da história de uma vida amorosa *on-line* uma história fictícia ou uma ficção histórica em que imperam expressões, tais como: “*Estou muito feliz. “Encontrei o amor da minha vida”*”; “*Minha felicidade é percebida por todos*”; “*Somos muitos felizes e a cada dia mais apaixonados um pelo outro*”; “*Estou muito feliz e tenho certeza ser ele o amor da minha vida*”; “*Estou feliz como nunca havia sido antes*”; “*Seremos felizes eternamente*”; “*Nos completamos e somos felizes*”; “*Estamos felizes sim pela forma como Deus nos aproximou*”; “*Estamos muito felizes com nossa escolha*”; “*Estou muito feliz. “Hoje meu amor me pediu em namoro. “Espero que o meu namoro seja feliz e duradouro como o de muitos casais aqui.”* Se essas expressões anunciam efetivamente a verdade, pouco interessa. O que importa é que a vida amorosa narrada feliz é a ficção verdadeira do personagem apaixonado.

Para ilustrar melhor as singularidades dessas narrativas, inferimos que suas especificidades repousam no seguinte conjunto de asserções: nas narrativas de namoros virtuais, a identidade do personagem pode ser descoberta e expressa na experiência da relação amorosa e na compreensão dos sentimentos que se adquire ao contar o trecho da história em que ela se apresenta feliz. São narrativas em que o *eu* ancora-se na imagem de uma relação afetiva virtual bem-sucedida, tratando-se de um *eu* emocional, amoroso e, sobretudo, afortunado. Essas narrativas de namoros

virtuais presumem compreender vidas comuns como símbolos e expressões de uma relação *on-line* promissora; são narrativas que coexistem tranquilamente como expressões de sentimentos de tipos amorosos venturosos. Reiteradamente, as representações sobre o eu e o amor felizes estão no centro dessas narrativas, nas quais os envolvidos privilegiam certas histórias de amor e recriam o vivido por meio da seleção de eventos vinculados à felicidade amorosa. Assim, tais narrativas são, intrinsecamente, uma narrativa da memória e da lembrança dos eventos amorosos prósperos, ou seja, em seu epicentro encontra-se a injunção de que o sujeito exerça sua recordação do amor feliz para assim (re)vivê-lo em intensidade.

A FICIONALIZAÇÃO DAS HISTÓRIAS REAIS DE AMORES FELIZES

Denis de Rougemont (2003, p. 24), em sua tese sobre a relação entre amor e sofrimento, enuncia como principal prerrogativa para refletir o romance: “não existe história de amor feliz no Ocidente”. Parafraçando-o, este artigo, com base em seu campo empírico, assevera: “não existe história de amor infeliz nos fóruns e enquetes que discutem namoros virtuais”. Malgrado a predominância das narrativas que trazem em sua intriga o namoro virtual e a ideia de amor a ele associado como um bem ou o último refúgio da felicidade, há, evidentemente, relatos sobre histórias de amor frustradas. Em menor proporção, registram-se narrativas que associam os namoros virtuais à expressão de sentimentos, como raiva, rancor, tristeza, sofrimento, angústia, desenganos, ansiedades. Há narrativas que deflagram rompimentos de namoros, de casamentos. A presença de narrativas que expressam desavenças, conflitos e desilusões advêm de desentendimentos próprios das relações e está relacionada, em muitos casos, a ciúmes, traições, abandonos, brigas etc.

Para exemplificar melhor a qualidade dessas narrativas que fogem à regra geral, visualizemo-las no quadro abaixo. Elas serão apresentadas, reiteradamente, com o intuito de ratificar o argumento segundo o qual, mesmo com pouca expressão, há narrativas de namoros virtuais que trazem como intriga elementos que contrariam a maioria delas – que é a do sucesso do namoro. Nelas, aparecem as contradições e as incongruências que podem ser tomadas como próprias do campo amoroso virtual. As quatro narrativas que se apresentam a seguir trazem, respectivamente: 1) o tema do sofrimento em função do rompimento amoroso; 2) o relato sobre desentendimentos causados por ciúmes; 3) a expressão da frustração proporcionada por um encontro presencial malsucedido; e, por último, 4) uma narrativa que expressa discordâncias a respeito dos acertos necessários a um possível encontro presencial.

Quadro 1 – Narrativas de namoros virtuais que trazem na *intriga* elementos conflitantes

O Fim do namoro (Sofrimentos)	É, acabou! O meu sonho, os planos, os desejos... simplesmente acabou. Estou com meu coração mais que ferido, mais que quebrado. Uma dor que não desejo nem pra meu pior inimigo. A gente sempre volta, mas dessa vez eu sinto que não dará certo. O que me restou foi chorar! Tinha até saído da comunidade, mas voltei só pra postar o FIM! Boa sorte a todas. Fiquem com Deus :(Joana
Brigas (Ciúmes)	Nos conhecemos a 1 ano e 5 meses... Estamos juntos a 2 meses e 20 dias... Tô MUITO preocupada com ele, porque por morar longe nosso contato é meio complicado, geralmente é por mensagens no celular, mas desde ontem a noite ele não manda uma mensagem, por ciúmes bobos... Não quero perde-lo... =(Angel
Desilusão (Encontro presencial frustrado)	Gente, muito obrigada por tudo. Mas, enfim, eu fui lá [referindo-se ao encontro presencial na Alemanha], gastei 30 euros numa ligação. Marquei na estação de trem, porque esse infeliz tava indo pra Praga. A gente se desencontrou e eu tava sem celular. Não foi dessa vez e não sei se vou querer ter outra oportunidade. Acho que se ele quisesse me ver, ele teria visto. As coisas funcionam quando a gente quer que elas funcionem. Eu cansei disso tudo. Eu podia ter ido pra Inglaterra, que sempre foi meu sonho, mas não, eu fui pra Alemanha só por causa dele, e ele nem pra reconhecer isso. Não sei o que vai ser, mas vou ter que acostumar sem ele. Pra mim já chega, já deu o que tinha que dar... :(Lea
Discordância (Acertos do encontro presencial)	O que vocês acham? A minha amada mora em Manaus e eu em São Paulo, na capital... Estamos juntos a 7 meses, nunca nos vimos, mas, nos amamos desde as primeiras palavras trocadas no MSN... Infelizmente eu não estou com condições financeiras para ir lá ver ela... Ela vai tentar vir (eu acho) nas férias dela, que será daqui a 1 ano... Talvez esse mês ela viria para BH. Então eu disse para ela passar por aqui, nem que fosse só por um dia... e ela ficou com raiva, acho que foi porque eu não tomei a iniciativa... Eu só queria sentir a pele dela... a respiração dela perto do meu rosto... sentir os lábios dela junto dos meus... queria poder abraçar ela... e não soltar nunca mais... Leandro

Após a visualização de histórias de amor malogradas, voltemos a discutir a tese segundo a qual predominam narrativas sobre namoros virtuais norteadas por histórias felizes de amor. Nesse ponto, cabe-nos demonstrar empiricamente como aparece, nessas narrativas, a associação entre namoro virtual, amor romântico e felicidade. Para tanto, apresentaremos dois tipos de materiais. O primeiro traz três diferentes postagens recolhidas de um fórum intitulado *Conte sua história de amor*, no qual se observa o desenvolvimento de narrativas com intrigas felizes sobre a experiência de viver o ideal de amor romântico num namoro virtual. Como poderemos notar abaixo, as três postagens apresentam enredos muito parecidos. Na primeira postagem, feita por Carla, a narrativa apresenta o parceiro como alma gêmea; apesar de inúmeros obstáculos, a relação virtual é vista como próspera de modo que, ao cabo, casaram-se. A segunda, postada por Pedro, é semelhante à primeira: a parceira é vista como a pessoa que mais amou na vida; apesar dos obstáculos, conseguem ao fim ficar juntos felizes e pra sempre. A última, postada por Victor, de igual modo, toma a parceira como amor da vida. Os obstáculos não o impedirão, enfim, de se encontrarem.

História 1: almas gêmeas, relação amorosa próspera, casamento.

Bom, conheci meu amor na net, numa salinha da MSN, eu era uma das coordenadoras. Ele estava “dando em cima” de uma amiga minha. Ela deu um “fora” nele e eu fui consolar ele. Bem, nos falamos por dois meses pelo MSN. Aí nos falamos pelo telefone e aumentou ainda mais o encantamento. Eu morava em SP capital e ele no interior do RJ. Passado mais um tempo deu certo de nos conhecermos, ele veio até SP e ficou na minha casa um fim de semana. Nossa! Foi tudo lindo, ficamos completamente apaixonados, dali vimos que éramos almas

gêmeas mesmo, e aí aconteceu que minha família optou por morar no interior de “sampa”. Nossa! Fiquei louca, era mais longe ainda, ele não ia querer mais nada comigo, mas para minha surpresa ele foi lá na minha primeira semana no interior, firmamos o namoro, e aí se passaram dois anos e meio e nesse tempo nos vimos apenas quatro vezes. Quando no fim do ano atrasado ele largou tudo lá na cidade dele, veio pra cá, Ourinhos/SP, arrumou emprego, ficou em república. Namoramos por mais um ano e aí fim do ano passado nos casamos e agora dia 22/10 vamos completar um ano de casados e o amor a cada dia mais. Essa é minha história gente espero que gostem e boa sorte pra todo mundo (Carla).

História 2: pessoa que mais amei, estamos felizes e é pra sempre.

Bem, conheci meu amor numa salinha da AOL. Começamos a teclar e nos aproximamos. Em pouco tempo estávamos muito amigos. Daí surgiu o amor... ainda virtual. Depois nos encontramos e “ficamos”. Então o amor só cresceu e começamos a namorar. Namoramos por 2 anos até que ela terminou comigo de um dia para o outro. Fiquei mal, triste, mas segui a minha vida. Namorei outras pessoas. Até que um dia... nos esbarramos novamente na net, 1 ano e quatro meses depois. Acabamos nos reaproximando e ela me confessou que se arrependeu muito que sempre me amou e queria uma segunda chance. Pensei por um tempo. Apesar de amar ela como jamais amei alguém em minha vida e depois de um pouquinho de “migué”...rs acabei aceitando o pedido de perdão dela e o lindo pedido de namoro que ela me fez. Enfim, hoje estamos juntos novamente e muito felizes. Agora é pra sempre !!! (Pedro)

História 3: amor da minha vida, nos encontraremos, enfim.

A minha história já dura 4 anos. Pois é, conheci meu amor na internet há 4 anos atrás numa sala do Uol. Na época teclamos somente nos fim de semana por que eu não tinha net em casa, gastava muito dinheiro e falávamos muito. Depois ela começou a namorar e eu também. Nos afastamos um pouco, mas ela sempre me mandava uns cartões. Passados 4 anos, ela tinha terminado seu segundo relacionamento de 7 meses e eu de 2 anos e meio. Voltamos a teclar novamente. Na segunda vez que teclamos nos declaramos um ao outro e o que era uma amizade passou a ser o amor da vida. Nos damos bem em tudo. Ela me adora em tudo e eu sou completamente apaixonado por ela, sabem aquilo de ficar mal quando não teclamos? Falamos todos os dias e chegamos ao ponto de teclamos 15 horas seguidas. Nunca amei assim na minha vida e nunca fui tão amado. Agora para vocês saberem o nosso drama. Aqui vai o nosso maior problema: sou de Bebedouro, interior de SP, tenho 31 anos e estou há 5 anos em Lisboa-Portugal e ela é de Ribeirão Preto (a 80 km de Bebedouro) ela tem 21 anos e é a mulher mais linda do mundo. Só nos conhecemos por internet, foto e telefone. Agora em janeiro ela vai vir passear aqui por uma semana. Estou contando os segundos, vai ser a primeira vez que vou poder tocar na mulher da minha vida!!! (Victor)

O segundo material, a que nos referimos acima apresenta um quadro no qual as narrativas entrecruzam amor romântico e felicidade, associando-os à pessoa com quem se relaciona (identidade do personagem), ao próprio sentimento amoroso e à relação virtual em si mesma. O ideal de felicidade atravessa grande parte de nosso material empírico (os fóruns e enquetes que discutem namoros) e, logo abaixo, aparece atrelado, em trechos distintos, ao parceiro(a), ao amor vivido na relação e ao namoro virtual em si.

Quadro 2 – Entrecruzamento amor romântico e Felicidade

Parceiro(a)	Sentimento amoroso	Namoro virtual
“Pessoa muito linda”, “Melhor pessoa do mundo”, “Ele é tão perfeito”, “Alguém especial”.	“Foi amor a primeira vista. Estamos perdidamente apaixonados”.	“É um sonho realizado e confirmação de Deus em nossas vidas”.
“Ele é quem eu sempre esperei, exatamente como eu imaginava”. “Tenho certeza que o quero pelo resto da vida”.	“A sensação é de que o nosso amor puro só aumenta. É um amor forte”.	“É um encontro de almas. Eterno e duradouro. É maravilhoso”.
“É com quem quero constituir família. Ela me completa. É mesmo a minha metade”.	“É um amor verdadeiro, seguro e cheio de cumplicidade, admiração e, principalmente, paixão”.	“Namoro virtual só tem dois finais: ou casa ou falência. Eu vou casar!”
“Somos almas gêmeas. Até no horóscopo chinês somos o casal perfeito. Somos o amor da vida um do outro”.	“É um amor que vai aumentada cada dia mais. É um amor para sempre”.	“Amor de net é verdadeiro, e ponto final. Tem alta probabilidade de chegar ao casamento”.

Não há divergências entre o conteúdo das três histórias acima relatadas e o quadro que entrecruza amor romântico e felicidade. Na forma como se organizam no âmbito das narrativas no *Orkut*, os namoros virtuais e o amor romântico convertem-se em bens supremos, ligados a um ideal de felicidade amorosa. O teor dessas narrativas é desses aspectos tributários. Expressões para referir-se à própria relação virtual e ao amor romântico estão orientadas, concomitantemente, por uma ideia de supremacia quase religiosa, gerando uma existência amorosa feliz e plena: “*é uma benção em minha vida*” ou “*é um presente de Deus*” ou ainda “*pelo meu amor eu faria tudo. Vale até dar a vida*”. Elas expressam o caráter superior dessa experiência vivida de maneira tão particular. O namoro virtual e o amor romântico passam a ser vistos como experiências de qualidades elevadas, pois eles estão acima de tudo, sendo comparados à perfeição ou à divindade. O que sentem um pelo outro no âmbito de seus namoros é considerado melhor, mais genuíno, mais pleno, mais realizado, uma vez que são namoros que vêm acompanhados da afeição amorosa romântica.

Depreendemos, a partir do material empírico exposto acima, que são narrativas nas quais o amor romântico e o próprio namoro parecem vencer tudo. Na leitura dos fóruns e enquetes é comum se deparar, a princípio, com queixas, lamúrias ou lamentações referentes à condição de levar a termo um namoro virtual, devido, por exemplo, à distância geográfica que os separa, à ausência da presença física imediata ou à possibilidade de traições e mentiras, mas elas, rapidamente, são

revertidas, graças à condição narrativa, em algo positivo e de cunho otimista, de modo que problemas passam a ser vistos de forma idealizada. Por exemplo, uma experiência que pode ser considerada ruim ou negativa, como a expressão da distância que se vê no depoimento: meu amor mora a 2900 km longe de mim, é (re)inventada na narrativa como algo positivo sob o argumento de que a distância fortalece o amor, prova de que ele é de fato verdadeiro. Ora, na concepção dos narradores, o amor é capaz de tudo e a distância não é nada para o amor.

Nessas narrativas, impera a máxima segundo a qual *“nenhum obstáculo vence nosso amor e nosso namoro, porque meu amor é tudo para mim”*; *“estou lutando por isso”*; *“quando se ama tudo vale à pena”*. São muitas as expressões que confirmam essa máxima: *“não há distância que me separe dela”*; *“creio que quanto mais a dificuldade melhor a recompensa”*; *“a saudade, a distância não abala nossa relação, pelo contrário, cada vez mais nos amamos”*. O que interessa reter é que essas expressões ou máximas são reflexos da (re)elaboração do vivido em *Histórias felizes de amor*. Essas narrativas são construídas com elementos da ficção romântica e da própria experiência amorosa vivida. Ademais, interessa-nos aqui ratificar que através dos significados atribuídos ao amor como fonte de felicidade chega-se à identidade do personagem. Não podemos pensar nessas narrativas dissociadas da identidade do personagem, visto que é ele quem narra a história amorosa feliz.

Por fim, resta-nos ainda perguntar: por que são as histórias felizes as escolhidas? Por que contar as histórias de namoros virtuais sob a perspectiva da felicidade amorosa? Temos algumas pistas, duas delas em especial, as quais, longe de se distinguirem, complementam-se: 1) elas são assim apresentadas nos fóruns e enquetes porque trazem em seu conteúdo elementos ficcionais, extraídos tanto do ideal de felicidade romântica quanto da experiência vivida na concretude dos namoros virtuais. Essas duas dimensões se embaralham na narrativa; 2) elas são assim apresentadas nos fóruns e enquetes pois se revestem de uma outra forma possível de (re)viver a experiência amorosa virtual: vivê-la como um sonho romântico. Seria uma maneira possível de concretizar o ideal de amor romântico por meio da narrativa. Reviver sob a forma narrativa uma experiência satisfatória no amor requer auxílio da ficção romântica. A partir dessas pistas, inferimos que as narrativas de namoros virtuais felizes resultam de uma satisfação vivida a qual os narradores colorem, no momento de contá-las, com elementos do romantismo.

Elementos históricos e suas ressonâncias em nossa contemporaneidade, como no caso das concepções românticas de amor, constituem ideais amorosos e de relacionamento que, temos observado, se encontram nas narrativas de namoros virtuais. O romantismo, como bem demonstra Colin Campbell (2001), é mais do que uma prática sentimental, é uma visão de mundo. Do ponto de vista deste artigo, isso quer dizer que tanto a imagem do eu (identidade do personagem) quanto a do próprio sentido da experiência dos namoros virtuais podem ser moldadas por essa visão. Nas narrativas de namoros virtuais, o encontro amoroso romântico surge como ideal de felicidade. Elas parecem apregoar que essa felicidade é fundamental, por isso aparecem repetidas vezes: *“sou muito feliz ao lado dele”*. *“É o amor da minha vida”*; *“Combinamos de ficarmos cada dia mais felizes, pois temos um ao outro”*; *“Estamos muito felizes juntos”*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da (re)elaboração e da (re)invenção dos namoros virtuais, na condição narrativa, emergiu como razão e causa da felicidade experimentada diretamente associado às representações do amor romântico como um ideal socialmente almejado que ocupa ainda um lugar de destaque na vida das pessoas. A expectativa romântica de realização amorosa surge ainda, guardadas as devidas proporções, como garantidora dos sentimentos de completude e felicidade dos indivíduos. De prestígio cultural incontestável, o amor continua apresentando-se como uma das condições para se obter a felicidade numa relação a dois. Danilo Martucelli (2007, p. 402), ao tomar o amor como um “fundamentalismo da modernidade”, assevera que é absolutamente verdade que boa parte das mais profundas aspirações dos modernos passa pelo amor.

A massificação da ordem romântica se destila no cotidiano através de filmes, de músicas, da publicidade, de novelas etc.; em todas essas representações, o amor romântico é tido como signo da felicidade. Por essas razões, vivê-lo sob a forma narrativa pode ser considerada uma possibilidade promissora, segundo a qual o amor romântico passa a ser uma atividade delirante de palavras ou uma atividade capaz produzir sensações por meio da narrativa. O desejo de viver no tempo e no espaço reais das sequências próprias e consagradas do amor romântico pode ser, aqui, realizado por meio de uma narrativa histórica de ficção. Viver a materialização desse ideal romântico que se convencionou tão sonhado e almejado tornou-se algo de difícil concretude (ROUGEMONT, 2003; COSTA, 1998, 1999; COSTA, 2005; CARVALHO, 2003). Contudo, na condição narrativa, ele pode ser (re)vivido de forma diferente. Mesmo que os narradores vivam um conjunto de questões difíceis no amor ou na relação virtual, na hora de narrá-las, são as vividas como felizes que ganham destaque. Nesse momento, baseiam-se em suas próprias experiências amorosas *on-line* e no imaginário romântico, que descreve o amor como sentimento único, sublime, virtuoso etc., como fonte e possibilidade da felicidade. Assim, é essa ideia de amor que tomam de empréstimo para contar a sua própria história encantada de amor.

REFERÊNCIAS

- BOUILLLOUD, Jean Philippe. A autobiografia: um desafio epistemológico. In: TAKEUTI, Norma; NIEWIADOMSKI, Christophe (Org.). **Reinvenções do sujeito social: teorias e práticas biográficas**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- CAMPBELL, Colin. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- CARVALHO, Alberto. **O amor que rouba os sonhos: um estudo sobre a exposição feminina ao vírus HIV**. Rio de Janeiro: Casa do Psicólogo, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- _____. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. **Razões públicas, emoções privadas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

_____. **Sem fraude nem favor**: um estudo sobre o ideal de amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

COSTA, Sérgio. Amores fáceis: romantismo e consumo na modernidade tardia. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, n.73, nov. 2005.

DELORY-MOMBERGER, Christene. **Biografia e educação**: figuras do indivíduo-projeto. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.

LEMONS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

MARTUCELLI, Danilo. **Gramáticas del individuo**. Buenos Aires: Losada, 2007.

RICOEUR, Paul. A identidade narrativa e o problema da identidade pessoal. Trad. Carlos João Correia. **Arquipélago**, n. 7, p. 177-194, 2000.

_____. **O si-mesmo como um outro**. São Paulo: Papyrus, 1991.

_____. **Tempo e narrativa (tomo I)**. São Paulo: Papyrus, 1994.

_____. **Tempo e narrativa (tomo II)**. São Paulo: Papyrus, 1995.

_____. **Tempo e narrativa (tomo III)**. São Paulo: Papyrus, 1997.

ROUGEMONT, Denis. **A história do amor no ocidente**. São Paulo: Ediouro, 2003.

WHITE, Hayden. As ficções da representação factual. In: TRÓPICOS do discurso. São Paulo: Edusp, 1994.

ARTIGOS

ARTICLES

Arranjos institucionais e gestão metropolitana no Brasil: o caso de Maringá¹

Institutional arrangements in the metropolitan management setting in Brazil: the case of Maringá

William Antonio Borges – UEM

RESUMO

Existe um significativo consenso entre pesquisadores e gestores públicos de que é preciso superar o “exacerbado” municipalismo legado pela Constituição brasileira de 1988 para que se possa avançar na construção de arranjos metropolitanos. Esse trabalho se insere no contexto de tal debate com a análise de uma experiência em curso de arranjo institucional na Região Metropolitana de Maringá (RMM), estado do Paraná. O objetivo foi compreender que tipo de relações entre o governo de Estado e os municípios foi desenhado e concretizado pelo arranjo construído. Como resultado, constata-se que, até o momento, a história da Coordenadoria da Região Metropolitana de Maringá está inscrita no limbo a que foi relegada a questão metropolitana no Brasil, onde impera o interesse econômico e políticas públicas setorizadas.

Palavras-chave: Gestão metropolitana. Arranjo institucional. Políticas públicas.

ABSTRACT

There has been a meaningful agreement between researchers and public managers on that it is necessary to overcome the “exaggerated” municipality held by the Brazilian Constitution of 1988, so that it is possible to advance in building metropolitan arrangements. This paper is part of this discussion and analyses an ongoing experience of the institutional arrangement in the Metropolitan Region of Maringá (MRM), State of Paraná. It aimed at understanding the types of existing relationship between the State government and municipal cities that were designed and implemented according to the arrangement made. As a result, it appears evidenced so far that the history of the Metropolitan Region Coordination of Maringá is in the same limbo as the metropolitan issue in Brazil is in which economic interests and public policies departments dominate.

Keywords: Metropolitan management. Institutional arrangement. Public policies.

¹Esse artigo é resultado de uma pesquisa que contou com o apoio financeiro da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá (PPG/UEM) e foi desenvolvida no quadro do programa: Observatório das Metrôpoles – Instituto do Milênio – CNPq.

INTRODUÇÃO

Existe um significativo consenso entre pesquisadores e gestores públicos de que é preciso superar o “exacerbado” municipalismo legado pela Constituição brasileira de 1988 para que se possa avançar na construção de arranjos metropolitanos naquelas realidades em que os problemas vivenciados ignoram as fronteiras territoriais legalmente instituídas. Entretanto, ainda que se reconheça a contribuição que algumas experiências já ofereceram nesse sentido, como é o caso já estudado da Câmara do ABC em São Paulo, constata-se que não se encontrou no país, até o momento, uma fórmula suficientemente bem sucedida para amparar os pactos intermunicipais de produção de políticas. Como bem apontou Edésio Fernandes (2001), as experiências que tivemos não conseguiram compatibilizar plenamente **legalidade e legitimidade**. Quando não lhes faltou base jurídica e institucional sólida, foi precária sua legitimidade política para sustentar acordos de caráter metropolitano.

Esse trabalho se insere no contexto de tal debate com a análise de uma experiência em curso de arranjo institucional na Região Metropolitana de Maringá (RMM), estado do Paraná. O objetivo é promover um diálogo entre as especificidades dessa experiência e os desafios mais amplos enfrentados no país para a consolidação de arranjos institucionais capazes de responder adequadamente à questão metropolitana. Particularmente, buscamos compreender que tipo de relações entre o governo de Estado e os municípios foi desenhado e concretizado pelo arranjo construído. Como desdobramento, a intenção foi também a de verificar como, nessas relações, definiu-se a competência dos assuntos metropolitanos, ou seja, definiu-se a quem cabe sua responsabilidade.

Essas perguntas estão remetidas a um dos dilemas centrais enfrentados pela gestão metropolitana no Brasil. Conforme analisa Ronaldo Gouvêa (2005), a Constituição de 1988 não esclareceu, de maneira clara, se a competência para estabelecer quais são os interesses comuns de uma região metropolitana, e como administrá-los, é do Estado ou dos municípios que a compreende. O que está prescrito no capítulo dois da Carta brasileira referente à competência dos estados é que eles poderão, mediante lei complementar, instituir Regiões Metropolitanas (RMs), Aglomerações Urbanas e Microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Desde então, de acordo com o mesmo autor, o debate sobre esse assunto deixou explícita duas posições. Por um lado, verifica-se que os defensores da preservação rígida do princípio de autonomia municipal, ao procurar definir o alcance da expressão “serviços comuns metropolitanos”, viram a necessidade de separar os serviços comuns em segmentos, alguns para serem gerenciados de forma unificada e outros para continuarem a ser executados isoladamente pelos municípios metropolitanos. Já os partidários de modelos unificados de gestão metropolitana argumentam que, se o objetivo da criação das RMs foi justamente o de propiciar um tratamento integrado dos complexos problemas de áreas conurbadas, seria contraditória e incompreensível a segmentação dos serviços públicos de interesse comum, atribuindo uns à autoridade municipal e outros à metropolitana.

Pode-se dizer que a essas posições subjazem distintas propostas de definir a relação entre o poder municipal e o estadual no equacionamento dos problemas metropolitanos e tais propostas, por sua vez, traduzem-se nos arranjos institucionais criados.

A QUESTÃO METROPOLITANA NO BRASIL: APONTAMENTOS GERAIS

No Brasil, de acordo com Milton Santos (2005), do final do século XIX até o início do século XXI, ocorreu um intenso processo de urbanização. Em 1890, apenas três cidades brasileiras possuíam mais de cem mil habitantes, quais sejam: Rio de Janeiro com 522.651, Salvador com 174.412 e Recife com 111.556. Nesse sentido, de 1940 até o ano 2000, o percentual de população que habita os núcleos urbanos brasileiros saltou de 31,3% para 81,2% da população total.

Nesse universo, constatamos que os referidos espaços das relações produtivas e políticas, delimitados como recortes urbanos, em alguns casos, estendem-se para além das fronteiras municipais. Desse modo, se associamos o conceito de cidade à sede de um município (SOUZA, 2003), verificamos que alguns espaços urbanos congregam mais de uma cidade, sejam como espaço conurbado, aglomerações urbanas ou regiões metropolitanas.

Cabe pontuar que o processo de conurbação retrata, basicamente, a união ou junção de duas malhas urbanas, transformando-as numa única (SOUZA, 2003). A aglomeração urbana se configura quando existe uma mancha contínua de ocupação sobre mais de um município acompanhada por uma dinâmica integrada dos fluxos municipais, complementaridade funcional e interdependência sócio-econômica. Já a região metropolitana corresponde a uma porção (espaço que se configura como aglomeração urbana, podendo compreender o processo de conurbação) definida institucionalmente. Não obstante, a existência de uma delimitação muito rígida na ordem política institucional na escala municipal vem se impondo como barreira para uma gestão mais integrada do território conurbado (MOURA, 2000).

De acordo com Gouvêa (2005, p. 78), a expressão “região metropolitana” apareceu pela primeira vez somente na Constituição Federal de 1967: “A referência às RMs foi introduzida em um parágrafo do art. 157, que tratava da ordem econômica e social”. E foi somente em 1969, por meio de uma Emenda Complementar, que a região metropolitana recebeu um maior destaque.

Conforme Raquel Rolnik e Nádia Somekh (2004), em decorrência de disputas políticas, a referida regulação só se efetiva em 1973 com a promulgação da Lei Federal Complementar n.14, que institucionaliza as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.

Como apontam Marta Farah (2003), Rolnik e Somekh (2004), Gouvêa (2005) e Moura (2000), nesse período a institucionalização das Regiões Metropolitanas foi realizada segundo uma forte centralização pela União, que tinha o poder de criá-las e também estabelecer quais serviços e políticas deveriam nortear suas políticas. A responsabilidade de executar, coordenar e integrar os três níveis de gestão na execução das políticas setoriais ficou a cargo dos estados. Neste período, para Araújo Filho (1996, apud GOUVÊA, 2005), a proposta de criação das nove regiões metropolitanas respeitava a estratégia de desenvolvimento econômico empreendida pelo governo militar. Entretanto, a finalidade de cogestão intermunicipal, focada na resolução de problemas nos âmbitos econômico e também social não se cumpriu.

Como se sabe, no período de reforma constitucional (1988) imperou o receio de que a “questão metropolitana” pudesse esvaziar o poder dos municípios, dando continuidade, assim, aos ranços

do período militar. Nesse ínterim, a questão metropolitana está expressa na Carta Magna de modo genérico, onde tem marcado que a responsabilidade de institucionalizar as RM's passou a ser dos estados.

No âmbito das reivindicações por formatos mais democráticos de gestão e pela descentralização do Estado, a gestão metropolitana silenciou-se. Muitas entidades gestoras de âmbito metropolitano foram extintas.

Conforme Marcos Melo (2000), a forte autonomia municipal instituída pela Constituição de 88 resultou em efeitos perversos, como a competição fiscal, o neolocalismo e as dificuldades adicionais de coordenação intermunicipal. O neolocalismo dos anos 1990 deslegitimou o planejamento metropolitano, entendendo-o como prática autoritária, e produziu uma agenda pública local ancorada no princípio de que todos (ou quase todos) os problemas poderiam ser resolvidos localmente (MELO, 2000).

Além da nova Constituição não contemplar, de forma específica, a questão da gestão metropolitana, o agravante está, por sua vez, em não considerar as diferenças marcantes entre os municípios brasileiros, atribuindo-lhes as mesmas competências (GOUVÊA, 2005). Portanto, para a definição das atribuições, não foram considerados a dimensão territorial, função na hierarquia urbana, poder econômico, população, clima, cultura, história.

Para Gouvêa (2005), é necessário ainda que se leve em consideração o problema da ausência de fontes de financiamento para as políticas metropolitanas. Constatamos que os principais municípios das RMs e mesmo os governos estaduais têm resistido à regulamentação de instrumentos e a repasses de verbas para fundos metropolitanos, uma vez tal repasse não garante que se reverterá em dividendos políticos.

Fernando Abrucio e Márcia Soares (2001) aponta a existência de três grandes desafios para a gestão metropolitana no Brasil. A primeira remete ao fato de as experiências de cooperação intermunicipal ser muito heterogêneas e ainda incipientes, distante de uma consolidação institucional. O segundo desafio se refere à ausência de um arranjo institucional intergovernamental, de cooperação federal. Já o terceiro desafio refere-se à crença que os municípios resolveriam sozinhos seus problemas de políticas públicas.

Além dessas dificuldades, é preciso mencionar também que a agenda de reformas sociais efetuadas na década de 1990 não incorporou a problemática metropolitana. Embora prosseguisse o processo de urbanização – a taxa de urbanização passou de 75,6% para 81,2%, entre 1991 e 2000 –, pouca atenção se deu ao desenvolvimento de políticas voltadas propriamente para a solução de problemas urbanos. As iniciativas de desenvolvimento urbano desencadeadas por alguns municípios ficaram isoladas.

Nesse contexto desanimador, o Estatuto da Cidade, legislação aprovada em 2001 que regulamentou o capítulo de política urbana contido na Constituição de 88, é mais do que um alento. Nos termos que estabelece, todo município com mais de vinte mil habitantes ou pertencentes a regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas é obrigado a elaborar um plano diretor, que deve também estabelecer vínculos com outros instrumentos de planejamento do município. Além de buscar

integrar, no âmbito do planejamento, as zonas urbana e rural, o plano diretor municipal tem como princípio articular-se com os municípios adjacentes.

Temos assim um novo horizonte de expectativas. Sua concretização torna mais necessária o mapeamento das experiências em curso de arranjos metropolitanos. Dele podemos extrair nos detalhes as potencialidades e os “nós” que, nas diferentes regiões, se colocam para a construção, gestão e execução de políticas intermunicipais. É com esse objetivo que passamos a analisar a experiência de Maringá.

A REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ – UM BREVE HISTÓRICO

A RMM foi instituída pela Lei 83/98 (PARANÁ, 1998), incluindo os municípios de Maringá, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Paiçandu e Sarandi. Como vem ocorrendo em outras localidades, por acordos políticos estabelecidos entre prefeitos e deputados regionais, outros municípios pleitearam e conseguiram compor esse conjunto na expectativa de que tal inclusão rendesse recursos financeiros adicionais. A Lei Estadual nº 13.565/02 (PARANÁ, 2002) incluiu o município de Floresta e a Lei Estadual nº 11/05 (PARANÁ, 2005), Astorga, Doutor Camargo, Itambé, Ivatuba. Temos, assim, 13 municípios até agora reconhecidos legalmente como pertencentes à RMM e mais três em processo de reconhecimento: São Jorge do Ivaí, Ourizona e Lobato.

É importante mencionar que, de acordo com o Observatório das Metrôpoles/Núcleo RMM (2005), apenas os municípios de Maringá, Sarandi e Paiçandu possuem alta integração, constituindo uma mancha urbana contínua de ocupação que envolve fluxos intermunicipais, complementaridade funcional e integração sócio-econômica. Ou seja, são esses os municípios que mais necessitam de soluções pactuadas para resolver problemas urbanos e sociais, como o de transporte público, habitação, infra-estrutura urbana etc. A inclusão de municípios que não compartilham de tais problemas no âmbito da RMM acentua as dificuldades de se chegar a soluções pactuadas para aqueles problemas.

Pela Lei 83/98 (PARANÁ, 1998), a RMM teria um conselho deliberativo e um consultivo. O primeiro seria formado por cinco membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figuram em lista tríplice feita pelo Prefeito de Maringá e outro mediante indicação dos demais municípios integrantes da Região Metropolitana. O segundo seria composto pela representação de cada município integrante desse conjunto e três da sociedade civil. A primeira instância foi incumbida, pela legislação, de elaborar as políticas integradas e coordenar sua execução, enquanto a segunda funcionaria como uma espécie de caixa de ressonância, um espaço mais amplo de debates sobre as propostas de políticas.

Elas nunca saíram do papel e, em 2007, por ato administrativo do governador, foi criada a Coordenadoria da Região Metropolitana de Maringá, a COMEM, ao mesmo tempo em que também a Coordenadoria Metropolitana de Londrina, a COMEL. Ambas ficaram subordinadas à Secretaria Estadual do Desenvolvimento Urbano (SEDU). Como veremos adiante, a criação simultânea desses dois arranjos atendia ao interesse de fomentar um novo eixo de desenvolvimento regional.

Desde que a COMEM foi criada, seu coordenador elegeu a integração dos transportes entre Maringá, Sarandi e Paiçandu como sua prioridade. O desenrolar das ações em torno dela ilustra significativamente as condições nas quais vêm se desenvolvendo essa experiência de arranjo metropolitano.

A COMEM E A INTEGRAÇÃO DOS TRANSPORTES

O projeto de integração dos transportes entre as cidades citadas foi eleito como prioridade pela coordenadoria em função do grande fluxo de pessoas que transita entre elas. De acordo com os dados fornecidos pelo Observatório das Metrôpoles/RMM (2005), 43% dos habitantes de Sarandi e Paiçandu com mais de 15 anos trabalham ou estudam fora dos seus municípios e, entre esses, a maioria, mais de 90%, se desloca para Maringá. Essas pessoas não se beneficiam da integração do passe, que em Maringá é feita eletronicamente.

Cumprir lembrar que, como salientam entre outros Gouvêa (2005), a problemática metropolitana se traduz com particular nitidez nos assuntos que envolvem o transporte público. Não à toa, esse tema já havia mobilizado setores da sociedade civil e do poder público na região de Maringá.

Sindicatos ligados aos serviços de transporte já tinham feito chegar ao Ministério Público do Trabalho a preocupação quanto ao impacto da ausência de políticas de integração dos transportes entre os municípios em questão. Na procura de trabalho, vários trabalhadores da construção civil, por exemplo, são forçados a mentir sobre seu local de domicílio com receio de não serem admitido, ou então, utilizam comprovantes de residência de parentes em Maringá para não perderem oportunidades de emprego. Isso acontece porque os próprios empregadores do setor admitem aumento dos custos no pagamento de embarques diários intrametropolitanos.

Assim, em março de 2007, o prefeito de Sarandi também enviou um ofício à COMEM solicitando seu apoio junto ao governo do estado e à empresa que executa o serviço, Cidade Canção, visando a integração do transporte entre Maringá e Sarandi. Em abril do mesmo ano, a COMEM recebeu da prefeitura de Paiçandu um ofício contendo o mesmo teor. Ainda em março, a COMEM recebeu da Câmara Municipal de Maringá uma série de reivindicações e, entre elas, estava a implantação do passe integrado entre Maringá, Sarandi e Paiçandu. Da Câmara Municipal de Sarandi, no mesmo período, recebeu um requerimento solicitando esforços no sentido de viabilizar a integração do transporte nas três cidades. Da Câmara de Paiçandu, o requerimento, também enviado em março de 2007, mencionava o mesmo assunto (COMEM, 2008).

Com o intuito de conduzir o processo de integração dos transportes, a COMEM buscou, então, apoio de segmentos da sociedade civil e das lideranças políticas regionais. Recebeu correspondências de manifestação de apoio de importantes organizações públicas e privadas da região, como da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense (AMUSEP); da Associação Industrial e Comercial de Maringá (ACIM), que se manifestou em nome dos ganhos que os empresários teriam com a integração, já que arcam com a maior parte do vale transporte dos trabalhadores; da OAB/Maringá, que colocou como condição o não repasse dos custos do projeto aos usuários de transporte; do Movimento Nacional de Direitos Humanos do Paraná, que fundamentou seu apoio no fato de que

o projeto garantiria direitos inscritos na constituição de ir e vir e diminuirá acidentes de trânsito na região; da Arquidiocese de Maringá; da Ordem dos Pastores Evangélicos de Maringá; do Sindicato dos Lojistas do Comércio Varejista de Maringá; da Coordenação Sindical Trabalhista de Maringá e Região; da Associação dos Funcionários da UEM. Em março de 2007, o coordenador da RMM reuniu-se com a Procuradora Regional do Trabalho a fim de buscar apoio. Como resultado, essa instituição ficou de abrir procedimento administrativo para cuidar do assunto.

No período, buscando neutralizar alguns receios, a COMEM afirmou que a integração pretendida não demandaria nenhum tipo de investimento imediato em obras físicas, já que o que se buscava era a integração via cartão eletrônico, já utilizado nas linhas municipais e intermunicipais em questão. A empresa que opera o serviço condicionou seu apoio ao projeto ao desenvolvimento de estudos técnicos que comprovassem que ela não teria ônus com a integração. A SEDU ofereceu retaguarda política à proposta, se dispondo a fazer o estudo técnico do projeto.

Os sujeitos que se mostraram mais interessados na integração foram a COMEM, as prefeituras de Sarandi e Paiçandu e a Coordenação Sindical do setor. As Secretarias de Desenvolvimento Urbano e de Transportes do Governo deram aval ao processo. Os mais resistentes ao projeto, e que conseguiram bloquear sua implementação, foram a prefeitura de Maringá e a empresa privada que opera o serviço.

A COMEM esperava que até o final de 2007 o projeto estivesse implementado, mas isso não aconteceu porque o prefeito de Maringá ainda não assinou o *Termo de Anuência* ao Convênio a ser celebrado entre o Estado, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, a Secretária de Estado dos transportes e os municípios, já assinado por Sarandi e Paiçandu. O prefeito de Maringá alegou que o projeto oneraria os usuários de Maringá e teve poder suficiente para barrar o andamento do mesmo, já que a prefeitura desse município tem o controle sobre a prestadora do serviço público dentro do território municipal (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2008b).

Mesmo sem validade, já que não assinado pelo prefeito de Maringá, uma análise do conteúdo do Termo de Anuência diz muito sobre a condição ocupada pela COMEM nesse processo. De acordo com esse documento, o objetivo do convênio era a Implantação da Gestão Integrada do Sistema de Transporte Público de Passageiros dos Municípios de Maringá, Paiçandu e Sarandi, naquilo que diz respeito às transferências e a execução conjunta das competências legais atribuídas aos entes públicos, a implantação de infraestrutura de transporte urbano metropolitano, a integração de linhas de ônibus urbanos municipais e Metropolitanos e as atividades de planejamento operacional, gerenciamento e fiscalização da Rede de Transporte Coletivo Metropolitano (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2008b).

São sujeitos desse convênio: o Estado do Paraná, a Casa Civil da Governadoria, a Secretaria do Estado de Desenvolvimento urbano, a Secretaria do Estado dos Transportes (com a participação do Departamento de Estradas de Rodagem – DER) e os Municípios de Maringá (com a participação da sua secretária dos transportes), Paiçandu e Sarandi. Por esse convênio, seria criado o Conselho de Transporte Público de Passageiros da RMM, que teria caráter deliberativo e seria composto pelos prefeitos das três cidades, pelo diretor geral do DER e pelo secretário de estado do desenvolvimento urbano. O coordenador da COMEM ficaria como suplente do secretário de estado.

Pode-se concluir desse processo, que envolveu a integração dos transportes, que a COMEM tem funcionado mais como a articuladora dos sujeitos dos quais depende a implementação de projetos metropolitanos. Entretanto, como instância, ela não possui condições efetivas para deliberar sobre os mesmos nem tem peso decisivo sobre seus destinos. Como vimos, a estrutura prevista pelo convênio não menciona a COMEM e ela entrou no conselho dos transportes apenas como suplente do Secretário de Governo do Desenvolvimento Urbano. Ou seja, a COMEM parece agir em nome das instâncias do governo do Estado, mas não tem autonomia para dirigir um processo de construção de políticas metropolitanas.

A própria estrutura de que dispõe ilustra sua fragilidade no âmbito inter-estatal. A COMEM não conta com dotação orçamentária própria nem com um quadro suficiente de técnicos e funcionários. Basicamente, é composta por um coordenador e por dois funcionários que fazem, ao mesmo tempo, trabalhos burocráticos, técnicos e de articulação política. Esses dois funcionários, inclusive, são cedidos por outros órgãos para atuar na coordenação, ou seja, não foram contratados pelo governo do Estado para desempenhar funções relacionadas às atribuições da COMEM. Trata-se de uma instância cujo respaldo jurídico e institucional não lhe possibilita atuar com a autoridade que requer a implementação de políticas metropolitanas. Desse modo, as propostas elaboradas no âmbito da COMEM têm dificuldades para se concretizarem. Falta-lhe autonomia para tomar decisões e autoridade para promover a construção de um “interesse metropolitano”.

Como se viu, foram os pequenos municípios que buscaram apoio para o projeto de integração dos transportes, enquanto que os empresários do setor e a cidade pólo não se interessaram pela ação cooperada. Do lado da prefeitura de Maringá, houve receio de despender recursos próprios para prover ações no território da municipalidade vizinha, o que não resulta em dividendos políticos. Do lado dos empresários, o receio foi o de que a integração restringisse as costumeiras margens de lucro asseguradas. Essa situação é ilustrativa porque mostra a necessidade de existir um ator que “banque” os custos das negociações que envolvem as políticas metropolitanas. Até porque, muitas vezes, além das dificuldades de gerenciamento dos interesses municipais em “realidades metropolitanas”, outro conflito que se põe está entre o pensar metropolitano e o pensar a macrorregião. Nesse sentido, vale a pena olhar um pouco mais de perto para alguns dos motivos que impulsionaram a criação da COMEM.

A COMEM E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Governo do Estado do Paraná vem, por meio das Coordenadorias metropolitanas criadas recentemente, COMEM e COMEL, ocupando-se de articular e elaborar, junto das lideranças dos principais municípios, planos estratégicos macrorregionais com o objetivo de promover o desenvolvimento de alguns eixos dinâmicos no interior do estado.

Na região norte/noroeste do Paraná, a COMEM e COMEL foram envolvidas na implementação de um plano de “desenvolvimento econômico macro-regional”. Este plano está expresso no documento *Termo de Pactuação*, que envolve o Estado do Paraná e os municípios de Apucarana, Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Guaíra, Londrina, Maringá e Umuarama. O termo compromete o Governo de Estado e os municípios com a elaboração de políticas integradas de desenvolvimento para a região a qual pertencem esses municípios, nas áreas de uso e ocupação do solo, transportes e meio ambiente. Esse termo trabalha com o horizonte de promover políticas que desenvolvam as potencialidades que se acredita ter o denominado Eixo Norte/Noroeste do estado do Paraná, integrado pelos municípios em questão (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2008a, 2008c).

À COMEM parece caber a responsabilidade de articular os municípios da sua “jurisdição” nesse plano de desenvolvimento macrorregional, coadunando os objetivos de determinados projetos específicos aos objetivos mais amplos traçados para o desenvolvimento do Eixo Norte.

Desse modo, fica evidente que o foco da COMEM não está nas políticas metropolitanas, mas sim no âmbito da macro-região. Mais precisamente, as decisões de políticas restringem-se a alguns municípios, principalmente os que são dotados de maiores recursos. A consequência é que essa estratégia não fomenta políticas metropolitanas com vocação para distribuir de forma mais equilibrada os ônus e bônus dos processos de urbanização e crescimento econômico. Em se tratando da RMM, a tendência, então, é que as políticas reforcem uma realidade já experimentada: as decisões favorecem muito mais Maringá, a cidade pólo, do que aquelas que estão no seu entorno e que acabam arcando com a maior fatia dos ônus da sua pujança econômica, principalmente, Sarandi e Paiçandu.

Assim, parece ficar claro que a criação das coordenadorias não atendeu, propriamente, ao objetivo de encontrar respostas para os problemas experimentados no âmbito metropolitano. Esses até podem ser levados em conta, entretanto, de maneira muito residual ou na medida em que sejam importantes para metas traçadas para o Eixo Norte.

Nesse sentido, é ilustrativo que a COMEM não disponha de uma leitura sobre o que já se estabeleceu como diretrizes de caráter metropolitano no âmbito municipal. A própria COMEM, assim, parece não ter uma “consciência metropolitana”. Desse modo, é muito difícil que ela venha a se constituir como instância capaz de enfrentar os obstáculos que se impõem para a formulação e gestão de políticas metropolitanas. Isso exige redefinições nas relações de poder estabelecidas entre a cidade pólo, Maringá, e os municípios vizinhos; como também exige a superação de uma concepção de autonomia municipal que confere opacidade a natureza metropolitana dos problemas vivenciados. Para essas tarefas, a COMEM parece não ter estofo político, jurídico e institucional. Parece não ter sido criada para esse fim.

Talvez essas limitações da COMEM, para enfrentar a questão metropolitana, tenham tido algum papel na própria estagnação do Parlamento Metropolitano. Essa instância foi criada por iniciativa de alguns vereadores das cidades que compõem a RMM. Segundo alguns dos seus formuladores, o Parlamento se colocou como necessidade diante da criação da COMEM, já que os vereadores tinham o receio de atuar como meros coadjuvantes no movimento que aquela instância parecia ter a função de desencadear: a formulação de políticas metropolitanas. Porém, com o papel pouco ativo da COMEM nesse âmbito, o parlamento ficou sem interlocutor concreto e nem chegou a vigorar de fato.

CONCLUSÃO

A criação da COMEM sugeriu um deslocamento importante em termos da definição da titularidade da competência para agir em nome do interesse metropolitano na RMM. Inicialmente, pela Lei 83/98, o governo de estado, por meio do conselho deliberativo e consultivo, partilharia até certo limite essa competência com os municípios integrantes daquela região e com representantes da sociedade civil, ainda que a composição daquelas instâncias ficasse sob forte controle do ente estadual, em maior grau, e da cidade pólo, em menor. Alterando essa situação que nunca chegou a se efetivar, a criação da COMEM sugeria a monopolização daquela competência pelo governo de estado.

Entretanto, essa monopolização não veio acompanhada, até o momento, pelo objetivo de concretizar políticas metropolitanas. Ela veio atender mais ao objetivo de garantir uma representação mais efetiva do governo do estado junto a lideranças políticas e prefeituras para possibilitar um projeto de caráter regional para além do escopo metropolitano. Nessas condições, os atores por excelência dos acordos são as cidades pólos envolvidas nesse projeto e o próprio governo de estado. Como consequência, a partir da COMEM, até o momento vemos poucas chances de que os ônus e bônus resultantes do crescimento urbano na RMM sejam melhores distribuídos entre as cidades de Maringá, Paiçandu e Sarandi. As relações configuradas a partir da COMEM mantêm Maringá, a cidade pólo, numa situação privilegiada de poder diante dos municípios menores. Esses, por sua vez, podem até contar com o apoio da COMEM nas suas demandas por políticas integradas, mas não com a capacidade dessa instância de arcar efetivamente com os custos que exigem a negociação daquelas políticas. De fato, a COMEM ainda não explicitou plenamente sua concepção do que seria o “interesse metropolitano”, não deu a ele concretude.

É importante mencionar que se a COMEM não tem atuado na formulação de tal interesse, esse, por sua vez, não está carente de conteúdo. Os setores empresariais mais organizados da região vêm monopolizando a legitimidade para falar em nome do interesse metropolitano. Eles estão representados por uma rede de organizações que mantêm vínculos variados entre si. Nessa rede, a Associação Comercial e Industrial de Maringá (ACIM) – e o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (CODEM) – parecem funcionar como importantes “nós”, fomentando a criação de espaços – institucionais ou não – para a negociação e representação dos interesses que envolvem as atividades comerciais, empresariais ou do agronegócio na região. E é por referência a tais interesses que o interesse metropolitano vem ganhando algum significado. Como exemplo, enquanto o conselho dos transportes, uma iniciativa da COMEM, não saiu do papel, o Conselho Metropolitano de Segurança, iniciativa da ACIM e do CODEM, já é uma realidade na região. Esse conselho foi formado na medida em que se constatou que os crimes e a violência, com índices crescentes em Maringá, envolviam, na maioria das ocorrências, indivíduos das cidades vizinhas.

Não se quer retirar a importância dessa instância muito menos da área de política pública sobre a qual ela quer intervir, mas sim chamar a atenção para o fato de que é significativo que o combate ao crime já tenha instigado alguma resposta de caráter metropolitano, enquanto que a carência de transporte e de outras políticas sociais, ainda não. Esse fato expressa quais são as demandas que têm fornecido conteúdo à idéia de interesse metropolitano, ao mesmo tempo em que ilustra as que não têm conseguido espaço nessa agenda.

Até o momento, portanto, a história da COMEM está inscrita no limbo a que foi relegada a questão metropolitana no Brasil, a qual se coloca pautada em ações de interesse econômico e setorializadas. Sua criação parece ter sido motivada muito mais para facilitar a articulação de interesses na concretização de um eixo regional de desenvolvimento do que propriamente para promover políticas metropolitanas. Ou seja, o desenvolvimento regional torna opaca a necessidade de solucionar os problemas de caráter metropolitano. É o que mostra a experiência de Maringá.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; SOARES, Márcia Miranda. **Redes federativas no Brasil: cooperação intermunicipal no Grande ABC**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

COORDENADORIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ (COMEM). **Dossiê sobre o processo de integração do transporte público entre Maringá, Sarandi e Paçandu**. Maringá, 2008.

FARAH, Marta. Gestão Pública local, novos arranjos institucionais e articulação urbano-regional. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio do urbano-regional**. São Paulo: UNESP, ANPUR, 2003. p. 81-94.

FERNANDES, Edésio. Direito urbanístico e política urbana no Brasil. In: FERNANDES, Edésio (Org.). **Direito urbanístico e política urbana no Brasil: uma introdução**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. p 11-52.

GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. **A questão metropolitana no Brasil**. RJ: Editora FGV, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Regimento Interno do Fórum de implementação da agenda do Termo de Pactuação celebrado entre o Governo do Paraná e os municípios de Apucarana, Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Guairá, Londrina, Maringá e Umuarama – Eixo Noroeste/Norte**. Curitiba: SEDU/SET, 2008.

_____. **Termo de Anuência ao Convênio a ser Celebrado entre o Estado do Paraná, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, a Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios de Maringá, Paçandu e Sarandi**. Curitiba: SEDU, 2008.

_____. **Termo de Pactuação: Celebração entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios de Apucarana, Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Guairá, Londrina, Maringá e Umuarama**. Curitiba: SEDU/SET, 2008.

MELO, Marcos André B. C. de. Gestão urbano-metropolitana: neomunicipalismo e empresarialismo local. **Cadernos de Textos**, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro e Escola de Governo, n. 2, p. 155-72, ago. 2000.

MOURA, Rosa. Espacialidades e institucionalidades: uma leitura do arranjo sócio-espacial e do modelo de gestão das regiões metropolitanas do sul do Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24., 2000. **Anais...** Petrópolis, 2000.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Relatório Técnico: como anda a Região Metropolitana de Maringá**. Rio de Janeiro: IPPUR, 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/produtos>>. Acesso em: 16, outubro, 2008.

PARANÁ. **Lei Complementar n. 83/1998 de 17 de julho de 1998**. Instituiu a Região Metropolitana de Maringá. Curitiba: Assembléia Legislativa do Paraná, 1998.

_____. **Lei Complementar n. 13.565/2002**. Curitiba: Assembléia Legislativa do Paraná, 2002.

_____. **Lei Complementar n. 11/2005**. Curitiba: Assembléia Legislativa do Paraná, 2005.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. **O Fórum do Eixo Multifuncional e Multimodal Noroeste/Norte do Paraná.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

ROLNIK, Raquel; SOMEKH, Nádia. Governar as metrópoles: dilemas da recentralização. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE, 2004. p. 111-124.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Edusp, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

Corpos marcados: a intersexualidade como (des) encaixes de gênero

Reserved body: the intersexuality like (dis) connect of gender

Mikelly Gomes da Silva – UFRN

Kenia Almeida Nunes – UFRN

Berenice Bento – UFRN

RESUMO

O artigo versa sobre a produção do dispositivo da intersexualidade, compreendendo o sujeito intersex a partir da categoria de gênero. Nesse caso, seus corpos são marcados pela heteronormatividade, que designa normas, regras e, conseqüentemente, verdades em torno da apresentação social de gênero. O objetivo desse artigo é elaborar uma reflexão em torno das relações produtoras do sexo/gênero/desejo, as quais incidem sobre os sujeitos sociais normas e regras que governam esses domínios. Assim como pensar a maneira como essa tríade age através do indivíduo intersexuado. Foi utilizada a obra cinematográfica argentina XXY (2008) da cineasta Lúcia Puenzo, com o intuito de pensar, descrever e analisar tais domínios em torno da construção dos corpos e das subjetividades de sujeitos intersexuados. O trabalho se deu através do processo de reflexão em torno dos conceitos e teorias de autores como Michel Foucault, Beatriz Preciado, Judith Butler, Fredric Jameson, Paula Sandrine dentre outros, em acordo com a obra analisada.

Palavras-chaves: Intersexualidade. Gênero. Cinema. Encaixes/Desencaixes. Invisibilidade.

ABSTRACT

The article focuses on the production of intersexuality device, comprising the intersex subject from the category of gender. In this case, their bodies are marked by heteronormativity, which designates norms, rules, and consequently truths about the social gender presentation. The aim of this paper is to develop a reflection on producing relations of sex / gender / desire, which focus on the subjects social norms and rules that govern these areas. Like thinking how this triad acts through the individual intersexed. We used a cinematographic Argentinian XXY (2008) filmmaker Lucia Puenzo, in order to think, to describe and analyze such areas surrounding the construction of bodies and subjectivities of intersexed individuals. The work took place through the process of reflection on the concepts and theories of authors like Michel Foucault, Beatriz Preciado, Judith Butler, Fredric Jameson, Paula Sandrine among others, in accordance with the work analyzed.

Keywords: Intersexuality. Gender. Connect/(des) connect. Invisibility.

INTRODUÇÃO

Em todos os vertebrados, incluindo o ser humano, o sexo feminino é o primário, em sentido evolutivo e embriológico¹.

O filme **XXY** (2008), da cineasta argentina Lúcia Puenzo, elabora uma narrativa discursiva e visual em torno das relações que circunscrevem a vida da personagem principal, um sujeito intersex², chamado Alex, um nome próprio que pode designar tanto uma identidade feminina como masculina. O recurso linguístico é tomado pelo cinema como um dado para discutir o tema da intersexualidade, haja vista que os sujeitos intersex constituem mais uma daquelas identidades abjetas que é associada à invisibilidade³. A abjeção opera na condição de exclusão social. De tornar o sujeito excêntrico e não problematizável, na medida em que o expõe através das características da anormalidade, da monstruosidade. Nesse caso, sobre eles pouco se sabe, uma vez que o assunto ficou restrito por muito tempo aos saberes médicos e psiquiátricos. Alex um ou uma adolescente? O intersex é um sujeito invisibilizado e silenciado pela sociedade/cultura, nesse caso Ocidental, a qual está posta através de um viés heteronormativo, que engloba tanto as questões performáticas de gênero como as performatividades sexuais e, as expõem como um dado natural/biológico. Logo, tal ator social, o qual não se encontra dentro da norma, deve ser corrigido. Há então, a produção de uma anormalidade baseada na inteligibilidade de gênero, que é fruto da heterossexualidade compulsória. Como afirma Judith Butler (2003), é a marca do gênero que atribui existência significável para os sujeitos, qualificando-os para a vida no interior da inteligibilidade cultural.

Quando não há a possibilidade de esquadrihar os sujeitos e inseri-los em um domínio inteligível, buscam-se novas formas de inserir os atores sociais em classificações que os identificam como monstro ou anormal, assim como comenta Michel Foucault (2001). Embora essa reflexão não caminhe por esses espaços, é necessário elencar tais premissas, pois há muito tempo se tem essas percepções acerca de sujeitos que se encontram, por vezes, às margens da heteronormatividade⁴, a qual impõe uma inteligibilidade ao sexo/gênero e ao desejo de acordo com características que os sujeitos carregam em seus corpos. Todo o texto que se segue trás essa relação entre sexo e gênero,

¹ Fala da personagem Alex presente no filme **XXY** que está sendo trabalhado nesse artigo. Ela está em seu quarto lendo uma passagem de um livro de Biologia.

² É um termo utilizado para designar sujeitos que trazem em seus corpos a dubiedade dos gêneros/sexos, ou seja, nascidos que carregam tanto a genitália associada ao masculino como a genitália associada ao feminino. Tendo um desenvolvimento parcial ou completo dos órgãos genitais. É uma condição nomeada no senso comum de hermafrodita.

³ Sobre as discussões envolvendo o termo abjeção ver: BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revistas estudos feministas**, n. 20, maio/ago. 2002.

⁴ Por heteronormatividade entendemos a força que heterossexualidade tem de apresentar-se como a única forma dos sujeitos viverem suas sexualidades e sua capacidade de normatizar inclusive as relações não heterossexuais. O binômio ativo/passivo seria uma das formas dessa norma se apresentar, sendo o ativo vinculado ao masculino e a passividade identificado como um atributo sexual e subjetivo feminino. Este binômio opera e atravessa as relações de gênero e sexuais, inclusive sendo um marcador classificatório fundamental entre gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Sobre esta discussão ver: BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

como sendo a mesma coisa. Essa reflexão se deu por intermédio dos estudos *Queer*⁵, os quais tomam o referente simbólico, ou seja, o pênis e a vagina, através do investimento da cultura nas diferenciações. As nomeações desses referentes se dão pelas relações que ocorrem entre os vários segmentos institucionais da sociedade e cultura.

A intersexualidade suscita importantes reflexões sobre os disparates identitários⁶ quase invisíveis, propiciando análises sobre a construção do corpo sexuado, seus significados sociais e políticos, assim como sobre o processo de normalização e controle social. A experiência intersex mostra em níveis extremos a normalização compulsiva das identidades e dos corpos, pois ratifica a restrição das identidades de gênero ao binarismo homem-mulher e a das identidades sexuais a uma suposta lógica binária para as práticas, os corpos sexuais, e os desejos. A dubiedade no corpo intersex faz com que a medicina inicie uma série de intervenções corporais como as cirurgias de correção genital e tratamentos hormonais. Por meio desses procedimentos médicos podemos perceber as significações culturais e sociais, uma sociedade que controle as práticas, os corpos e desejos (FOUCAULT, 1977).

O objetivo deste trabalho é analisar o filme *XXY*, buscando compreender algumas questões fundantes do sujeito, a saber, a autonomia na produção de si, através das práticas corporais em torno do desejo e do gênero. A questão fundamental a ser discutida é a ideia de subversão desenvolvida pela personagem principal. A subversão será tratada de duas maneiras distintas, embora complementares: a relação entre a palavra dita, ou seja, as falas contidas na *película*, e a prática corporal, nesse caso a transparência do desejo nas imagens fílmicas.

O presente trabalho foi realizado a partir do contado com o filme citado, relacionando os discursos que emergem das relações entre os personagens com conceitos e teorias de autores como: Judith Butler com o livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2003), os trabalhos *Historia da sexualidade I: Vontade de saber* (1998) e *A ordem do discurso* (2006) do filósofo e historiador Michel Foucault no intuito de compreender a manifestação do discurso através das relações que perpassam os sujeitos ao longo de sua trajetória. Para perceber a autonomia desses sujeitos utilizaremos os textos de Mauro Cabral (2006) e Nádia Pino (2007). Ainda serão relacionados nesse artigo, Beatriz Preciado (2008) para analisar as relações de encaixe e desencaixe e Walter Benjamin (1996) para discutir o cinema, como espaço de investigação sociológico, e alguns textos antropológicos de Clifford Geertz, no intuito de pensar o fazer etnográfico.

⁵ Movimento iniciado no final da década de 1980, especialmente nos E.U.A., através de uma série de pesquisadores e ativistas. A principal crítica que reside na teoria *queer* diz respeito à heteronormatividade, que veem e defendem o modelo heterossexual como único correto e saudável. Daí que resultam os primeiros trabalhos na tentativa de dar visibilidade àquilo que se definiam como *queer*, que traduzido para língua portuguesa significa estranho, excêntrico, raro extraordinário e, principalmente, **bicha**. Termo pejorativo utilizado para designar os homossexuais. A ideia dos teóricos com esse termo foi de positivar a forma pejorativa de insultar esses sujeitos, onde a proposta é de dar novo significado, ou seja, ressignificar o termo, dessa forma, *queer* passa a ser entendido como uma prática de vida que se coloca contra as normas socialmente aceitas

⁶ Disparates identitários refere-se ao que Miskolci elabora sobre as sexualidades disparatadas, ou seja, experiências sexuais que se encontram às margens daquelas ditas normais. Sobre os sujeitos disparatados ver: Miskolci, 2007.

INTERSEX: Quem são e de onde falam?

A intersexualidade é encontrada nos mais variados momentos da história, no entanto seu significado modifica-se no contexto social-cultural. Esta é frequentemente associada ao hermafroditismo, pois se encontram entrelaçados historicamente. Essa vinculação entre hermafrodita e intersex presente em nosso imaginário cultural é alimentado, principalmente, pela mitologia, que produz uma série de personagens com essa identificação, como por exemplo, Tirésias⁷.

No século XIX a intersexualidade aparece como sinônimo do hermafroditismo. Esta figura aparece como monstro, como destaca Foucault (2001), moralmente corrompido, logo uma imperfeição da natureza. No século XX, a questão intersex sai do campo moral e instala-se nos questionamentos médicos, as más-formações genitais passam a serem percebidas como anomalias do desenvolvimento sexual.

Nas sociedades ocidentais por muitos séculos ligou-se o sexo à procura da verdade (FOUCAULT, 2007). No caso intersex não foi diferente, nossa sociedade ligou a verdade ao sexo, gênero e corpo humano. Para estes seres ditos “anormais” a verdade era construída no gênero, sexo e, sobretudo, no corpo. Mas afinal quem são os intersex? O intersex é invisibilizado socialmente e tem sua identidade marcada pela abjeção. O silêncio que percorre a condição intersex explica-se por ser considerado hegemonicamente como um assunto próprio para os saberes médicos.

Paula Sandrine Machado (2005) afirma que são os conhecimentos, em termo de pensamento reflexivo acerca de um campo discursivo, que produzem os novos rearranjos nas relações familiares, de gênero, sexuais dentre outras. Sendo esses deslocamentos o que fomenta a visibilidade do que antes estava invisível. Portanto, o sujeito intersex emerge por intermédio de campos médicos e ressignifica-se através das discussões que tal campo elabora. O exemplo disso é o “Conselho de Chicago”, o qual vai trazer novas terminologias em torno dos intersex, sendo, então, a mais destacada a especialidade médica, que tem base na genética. Um dos objetivos do Consenso é uma revisão na nomenclatura, onde a genética passa a designar uma classificação para os atores intersex, com base na busca da “verdade” a qual estaria na ordem da realidade corporal.

Sobre os “hermafroditas” e os “pseudo-hermafroditas”

A ideia central sobre a qual se baseia essa classificação era de que a ‘verdade’ sobre o sexo seria determinada pela ‘natureza das gônadas’. Assim, possuir testículo ou ovários foi durante muito tempo, o marcador inequívoco da diferença entre homens e mulheres ‘verdadeiros’. Assim como o balizados para distinguir o ‘verdadeiro’ do ‘pseudo’ hermafrodita (MACHADO, 2005, p. 113).

⁷ Na mitologia grega, Tirésias foi um profeta cego, que ao se deparar com um casal de cobras copulando mata a fêmea, provocando a ira dos deuses, que os transforma-no-em mulher por sete anos. Ao se encontrar na mesma situação, ele mata o macho e tona-se homem imediatamente. Tirésias é um exemplo do que hoje se conhece por indivíduo intersexuado.

Essa busca pela verdade dos corpos sexuados é sempre presente nos campos médicos e psiquiátricos, os quais elaboram uma ideia de realidade fundada em uma suposta natureza dos corpos/sexo/gênero/desejo. Apenas nos últimos anos as ciências humanas começou a produzir reflexões sobre os corpos e subjetividades intersex. São essas reflexões entre campos discursivos que permitem a elaboração e, conseqüentemente, ressignificação de classificações. Percebe-se que há uma série de campos de saber-poder que falam dos sujeitos intersex, mas, em muitos casos, era negado a fala e a experiência de tais atores.

Em contra partida, nos dias atuais, embora o intersex seja um termo de origem médica, mas foi assumido pelos ativistas para nomear as pessoas que nascem com corpos que não se encaixam no que é estabelecido socialmente como corpos masculinos ou femininos. Na acepção ativista, intersex é uma definição geral para explicar a variedade de condições nas quais as pessoas nascem com órgãos reprodutivos e anatomias sexuais que estão em desencaixe com a definição padrão de masculino ou feminino. Estes corpos deslocam nossos parâmetros culturais binários, embaralham e causam estranheza para aqueles que os veem. O que Machado (2005) elabora é percebido nesse espaço de produção de si, através do conhecimento e da reflexão crítica dos conhecimentos acerca da intersexualidade, por intermédio dos sujeitos intersex ativistas.

Deste modo, os intersex são corpos que transitam nas expressões legítimas de humanidade, sendo associado à patologia ou a chamada “ambigüidade genital”. Essa “anormalidade” justificaria a intervenção médica com intuito de (re) fazer este corpo anormal adequando-se ao ideal do dimorfismo sexual. A medicalização dos corpos não consegue entender que o corpo intersex não encerra um corpo único, mas um conjunto amplo de corporalidades possíveis sendo assim a intersexualidade é variedade (CABRAL, 2006).

A intersexualidade está profundamente relacionada com a experiência de um corpo vigiado, punido, controlado e construído pelos saberes médicos. Em uma sociedade heterossexista não basta (re) criar corpos em salas cirúrgicas, deve-se socializá-los atribuindo-lhes os papéis de gêneros vigentes em suas sociedades, são construídos homens e mulheres dentro do modelo heteronormativo.

FRAGMENTOS ETNOGRÁFICOS: O intersex e o direito de escolha - ser um, dois ou múltiplo

O filme **XXY** conta a história de Alex, uma⁸ adolescente de 15 anos, que se encontra envolta das mais diversificadas relações que envolvem os sujeitos na descoberta de seu corpo e de seu desejo. A filmografia elenca uma série de enunciados para as discussões em torno da tríade sexo, gênero e desejo. A personagem principal, em torno desses elementos expostos, desencadeia uma problemática principal, a autonomia, vista como fonte de vida, retirando, dessa maneira, o sujeito intersex, visto através da personagem principal, das normalizações que a sociedade Ocidental produziu para inscrever nos sujeitos sociais uma verdade do sexo, logo do gênero e da sexualidade. O filme é um

⁸ Alex socializada no gênero feminino, dessa forma, optou-se por não trazer no texto uma gama de “a” e “o” entre parênteses para designar o que a personagem elabora. O nome da personagem já traz em si a ambigüidade que é conferida também ao seu corpo. Dessa maneira, utilizaremos por hora os designios dos artigos femininos.

convite instigante para o exercício da descoberta das entrelinhas: a imagem física de Alex, o posicionamento da mesma quando o corpo nu está em evidência, os jogos de luz e sombras que escondem a ideia de “um sexo”. Um jogo de esconde/esconde onde ela é escondida da medicina, esconde seu corpo em roupas largas, esconde o seu próprio nome. Após o contato com o filme, faz-se necessário elaborar, de certa forma, uma etnografia de sofá. Sobre essa possibilidade Geertz (1978, p. 26) afirma:

Nem sempre os antropólogos tem plena consciência desse fato: que embora a cultura exista no posto comercial, no forte da colina ou no pastoreiro de carneiros, a antropologia existe no livro, no artigo, na conferência, na exposição do museu, ou, como ocorre hoje, nos filmes.

A *película* se passa no Uruguai, às margens das águas gélidas do Oceano Pacífico. A primeira imagem traz a atmosfera total da produção: duas pessoas correndo em uma paisagem de árvores frias e sombrias, dando, desse modo, um toque melancólico ao filme e, conseqüentemente, as discussões que dele emanam. É Alex e a amiga, que por intermédio de um recurso cinematográfico de sobreposição de câmera e imagem, demonstra por entre as duas personagens a posição de dois gêneros e de dois corpos. No segundo enquadramento há o mar junto de seus elementos ambíguos. A primeira fala: “*É fêmea*”, diz Kraken⁹, o pai de Alex, um biólogo marinho, ironicamente diferenciando um animal desse ecossistema através do sexo.

Alex é atormentada por uma série de cobranças sociais em torno da única possibilidade de ser, imposta pela sociedade heteronormativa, através de uma dualidade fixada no corpo masculino e feminino, demonstra durante todo o filme maneiras de subverter a essas escolhas. Em seu quarto há bonecas mutiladas e desenhos de meninas com um pênis, dentre outras cenas, às quais serão expostas e refletidas ao longo desse trabalho. Ela, embora tenha sido construído socialmente e com medicamentos e hormônios como menina, traz uma ambigüidade no corpo, na indumentária e nas práticas. Dessa forma, o espectador confunde-se, pois a momentos em que aparece como uma menina e outras vezes como um menino. Alex oscila entre a atuação dos dois gêneros em todo o percurso fílmico. A presença do corpo de Alex é entrelaçada aos códigos simbólicos masculinos, na medida em que o falo perpassa todo o filme através de elementos como o facão na cena da protagonista correndo na mata, na cozinha a mãe preparando o jantar com legumes/verduras, que correspondem à linguagem do corpo masculino dentre outros elementos mencionados ao longo do trabalho.

“*Se eu sou tão especial, por que não posso falar com ninguém?*”, diz Alex ao pai. A trama se desenrola a partir da relação público e privado¹⁰ no decurso da descoberta da intersexualidade de Alex para o amigo Vando, que media e gera as variadas discussões em torno da possibilidade de escolha por parte dela, para uma cirurgia dita de **correção**, genitoplastia. Podemos observar que há dois núcleos principais no filme: o primeiro formado por pela mãe, pela tia e o marido da tia, o médico Ramiro. Esses três personagens defendem a intervenção no corpo de Alex por acreditar que

⁹ Kraken na mitologia nórdica é uma espécie de polvo ou lula gigante que assombrava e destruiu os navios em alto mar. O pai de Alex não destrói, ele protege e fornece subsídios para a liberdade do ser diante dos seus desígnios sociais, nesse caso ele é aquele que traduz a ideia de autonomia no filme.

¹⁰ Sobre as relações de poder que giram entre o público e privado ver: Sedgwick, 2007.

“ambiguidade” é um signo de anormalidade. Portanto, seria tarefa do especialista em corpo, concertá-los, seja para tirar o excesso ou completar a falta. Contraindo-se a este núcleo, encontramos o pai, o primo Álvaro, o amigo Vando e pela amiga. Aqui, os discursos fundamentam-se na defesa da autonomia de Alex ser o que ela desejar. Ao longo do filme, há embates, tensões em torno dessas duas concepções por vezes inconciliáveis.

O que deveria Alex fazer? Submeter-se a uma cirurgia e tirar as marcas masculinas do seu corpo? Mas cicatrizes ficariam ali, como uma memória pulsante de um passado de uma vida livre de idas aos hospitais. Todos os discursos e contradiscursos nos põem diante de uma profunda tensão. Duas questões podem ser apreendidas: o discurso de autonomia sobre o eu, é sempre um desejo, um dever. O que somos está amarrado a uma cadeia de reconhecimento que não controlamos totalmente. O desejo de reconhecimento do *eu*, implica, necessariamente um trabalho de convencimento e negociação permanentes com os outros. O que nos faz pensar nos limites mesmos da autonomia. Por outro lado, a possibilidade de Alex em escolher e participar do debate em torno do seu futuro, ao contrário do que tem sido tem com as crianças que são submetidas a cirurgias mutilatórias.

O primeiro núcleo se apresenta através do relato da mãe sobre o local onde ela concebeu Alex, em uma praia meio deserta, sobre as pedras que aceitam as águas do mar revoltosas. Nesse diálogo, a mãe relata sua angústia diante dos questionamentos que rodeavam sua gravidez: “É homem ou mulher”. Já para Kraken, a filha era perfeita. Não precisava de uma intervenção cirúrgica. É perceptível nas primeiras falas o aparato regulatório, mediado pelos saberes da medicina e da psiquiatria, de que falava Foucault (1977), os quais almejam normalizar o corpo diante de um modelo ideal, padronizando-o e docilizando-o. Dessa maneira, surgem questionamentos sobre a real necessidade de se fazer as cirurgias, as quais mais mutilam do que normalizam as vidas desses sujeitos, afinal carrega-se por toda a vida cicatrizes corporais e subjetivas.

O filme acerta de imediato nesse ponto, optando pela liberdade de escolha para Alex, um ser que não tem ainda a capacidade de decidir os caminhos que deseja trilhar. Portanto, as cirurgias sugeridas são formas de adaptação às normas prevalecentes como verdadeiras, reais e imutáveis. Essas regras só demonstram o quanto às relações humanas são construídas de acordo como o tempo e espaço que os sujeitos sociais se encontram imersos. Os processos de transformação, sejam subjetivos (ou da ordem do sociologicamente invisível) ou nas relações sociais macro, caracterizam-se por disputas mais ou menos intensas, derivando daí a necessidade de se pensar os limites mesmo da ideia de liberdade. Os meios de liberdade que os sujeitos deveriam se deleitar são castrados desde a infância, através dos meios socializadores¹¹ como a família, escola, religião dentre outros mecanismos, os quais inculcam maneiras de ser que são encaradas como normais e naturais, impossibilitando uma agência subversiva. Todavia não se pode delegar essa ideia a todos os atores sociais, haja vista que as ações dos sujeitos estão amparadas por normas que deixam em suas bases fissuras, onde se podem elaborar novas formas de ser e de agir diante do que é exposto como verdade.

¹¹ Processo pelo qual todo indivíduo passa após o nascimento, com o objetivo de inculcar ou interiorizar nele as regras, leis e normas que a sociedade em que ele está inserido mantém. A esse respeito, ver: BERGER, P.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

Alex produz novos espaços dentro da regra heteronormativa. Embora tenha sido construída como menina, ela explora as outras possibilidades que o seu corpo lhe proporciona, não se limitando às regras que regem o universo feminino. Alex e Álvaro se apaixonam e transam, só que a penetração é feita por Alex, uma menina penetrando em um menino. Quando o pai se depara com essa cena, deixa algo para se refletir: ele a tratava como menina, logo aquela que deve ser penetrada, mas quando a percebe nessa situação, as certezas se desfazem e, nesse momento ele diz: “*Tenho uma filha, um filho...*”.

Nas cenas que se seguem após a transa de Alex e Álvaro, há uma série de especulações acerca do que é dominante nela, Kraken reitera: “*Jamais será uma mulher, mesmo que lhe cortem o que lhe sobra*”. Nesse espaço relacional protagonizado pela transa, percebem-se as posições essencializadas¹² para os sujeitos homens e mulheres, pois aquele que penetra é o dominante, o homem, e o penetrado é o dominado, os outros, uma visão que produz claramente a ideia da dominação do masculino sobre o feminino e sobre outras categorias constitutivas do sujeito¹³.

O filme discute o que o estudioso e militante intersex Cabral nos apresenta como possibilidades de escolha, ao dar direito a uma criança vivenciar sua vida sem cicatrizes na pele, ser socializada como sujeitos, pois as marcas deixadas pelas intervenções cirúrgicas ficam visíveis nos corpos, mas seus cortes são mais profundos, os traumas gerados à criança transcende a olhos nus. O intersex não é apenas marcado pelo bisturi, os estigmas conferidos a eles produzem sua subjetividade.

CINEMA COMO CAMPO DE PESQUISA SOCIOLÓGICA E ANTROPOLÓGICA

O filme é um produto cultural, onde o processo de produção não equivale à fabricação simplesmente¹⁴. Haja vista que a produção desencadeia em um conjunto de fatores sociais que acompanham a operação, a construção e a circulação do objeto final. O poder de alcance do filme está diretamente relacionado com a exposição e a distribuição do mesmo por entre as mais diversas realidades sociais. Dessa maneira, o cinema é visto tanto como uma expressão artística quanto como um mercado econômico. Dentro das produções percebe-se que há uma série de jogos que encadeiam as construções dos filmes, visando uma estética dentro de uma indústria cultural, o *habitus*¹⁵ através do campo age como elemento formador de distinção. Desse modo, uma obra cinematográfica representa um espaço para reflexão, crítica, pensamento e, acima de tudo, um espaço de produção de conhecimento, haja vista, que o filme é um produto do espaço e do tempo, assim como um produtor de realidades. Sendo então um local para investigações sociológicas, antropológicas, políticas, filosóficas dentre outros.

¹² Sobre o processo de essencialização ver: Bento, 2006.

¹³ Utilizamos aqui a noção de dominação masculina nos termos propostos por Bourdieu (2005, p. 20), segundo o qual, “A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho”.

¹⁴ Sobre a relação cinema e cultura ver: Benjamin, 1996.

¹⁵ *Habitus* são esquemas de percepção, de avaliação e de ação que exercem um efeito de dominação simbólica em torno das categorias sociais, sejam elas de gênero, etnia, cultura, língua, raça dentre outras. Ver: Bourdieu, 2005.

O cinema ainda não compreendeu seu verdadeiro sentido, suas verdadeiras possibilidades... Seu sentido está na sua faculdade característica de exprimir, por meios naturais e com uma incomparável força de persuasão, a dimensão do fantástico, do miraculoso e do sobrenatural (WERFEL *apud* BENJAMIN, 1996, p. 177).

Algumas dessas características por vezes se mostram inalcançáveis, pois não há uma essência para se buscar no cinema, como outrora se procurava nas artes, por exemplo, clássicas. Não há uma verdade da coisa, mas sim verdades. E no cinema existe a expressão da máxima humana, que é a relação do homem com uma técnica de produção de imagem que destila desejos, estranhamento, fascínio diante da coisa vista. O homem experimenta ao mesmo tempo a relação com a técnica e o produto dessa técnica inserida em contextos distintos. Sendo que o processo de produção cinematográfico é, pois, caracterizado pela intervenção de um corpo de técnicos (diretor, produtor, operadores dentre outros) na representação do ator em um cenário montado. “O interprete do filme não representa diante de um público, mas de um aparelho” (BENJAMIN, 1996, p. 179), o qual capta o âmago da realidade. A representação é uma relação entre o ator e a câmera, mesmo que posteriormente tenha uma nova agência sobre o produto, tanto no momento da junção e escolha das cenas como no encontro com perspectivas e expectativas da massa espectadora.

O filme é um produto comercial e cultural, logo ideológico, de acordo com Pierre Sorlin (1985). E para todas as funções dentro do campo do cinema seguem-se normas pré-estabelecidas, todos interiorizam seus lugares e suas funções para que a coisa ocorra. É perceptível que não há como prever os gostos individuais, mas há meios de “mensurar” estatisticamente a linha de um mercado, a que público se atingiria com tal produto, através de padrões de gostos. O público é múltiplo, mas se organiza através de gostos mais ou menos padronizados pelo mercado. É através dessa relação que desencadeia a política da distribuição do espetáculo cinematográfico, pois conhecendo o público consumidor sabe-se o que lhe agradaria e, dessa maneira o lucro dos produtores que só se dão *a posteriori* seriam alcançados.

Os filmes são percebidos como pontos de vista de uma época, ou seja, um testemunho das ações e subjetividades dos sujeitos de um dado tempo e de um dado espaço, se exercendo enquanto objeto de câmbio para as mais variadas relações. Nesse espaço relacional filme-consumidor, há três questões base para compreender o estudo sobre cinema: quem vê, em que condições e quais são os efeitos que essa obra causa naquele que a contempla (SORLIN, 1985). Ao passar da fabricação para a análise do consumo, percebe-se o quando se mostra inexplorado esse campo estratégico, a distribuição – o filme como objeto de consumo. É difícil explorar esse campo porque os dados estatísticos (as pesquisas) não entram nos gostos individuais dos sujeitos, eles só chegam aos gostos padronizados do público.

É necessário levar em consideração o fato de que é um grupo pequeno de pessoas que frequentam as salas de cinema, dessa maneira é preciso se questionar qual o tipo de espectador e espetáculo se estar falando. Não há uma projeção do público, mas a ideia de um público fiel.

Em outras palavras, o público que gira em torno de um filme produzido no que se chama de margens da indústria cultural ou espaço subalterno¹⁶, como é o caso do filme **XXY**, embora este tenha entrado no circuito da indústria acima mencionado para concorrer ao *Oscar* de filme estrangeiro, é um público diferente, gerado um campo de relações diferenciadas com o produto e com os consumidores.

Sobre o discurso diz-nos Foucault (2007, p. 49):

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si.

Nesse caso é na obra fílmica que o discurso de que fala Foucault (2006) se manifesta, demonstrando assim, de que forma age sobre os sujeitos sociais. Ora, o filme é uma espécie de filtro social, donde o discurso se apresenta, pois este deve ser entendido como uma prática social que regula os sujeitos com base em campos de saberes específicos, os quais organizam as vidas dos indivíduos através de uma moral de papéis pré-estabelecidos. É perceptível em toda a obra aqui analisada os discursos médicos e psiquiátricos agindo sobre as falas dos personagens. A tentativa de normalização da personagem Alex, que seria retirar-lhe o que sobra, representa a agência desses campos, que procuram normalizar através da nomeação e classificação, logo, o que se encontra fora do domínio heteronormativo deve ser corrigido.

O filme não representa o discurso, mas o enunciado por onde o discurso perpassa até chegar aos sujeitos e, assim manter-se, numa eterna circularidade de relações. Embora, não se encerre como verdade única, sempre haverá as disposições dos sujeitos para performances subversivas aos padrões e regras. O local da personagem principal se situa nesse espaço transgressivo, pois a sua ambiguidade “sexual” não é o fundamento único da sua vida, todas as outras características fundantes dos sujeitos são exploradas por ela, desde roupas, cabelos, leituras, amores, desejos, raiva, arte, dúvidas dentre outras.

“NOSSOS CORPOS TAMBÉM MUDAM”¹⁷: Corpos (des) construídos

Como demonstra a história, a ambiguidade de sexo e/ou gênero tem sido agente de grandes debates. O discurso médico preponderante na construção do *intersex* não agiu sozinho, a instituição família esteve sempre ao seu lado. Marcado pelo discurso de um sexo verdadeiro e de uma identidade de gênero homogênea, pois ou se é homem ou mulher dentro da norma heteronormativa, o intersex nasce sob a ótica de uma identidade que tem no seu corpo as cicatrizes traçadas socialmente, uma vez que o gênero são os significados socialmente estruturados para a diferença sexual.

¹⁶ Sobre as produções cinematográficas do Terceiro Mundo ou subalternas ver: SHOHAT, Ella; STAN, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação**. Tradução Marcos Soares. São Paulo: Cosacnaify, 2006.

¹⁷ Alusão ao texto de Jorge Leite Júnior, 2008.

Quando encontramos uma mulher grávida somos induzidos a velha pergunta: é menino ou menina? E com a resposta mais uma vez somos levados a incorporá-los mediante as regras sociais que conduzem o gênero. Para os meninos, camisetas azuis, carrinhos, pois estamos produzindo um “macho”. Para as meninas bonecas, muita cor de rosa e instrumentos da socialização de uma mulher doméstica no sentido dona de casa, afinal é uma mulher que estamos construindo. Na produção dos gêneros inteligíveis, não há espaço para relativização: só pode haver masculinidade em corpos-pênis e feminilidade nos corpos-vagina. Nascemos e somos apresentados a uma única possibilidade de construirmos sentidos identitários para nossas sexualidades e gêneros (BENTO, 2006).

O intersex é mais um indivíduo socializado nos parâmetros gênero ideal, ou como diz Butler (2003) gêneros inteligíveis. Vivenciar uma experiência intersexuada seria por hora quebrar com as regras sociais, desestabilizar a conduta “normal” da sociedade.

Ora, as ‘leis’ que supostamente foram quebradas são as normas de gênero que, ao serem naturalizadas pelo discurso biologizante, adquire um caráter atemporal e universal, justificando suas expectativas e definições de um “verdadeiro” sexo com seu respectivo ‘verdadeiro’ gênero e, em última instância, um verdadeiro corpo humano (LEITE, 2008, p. 119).

Na produção de um corpo escrito dentro dos padrões, regras e normas heterossexista, o psicólogo John Money se notabilizou por (re) fazer corpos intersex, pois para este a identidade sexual é moldada até os 18 meses de vida, sendo assim inicia as intervenções nos corpos infantis, crianças são feitas em laboratórios médicos como se dissessem ao corpo que sua genitália tem o poder de moldar suas escolhas sexuais futuramente. O processo de criação de gênero não fica restrito ao espaço laboratorial. Aos pais cabiam socializar esta criança para que fossem aceitas aos olhos da sociedade. Entretanto, a binaridade do sexo ainda imperava de modo que o intersex tinha e ainda tem que se submeter a tratamentos hormonais e outras cirurgias se necessário para se enquadrarem no padrão de normalidade estabelecido pela classificação tradicional de gênero.

As teses de Money, no entanto, não eram da determinação do social sobre o natural, mas como o social mediante o uso das ciências e das instituições, poderia assegurar a diferença entre os sexos. Ele procurava manter a integridade do gênero, pois ao criar vaginas criava ele (e os pais) comportamentos femininos, logo indivíduos que seriam educados como meninas reiterando a lógica heterormativa de mulheres feitas para uma vida sexual com homens.

O psicólogo John Money não esperava que depois de anos as crianças (des) construídas por ele se tornassem visíveis. O caso John/Joan corrobora a discussão da mudança corporal. Quando pequenos meninos gêmeos chegaram ao consultório de Money para correção no pênis de um dos garotos, que ao ser batizado, circuncisão, teve seu pênis queimado. O então médico tinha se tornado referência na intervenção cirúrgica e fora procurado pelos pais do garoto, a estes Money disse ser impossível reconstruir o pênis, logo foi sugerido a “troca” de sexo. Anos se passaram e essa criança fora socializada como mulher, mas na sua puberdade com mudanças significativas no corpo Joan¹⁸

¹⁸ Período em que descobriu que nasceu, segundo a medicina, homem.

se sentia infeliz e resolve voltar a ser John. Com a ideia de mostrar cientificamente a independência entre o sexo e o gênero, Money, não previu o final desta história que tem o irmão menino tirando sua vida em 2002 e dois anos mais tarde Joan que voltara a ser John suicida-se. Em uma sociedade que temos que nos identificar de acordo com o que fica escondido entre as pernas, não podemos escolher ser um, dois ou nenhum, pois configura-se como violação do ser humano, onde para muitos é impedido o direito de viver, uma vez que as performances que não seguem a conduta de um gênero inteligente, domesticável são suprimidas da humanidade.

Subversão dos limites (que limites) da personagem Alex

Segundo Butler (2003) o sexo sempre foi gênero, a vista de que mesmo antes de existir um corpo já está inscrito sobre ele características pré-existentes, ou seja, há um *habitus* de gênero, se assim pode se dizer, que antecede as ações humanas, uma espécie de *devir* humano. As identificações opostas/binárias que a sociedade Ocidental elabora para as genitálias masculinas e femininas é um marco cultural e simbólico que age nos sujeitos sociais antes do nascimento. Nessa medida, o que nos diferencia é o gênero, um artifício social, cultural, político e simbólico. É ele que designa todas as classificações, imaginários, performances em torno de um corpo sexuado.

[...] o próprio gênero se torna artifício flutuante, como consequência de que consorte e masculino podem com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um corpo masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino (BUTLER, 2003, p. 24).

A nomeação de algo é a criação de uma coisa. Dependendo, pois, para sua existência da incorporação da construção nominativa como sendo um dado natural. Isso ocorre com a construção dos gêneros a parit de um dado biológico, o sexo “natural”. Percebe-se então a similaridade de sexo e gênero e, conseqüentemente, as diferenças de gênero e sexualidade. O gênero não é a base para o desenvolvimento do desejo, embora a cultura haja de tal maneira, embutindo um como pré-requisito para o exercício do outro. A sexualidade é a experiência prática do desejo, manifestada e classificada pela sociedade, daí a necessidade de enquadrá-la em um binarismo masculino/feminino. Haja vista que esse enquadramento possibilita a castração do sujeito perante as infinitas possibilidades de práticas sexuais, tornando estas como perversões.

Quando Alex apresenta um corpo intersex, com duas genitálias, e utiliza-se desse corpo no exercício do seu desejo, ela está transgredindo todas as normas impostas como naturalmente normais. Então a subversão está tanto na manutenção como na utilização do corpo. É por isso que surge na trama aqueles, que por ventura, classificam-na como fora da norma, é o saber médico que impera sobre o corpo e, conseqüentemente, sobre a subjetividade de Alex. A escolha por uma das possibilidades é sempre imposta aos sujeitos devido portarem em seus corpos diferenças percebidas e esquadrihadas socialmente, no caso de Alex é uma imposição que surge quando ela está adulta e tem a possibilidade de optar ou não pelo mecanismo evasivo sobre o seu corpo, que nada mais é,

do que a implantação dos gêneros sobre os sujeitos sociais, ou seja, os sujeitos, sejam eles ou não intersex, vivem dentro de uma produção binária, pois desde o nascimento lhe é outorgado o modo de ser e de agir perante a cultura que lhe habita e que habita.

Alex tem a escolha, mas os sujeitos homens e mulheres, que vivem dentro da norma binária não o possuem, haja vista que já foram incorporadas neles as regras que passam a ser são vistas como naturais. O que invariavelmente não nega o pensamento e questionamento sobre esse dado, de modo que, são fundamentais para a superação das essencializações que os circunscrevem, isto é, não há dado **natural** ou social que não possa ser transgredido, transfigurado, superado.

REFLEXÕES FINAIS

O gênero é compreendido a partir da heterossexualidade. É esse complemento dualista que favorece a produção dos pré-conceitos relacionados aos sujeitos que se encontram fora do padrão estabelecido como verdade. Desse modo, são os encaixes hegemônicos de gênero (vagina – mulher – feminilidade/pênis – homem – masculinidade), segundo Preciado (2008), que encabeçam as discussões sobre a tríade sexo/gênero/desejo, localizando-os dentro da matriz heterossexual. Logo, tudo o que se encontra fora do domínio da inteligibilidade da norma é considerado anormal e passível de correção, haja vista que, desse modo, pode se chegar uma definição apropriada do ser.

Se na sociedade disciplinar as tecnologias de subjetivação controlam o corpo desde o exterior como um aparato ortoarquitetônico externo, na sociedade farmacopornográfica, as tecnologias passam a fazer parte do corpo, se diluem nele, se convertem em corpo (PRECIADO, 2008, p. 66. Tradução nossa)¹⁹.

A filósofa Beatriz Preciado (2008) quando desenvolve o conceito da sociedade farmacopornográfica, elege um novo espaço para pensamento, reflexão e crítica diante das produções corporais, de modo que, a apropriação de certas tecnologias de produção do corpo (cirurgias estéticas) pelos mais variados sujeitos sociais, os inserem dentro da perspectiva de reconstrução corporal e, conseqüentemente, de suas subjetividades. Percebe-se então que não há uma limitação de utilização do conceito aos sujeitos considerados anormais, talvez haja, uma destinação diversificada, pois é outorgado aos sujeitos ditos normais que a utilização das tecnologias representa uma interferência para melhoramento do natural, ou seja, ainda há fortes resquícios de uma essencialização que incidem sobre os dados sociais como sendo biológicos.

Em que tipo de armário se esconde o intersex? O intersex não possui uma cultura identificada com sua condição corporal o que acaba empurrando estes a se distanciarem de olhares inquisidores. A intersexualidade aparece como condição que não pode ser revelada. O segredo ronda a condição intersex como um anonimato de sua “realidade” corporal. Jogos de visibilidade e invisibilidade

¹⁹ Texto original: “Si en la sociedad disciplinar las tecnologías de subjetivación controlaban el cuerpo desde el exterior como un aparato ortoarquitetónico externo, en la sociedad farmacopornográfica, las tecnologías entran a formar parte del cuerpo, se diluyen en él, se convierten en cuerpo” (PRECIADO, 2008, p. 66).

descrevem o sigilo destes sujeitos. As marcas saem explicitamente do âmbito dos corpos para serem mapeadas nas dicotomias segredo/revelação, público e privado, segundo Eve Sedgwick (2007). Por suscitar certa marginalidade frente ao modelo heteronormativo o intersex é aprisionado no armário do “verdadeiro e único sexo”, pois a partir do cristianismo o Ocidente não parou de dizer: “Para saber quem és, conheças teu sexo”. O sexo sempre foi núcleo onde se aloja, juntamente com o devir de nossa espécie, nossa “verdade” de sujeito humano (FOUCAULT, 2007).

No filme, Alex traz e mantém um corpo ambíguo, despertando para questões que envolvem a tríade e aos supostos encaixes que ela traduz. Ora, o desejo não emana do corpo que se carrega socialmente, o desejo assim como o gênero e o sexo são produções sociais bem definidas, que controlam os sujeitos com base em um poder e um saber que emerge de contextos sociais e culturais. A internalização das regras advindas dessa norma passa por instâncias socializadoras como a família, a escola, a religião dentre outras instituições, mas a sua força se localiza na premissa de que o controle fixa-se no próprio corpo, como uma espécie de *habitus*, que age diante das mais variadas relações. Mas então como pensar a manutenção do corpo da personagem principal? Além de reflexão que envolve o processo de autonomia e liberdade que os personagens do pai e da mãe lhe fornece, há uma infinidade de questões que envolvem a decisão, afinal a sociedade pensa heterossexualmente, não há a possibilidade de dois, mas somente de um, diante dos processos produtores dos sujeitos como fora mencionado anteriormente. Seria então necessário não pensar em encaixes, mas sim em desencaixes de gênero, que transgredem as normas. Embora, Alex tenha sido socializada com base em outros padrões, há momentos que ela se coloca na condição de anormal. Mas a personagem considera mais anormal a necessidade de limitar-se a um único corpo, já que tem os dois. É por isso que ela utiliza-se do mesmo com base nos trânsitos performáticos, pois o gênero é considerado uma tecnologia de controle e, para transgredi-lo é necessário se desvincular dos encaixes ditos naturais que circunscrevem o sexo/gênero/desejo.

Nesse sentido o gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero (BUTLER, 2003, p. 48).

A experiência sexual deve, pois, ser dissociada do gênero e do sexo que os indivíduos carregam socialmente, embora sejam construídos social e culturalmente, eles agem de forma distinta entre os sujeitos, dependendo do espaço e do tempo em que ele se encontra inserido. O corpo de Alex, ambíguo, é uma forma de desencaixar o gênero dos desejos sexuais, ela é percebida enquanto menina, pelo fato de trazer em sua performance traços associados ao gênero feminino, mas em sua performance sexual, ou seja, a experiência do desejo que a *película* desenvolve, ela se coloca como o sujeito ativo da relação, é ela quem introduz, que entra, quem domina, isto é, a ela é destinado todos as características de virilidades previstas aos homens, quando no entanto socialmente ela é uma menina. Percebe-se então a fragilidade dos termos criados para diferenciar os sujeitos homens e os sujeitos mulheres, haja vista que uma característica não anula a incorporação de outras, pois os atores sociais são multi, não se limitando a uma unidade diante das infinitas possibilidades existentes de ser.

Podemos então, considerar os gêneros dissidentes²⁰ como desobedientes das regras sociais no que dizem respeito a uma sexualidade heterossexual, seriam eles sujeitos anômicos no discurso durkheimiano, uma vez que fogem do comportamento dito “normal”, produzido pela sociedade. Portanto, a construção do gênero e sexualidade são um construto proveniente da incorporação de valores, regras e normas sociais, que em detrimento de sua visibilidade/invisibiliza as demais e, neste discurso o intersex aparece para os gêneros inteligíveis como mais uma figura abjeta.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual/Berenice Bento. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CABRAL, Mauro. En estado de excepción e intervenciones sociomédicas. In: CÁCERES, Carlos F. *et al.* **Sexualidad, estigma e derechos humanos**: desafíos para el acceso a la salud en América latina. Lima/Peru, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. **Historia da sexualidade I**: vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.
- _____. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, 2006.
- _____. **Vigar e punir**: o nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GEERTZ, Clifford. Estar lá: A antropologia e o cenário da escrita. In: **Obras e vidas**: o antropólogo como autor. RJ: ed. UFRJ, 2002.
- LEITE JÚNIOR, Jorge. **Nossos corpos também mudam**: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, São Paulo.
- MACHADO, Paula Sandrine. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. **Cadernos Pagu**, n. 24, p. 249-281, jan./jun. 2005.
- MISKOLCI, Júlio Simões. Sexualidades disparatadas. **Cadernos Pagu**, n. 28, jan./jun. 2007.
- PINO, Nádia Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos. **Cadernos Pagu**, Unicamp, v. 28, p.149/174, jan./jun. 2007.
- PRECIADO, Beatriz. **Texto Yonqui**. Madrid: Espasa, 2008.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Unicamp, v. 28, p. 19/54, jan./jun. 2007.
- SORLIN, Pierre. **Sociología del cine**. México: 1. Reimp. México. Fondo de Cultura Económica, 1985.

²⁰ Gênero dissidente abarca todos os indivíduos considerados abjetos sociais, quando referimos a gênero e sexualidade. Dentre eles: *gays*, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, etc.

POEMAS

POEMS

Poemas de Ana Santana

Do livro: *Em nome da pele*. João Pessoa: Ideia, 2008.

ORFANDADE

A procissão passa,
fiéis suplicam
maternidade.
Alarido, dilaceramento,
confissões de exílio.
Adventícios
a cidade, a santa
e os filhos (p. 41).

ATLAS ANTIGO

Aquela cidade não há mais
A não ser nos mapas
E nos meus desenhos escolares
Madrugadinha
Luzes todas apagadas
Esquecimento e fim

A herança do ermo
Inclui fantasmas e folguedos
Aquela cidade me cartografa
Brinco nela quando me dá infância
Sou cabra-cega procurando a mim (p. 45)

CONTRIÇÃO

Os sinos tocam dentro de mim
Às vezes é chamada
Para funerais de amores antigos
Às vezes é chamada
Para batizado de amor novato

Sou uma igreja
Enfeitada de nudez alfazemada
Desejando confissão

Os sinos tocam dentro de mim
Ainda que me digas ser avesso
Aos laços e seus hinos
E apenas me aceite nos dias de precisão

Os sinos se multiplicam dentro de mim
Cada vez que dobra os joelhos
Mais e mais necessitado de comunhão (p. 58).

ESTRAMBÓLICO

Isso de misturar
azeite, mel e mostarda
enfeite, pedra e palavra
Isso de escrever
Isso de fazer salada
Isso de banho e tosa
tudo invenção nossa
Um modo de fazer crível
a viagem no quarto
a bonança na tempestade
e a liberdade no vício (p. 66).

Do livro: *Danaiades: inventário de signos*. Natal: A. S. Editores, 2005.

CRISÁLIDA

Aprendi tarde
a dispensar conselhos de druidas
a velejar barcos sem vela
a substituir com signos
a incompletude da espera.
Metano, sou chama pálida.
Maturação de fósseis ilhados.
Butil lavrando em pedra o devenir...
Recolho as bainhas das saias,
guardo nelas o tropel das madrugadas em claro
E as migalhas desprezadas pelas gralhas.
Enquanto macero rosas no álcool,
promessas navegam em folhas de Buriti.

COBIÇA

O que me olha na rua,
enquanto passo anônima,
não é o poeta, nem o vendedor de pulseiras.
O que me olha na rua é o vejo.
não vejo o poeta, nem o vendedor de pulseiras.
Vejo o que me olha...
as pulseiras, a poesia,
que farejam alegria
sob minhas vestes pretas.
É preciso roubar do burburinho das calçadas em prosa,
para versos e músculos,
a alegre folia das vozes
e o tino do olhares em miúdos.

RESENHA

REVIEW

Desafios da Democracia Representativa no Brasil

Challenges of the Representative Democracy in Brazil

Dannyel Brunno Herculano Rezende – UFRN

COSTA, Homero de Oliveira. **Dilemas da representação política no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. 220p.

Uma das grandes contribuições deixada pelos gregos à história política ocidental foi, sem sombra de dúvida, a clara distinção entre *esfera privada* e *esfera pública*. Enquanto na Grécia Clássica a esfera privada encontrava-se reservada ao governo doméstico, a esfera pública destinava-se às atividades políticas exercidas pelos cidadãos livres. A *política*, nesse sentido, realizava-se na esfera coletiva e não era, de forma alguma, uma expressão do poder privado, ao contrário, como bem pensava Aristóteles (1998), deveria sim, ter como finalidade o bem comum.

Para expressar tal realidade, todavia, as cidades gregas foram antes concebidas como *pólis* (cidades-estado independentes) e a sua autonomia foi interpretada ainda como *autarquia* (poder próprio), por isso, puderam os gregos organizar o seu poder político de forma bastante diferente, formulando, tanto na teoria quanto na prática, a noção original de *democracia* (forma política na qual o cidadão participava diretamente das decisões da pólis).

Com bastante originalidade, o presente livro de autoria de Homero de Oliveira Costa — *Dilemas da representação política no Brasil* (Editora Universitária da UFPB, 2008, 220 p.) —, realiza um importante debate acerca dos principais temas acima referenciados: da *esfera pública*, da *política*, da *democracia*, e de outros tantos mais. Todavia, a discussão a que se aventura em texto, não poderia nunca acontecer nas mesmas medidas de análise dos estudos sobre a Grécia, acima referenciada, isso porque o contexto histórico vislumbrado hoje não é o mesmo e a realidade problematizada também não, nem para a política, nem para a democracia.

A política, como bem sabe Homero, passou por profundas transformações ao longo da história e nas últimas décadas do século XX vem se erodindo cada vez mais, há muito deixou de ser a luta pelo bem comum ou expressão dos interesses das amplas maiorias. Por outro lado, bem distante da concepção helênica do termo, a democracia é fruto de um longo processo de mutação da própria política.

O surgimento do aparelho estatal moderno e o acontecimento de importantes eventos como a Revolução Inglesa (1688), a Independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789) contribuíram, de forma decisiva, para produzir um novo estilo de democracia: a *democracia representativa*. Diante da complexidade das instituições políticas, a participação direta no poder foi, então, substituída pela representação. A democracia a que Homero faz referência é, então, o governo representativo e a política que analisa em livro expressa, justamente, os dilemas da representação.

Assim, Homero de Oliveira reúne nesta mais recente publicação um conjunto de artigos que versam sobre tal realidade. São artigos que foram divulgados em diversos jornais do Rio Grande do Norte como o Diário de Natal, a Tribuna do Norte e o Jornal de Hoje, entre os anos de 1998 e 2008.

São cinquenta e cinco trabalhos que discutem os mais diferentes desafios por que passou (e passa) a política brasileira e que tocam, de maneira geral, em cinco temas principais, além de abordar assuntos mais variados da política e da sociedade. Destacamos aqui os seguintes temas: “a reforma política no Brasil”, “a crise de representação política”, “os partidos políticos”, “pesquisas de opinião, eleições e voto” e também a relação entre “mídia e política” no Brasil.

Ao longo desses dez anos de discussão, Homero veio acompanhando o debate político nacional e revela que os assuntos abordados até então, são praticamente os mesmos, são problemas atuais, de grande importância nacional e que não foram, assim, debatidos suficientemente e se quer foram resolvidos.

A tão desejada reforma política no Brasil, por exemplo, assunto polêmico, tratado várias vezes durante o governo lula, colocava em pauta, antes de qualquer outro assunto, a questão de sua viabilidade: “será que ela sai ou não sai?”. A partir daí, quais seriam as melhores propostas a serem votadas? E como corrigir as inúmeras distorções presentes nos mecanismos de representação que temos em nossa política (especialmente no que diz respeito ao sistema eleitoral e ao sistema partidário)?

Também, um dos muitos assuntos discutidos concerne à crise de representação que enfrentamos ainda hoje. Nesse sentido, o que explicaria a grande desconfiança da população nas instituições democráticas vigentes? E os partidos políticos, são hoje organizações que, de fato, representam o cidadão? E o quadro político-partidário brasileiro favorece ou não o eleitor na hora de fazer suas escolhas políticas?

O professor Homero, além dessas interrogações, reflete também sobre as pesquisas eleitorais que vêm acontecendo no Brasil e a importância do voto para consolidação de uma democracia representativa. A mídia e a política é ainda alvo de suas discussões, o tema, inclusive, tem despertado o interesse de muitos estudiosos no Brasil, o que o autor aborda desde a cobertura política feita pelos meios de comunicação sobre as eleições presidenciais ao crescente uso do marketing no país. Observa como os recursos midiáticos e a imagem do candidato se constituem como elementos importantes que somados à construção de cenários favoráveis aos políticos tornam-se instrumentos poderosos e cada vez mais necessários à vitória política.

São, portanto, questionamentos que Homero procura esclarecer de maneira simples, direta e com a linguagem típica do público-leitor de jornal, para onde foram endereçadas originalmente as publicações. Como poucos estudiosos da Ciência Política, o professor demonstra uma sensibilidade e um conhecimento bem sedimentado para tocar em assuntos relevantes de forma coerente, fácil e acessível aos leitores. Talvez seja essa, também, uma forma de democratizar as reflexões universitárias de maneira que atinja um público cada vez maior.

É, então, um livro de importante contribuição na área acadêmica, principalmente nos cursos de humanas, mas que pode ser lido por todos que se interessam pelos assuntos da política. Livro bem vindo.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

COSTA, Homero de Oliveira. **Dilemas da representação política no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. 220 p.

DOSSIÊ DOS AUTORES

DOSSIER OF AUTHORS

Dossiê dos Autores

ANA SANTANA SOUZA

Natural de Caicó-RN, onde se formou em Letras CERES/UFRN e atuou na educação básica e no rádio. Organizou e publicou obras de interesse acadêmico, tais como artigos em periódicos científicos e capítulos de livros. Entre eles, *Cadernos de Formação Docente* (2010-2012), reunindo textos seus e de outros professores; *Adélia Prado e a poética do falanjo* (2009), a partir do texto da dissertação de mestrado; *A nação guesa de Sousândrade* (2008), resultado da tese de doutorado, que lhe rendeu a indicação para a Academia Maranhense de Letras, ocupando a cadeira nº 15. Lançou-se como poeta em 2005, com a publicação de *Danaides*. A boa aceitação da crítica impulsionou a publicação, em 2008, de *Em nome da pele*. Em 2009, recebeu o convite da Prefeitura Municipal de Natal para publicar um poema sobre a cidade nos carnês do IPTU, junto com um poema de Zila Mamede e outro de Iracema Macedo. No momento, em meio às atividades acadêmicas, organiza um livro de poesia ainda sem data para publicação.

E-mail: anasantanasouza@gmail.com

BERENICE BENTO

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás, mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília e doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília/Universitat de Barcelona. Professora adjunta I da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordenadora do Núcleo Tirésias/UFRN. Área de interesse: Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, transexualidade, gênero e corpo, sexualidade, direitos humanos e sexualidade, estudos queer. Editora da Revista CRONOS (PPGCS/UFRN). Agraciada com o Prêmio Nacional de Direitos Humanos (2011), concedido pela Presidência da República. Bolsista produtividade do CNPq. Últimas **publicações**: artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais e os livros: *A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual* (Garamond, 2006); *O que transexualidade* (Coleção Primeiros Passos/Brasiliense, 2008).

E-mail: berenice_bento@yahoo.com.br

BRUNA LOUZADA BUMACHAR

Doutoranda em antropologia social pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Membro integrante do grupo Conhecimento Tecnologia e Mercado (CTeMe). Áreas de interesse: prisão, maternidade, transnacionalidade, processos sociotécnicos e gênero. Última publicação: *Por meus filhos: usos das tecnologias de comunicação entre estrangeiras presas em São Paulo* como parte do livro “Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais” (2012).

E-mail: brunabumachar@yahoo.com.br

DANNYEL BRUNNO HERCULANO REZENDE

Graduado e Pós-Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN (Mestrado Acadêmico pelo PPGCS). Estudante de Direito pela UFRN (Centro de Ensino Superior do Seridó/CERES – Caicó). Membro da Base de Pesquisa Cultura, Política e Educação/UFRN e integrante do Grupo de Pesquisa Mythos-Logos/UFRN. Áreas de interesse: Democracia, Estudos Eleitorais e Interfaces, Mídia e Política e Religião e Política. Últimas publicações: *Da Evangelização à Participação Sociopolítica* (I Conferência Nacional de Políticas Públicas Contra a Pobreza e Desigualdade, Natal, 2010); *Desenvolvendo Ações e Construindo Saberes: o cinema como práxis sociopolítica* (Revista Ciência em Extensão, v. 8, 2012).

E-mail: drezende@bol.com.br.

DÉBORA KRISCHKE LEITÃO

Possui graduação em Ciências Sociais, mestrado e Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com período de estágio no exterior junto ao Institut d'Histoire du Temps Présent (IHTP) e a École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Atualmente é professora adjunta do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), área de Antropologia. É membro do comitê coordenador do Corpus: Groupe International d'Études Culturelles sur le Corps. É membro do Grupo Interinstitucional de Estudos de Cibercultura. Áreas de interesse: Ciências Sociais, com ênfase em Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: internet, mundos virtuais, corpo, consumo, identidades, moda, grupos urbanos e estilos de vida.

E-mail: deborakl@gmail.com

IARA BELELI

Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu e membro do comitê editorial do Cadernos Pagu e da Revista Latinoamericana de Estudios Feministas. Suas reflexões estão voltadas para variadas mídias, atravessada por gênero e outros marcadores de diferença (raça/etnia, sexualidade, nacionalidade) em diálogo com Teorias Feministas e de Gênero.

E-mail: callas@uol.com.br

KENIA ALMEIDA NUNES

Graduada em Ciências Sociais (licenciatura) e Mestre na mesma área pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é aluna especial do doutorado na mesma Universidade e integrante do Núcleo de Estudos Críticos em Subjetividade Contemporânea como pesquisadora. Última **publicação**: *Amor, sexo e desejo: identidades homoeróticas masculinas no cinema* (Inter-Legere, UFRN, v. 11, p. 253-269, 2012).

E-mail: keniaanunes@hotmail.com

LARISSA PELÚCIO

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Suas pesquisas abordam temas como sexualidade, saúde, corporalidade, travestilidades, gênero e mercado transnacional do sexo. Atualmente é professora de Antropologia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (campus Bauru Departamento de Ciências Humanas FAAC), além de pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e vice-líder do grupo de pesquisa Corpo, Identidade e Subjetivações. Atualmente a pesquisadora integra o quadro de docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do campus da Unesp Marília, vinculada à linha de pesquisa "Cultura, Identidade e Memória". Últimas publicações: o livro, *Abjeção e Desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids* (Annablume); e diversos artigos publicados em revistas como cadernos Pagu, Revista de Estudos Feministas, Campos – revista de antropologia social, Sexualidad Salud y Sociedad, Vibrant e Gênero.

E-mail: larissapelucio@yahoo.com.br

LAURA GRAZIELA GOMES

Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutora em Ciências Humanas (Antropologia) pela Universidade de São Paulo, tendo realizado pós-doutorado em Paris-X, Nanterre e na École des Hautes Études. É professora e pesquisadora da Universidade Federal Fluminense e atualmente exerce suas atividades como Professor Associado II, com atuação no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e Pesquisador Associado do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (InEAC/INCT) e do LeMetro. Áreas de interesse: Antropologia do Consumo, Antropologia Urbana, Antropologia e Midia e Antropologia do Ciberespaço.

E-mail: lauragraziela@gmail.com

LUIZ FELIPE ZAGO

Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006) e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009). Já atuou como jornalista e assessor de comunicação. Foi coordenador e consultor de projetos de prevenção às infecções sexualmente transmissíveis, HIV/Aids entre a população de jovens adultos de 20 e 30 anos e entre homens que fazem sexo com homens das cidades de Porto Alegre e região metropolitana. Também atuou em oficinas de formação sobre gênero e sexualidade para profissionais de saúde e de educação da rede pública. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFRGS, com Doutorado Sanduíche Nacional no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, sob orientação da Professora Doutora Paula Sibilía, e com Doutorado Sanduíche Internacional na Faculty of Health Sciences – School of Nursing da University of Ottawa, no Canadá, sob orientação do Professor Doutor Dave Holmes. Áreas de interesse: Relações de Gênero, Corpo, Sexualidade, Saúde, Direitos Humanos, Produção de Subjetividades e Mídia.

E-mail: luizfelipezago@gmail.com

LUÍS HENRIQUE SACCHI DOS SANTOS

Professor Adjunto (III) no Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua na graduação (na área de Educação e Saúde) dos cursos de Pedagogia, Enfermagem, Fisioterapia, Dança e Educação Física, bem como na Pós-Graduação em Educação (PPGEDU/UFRGS), na linha de pesquisa «Educação, gênero e sexualidade», no eixo «Políticas de Corpo e de Saúde». Possui graduação em Ciências Biológicas (PUC/RS), Mestrado em Educação (Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRGS), Doutorado em Educação (PPGEDU/UFRGS), Doutorado Sanduíche na Universidade de Toronto. Área de interesse: Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: estudos culturais em educação, estudos de gênero e sexualidade, estudos de corpo, corpo e saúde, cultura somática, educação em saúde (promoção da saúde), medicalização, biossociabilidade e biologia cidadã. É membro do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE) e do EDUCASAÚDE, ambos da UFRGS. Atualmente desenvolve o projeto: Educação, Saúde & Ciências: dispositivo de medicalização e produção contemporânea dos corpos.

E-mail: luishss2009@gmail.com

MIKELLY GOMES DA SILVA

Mestranda em Ciências Sociais pelo programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFRN). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Dedicar-se a estudos sobre gênero, sexualidade, poder, corpo e mercado do sexo. Últimas **publicações**: trabalhos publicados em anais eletrônicos: *Uma etnografia online: representações da michetagem na cidade de Natal/RN* (In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 2011, Salvador); *Prostituição masculina na cidade de Natal: representações da michetagem online e suas relações de poder* (In: XVI Encontro Nacional da ABRAPSO, 2011, Recife. Livro de Resumos); *Corpos marcados: o intersex e o debate entre sexo e gênero* (In: XVI Encontro Nacional da ABRAPSO, 2011, Recife. Livro de Resumos).

E-mail: kelinhagomess@hotmail.com

NORMA MISSAE TAKEUTI

Professora de Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em Estruturas e Mudanças Humanas - Universidade Paris 9 - Dauphine. Membro do Comitê de Pesquisa Sociologia Clínica (RC46) na Associação Internacional de Sociologia (I.S.A.). Pós-Doutorado na U.F.R. (Unidade de Formação e de Pesquisa) em Ciências Sociais da Universidade de Paris 7 - Denis-Diderot. Coordenadora do grupo de Estudos Cultura e Subjetividades - PPGCS-UFRN. Últimas publicações: *Paradoxos sociais e juventude contemporânea* (Estudos de Psicologia, Natal: UFRN, v. 17, n. 3, set./dez. 2012); *Sociologia clínica e intervenção comunitária* (Revista Extensão e Sociedade, Natal: PROEX-UFRN, v.1, n. 5, 2012); *'Romances na web': cenas da vida amorosa em fóruns e enquetes do Orkut* (Revista Teoria & Sociedade, Belo Horizonte: UFMG, 2011); como organizadora: *Ensaio de Ciências Sociais: uma experiência do MINTER* (Natal: EDUFRN, 2010); como organizadora: *Reinvenções do sujeito social: teorias e práticas biográficas* (Porto Alegre: Sulinas, 2009).

E-mail: nortak@uol.com.br

PAULA CHRISTOFOLETTI TOGNI

Doutoranda em Antropologia no Instituto Universitário de Lisboa IUL/ISCTE e Mestre em Antropologia pelo IUL/ISCTE (2008). Seu trabalho tem se direcionado para a compreensão dos fenômenos de mobilidade entre fronteiras internacionais, priorizando a análise da interação entre a dinâmica cultural, a construção das identidades e as práticas de representações socioculturais nos contextos de deslocamento. Últimas publicações: *“Melhorar de vida” ou “Aproveitar a vida”? jovens brasileiros migrantes numa periferia de Lisboa* (Portugal), publicado no ebook; *Novas e Velhas Configurações da Imigração Brasileira na Europa*, disponível em <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/3874>; em co-autoria com Maria Antónia Lima: *Migrando por um ideal de amor: família conjugal, reprodução, trabalho e gênero* (Revista Ipotesi, UFJF, v. 16, n. 1, 2012), disponível em <http://www.ufjf.br/revistaipotesi/atuall/>; *Que “brasileiras(os) Portugal produz? representações sobre gênero, amor e sexo”* (Coleção Encontros, Pagu / Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP, 2011).

E-mail: tognilisboa@gmail.com

RICHARD MISKOLCI

Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, Pesquisador do CNPq, Pesquisador Associado ao Núcleo de Estudos de Gênero Pagu - UNICAMP e membro do comitê editorial das revistas “Cadernos pagu” e “Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar”. Últimas publicações: *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças* (Belo Horizonte: Autêntica, 2012) e *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX* (São Paulo: Annablume, 2012).

E-mail: ufscar7@gmail.com

VERGAS VITÓRIA ANDRADE DA SILVA

Possui graduação (2003), mestrado (2006) e doutorado (2012) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É membro do Grupo de Estudos em Cultura, Subjetividades e Póiesis, coordenado pela Prof^a Dr^a Norma Missae Takeuti. Linha de pesquisa: Conflito, Dinâmicas sociais e Subjetividade. **Últimas publicações:** SILVA, Vergas Vitória Andrade da; TAKEUTI, Norma Missae. *Romances na Web: cenas da vida amorosa em fóruns e enquetes do Orkut* (Teoria & Sociedade, UFMG), v. 18, p. 262-293, 2011); SILVA, Vergas Vitória Andrade da; TAKEUTI, Norma Missae. *Namoro virtual e as experiências românticas online: um estudo da comunidade virtual do Orkut “conheci meu amor pela internet”* (Mneme, Caicó. Online, v. 11, p. 61-80, 2010); SILVA, Vergas Vitória Andrade da; TAKEUTI, Norma Missae. *Um @mor pode sim nascer das teclas de um computador* (Inter-legere, UFRN, v. 7, p. 144-167, 2010).

E-mail: vergasvitoria@yahoo.com.br

WILLIAM BORGES

Professor do Departamento de Administração da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Pesquisador do Observatório das Metrôpoles – Núcleo Maringá. Doutorando em Administração Pública e Governo, na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – EAESP/FGV.

E-mail: waborges@uem.br

NORMAS PARA
PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

STANDARDS FOR PUBLISHING ARTICLES

Normas para publicação

A CRONOS, revista semestral do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (CCHLA/UFRN) é um periódico de publicação semestral, interdisciplinar, de circulação nacional e internacional. A Cronos aceita originais em português, em inglês, francês e em espanhol, em forma de artigos, ensaios e resenhas. A revista também publica entrevistas com cientistas sociais nacionais e internacionais, além de dossiês.

Os trabalhos enviados são apreciados pelos/as editores/as da revista e por consultores/as *ad hoc*. Todos os textos passam por uma revisão gramatical feita por profissionais.

1) A submissão é realizada totalmente por meio eletrônico, em nossa página eletrônica:

<http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/cronos>

Na página da Revista Cronos, selecionar a aba “Cadastro”. Após a realização do cadastro, o passo seguinte será a submissão do texto (artigo, resenha, entrevista).

2) O nome do/a autor/a **não** deverá aparecer no corpo do artigo, para garantir o anonimato no processo de avaliação.

3) Os artigos apresentados devem ser entregues digitados em Times New Roman, espaço duplo e fonte 12.

4) As ilustrações devem ser inseridas no corpo do texto, em arquivo separado, com indicações claras ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos. São elas: tabelas, quadros e figuras (gráficos, mapas, fotografias, organogramas, etc.).

5) Os **artigos** deverão ter até 9 mil palavras ou 45 mil caracteres (aproximadamente 25 laudas, papel A4), incluindo as referências, notas e tabelas. Devem vir acompanhados de resumo e abstract (no máximo 10 linhas) e palavras-chave (máximo cinco) em português e em inglês, e o título em português e inglês. Os **ensaios** deverão ter até 6 mil palavras ou 30 mil caracteres, e as **resenhas** de 5 a 10 mil caracteres incluindo os espaços.

6) Os seguintes itens devem ser observados na elaboração dos textos:

a) aspas duplas para citações com até três linhas;

b) as citações com mais de três linhas devem ser destacadas com recuo de quatro centímetros da margem esquerda, com fonte do tipo Times New Roman 11 e sem aspas.

c) aspas simples para palavras com emprego não convencional e para indicar citação no interior de citação;

d) itálico para palavras estrangeiras, neologismos e títulos de obras e publicações;

e) as notas explicativas devem ser de pé de página e numeradas. Sugere-se a utilização econômica das mesmas;

f) as fontes das quais foram extraídas as citações devem ser indicadas no corpo do texto, logo após a citação, e contendo apenas os seguintes dados, entre parênteses: SOBRENOME DO(A) AUTOR(A), ano de publicação da obra, número de página(s) da citação.

Exemplo: (FOUCAULT, 2008, p. 93);

- g) na primeira menção de cada autor/a citado/a no texto, deve constar também o prenome;
- h) a lista de referências completa deve ser apresentada ao final do texto;
- i) na lista final de referências indicar o prenome dos autores e não apenas a inicial.

7) As Referências obedecerão aos seguintes critérios:

a) **Livro:** SOBRENOME DO/A AUTOR/A DA OBRA, Prenomes. **Título da obra:** subtítulo. Local de Publicação: Editora, ano de publicação.

Exemplo:

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2008.

b) **Capítulo de livro:** SOBRENOME DO/A AUTOR/A DO CAPÍTULO, Prenomes. Título do capítulo: subtítulo. In: SOBRENOME DO/A AUTOR/A DA OBRA, Prenomes. **Título da obra:** subtítulo. Local de Publicação: Editora, ano de publicação. Páginas inicial e final do capítulo.

Exemplo:

CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 517-543.

c) **Artigo de periódico:** SOBRENOME DO/A AUTOR/A DO ARTIGO, Prenomes. Título do artigo: subtítulo. **Título do Periódico**, número do volume, número do fascículo, páginas inicial e final do artigo, mês e ano.

Exemplo:

TAKEUTI, Norma Missae. Da solidão imposta a uma solidão solidária. **Cronos**: Revista do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/UFRN, v. 5/6, n. 1/2, p. 35-46, jan./dez. 2004/2005.

d) **Dissertações e Teses:** SOBRENOME DO/A AUTOR/A, Prenomes. **Título da obra:** subtítulo. Ano de apresentação. Categoria (Grau e Área de Concentração) – Instituição, Local.

Exemplo:

DINIZ, Carmen Simone G. **Entre a técnica e os direitos humanos: possibilidades e limites da humanização da assistência ao parto**. 2001. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Programa de Pós-Graduação em Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina da USP, São Paulo.

e) **Trabalhos apresentados em eventos científicos:** SOBRENOME DO/A AUTOR/A DO TRABALHO, Prenomes. Título do trabalho. In: NOME DO EVENTO, Número da edição do evento, Cidade onde se realizou o evento. **Anais...** Local de publicação: Editora, Ano de publicação. Páginas inicial e final do trabalho.

Exemplo:

PRADO, Danda. Maternidade: opção ou fatalidade? In: SEMINÁRIO SOBRE DIREITOS DA REPRODUÇÃO HUMANA, 1., 1985, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ALERJ/Comissão Especial dos Direitos da Reprodução, 1985. p. 26-29.

08) No caso de inserção de imagens (fotos, gravuras, quadros, etc.), a responsabilidade pelo encaminhamento dos trâmites relativos aos direitos de reprodução será dos/as autores/as dos artigos e dos ensaios.

09) As imagens devem ser enviadas no formato tiff, resolução de 300 dpi, tamanho de 23 x 16 cm, em gray scale e em arquivo separado do texto. Imagens fora dessas especificações não poderão ser utilizadas.

E-mail: cronos@cchla.ufrn.br

Publishing rules

The semiannual magazine CRONUS Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (CCHLA/UFRN) is a semi-annual journal, interdisciplinary, and international circulation. The Cronos accepts originals in Portuguese, English, French and Spanish, in the form of articles, essays and reviews. The magazine also publishes interviews with social scientists, as well as national and international issues.

The submissions are assessed by the editors of the journal and by consultants/ad hoc information. All texts undergo a grammar review done by professionals.

1) The submission is performed entirely by electronic means, on our home page:

<http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/cronos>

On the page of the magazine Cronus, select the “register” tab. After the completion of registration, the next step will be the submission of the text (article, book review, interview).

2) The name of the author/or should not appear in the body of the article, to ensure that the evaluation process.

3) The papers presented should be submitted typed in Times New Roman, double spacing and font 12.

4) The illustrations should be included in the body of the text, in a separate file, with clear indications in the text, of the locations in which should be included. They are: tables, tables and figures (graphs, maps, photos, charts, etc.).

5) Articles should be up to 9 thousand words or 45 thousand characters (approximately 25 pages, A4 paper), including bibliographical references, notes and tables. Must be accompanied by summary and abstract (maximum of 10 lines) and keywords (maximum five) in Portuguese and in English, and the title in Portuguese and English. The test shall be up to 6 thousand 30 thousand words or characters, and reviews of 5 to 10 000 characters including spaces.

6) The following items should be observed in the preparation of texts:

a) double quotation marks for quotes with up to three lines;

b) the citations with more than three lines should be highlighted with 4 cm indentation from the left margin, type font Times New Roman 11 and no quotes.

c) single quotes for words with non-conventional job and to indicate quotation within quotation up to three lines;

d) italics for foreign words, neologisms, and titles of works and publications;

e) the explanatory notes should be numbered and footnote. It is suggested the economic use of the same;

f) the sources from which was extracted the quotes must be indicated in the body of the text, right after the quote, and containing only the following data, in parentheses: AUTHOR's SURNAME, year of publication, page number (s) of service;

Example: (FOUCAULT, 2008, p. 93).

g) the first mention of each author cited in text/, shall include also the given name;

- h) the list of full bibliographic references must be presented at the end of the text;
- i) in the final list of references, indicate the name of the authors and not just the initial.
- 7) References shall be subject to the following criteria:
- a) **Book:** SURNAME OF THE AUTHOR OF THE WORK, Given Names. **Title:** subtitle. Place of publication: Publisher, year of publication.
- Example:
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- b) **Book chapter:** SURNAME OF THE AUTHOR OF THE CHAPTER, Given Names. Chapter title: subtitle. In: SURNAME OF THE AUTHOR OF THE WORK, Given Names. **Title:** subtitle. Place of publication: Publisher, year of publication. Starting and ending pages of the chapter.
- Example:
- CANÊDO, Leticia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 517-543.
- c) **Journal article:** SURNAME OF THE AUTHOR OF THE ARTICLE, Given Names. Title: subtitle. **Journal title**, volume number, issue number, starting and ending pages of the article, month and year.
- Example:
- TAKEUTI, Norma Missae. Da solidão imposta a uma solidão solidária. **Cronos:** Revista do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/UFRN, v. 5/6, n. 1/2, p. 35-46, jan./dez. 2004/2005.
- d) **Dissertations and theses:** SURNAME OF THE AUTHOR, Given Names. **Title:** subtitle. Year presentation. Category (Degree and Area of Concentration) – Institution, Location.
- Example:
- DINIZ, Carmen Simone G. **Entre a técnica e os direitos humanos:** possibilidades e limites da humanização da assistência ao parto. 2001. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Programa de Pós-Graduação em Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina da USP, São Paulo.
- e) **Papers presented at scientific events:** SURNAME OF THE AUTHOR OF THE WORK, Given Names. Title of work. In: NAME OF THE EVENT, Number of the edition of the event, City where they held the event. **Anais...** Place of publication: Publisher, Year of publication. Starting and ending pages of the work.
- Example:
- PRADO, Danda. Maternidade: opção ou fatalidade? In: SEMINÁRIO SOBRE DIREITOS DA REPRODUÇÃO HUMANA, 1., 1985, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ALERJ/Comissão Especial dos Direitos da Reprodução, 1985. p. 26-29.

- 08) In the case of inserting images (photos, prints, paintings, etc.), responsibility for the delivery of reproductive rights procedures will be of/the authors (s) of articles and essays.
- 09) Images should be submitted in tiff format, 300 dpi resolution, size of 23 x 16 cm, on gray scale and in a separate text file. Images out of these specifications may not be used.

Email: cronos@cchla.ufrn.br

SUMÁRIOS ANTERIORES

PREVIOUS SUMMARIES

SUMÁRIO

Cronos – Volume 1 – Número 1 – janeiro/junho 2000

DOSSIÊ CÂMARA CASCUDO

Francisco de Assis de Sousa Lima – Conto popular: o legado de uma tradição

Gilberto Felisberto Vasconcellos – O ensaio de Luís da Câmara Cascudo na interpretação da cultura brasileira

Ilza Matias de Sousa – Câmara Cascudo e a história dos nossos gestos: o homem, um signo

Vânia de Vasconcelos Gico – Luís da Câmara Cascudo e o conhecimento da tradição

ARTIGOS

Norma Takeuti (Org.) – Desafios sociais e abordagens sócio-clínicas: por V. de Gaulejac

Robert Austin – Neoliberalismo y renovacion pos dictatorial em la educacion superior chilena, 1989-1997

SUMÁRIO

Cronos – Volume 1 – Número 2 – julho/dezembro 2000

DOSSIÊ VISÕES DO BRASIL

Brasília Carlos Ferreira – Antonio Candido: um homem simples

Dalcy da Silva Cruz – Caio Prado Júnior: uma nova possibilidade de olhar o Brasil

Marta Maria de Araújo – Um capítulo da história intelectual dos anos de 1930 aos de 1950 e a presença de Anísio Teixeira

Ana Laudelina Ferreira Gomes – Auta de Souza e a escrita feminina nos oitocentos

Afonso Henrique Fávero – Pedro Nava: um memorista e tanto

Tânia Elias Magno da Silva – Imagens da fome e o itinerário intelectual de Josué de Castro

Idilva Maria Pires Germano – Nações de papel: livros e povos

ARTIGOS

Maria da Conceição Xavier de Almeida – O ensino das Ciências Sociais no Brasil

Norma Takeuti – Imaginário Social “mortífero”: a questão da delinquência juvenil no Brasil

Maria Helena Braga e Vaz da Costa – A cor no cinema: signos da linguagem

SUMÁRIO

Cronos – Volume 2 – Número 1 – janeiro/junho 2001

DOSSIÊ TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Brasília Carlos Ferreira – Trabalhadores e cidadania: metamorfoses sindicais

Eleonora Tinoco Beaugrand – A nova economia e a frágil euforia por mais empregos

Cristiano German-Acess Denid: marginalização na era da informação

Alexandre Carneiro de Souza – As dimensões do trabalho

Dinah dos Santos Tinôco – As políticas de emprego: uma abordagem comparativa das principais medidas de combate ao desemprego no Brasil

Edilson José Graciolli – Reestruturação produtiva e movimento sindical

Aldenôr Gomes da Silva – Irrigação informatizada: a fase superior da automação do trabalho na agricultura moderna

Henrique Caetano Nardi – Dois cenários, duas gerações: os impactos da reestruturação produtiva nos processos de subjetivação

ARTIGOS

Vincent de Gaulejac – A gênese social dos conflitos psíquicos

Pedro Vicente Costa Sobrinho – Revendo uma certa literatura sobre a imprensa alternativa no Brasil

Daniele Gugelmo Dias – Aplicando a sistêmica à composição dos séculos

Mauro Guilherme Pinheiro Koury – Enraizamento, pertença e ação cultural

SUMÁRIO

Cronos – Volume 2 – Numero 2 – julho/dezembro 2001

DOSSIÊ COMPLEXIDADE – CAMINHOS

Maria da Conceição Xavier de Almeida – Reforma do pensamento e extensão universitária

Edgar Morin – A suportável realidade

José Luiz Salana Ruiz – Sobre el concepto de complejidad: de lo insimplificable a la fraternidad amante

Juremir Machado da Silva – Da impossibilidade do método

Orivaldo Pimentel Lopes Júnior – As ciências do diálogo

Edgard de Assis Carvalho – Tecnociência e complexidade da vida

Henri Atlan – Viver e conhecer

ARTIGOS

Jean Philippe Bouilloud – Recepção e sociologia

Beatriz Maria Soares Pontes – Globalização, processo produtivo e território

Maria Helena Braga e Vaz da Costa – A face escura do cinema: interpretação sobre o espaço urbano no filme Noir

SUMÁRIO

Cronos – Volume 3 – Numero 1 – janeiro/junho 2002

DOSSIÊ COMPLEXIDADE – MOVIMENTOS

Aldo Aloízio Dantas da Silva – Complexidade e Geografia

Ana Sánchez – Complexidade e Feminismo

Cezar González Ochoa – A dimensão do tempo nas culturas

Gustavo de Castro e Silva – Seis ou sete motivos para o amanhã

Jean Tellez – O sujeito complexo

Lisabete Coradini – Cidades, imagens e desordem

Tereza Mendonça – Complexidade, educação e ética da responsabilidade

ARTIGOS

Michel Maffesoli – É tempo de rebelião!

Mauro Guilherme Pinheiro Koury – Medos corriqueiros: em busca de uma aproximação metodológica

Almir de Carvalho Bueno – Poder central e autonomia estadual no início da República no Rio Grande do Norte

Francisco Rüdiger – A modernidade como época de crise: Leo Strauss e as raízes do niilismo ocidental

SUMÁRIO

Cronos – Volume 3 – Numero 2 – julho/dezembro 2002

DOSSIÊ EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

Anne-Marie Fixot – Educação, cidade e democracia

Evson Malaquias de Moraes Santos – Afetividade e gestão democrática na Escola Pública patrimonialista

José Willington Germano – Imagens da destituição: Os pobres e a educação no Brasil

Melânia Mendonça Rodrigues – Fórum Municipal de Educação de João Pessoa: espaço de participação?

Michel Thiollent – Construção do conhecimento e metodologia da extensão

Norma Missae Takeuti – Os jovens e a “fome de cultura”

Paulo Henrique Martins – Educação, cidadania e emancipação: explorando as teses antiutilitaristas de Anne-Marie Fixot

Robert Austin e Paulina Vidal – La pared invisible: género, intelectuales y educación superior en Chile en el largo siglo XX

ARTIGOS

Dalva Maria da Mota – Frutas de Sergipe, mercado do Brasil: política de irrigação, agricultura empresarial e trabalho no platô de Neópolis/Sergipe.

Evaldo Vieira – As eleições de 2002 e a vontade popular

Heribert Schmitz – Uma assistência técnica participativa para a agricultura familiar

José Castello – Literatura e jornalismo literário num mundo em fragmentos

Luciano Vasapollo – Integração europeia y moderna competencia global: la nueva redistribución territorial del dominio

Marcos Falchero Falleiros – Presépio animado

Maria de Lourdes Patrini – Vida e fatos passados a limpo

SUMÁRIO

Cronos – Volume 4 – Números ½ – janeiro/dezembro 2003

DOSSIÊ GASTON BACHELARD

Adailson Tavares de Macedo – A casa do sertão

Cláudia Netto do Valle – Histórias brasileiras

Elyana Barbosa – Gaston Bachelard e o racionalismo aplicado

Marly Bulcão – Tempo e matéria na poesia visceral de Lautréamont

Maurício de C. T. Panella – País da infância imóvel

Alvaro de Pinheiro Gouvêa – O feminino em Bachelard: A gênese do devaneio

Ana Laudelina Ferreira Gomes – A demiurgia da mão no cosmos poético de Sertania, de Nivaldete Ferreira

Catarina Sant’Anna – Gaston Bachelard: os índices do dramático no seio do lírico

Fábio Ferreira – O valor ontológico do pensamento bachelardiano

Jean-Jacques Wunenburger – O pensamento rhenano de Gaston Bachelard: conflito ou aliança da razão e da imaginação?

SUMÁRIO

Cronos – Volume 5/6 – Números ½ – janeiro/dezembro – 2004/2005

DOSSIÊ SOCIOLOGIA CLÍNICA

Norma Missae Takeuti – Apresentação

Eugène Enriquez – Da solidão imposta a uma solidão solidária

Norma Missae Takeuti – O difícil exercício da alteridade

Aécio Gomes de Matos – A democracia na miséria

Vincent de Gaulejac – O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito

Christophe Niewiadomski – Indivíduo pós-moderno, sofrimento psíquico e desafios do trabalho social

José Newton Garcia de Araújo e Maria Mercedes Merry Brito – Loucos pela rua: escolha ou contingência?

Tereza Cristina Carreiro e Cristine M. Mattar – História de vida, subjetividade e violência conjugal

Jean Gabriel Offroy – O prenome e a identidade social: do projeto social e familiar ao projeto parental

ARTIGOS

Maria da Conceição de Almeida – Novos contextos das Ciências Sociais

Celso Frederico – O marxismo de Lucien Goldmann

- Assis Brandão* – As polêmicas de Bobbio com os comunistas italianos
- Maria José de Rezende* – Diferenciação, evolução e mudança social em Fernando de Azevedo
- Marcos M. B. de Mesquita* – O barroco ibero-americano: “ausência de síntese”?
- Maria Célia Leonel, José Antonio Segatto* – Desmandos e violência no sertão rosiano
- John Lemons* – Conservação e uso sustentável da biodiversidade: um portfolio de estudos de caso de regiões áridas da América Latina e do Caribe
- Maria Noel Lapoujade* – Los imaginarios en la construcción de la identidad latinoamericana
- Soraya Fleische* – Entre silêncios e esperas: uma aproximação do mundo feminino tunisiano através dos filmes de Moufida Tlatli
- Márcio de Oliveira* – Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília
- Alan Daniel Freire de Lacerda, Bruno Cesário de Oliveira* – Patronagem e formação de coalizões: o caso da Unidade Popular no RN
- Ivanaldo Santos* – Da gênese à crise do Estado de bem-estar
- Márcio de Lima Dantas* – Valdetário Carneiro: mártir e comediante

SUMÁRIO

Cronos – Volume 7 – Número 1 – janeiro/junho – 2006

DOSSIÊ POLÍTICAS PÚBLICAS

- Vera Schattan Ruas P. Coelho, Ilza Araújo L. de Andrade, Mariana C. Montoya* – Fóruns deliberativos: uma boa estratégia para melhorar nossas políticas sociais?
- Maria do Livramento Miranda Clementino* – Inovando no desenho das relações intermunicipais: o pacto territorial
- Aldenôr Gomes* – A gestão participativa nas políticas públicas: a experiência do Programa Fome Zero no semi-árido nordestino
- Fernando Bastos* – Estabelecidos e *outsiders* nas políticas de crédito: o caso do PRONAF B
- Mónica Isabel Bendini, Pedro Damián Tsakoumagkos* – Las tramas sociales en los procesos de modernización y globalización en los valles frutícolas del río Negro, Argentina
- Lincoln Moraes de Souza* – A agenda e as agendas no Brasil

ARTIGOS

- Elda Rizzo de Oliveira* – Comunicação mediática, modelo biomédico e curas mediúnicas
- Célia Regina Congílio Borges* – Ações governamentais e reestruturações produtivas no Brasil: o mito do Estado mínimo
- Jean Carlo de Carvalho Costa* – Sílvio Romero e a “idéia das três raças”: uma hermenêutica do nacional a partir da categoria *miscigenação*
- Edison Bariani* – Padrão e salvação: o debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos
- Fernando Bessa Ribeiro, Octávio Sacramento* – Sexo, amor e interesse entre *gringos* e *garotas* em Natal
- Marina Soler Jorge* – Cultura popular, cultura erudita e cultura de massas no cinema brasileiro

SUMÁRIO

Cronos – Volume 7 – Número 2 – julho/dezembro – 2006

DOSSIÊ MODERNIDADE & PÓS-MODERNIDADE: REFLEXÕES

Olgária Matos – Metrópole e angústia: acosmismo e cosmopolitismo

João Emanuel Evangelista – Teoria social e pós-modernismo: a resposta do marxismo aos enigmas teóricos contemporâneos

Michel Maffesoli – Religação imaginal

Renarde Freire Nobre – Weber e a influência do protestantismo na configuração da modernidade ocidental

Wilma de Nazaré Baía Coelho – Igualdade e diferença na escola: um desafio à formação de professores

Lúcia Leitão – Um traço, muitos riscos

Paulo Roberto Ceccarelli – As repercussões das novas organizações familiares nas relações de gênero

Maria Ruth Sousa Dantas de Araújo – Um lugar onde se situar

ARTIGOS

Benedito Nunes – Volta ao Mito na ficção brasileira

Flavio Lúcio R. Vieira – O método sem história: uma crítica da metodologia moriniana da complexidade

Edmilson Lopes Júnior – Os cangaceiros viajam de Hilux: as novas faces do crime organizado no interior do Nordeste do Brasil

Giovanni Alves – Trabalho, técnica e estranhamento: uma análise sociológica do filme “Matrix”

Maria Tereza Garcia – Violência e medo, elementos extintos no *newsmaking* do jornalismo público?

Cristiano Lima Ferraz – Repensar 1942: o SENAI frente à metamorfose do industrialismo

SUMÁRIO

Cronos – Volume 8 – Número 1 – janeiro/junho – 2007

DOSSIÊ GLOBALIZAÇÕES ALTERNATIVAS

Boaventura de Sousa Santos – Os direitos humanos na zona de contacto entre globalizações rivais

José Willington Germano – Globalização contra-hegemônica, solidariedade e emancipação social

Elida Lauris – Pluralismo emancipatório? Uma abordagem a partir dos movimentos indígenas da América Latina

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio, Mariana Siena, Victor Marchezini e Daniela de Cunha Lopes – O desastre como desafio para construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados

Cristiane do Socorro Loureiro Lima – Reinvenções necessárias no século XXI: democracia direitos humanos e instituições de segurança

Eunice Cristina do Nascimento Castro Seixas – Discursos pós-coloniais sobre a lusofonia: comparando Agualusa e Saramago

Luciana Rosa Marques – Políticas de democratização da educação: um estudo com base no pensamento de Boaventura de Sousa Santos

Débora Regina Pastana – O “Estado punitivo brasileiro” e a “democracia representativa elitista” de Boaventura de Sousa Santos

ARTIGOS

Maria Noel Lapoujade – Traduzido por Nelson Patriota – Ariel e Calibã como protótipos da espécie humana

Homero de Oliveira Costa – Democracia e participação na teoria pluralista

Dacier de Barros e Silva – Fragilidades de uma sociedade: em busca de um eu não perdido, ou os entraves do desenvolvimento nacional

Daniel Pereira Andrade – O perigo da “normalidade”: o caso Eichmann

Luciana Carlos Celestino – História da Donzela Teodora: uma narrativa de transgressão feminina em direção ao reino da Alma Selvagem

SUMÁRIO

Cronos – Volume 8 – Número 2 – julho/dezembro – 2007

DOSSIÊ ENSINO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

Heloísa Martins – O ensino de métodos e técnicas de pesquisa nos cursos de Ciências Sociais

Amaury Cesar Moraes – O que temos de aprender para ensinar ciências sociais?

Ileizi Fiorelli Silva – A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina

Tânia Elias – Trajetórias da Sociologia Brasileira: considerações históricas

Simone Meucci – Entre a escola nova e a oligarquia: a institucionalização da sociologia na escola normal de Pernambuco – 1929-1930

Ana Laudelina Ferreira Gomes – Notas críticas sobre as Orientações Curriculares Nacionais (OCN's) para o ensino de Sociologia no Ensino Médio

ARTIGOS

Beatriz Maria Soares Pontes – Região e regionalização no contexto da globalização: a região sob diferentes óticas, no contexto do método dialético

Patrícia Alves Ramiro – Ensaio sobre a renda

Ana Paula Pereira Gomes – O Negro – Individual, coletivo, self, raça e identidade: algumas questões sobre o tornar-se negro e a auto-rejeição

Arlson Silva de Oliveira – O jardim encantado da religião chinesa sob o olhar weberiano

José Antonio Spinelli, Rubens Pinto Lyra – As transformações do capitalismo e o alegado fim das utopias

SUMÁRIO

Cronos – Volume 9 – Número 1 – janeiro/junho – 2008

DOSSIÊ UTOPIAS URBANAS

Laurent Vidal – Utopias urbanas no Brasil contemporâneo dos equívocos do nome à multiplicidade das experiências

Maria da Conceição Coelho Ferreira – O sertanejo e a cidade, uma imagem utópica
Remy Lucas – O ano em que Zumbi tomou o Rio ou a utopia revolucionária das favelas
Inaê Elias Magno da Silva – Utopia e silêncio: vida pedestre, imagem e emoção em Brasília
Christiane Machado Coelho – Utopias urbanas: o caso de Brasília e Vila Planalto
Daniella de Castro Rocha – Da utopia brasiliense à realidade do Distrito Federal: a emergência e a difícil estabilização de um espaço político específico em Brasília
Maria Isabel de Jesus Chrysostomo – Um projeto de cidade-indústria no Brasil moderno: o caso de Ipatinga (1950-1964)

ARTIGOS

Ricardo Luiz de Souza – A ordem e a síntese: aspectos da sociologia de Auguste Comte
Edgard de Assis Carvalho – *Ética complexa e democracia política*
Patrick Le Guirriec – A sociabilidade nos condomínios horizontais: ensaio de tipologia
Joana El-Jaick Andrade – O ocaso da sociedade do trabalho? reflexões sobre a crise do paradigma do trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas
Márcio Luiz do Nascimento – Desencantamento do mundo: acréscimos-explicativos de Max Weber à “versão final” de “A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo”

SUMÁRIO

Cronos – Volume 9 – Número 2 – julho/dezembro – 2008

DOSSIÊ NARRADORES DO SENSÍVEL

Edgard de Assis Carvalho – A paixão pelo entendimento: Claude Lévi-Strauss e a universalidade da cultura
Abrahão Costa Andrade – Merleau-Ponty e Lévi-Strauss: narradores do sensível?
Mariza Martins Furquim Werneck – Claude Lévi-Strauss e a experiência sensível da Antropologia
Iraquitã de Oliveira Caminha – Percepção e motricidade
Wagner Wey Moreira, Terezinha Petrucia Nóbrega – Fenomenologia, educação física, desporto e motricidade: convergências necessárias
Maria da Conceição Xavier de Almeida – Claude Lévi-Strauss e três lições de uma ciência primeira
Maria Isabel Brandão de Souza Mendes, Wani Fernandes Pereira – Sentir, olhar, ler, escutar: Claude Lévi-Strauss, Maurice Merleau-Ponty, narradores do sensível
Terezinha Petrucia da Nóbrega – Merleau-Ponty: o corpo como obra de arte e a inexatidão da verdade
Salma Tannus Muchail – Merleau-Ponty e a história

ARTIGO

Jean Carlo de Carvalho Costa – Nação, estado e raça em Manoel Bomfim: a “impertinência” bomfiniana em torno da identidade nacional

SUMÁRIO

Cronos – Volume 10 – Número 1 – janeiro/junho – 2009

DOSSIÊ JOSUÉ DE CASTRO

Antonio Alfredo Teles de Carvalho – Josué de Castro e a construção de uma matriz dos estudos sobre a fome na história do pensamento geográfico no Brasil

Maria Aparecida Lopes Nogueira – Utopias: Josué de Castro e o *Mangue Beat*

Renato Carvalheira do Nascimento – O resgate da obra de Josué de Castro, onde estamos?

Tânia Elias Magno da Silva – Josué de Castro e os estudos sobre a fome no Brasil

Tayguara Torres Cardoso – A Memória, a História e a Denúncia entre Homens e caranguejos: a literatura como elemento eloqüente de crítica e desvelamento da realidade na obra de Josué de Castro

ARTIGOS

Francisco das Chagas Silva Souza – As contribuições de Caio Prado Júnior para a história ambiental no Brasil.

SUMÁRIO

Cronos – Volume 10 – Número 2 – julho/dezembro – 2009

DOSSIÊ MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE

Gleice Donini de Souza, Wagner Costa Ribeiro – Novagerar: experiência pioneira do Brasil no MDL

Hervé Théry, Neli Aparecida de Mello – Mecanismos globais na construção das políticas ambientais, GEF e MAB

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio – A disputa pelas águas no Brasil: para além da ideologia da governança

Sara Gurfinkel Marques de Godoy – Uma análise do mercado mundial de certificados de carbono

Maria Adélia Aparecida de Souza – Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: as metáforas do capitalismo

ARTIGOS

Jairo Bezerra da Silva, Lemuel Dourado Guerra, Ramonildes Alves Gomes, Marcionila Fernandes – Ecologia política das cisternas de placas: uma abordagem sociológica das medidas governamentais recentes relativas aos problemas de abastecimento de água em comunidades rurais de Boa Vista e Montadas-PB

Vanessa Tavares Dias – Classe e consciência de classe em dois estudos sobre o operariado no Brasil

SUMÁRIO

Cronos – Volume 11 – Número 1 – janeiro/junho – 2010

DOSSIÊ PODER LOCAL E DESENVOLVIMENTO

João Bosco Araújo da Costa – Governança democrática e poder local no Rio Grande do Norte nos anos 80: a experiência de Janduis

Maria João Santos, Carla Montefusco de Oliveira – Clusters locais de responsabilidade social das organizações: possibilidades e limites em debate

Maria Ivonete Soares Coelho, Carla Montefusco de Oliveira – Novos arranjos institucionais: gestão local e conselhos municipais de assistência social

Daline Maria de Souza, Natália Miranda Vieira – Gestão de sítios históricos: o processo de implementação da política de recuperação do Pelourinho (Salvador-BA)

José Manuel Rodríguez Victoriano – La apertura cualitativa en la investigación de los conflictos ecológico-sociales

Roberto Marinho Alves da Silva – Desafios da sustentabilidade política do desenvolvimento: padrões de relação estado e sociedade no Brasil

Lincoln Moraes de Souza – Comentando as classificações de políticas públicas

Mercedes Martínez Iglesias – Ciencia, activistas y conflictos socioecológicos

ARTIGOS

Janete Lima de Castro, José Willington Germano – A Difusão da Medicina Social no Brasil: o Protagonismo de Juan César Garcia e da OPAS

María Noel Lapoujade – De las cárceles de los imaginarios contemporáneos a una estética de la libertad

Rubens Pinto Lyra – Maquiavel republicano: precursor da democracia moderna

Homero de Oliveira Costa – Crise dos partidos e as transformações dos governos representativos

SUMÁRIO

Cronos – Volume 11 – Número 2 – julho/dezembro – 2010

DOSSIÊ TRANS-FORMAÇÕES EM GÊNERO

Jaqueline Gomes de Jesus, Hailey Alves – Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais

Natacha Kennedy – Crianças Transgêneros: mais do que um desafio teórico

Thiago Ranniery Moreira de Oliveira, Claudiene Santos – Novos mapas de (trans) sexualidade e de gênero: pistas para pensar políticas *trans* e práticas pedagógicas

Marco Antonio Torres – A transformação de professoras transexuais na escola: transfobia e solidariedade em figurações sociais contemporâneas

Edmar Henrique Dairell Davi, Maria Alves de Toledo Bruns, Claudiene Santos – “Na batalha”: história de vida e corporalidade travesti

Tobias Raun – Nascimentos em tela: explorando o potencial transformador em blogs de vídeo no YouTube

ARTIGOS

Paolo Totaro – O equívoco sobre a “neutralidade” da linguagem de Goffman

Luiz Mello, Eliane Gonçalves – Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde

Marcos Antonio da Silva, Guillermo A. Johnson – Cuba e a América Latina no Pós Guerra-Fria: Inserção Regional e Diplomacia Social

Jairo Bezerra Silva, Lemuel Dourado Guerra, Antonio Augusto R. Iori, Marcionila Fernandes – A crise hídrica global e as propostas do Banco Mundial e da ONU para seu enfrentamento

SUMÁRIO

Cronos – Volume 12 – Número 1 – janeiro/junho – 2011

DOSSIÊ OLHARES DO FENÔMENO RELIGIOSO E DO MITO

Maria Conceição de Almeida, Ilza Matias de Souza – Linguagem, mito e ciência: poiésis & poiésis

Bruno César Ferreira de Barros Correia, Dannyel Brunno Herculano Rezende, Orivaldo Pimentel Lopes Júnior – Evangelismo e participação em Natal/RN: por uma cultura sociopolítica da mudança

Alberto Filipe Araújo, Iduína Mont'Alverne Chaves, José Augusto Ribeiro – O tema da iniciação no mito de Teseu: um olhar a partir do imaginário educacional

Carlos H. Cerdá – La diversidad posmoderna frente al concepto antropológico dualista de la Filosofía Tradicional

Nildo Viana – Mito e Ideologia

Jair Araújo de Lima – Fundamentalismo: um debate introdutório sobre as conceituações do fenômeno

Luciana Carlos Celestino – A donzela e a imperatriz: imagens de desvelamento, revelação e renascimento em duas narrativas tradicionais

Carlos Alberto Genz – Um retorno às origens: dos mitos à educação ambiental

ARTIGOS

Fagner Torres de França – Vida, política e mídia: a construção da imagem pública de Wilma de Faria

Anna Christina Freire Barbosa – Democracia transnacional: notas acerca da (in)viabilidade de um projeto pós-nacional

TEMAS DOS
PRÓXIMOS DOSSIÊS

THEMES OF UPCOMING DOSSIERS

BALANÇO DO SOCIALISMO NO SÉCULO XX - SEMINÁRIO NACIONAL

(v. 13, n. 1, jan./jun. 2012)

Org.: Prof. Dr. José Antonio Spinelli (UFRN) e Prof. Dr. Marcos Antonio da Silva (UFRN)

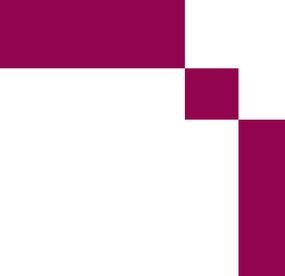
NÚMERO ESPECIAL – VI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS

(v. 13, n. 2, jul./dez. 2012)

Estamos disponíveis para o recebimento de artigos e resenhas de acordo, ou não, com as temáticas citadas acima. Deverão ser enviados à comissão editorial da revista: UFRN, CCHLA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Av. Senador Salgado Filho, 3000, Lagoa Nova – Natal/RN – CEP: 59078-970.

<http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos>

E-mail: cronos@cchla.ufrn.br



CRÔNOS

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRN

